

MAIARA KEIKO UNO

**LÍNGUA E SOCIEDADE: A PRODUÇÃO INTELECTUAL DE EMIR
MACEDO NOGUEIRA**

ASSIS

2020

MAIARA KEIKO UNO

**LÍNGUA E SOCIEDADE: A PRODUÇÃO INTELECTUAL DE EMIR
MACEDO NOGUEIRA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestra em Letras (Área de Conhecimento: Literatura e Vida Social)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Aparecia Ferreira

Bolsista: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Processo 130816/2018-3

ASSIS

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vânia Aparecida Marques Favato - CRB 8/3301

U58L Uno, Maiara Keiko
Língua e sociedade: a produção intelectual de Emir
Macedo Nogueira / Maiara Keiko Uno. Assis, 2020.
179 p. : il.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientadora: Dra. Sandra Aparecida Ferreira

1. Nogueira, Emir Macedo, 1927-1982. 2. Crônicas
brasileiras. 3. Folha de S. Paulo (Jornal). 4. Linguística. I.
Título.

CDD 801.9



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: LÍNGUA E SOCIEDADE: A PRODUÇÃO INTELECTUAL DE EMIR MACEDO NOGUEIRA

AUTORA: MAIARA KEIKO UNO

ORIENTADORA: SANDRA APARECIDA FERREIRA



Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em LETRAS, área: Literatura e Vida Social pela Comissão Examinadora:


Profa. Dra. SANDRA APARECIDA FERREIRA
Departamento de Literatura / UNESP/Assis

Profa. Dra. LUCILENE DOS SANTOS GONZALES
Departamento de Ciências Humanas / UNESP/Bauru


Prof. Dr. FABIANO RODRIGO DA SILVA SANTOS
Departamento de Literatura / UNESP/Assis

Assis, 17 de janeiro de 2020

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), processo 130816/2018-3.

Sou grata a todo o amparo e amor incondicional que recebo de minha família. Devo tudo que sou a eles.

A meu companheiro de vida, Jonathan Nunes, por todo suporte emocional.

À minha parceira, Letícia Bonesso, de todos os momentos, acadêmicos ou não, desde o primeiro ano de faculdade e por toda a troca de conhecimento e sentimentos.

Aos professores Dr. Fabiano Rodrigo Santos e Dr. Carlos Eduardo Mendes de Moraes pela indiscutível participação em minha formação acadêmica e por seus valiosos apontamentos durante o exame de qualificação.

Por fim, não posso deixar de agradecer o incentivo e pronto auxílio que sempre recebi de minha orientadora, prof.^a Dr.^a Sandra Aparecida Ferreira, desde nosso primeiro contato.

“[...] corremos o risco de eternizar o erro que explica a grande insuficiência das aulas de Português: ensinamos uma língua e usamos outra. Ensinamos o que não usamos.” (Emir Macedo Nogueira. In: Folha de São Paulo. Terceiro Caderno, p. 08, 1971.).

UNO, Maiara Keiko. **Língua e sociedade:** a produção intelectual de Emir Macedo Nogueira. 2020. 174 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras). Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

RESUMO

Surgida do desenvolvimento a pesquisa de iniciação científica “Folhas efêmeras: as crônicas de Emir Macedo Nogueira na *Folha de São Paulo*” (FAPESP, Processo 2015/08055-4), que consistiu na indexação das crônicas que compunham a coluna “A Língua Nossa de Cada Dia” (1968-1982), esta dissertação tem por objetivo reunir e analisar os diferentes trabalhos de Emir Macedo Nogueira (1927-1982) em relação à difusão do conhecimento da Língua Portuguesa. O autor utilizou veículos de comunicação em grande escala, como o jornal e o rádio, para propor a reflexão cotidiana sobre o instrumento de linguagem que utilizamos. O corpus compõem-se de cinco crônicas da coluna de crônicas esportivas “Maneiras de Dizer” (1973-?), vinte editoriais assinados pelo autor e setenta crônicas da coluna “A Língua Nossa de Cada Dia” (1968-1982), além de informações sobre os programas de rádio “Encontro com a Literatura” (1974-?) e “Português para Todos” (1974-?), cujo roteiro era elaborado por Nogueira. O método de análise do *corpus* orienta-se pelo tripé leitura-análise-síntese e tem o trabalho de Weinhardt (1956) sobre o Suplemento Literário do jornal *O Estado de São Paulo* como modelo. Utilizamos o tipo textual “crônica” a partir das ideias de Dimas (1974), Sá (1985), Candido (1992) e Pena (2006), enquanto o conceito de “editorial” segue o modelo proposto por Bond (1959) e Melo (1985). Por fim, a história da *Folha de São Paulo* é apresentada a partir de Mota e Capelato (1981) e Pinto (2012).

PALAVRAS-CHAVE: Emir Macedo Nogueira. Crônica. Jornal *Folha de São Paulo*.

UNO, Maiara Keiko. **Language and Society: the intellectual production of Emir Macedo Nogueira**. 2020. 174 p. Dissertation (Masters in Languages). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2020.

ABSTRACT

This dissertation is the development of the scientific initiation research “Folhas efêmeras: as crônicas de Emir Macedo Nogueira na *Folha de São Paulo*” (FAPESP, 2015 / 08055-4). It consisted of indexing the chronicles that composed the column “A Língua Nossa de Cada Dia” (1968-1982). The objective of this paper is to gather and analyze different works of Emir Macedo Nogueira (1927-1982). They are related with the diffusion of knowledge of the Portuguese Language. The author used large-scale communication vehicles as newspaper and radio, to propose daily reflection on the language instrument we use. The corpus consists of five chronicles of the column of sports chronicles "Maneiras de Dizer" (1973-?), twenty editorials signed by the author and seventy chronicles of the column "A Língua Nossa de Cada Dia" (1968-1982), and information on the radio shows "Encontro com a Literatura" (1974-?) and "Português para Todos" (1974-?), whose script was written by Nogueira. The method of analysis was guided by the tripod reading-analysis-synthesis. Weinhardt's work (1956) “O Suplemento Literário do jornal *O Estado de São Paulo*” is our methodology model. Dimas (1974), Sá (1985), Candido (1992) and Pena (2006) aligned with the ideas of "chronic". The concept of "editorial" follows the model proposed by Bond (1959) and Melo (1985). Finally, Mota and Capelato (1981) and Pinto (2012) present the history of *Folha de São Paulo* newspaper.

KEYWORDS: Emir Macedo Nogueira. Chronicle. *Folha de São Paulo* newspaper.

LISTA DE ANEXOS

1968

A semântica e a relatividade dos palavrões	120
A revolução de 9 de julho e simplificação ortográfica	121
A propósito de cassados e confinados	122
A mistura de pronomes no linguajar paulista	124
Come-se com erros nos restaurantes populares.....	125
A tentação da gíria	126

1969

“O home”	127
Poetas e poetisas	128
Você sabia?	129
Modos de dizer	131
Uma preposição prestigiosa	131
Latinismos	132
Os números e as fraudes	134
Do Bexiga à pilantragem	135
A propósito de índios	136
Verbos inúteis	138

1970

Refrigerantes e cervejas	139
Ainda o “economês”	140
O vulgar e o enfático	141
A linguagem médica	142
Boas-festas	143

1971

Um coletivo de modéstia	144
De apresar e de pesca	145
“Mais melhor” e “o salsicha”	146
Pai	147

1972

A curtição e a transa	148
Helicópteros e heliportos, duas palavras atuais	149
Vamos caçar leões?	150
Pode ser e posso ser	151
O diabete e a detecção	152

1973

Inadimplentes	153
Mãe	154
Poluição	155

1974

Ferromoças	156
Goto e palpo	156
Pouco assunto	157
Primeiro-ministro	158
O estratega	159

1976

Língua e preconceito	160
O que soa mal	161
Os verbos curtos	162
Récorde ou recorde?	163
Zero hora	164
Entre mim	165
Ponto de exclamação	166
Natal	167

1977

Pacote	168
--------------	-----

1981

Alugam-se moças	168
-----------------------	-----

1982

Tróleibus	169
-----------------	-----

S ou Z	170
--------------	-----

Futebolísticas	171
----------------------	-----

Há muito tempo atrás	172
----------------------------	-----

Colorida	173
----------------	-----

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	9
1. Emir Macedo Nogueira (1927-1982): jornalista e professor	14
1.1 Legado.....	18
1.1.1. A Língua Nossa de Cada Dia (1968 - 1982).....	22
1.1.2. Maneiras de Dizer (1973 - ?).....	26
1.1.3. Programas de rádio (1974 - ?).....	27
1.1.4. Editoriais.....	28
1.2 O perfil do intelectual	30
2. Língua e sociedade.....	36
2.1 Assuntos cotidianos	36
2.1.1 Futebol.....	36
2.1.2 Política.....	42
2.1.3 Educação.....	54
2.1.4 Cultura e costumes	59
2.2 Discussões linguísticas.....	61
2.2.1 Derivação e Flexão de gênero.....	61
2.2.3 Pronome e Sinais de pontuação	66
2.2.5 Verbo e Vocativo	70
3. Crônicas jornalísticas do professor Nogueira	75
3.1 Estilo	75
3.1.1 Fuga do padrão.....	84
3.2 A noção de erro.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	108
ANEXOS	121

1968	121
1969	128
1970	140
1971	145
1972	149
1973	154
1974	157
1976	161
1977	169
1981	169
1982	170

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Essa dissertação é desdobramento da pesquisa de iniciação científica “Folhas efêmeras: as crônicas de Emir Macedo Nogueira na *Folha de São Paulo*” (FAPESP. Processo 2015/08055-4). A referida pesquisa de iniciação científica concedeu-nos a oportunidade de conhecer a figura intelectual de Emir Macedo Nogueira (Cravinhos, 09/07/1927 – São Paulo, 11/09/1982) e acessar seus escritos. A necessidade de prosseguir com a análise do trabalho do professor e jornalista Emir Nogueira justifica a presente dissertação. Percebeu-se a importância da contribuição do autor em estudo para a difusão do conhecimento acerca da Língua Portuguesa, sendo essa a missão que permeia toda a vasta produção intelectual de Emir Nogueira. A proposta de trazer o nome, a história e a produção de Nogueira à luz da contemporaneidade se faz justificável, pois

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências [...] quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. (HALBWACHS, 1990, p. 80-81).

Assim, nosso objetivo principal é analisar setenta crônicas de “A Língua Nossa de Cada Dia” (1968-1982). Outros documentos que compõem o *corpus* dessa pesquisa são crônicas da coluna “Maneiras de Dizer” (1976-?), editoriais assinados pelo autor e informações acerca dos programas de rádio “Português para Todos” (1974-?) e “Encontro com a Literatura” (1974-?). O conteúdo dos programas de rádio, entretanto, não foi possível de ser analisado devido a falta dos materiais. Desse modo, apenas sabemos da existência dos referidos programas de rádio por meio de reportagens publicadas por jornalistas da *Folha de S. Paulo*, como mostram as notas de Regina Penteado (Ilustrada, 1974, p. 08):

Curtos

● A Rádio Cultura inicia hoje a série Encontro com a Literatura que será apresentada às 14.30 horas de todas as quintas-feiras, sempre com produção de Therezinha Vieira Martins, texto de Emir M. Nogueira e apresentação de Sadi Cabral. O programa de hoje focaliza a figura de Machado de Assis.

● O major Sylvio de Magalhães Padilha, presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, assinará hoje, às 15 horas, o documento que cede à Rádio Televisão Bandelrantes os direitos exclusivos de transmissão dos VII Jogos Desportivos Panamericanos que se realizarão em S. Paulo, a partir de abril do ano que vem.

● Billy de Wolfe, ator comico de cinema, na década de 40, morreu anteontem no centro médico da Universidade da Califórnia, vítima de um provável cancer no pulmão. Lullaby of Broadway, Peris of Pauline, Tea for Two e Call me Madam foram alguns dos filmes em que trabalhou.

REGINA PENTEADO

Imagem 01: Nota sobre o programa de rádio "Encontro com a Literatura" publicada em 07/03/1974

Além desses, Nogueira foi responsável pela coluna "Frases" – da qual apenas temos a informação de que assinava com suas iniciais, E. M. N. – de acordo com publicação de T. Monteiro na seção Panorama:

T. Monteiro

Panorama

QUEM COME MAL, DIRIGE PIOR
De tempo em tempo a Alfa Romeo, na Itália, mais exatamente em Milão, organiza mesas-redondas. Houve uma em outubro passado, sobre o tema "O automóvel e a alimentação". Durante a reunião, o dr. Simonetta demonstrou que por trás da notícia "o acidente foi causado por mal súbito do motorista" está quase sempre uma alimentação errada. A partir daí, médicos fizeram a relação do que um motorista deve comer antes e durante uma viagem, assim como o que ele deve evitar. É claro que bebidas alcoólicas devem ser



"FRASES"
"Mais uma vez lhe envio algumas colaborações... Poderia me informar quem é o responsável pela publicação de "Frases", da página 2 do 1.º Caderno da "Folha"? Se for possível, envie nome e endereço". — Edson de Mendonça Satim, Cachoeira Paulista, SP.
Grata pela colaboração e amizade. Quem responde por "Frases" é o nosso companheiro Emir M. Nogueira. O endereço é o mesmo — Folha de S. Paulo — Alameda Barão de Limeira, 425 — 4.º andar — CEP 01202 — São Paulo, SP.

Imagem 02: Publicação de T. Monteiro sobre a responsabilidade de Emir Nogueira pela coluna "Frases", publicado em 06/11/1979

Todos esses documentos foram localizados a partir de buscas no *site Acervo Folha* a partir da entrada “Emir M. Nogueira”, que retornou altos índices de revocação, isto é, muito material foi encontrado a partir das buscas realizadas no referido *site*.

A investigação sobre a produção intelectual de Nogueira vai ao encontro da teoria de Eagleton (2006) de que a Literatura, ao contrário do pensamento do senso comum, não é objetiva e imutável. Ao invés disso, esse conceito histórico é guiado por um sistema de valores propostos por determinadas épocas e grupos. Segundo o autor,

[...] Qualquer coisa pode ser literatura, e qualquer coisa que é considerada literatura, inalterável e inquestionavelmente – Shakespeare, por exemplo –, pode deixar de sê-lo. [...] A literatura, no sentido de uma coleção de obras de valor real e inalterável, distinguida por certas propriedades comuns, não existe. [...] (EAGLETON, 2006, p. 16).

O método da pesquisa será orientado pelo tripé leitura, análise e síntese, com vistas a propor uma análise crítica das crônicas de Macedo Nogueira por meio da apreensão do tratamento proposto pelo jornalista para as questões linguísticas apresentadas (normas e usos) e do tipo de referência externa em que ancorou sua argumentação (fatos históricos e políticos, declarações de personalidades, referências culturais etc.). O trabalho de Weinhardt (1987), *O Suplemento Literário d'O Estado de S. Paulo – 1956-67*, é tomado como base para essa proposta de dissertação não só pelo modelo de indexação já utilizado como parâmetro na iniciação científica para organizar o trabalho intelectual de Nogueira em “A Língua Nossa de Cada Dia”, mas também por seu método de apresentação e análise de fontes primárias, fazendo os ajustes necessários para analisarmos apenas um autor ao invés de um caderno de jornal.

A pesquisa de iniciação científica anteriormente citada foi responsável pela indexação das crônicas publicadas na coluna “A Língua Nossa de Cada Dia”, de responsabilidade do jornalista e professor Emir Macedo Nogueira. Como se sabe, “[...] os processos de indexação identificam o assunto de que trata o documento, e o resumo serve para sintetizar o conteúdo do item. [...]” (LANCASTER, 2004, p. 01). Para isso, foi criado e utilizado um tesauro controlado, isto é, uma lista restrita de vocábulos utilizados para a categorização das crônicas de Nogueira, que foi também utilizado para a realização da pesquisa de mestrado, como base para selecionar o *corpus* deste trabalho. Desse tesauro, selecionamos dez crônicas de cada marcador denominado “grandes classes” – a saber: estilística, etimologia, fonologia, morfologia, ortografia, semântica e sintaxe.

Como cada crônica podia ser classificada em mais de uma grande categoria, selecionaram-se textos que preferencialmente evidenciavam apenas uma delas, apesar de ser

inegável sua ligação com outras categorias já referidas uma vez que a língua funciona como um organismo interdependente de seus sistemas. Por exemplo, grande parte das crônicas indica a preocupação com ampliação e/ou esvaziamento de sentido de adjetivos e a efemeridade das gírias. Em um exemplo mais prático, temos a crônica “Problemas do h” (1973a), que discute as possibilidades de se utilizar o h em siglas e abreviações já que “[...] no interior dos vocábulos, o h só se mantém nos grupos ch, lh, nh, que têm valor fonético próprio (são fonemas palatais). [...]” (NOGUEIRA, 1973a, Local/Educação/Interior, p. 10). Desse modo, “O h é uma letra que exige cuidados especiais, se se quiser usá-la em siglas. Como estas, modernamente, tendem a ser formadas e pronunciadas como verdadeiras palavras, é preciso evitar que o h apareça em situações inadmissíveis nos vocábulos comuns.” (NOGUEIRA, 1973a, Local/Educação/Interior, p. 10). Por isso, essa crônica foi classificada nas categorias de fonologia e ortografia, mas preferiu-se enquadrá-la em ortografia uma vez que há crônicas que melhor exemplificariam as questões fonológicas discutidas por Nogueira.

A seleção de setenta crônicas para compor o *corpus* desta dissertação, além de outros materiais, parcialmente localizados, justifica-se pela extensão do trabalho de Emir Macedo, que totaliza mais de quatrocentas crônicas publicadas na coluna “A Língua Nossa de Cada Dia”. O montante selecionado é uma amostra superior a dez por cento do número total de crônicas, portanto, é um número relevante para a análise do pensamento e do estilo do autor. Devido à grande extensão cronológica de “A Língua Nossa de Cada Dia”, buscou-se eleger uma crônica por ano de publicação, sendo que a inclusão de mais de uma crônica do mesmo ano não foi vetada.

A análise das crônicas da referida coluna possibilitou o mapeamento temático utilizado pelo autor, isto é, quais eram os assuntos cotidianos mais utilizados para fazer a aproximação inicial junto a seus leitores. Apesar de improvável – devido ao cenário sócio-político de intensa repressão gerado pela ditadura militar brasileira – observou-se que as crônicas de cunho político se sobressaem, mesmo quando as comparamos com temas de grande prestígio no cenário nacional como, por exemplo, o futebol. Esse fato demonstra que as crônicas de Nogueira possuem um viés educacional que vai além da mera educação pela forma da Língua Portuguesa e passa por questões de cidadania, o que reforça o perfil intelectual do autor e a necessidade de recuperação de seu trabalho.

O primeiro capítulo desse trabalho traz à tona informações sobre a vida profissional de Macedo Nogueira. Assim, é possível compreender como suas investidas em várias frentes para a divulgação da língua vernácula se cruzam e se complementam. De modo a compor sua trajetória, traremos informações sobre o contexto histórico do jornal *Folha de São Paulo*. O

capítulo seguinte analisa crônicas e editoriais percorrendo dois caminhos distintos. Primeiramente, o *corpus* é analisado de acordo com temas recorrentes como política, educação, futebol e aspectos culturais. Posteriormente, discutem-se aspectos linguísticos abordados nas crônicas. Optou-se por apresentar dois modos de análise para que seja possível avaliar o trabalho intelectual de Nogueira a partir de diferentes, porém complementares, pontos de vista. Após as análises, foi possível a apresentação e discussão do estilo desenvolvido pelo autor, tema do nosso último capítulo.

1. Emir Macedo Nogueira (1927-1982): jornalista e professor

Emir Macedo Nogueira foi funcionário do jornal *Folha de São Paulo* entre 1948 e 1982, tendo passado mais de metade de sua vida como jornalista. A história desse homem só poderia ser contada levando em consideração a história dessa instituição, em um movimento de entrelaçamento e complementação.

A história da *Folha de São Paulo* iniciou-se em 1921, por meio de uma iniciativa de Olival Costa e Pedro Cunha, sob o nome de *Folha da Noite*. Quatro anos após sua inauguração, o jornal comprou sua primeira impressora e adquiriu independência das oficinas d'*O Estado de São Paulo* onde era inicialmente impresso. A consequência imediata desse investimento foi a criação da *Folha da Manhã*. Nesse primeiro período, o jornal confundia-se com a figura de Olival Costa:

Do ponto de vista jornalístico propriamente, Olival Costa ajudou a conceber em São Paulo um novo tipo de jornal, em que tudo é notícia. [...] Mas tudo é notícia, desde que se saiba ver, entender e explicar. Não mais “assuntos literários”, distantes e tratados em linguagem sofisticada para um círculo fechado. (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 23).

Após dez anos de atividade, os jornais foram vendidos ao cafeicultor Octaviano Alves Lima. A *Imprensa Folha da Manhã*, novo nome adotado pela instituição, passou a ter tiragem diárias de oitenta mil exemplares. Nesse período, “[...] os jornais ganharam fisionomia empresarial, emancipando-se financeiramente. [...] as Folhas estimularam a formação de uma corrente de opinião liberal e distanciada do republicanismo de 1891, 1934 e do estado-novismo. [...]” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 63).

Quando Emir Macedo Nogueira nasceu na cidade de Cravinhos, interior de São Paulo, o jornal *Folha de São Paulo*, que moldaria sua vida, defendia os interesses da elite agrária. Emir foi o único filho homem de Alice Macedo Nogueira e Itamar Leite Nogueira. Não temos notícias de sua infância, porém sabe-se que ele cursou o ginásio fora de sua cidade natal e se mudou para a capital paulista em 1945. Nesse mesmo ano, o jornal passou a ser propriedade de José Nabantino Ramos, cujo objetivo era fazer um jornal politicamente imparcial e voltado à classe média.

Em 1946, Emir Nogueira ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Dois anos depois, foi admitido na *Folha de São Paulo* para o cargo de revisor por meio de um concurso. O comando de Nabantino Ramos trouxe dinamismo e ideias modernas e urbanas muito distantes das primeiras propostas do jornal, encabeçadas pelos

antigos proprietários Olival Costas e Pedro Cunha (1921-1931) e Octaviano Alves de Lima (1931-1945).

Nabantino definia as Folhas como “um jornal da classe média para a classe média”. No entanto, o ideário do jornal nessa terceira fase se diferencia do das Folhas nos primeiros anos de sua existência. Caracteriza-se também pelo urbanismo, mas a modernização, a racionalidade, a eficiência no desenvolvimento, o planejamento são agora a tônica do jornal. As Folhas haviam se tornado, acima de tudo, uma empresa moderna. (MOTA; CAPELATO, 1981, p. VII).

Sob o comando de Nabantino, um dos pilares da *Folha* era seu “[...] caráter de verdadeira escola de jornalismo [...]” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 106), formando nomes como “[...] Moacyr Costa Correa, Mário Araújo Lobo, Hilton Pacheco de Souza Ribeiro, Célio Manuel Vieira, Geraldo Pinto Rodrigues, Emir Macedo Nogueira, [...]” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 106). Em 1949, foi lançada a *Folha da Tarde*, que tinha como característica ser um “[...] jornal leve, moderno e local, sem abandonar o noticiário internacional e do interior.” (PINTO, 2012, p. 35).

Após a conclusão do curso universitário, Emir Nogueira foi promovido a redator (UM homem que conhecia tudo numa Redação, 1982, Primeiro Caderno, p. 08). No mesmo ano, conquistou o cargo de chefe do Departamento de Sucursais e Correspondentes. Em 1951, dois acontecimentos marcaram sua vida: Nogueira casou-se com a ex-colega de sala de aula, Maria Teresa Emboaba, e iniciou sua carreira como professor no Colégio Estadual de Santa Cruz do Rio Pardo. Transferiu-se do referido colégio para o Colégio Estadual Antônio Raposo Tavares (CENEART), de Osasco, apenas um ano depois de assumir as aulas no interior paulista. O CENEART e seu trabalho como professor de Língua Portuguesa constituíram por décadas parte de quem era Emir Nogueira. Em 1956, ele foi promovido a redator-chefe adjunto da *Folha da Noite*.

O início da década de sessenta marcou a unificação da *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* sob o título de *Folha de S. Paulo*, que circulava em três edições diárias nos mesmos horários ocupados pelos antigos títulos do Grupo Folha. A decisão foi tomada devido a problemas orçamentários. É nesse período que Nogueira especializou-se em política e tornou-se professor de técnica de jornalismo na Escola de Jornalismo Cásper Líbero, da Universidade Católica de São Paulo, além de ter recebido uma nova promoção e passado a ser assessor da diretoria do jornal. Possivelmente, perdeu esse cargo devido a sua adesão à greve dos jornalistas ocorrida em 1961, considerada pelo dono do jornal como uma traição (PINTO, 2012). No ano

seguinte, José Nabantino Ramos vendeu a *Folha de São Paulo*, endividada, a Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho.

De imediato o novo grupo não modifica a essencialmente a linha política da “Folha” de Nabantino. Alguns personagens da fase anterior permaneceram em suas funções, como o prof. Emir M. Nogueira, que atuará internamente na redação da última parte daquela fase juntamente com Mário Mazzei e outros. [...] (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 188).

A grande contribuição da nova diretoria foi a busca pela modernização da *Folha*, movimento que ocorreu em três fases distintas, sendo que cada uma delas visava reorganizar e/ou melhorar segmentos norteadores para o jornal. Assim, entre os anos de 1962 e 1967 houve a reorganização financeira, tecnológica e administrativa. Entre 1968 e 1974 priorizou-se o desenvolvimento tecnológico; e, por fim, entre os anos de 1974 e 1981 ocorreu a delimitação de diretrizes culturais e políticas (MOTA; CAPELATO, 1981). É importante ter em mente que a reinvenção do Grupo Folha ocorreu tendo como pano de fundo a ditadura militar brasileira e a censura à imprensa, tempos de grande instabilidade política e econômica.

A ditadura militar iniciou-se em 1964. Nesse e no próximo ano, Nogueira fez parte da equipe que ministrava cursos de introdução ao jornalismo promovidos pela *Folha de São Paulo*, desde 1959 (PINTO, 2012), em cidades do interior paulista como Bauru, Campinas, Marília, São Carlos e Sorocaba. O objetivo desse curso era incentivar os jovens à leitura do jornal e à profissão de jornalista. Nogueira era o encarregado de apresentar a linguagem jornalística. No fim da década de sessenta, quando o Ato Constitucional nº. 5 foi decretado, Emir Nogueira inaugurou sua primeira coluna de crônicas, “A Língua Nossa de Cada Dia” (1968-1982), cujo intuito era a discussão, e não a imposição, de questões referentes à Língua Portuguesa; era um espaço de reflexão e diálogo, aberto e receptivo às opiniões do público.

Em 1969, Nogueira explicita seu desejo de salvar seus escritos da efemeridade do jornal ao compilá-los em livro, respondendo a uma carta do leitor Édino Pereira de Morais:

A êsses e a outros leitores que nos fazem idêntica sugestão, um aviso: já está tudo acertado para a reunião das notas publicadas nesta coluna num livro, a ser editado próximamente. Tudo depende de o autor achar tempo para promover a necessária adaptação. (NOGUEIRA, 1969, Caderno Vida Social, p. 09).

Ainda naquele ano, o jornalista Nogueira Moutinho, responsável pela coluna “Livros” abre sua coluna com a referência a um livro no prelo – “A Língua Nossa de Cada Dia. Emir M.

Nogueira. Ibrasa: São Paulo, 1969” – e reafirma o desejo de Macedo Nogueira de publicar um livro de crônicas:

Um ano após haver iniciado na edição dominical da FOLHA DE S. PAULO a seção A LÍNGUA NOSSA DE CADA DIA, o jornalista e professor Emir M. Nogueira vai transformá-la em livro a ser lançado em breve. Pela primeira vez esta coluna tratará de um volume ainda não saído dos prelos, mas essa exceção se justifica, não só dada a importância que ele terá para o público, mas também pelo fato de seu conteúdo já ser antecipadamente conhecido dos leitores. (MOUTINHO, 1969, Ilustrada, p. 05).

Em contato via e-mail com Paulo Nogueira, um dos filhos de Emir Macedo, fomos informados que o livro nunca chegou a ser publicado. Anos mais tarde, o amigo e colega de trabalho José Reis¹, afirmou a respeito de Nogueira que “Por muitos anos encantou os leitores com ‘A língua nossa de cada dia’, que entretanto não quis enfeixar em livro; era um espelho da língua viva” (REIS, 1982, Ilustrada, p. 08). Sem que as crônicas fossem organizadas, a morte de Nogueira significou o sepultamento de seu trabalho de difusão da língua portuguesa nas páginas efêmeras do jornal.

Em 1971, Emir Nogueira recebeu o título de cidadão honorário de Osasco em reconhecimento por sua atuação por mais de duas décadas como professor no CENEART. Enquanto isso, o país passava por uma fase de prosperidade devido ao chamado “milagre econômico”. Em 1973, foi inaugurada uma nova coluna, “Maneiras de Dizer” (1973 –?), cujo intuito era refletir sobre peculiaridades da linguagem esportiva. No ano seguinte, Nogueira foi promovido a secretário de redação da *Folha de São Paulo*. Além disso, ele passou a fazer parte da equipe que criou dois programas de rádio veiculados pela *Rádio Cultura* como elaborador de texto. O programa “Encontro com a Literatura” foi inaugurado em março; “Português para Todos”, em outubro daquele mesmo ano. Não se sabe por quanto tempo os programas foram transmitidos². Ainda em 1974, foi criado o *Banco de Dados de São Paulo Ltda.*, responsável pela guarda de arquivos de imagem, texto e a biblioteca da *Folha*.

¹ José Reis (Rio de Janeiro, 1907 – São Paulo, 2002) formou-se em microbiologia na Faculdade Nacional de Medicina em 1929 e, logo após, passou a trabalhar como bacteriologista na Divisão Animal do Instituto Biológico de São Paulo – na mesma época, também começa a escrever artigos em revistas agrícolas como a *Chácaras e Quintais*. Na década de 30, Reis publica um livro e um tratado sobre ornitopatologia. Em 1948, o cientista passa a dirigir a sessão “No Mundo da Ciência” da então *Folha de Manhã*; no mesmo ano, Reis participa da fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), tornando-se diretor da entidade em dois períodos: 1949-1954 e 1972-1986. Entre 1964 e 1967, Reis assumiu como diretor editorial da *Folha de São Paulo*. Ao iniciar seu cargo no jornal, vários órgãos reconheceram o empenho de José Reis para a divulgação da ciência e, por isso, ele recebeu diversos prêmios e homenagens.

² Toda a informação compilada nesta dissertação sobre os programas de rádio “Encontro com a Literatura” e “Português para Todos” foram encontrados em buscas no *site Acervo Folha*, sendo que não foram encontradas mais menções relevantes ao programa. Contatamos o Museu da Imagem e do Som e a Fundação Padre Anchieta,

Nogueira conquistou também o posto de chefe da editoria de textos do jornal e, em 1978, chegado o fim do AI-5 e iniciada a gradual abertura política, ele recebeu a medalha Euclides da Cunha. No ano seguinte, Emir Macedo foi demitido da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero – o que causou protestos feitos pelos alunos, que consideravam injusta a demissão – e aderiu à greve dos jornalistas mesmo não concordando com a decisão tomada por seus companheiros de sindicato.

Em 1981, o documento “A Folha e alguns passos que é preciso dar” sistematizou o projeto editorial do jornal, tendo como metas a pluralidade de opiniões, informação correta e interpretações competentes sobre as informações coletadas. No mesmo ano, Nogueira elegeu-se presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, órgão no qual sempre esteve envolvido, mesmo que nem sempre ocupasse posições de destaque. Em 1982, ele precisou se afastar de seu recém empossado cargo de presidente para ser internado no Hospital Sírío-Libanês. Ficou hospitalizado por quatro meses por causa de um câncer. Emir Macedo Nogueira morreu na madrugada do dia onze de setembro de 1982.

1.1 Legado

Um importante legado de Emir Nogueira são as crônicas publicadas na coluna dominical “A Língua Nossa de Cada Dia” (1968-1982). De acordo com a pesquisa de iniciação científica *Folhas efêmeras: as crônicas de Emir Macedo Nogueira na Folha de São Paulo* (FAPESP 2015/08055-4), há 414 crônicas publicadas durante os catorze anos em que a coluna dominical existiu. Há interrupções nas publicações entre os anos de 1975, 1978, 1979 e 1980 que não foram justificadas ou explicadas nem pelo colunista nem pelo jornal.

Para entender o tipo textual “crônica” é necessário, antes, compreender o conceito de Literatura, pois o primeiro subordina-se ao segundo. Literatura é um conceito histórico, ou seja, ele modifica-se de acordo com a época e a sociedade que está sendo focalizada. Assim,

[...] A suposição de que havia um objeto imutável conhecido como ‘arte’, ou uma experiência passível de ser isolada, chamada ‘beleza’ ou ‘estética’, foi em grande parte produto da própria alienação da arte em relação à vida social, [...] Toda a razão de ser da escrita ‘criativa’ era a sua gloriosa inutilidade, um ‘fim em si mesmo’, altaneiramente distante de qualquer propósito social sórdido. [...] A arte foi isolada das práticas materiais, das relações sociais e dos significados ideológicos com os quais sempre havia se relacionado, e elevada à condição de um fetiche solitário.” (EAGLETON, 2006, p. 31-32).

detentora da *Rádio Cultura*, questionando se eles teriam mais informações acerca dos programas e/ou uma cópia destes. Infelizmente, não obtivemos respostas.

O formalismo russo entendia que a Literatura era o emprego excêntrico da linguagem, um modo de transformar e afastar-se da linguagem cotidiana. “Os formalistas, portanto, consideravam a linguagem literária como um conjunto de desvios da norma, uma espécie de violência linguística: a literatura é uma forma ‘especial’ de linguagem, [...]” (EAGLETON, 2006, p. 06-07). Nessa definição, entretanto, reside a falha de que não há um consenso universal do que seria a norma, o comum: “[...] Qualquer linguagem em uso consiste em uma variedade muito complexa de discursos, diferenciados segundo a classe, região, gênero, situação etc. [...]” (EAGLETON, 2006, p. 06-07). Por não haver uma definição palpável e de amplo acordo, não é possível afirmar categoricamente quais seriam os desvios aos quais os formalistas se referiam.

Segundo Antonie Compagnon (1999), a Literatura se diferenciaria da linguagem cotidiana pelo tratamento dado ao material linguístico, pois deixaria de lado o pragmatismo e não teria um fim prático – “[...] a literatura, ou a arte em geral, renova a sensibilidade lingüística dos leitores através de procedimentos que desarranjam as formas habituais e automáticas da sua percepção.” (COMPAGNON, 1999, p. 41). O autor define o conceito como

[...] uma inevitável petição de princípio. *Literatura é literatura*, aquilo que as autoridades (os professores, os editores) incluem na literatura. Seus limites, às vezes se alteram, lentamente, moderadamente (ver Capítulo VII sobre o valor), mas é impossível passar de sua extensão à sua compreensão, do cânone à essência.” (COMPAGNON, 1999, p. 46. Itálico do autor).

Para Eagleton (2006), Literatura seria

[...] um nome que as pessoas dão, de tempos em tempos e por diferentes razões, a certos tipos de escrita, dentro de todo um campo daquilo que Michel Foucault chamou de “práticas discursivas”, e que se alguma coisa deva ser objeto de estudo, este deverá ser todo o campo de práticas, e não apenas as práticas por vezes rotuladas, de maneira um tanto obscura, de “literatura”. [...] (EAGLETON, 2006, p. 309).

Ainda na perspectiva desse autor, o conceito de Literatura muda porque o que se entende como valor também muda conforme as épocas, pois o valor inculcido é dado devido aos critérios usados e os objetivos perseguidos em determinadas ocasiões. Assim, “[...] Não existe uma obra ou uma tradição literária que seja valiosa *em si*, a despeito do que se tenha dito, ou se venha a dizer, sobre isso. [...]” (EAGLETON, 2006, p. 17. Itálico do autor). Para Antonio Candido (2000),

[...] A arte, e portanto a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando uma atitude de gratuidade. Gratuidade tanto do criador, no momento de conceber e executar, quanto do receptor, no momento de sentir e apreciar. [...] (CANDIDO, 2000, p. 47-48).

Antonio Dimas (1974), em *Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo?*, define o tipo textual “crônica” como um “[...] oásis lúdico em meio à aridez das notícias secas. [...]” (DIMAS, 1974, p. 47). Equilibrando-se entre o Jornalismo e a Literatura, “[...] entidades distintas, cujo único ponto de contato é o emprego da palavra.” (DIMAS, 1974, p. 48), a crônica se caracteriza pelo fato de que

[...] o processo de **fusão** dos elementos estimulantes liberta a crônica do contingente estreitamente histórico para empurrá-la em direção a um nível menos ou mais intenso de literariedade; enquanto seu apego a tais contingências, deixando facilmente exposto o estímulo inicial, favorece o emparelhamento ou a **justaposição** do fato desencadeador à opinião do cronista. E, neste caso, compromete-se a literariedade em benefício da referencialidade. (DIMAS, 1974, p. 51. Negritos do autor).

Emir Nogueira incrementou o padrão do tipo textual “crônica” tal qual desenvolvido no Brasil. Segundo Nabantino Ramos, as regras de composição para uma crônica são: “[...] fôrça de expressão, humanidade e sobretudo beleza. A crônica deve ser capaz, senão de comover o leitor, pelo menos de fazê-lo pensar, sentir, ao pôr em movimento algumas de suas emoções.” (RAMOS, 1970, p. 76). Nogueira vai além do pragmatismo da linguagem jornalística, pois ambiciona humanizar a relação do leitor com a língua portuguesa, fazendo-o refletir sobre seus mecanismos de funcionamento. Para isso, utiliza-se da linguagem corrente, de fácil entendimento e distante de academicismos. Graças à capacidade de sua síntese e à apresentação envolvente de conteúdos geralmente áridos, a coluna caracteriza-se pela propriedade do tratamento dos temas e pelo acabamento formal da crônica marcado pela aparente simplicidade com que o texto foi criado. Desse modo, alia-se a técnica jornalística com o engenho da arte, trazendo brilho ao tipo textual classificado por Nabantino Ramos como “[...] talvez, o mais difícil gênero do trabalho jornalístico [...]” (RAMOS, 1970, p. 76).

A crônica é um tipo textual cujas origens remontam o século XV português. D. João, primeiro rei da dinastia de Avis, ordenou a realização da “[...] crônica dos sete primeiros reis de Portugal, que hoje chamamos de Crônica de 1419 [...]” (COSER, 2007, p. 704). O primeiro

cronista-mor foi Fernão Lopes, designado por D. Duarte para “[...] produzir esse passado comum do reino português, ao mesmo tempo que afirmar a singularidade da dinastia que se estabelecia em Portugal.” (COSER, 2007, p. 710). Nessa época, o cronista era uma espécie de historiador, responsável por zelar pela memória do reino. A crônica, então, estava vinculada a seu sentido primeiro, *khronos* (do grego, tempo).

No século XIX francês, a crônica tem seu sentido alterado e é denominada *le feuilleton*. Quando apareceu pela primeira vez no “[...] *Journal des Débats*, denominava um tipo de suplemento dedicado à crítica literária e a assuntos diversos. [...]” (PENA, 2006, p. 05). É na metade do século que *le feuilleton* muda seu conceito e passa a ser um serviço do entretenimento com local determinado dentro do jornal: “o *rez-de-chaussée* – rés-do-chão, rodapé, geralmente da primeira página.” (CANDIDO, 1992, p. 96). A partir de suas mudanças, deixando de ser um relato histórico, a crônica

[...] instalou-se no periodismo, sem perder, entretanto, na essência, o traço fundamental de depoimento sobre o tempo circundante. Nesta acepção, constituiu-se a crônica um repositório precioso para se avaliar as concepções de seu autor perante o mundo que o rodeia, pois seus (pre)juízos, decorrentes de uma visão de mundo que se estratifica, afloram com espontaneidade ou se deixam surpreender. (DIMAS, 1974, p. 48).

Graças à modernização da indústria do jornal, que também contribuiu para a multiplicação das revistas ilustradas, a novidade francesa desemboca nas terras brasileiras sob o nome de “folhetim”, logo sendo substituído pelo substantivo “crônica”. Já no século XX, o referido tipo textual destaca-se no Brasil e passa a produzir uma tradição de cronistas de prestígio, como João do Rio e Rubem Braga, à qual se vincula Emir Nogueira.

O vocábulo crônica deriva do sintagma grego *khronos* (tempo), esse, aliás, é um dos fatores de maior influência desse tipo textual. O jornal é seu suporte original e, por isso, a efemeridade é seu elemento de definição. Segundo Dimas (1974), “[...] sua força [do tempo] constritora funcionando em dúplice direção: a que obriga à concisão e à brevidade e a que coage o autor a uma elaboração relativamente despolicada, na medida em que é matéria para o jornal do dia seguinte.” (DIMAS, 1974, p. 48). A única maneira de tentar fugir do esquecimento destinado às páginas do jornal seria incluir-se nas páginas de um livro e, conseqüentemente, renegar um de seus elementos constituintes.

A crônica também se define por sua brevidade e concisão, resultados de seu espaço fixo e limitado no jornal. Além disso, o estilo de escrita da crônica é diferente daquele encontrado

nas reportagens, pois a crônica flerta com a Literatura, apesar de estar presa à realidade – seu ponto de partida:

Espremida entre o rigor informativo e a liberdade verbal, a crônica condensa a tensão narrativa exemplar, cuja fidelidade ao histórico está constantemente ameaçada pela liberdade criativa. Diante do cronista, o fato se desfolha, se desventura e, eventualmente, se torna tão ambíguo quanto a própria linguagem que o moldou. Se a literatura não precisa, em princípio, de nenhum compromisso com a realidade histórica, o mesmo já não pode ocorrer com a crônica, cujo motor de arranque é o cotidiano. (DIMAS, 1974, p. 49).

Tem-se, então, uma relação ambígua, dupla, que sobrevive no entre-lugar da realidade jornalística e do requinte literário. Tal maneira de ser tem como mote o cotidiano, busca a alternância entre linguagem oral e literária para cativar o público, e a brevidade – tudo permeado pela efemeridade do jornal. Candido (1992) apresenta traços constitutivos indispensáveis à definição da crônica:

Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural. Na sua despreensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição. (CANDIDO, 1992, p. 13-14).

Felipe Pena (2006), por sua vez, denomina jornalismo literário a junção da Literatura e do Jornalismo. Acredita que as especificidades desses campos podem-se misturar para criarmos um novo campo de expressão com regras próprias e fluidas. Esse conceito se aproxima da ideia de crônica utilizada por Nogueira, que utiliza aspectos encontrados em ambos os campos. Entretanto, é importante salientar que as questões jornalísticas e pragmáticas da língua portuguesa sempre se encontram em primeiro plano nos escritos de Macedo Nogueira, designando os aspectos literários produzidos pelo autor como secundários.

1.1.1. A Língua Nossa de Cada Dia (1968 - 1982)

“A Língua Nossa de Cada Dia” foi uma coluna dominical publicada na *Folha de São Paulo* durante catorze anos, de 1968 a 1982, e foi o espaço de publicação de mais de quatrocentas crônicas elaboradas por Emir Macedo. Sem dúvida, é seu trabalho de maior extensão. A paráfrase do sintagma “o pão nosso de cada dia”, título da coluna dominical, reflete

a ambição do autor: que a palavra seja tão cotidiana e necessária à sobrevivência quanto o alimento. Para que o objetivo fosse concretizado, o meio encontrado foi dirigir-se ao público cativo de um veículo de grande circulação e informá-lo, ajudá-lo a refletir sobre o funcionamento da Língua Portuguesa. O próprio autor define o objetivo de seus escritos da seguinte maneira:

[...] enfrentar as dificuldades da expressão falada ou escrita. Sem pretensões de ditar cátedra ou dizer a última palavra, ela [a coluna] deseja ser apenas um auxiliar para professores e estudantes e para todos aqueles que geralmente não encontram nas gramáticas respostas para suas dúvidas. Evitando sempre o tom professoral das velhas “seções de Português”, “A língua nossa de cada dia” procura ser apenas um elo entre o jornal e o leitor, servindo a este numa área em que são grandes as dificuldades e as hesitações. (AS Teses..., 1976, Caderno Especial, p. 04)

Em pesquisa no *site Acervo Folha* realizada no ano de 2018, foram encontradas mais dezesseis crônicas não mencionadas na pesquisa de iniciação científica (FAPESP. Processo 2015/08055-4). Essa pesquisa, realizada em 2016, utilizou “Emir M. Nogueira”, “Emir Macedo Nogueira” e “A Língua Nossa de Cada Dia” como entradas. A segunda e mais recente pesquisa utilizou apenas o modo como o autor assinava seus escritos, “Emir M. Nogueira”. Além de encontrarmos novas crônicas, também foi observado que trinta e oito resultados já catalogados não foram exibidos, fato que permite supor que a reformulação do referido *site* e a mudança de seu mecanismo de busca ainda são deficientes e talvez não mostrem toda a produção do autor em estudo. Já que não há nenhuma indexação ou citação das crônicas de Nogueira realizada anteriormente à referida pesquisa de iniciação científica, não se sabe com certeza qual seria a extensão total da produção de Nogueira.

O que mais chama a atenção em “A Língua Nossa de Cada Dia” é sua reinvenção constante ao longo dos anos. Observamos mudanças de tamanho, formato e seção. Por exemplo, a coluna foi publicada em dezenove cadernos diferentes do jornal, desde o caderno “Ilustrada” até “Economia e Finanças”, sendo que tais mudanças nunca foram justificadas pelo jornal para o público. Seu formato e tamanho modificam-se anualmente, sendo utilizadas inovações e reincorporadas técnicas que mostraram ser de interesse do público.

Acerca da mudança de seções, nota-se que a maior parte das crônicas se encontram no caderno “Ilustrada” (vinte e três crônicas) e “Primeiro Caderno” (dezesseis). A seção “Caderno de Domingo” incluiu sete crônicas. “Local/Educação/Interior” abrigou seis crônicas; “Terceiro Caderno” e “Local/Educação”, cinco textos cada. Seis diferentes seções comportam as oito crônicas restantes: em “Local” e “Folha Feminina” são publicados dois textos respectivamente.

Encontramos apenas uma crônica em cada um dos seguintes cadernos: “Caderno Especial”, “Quarto Caderno”, “Segundo Caderno” e “Classificados”. Acreditamos que essa dispersão tem origem na reformulação pela qual a *Folha de São Paulo* passava, pois o início da gestão Frias-Caldeira em 1962 é temporalmente próximo à inauguração da coluna assinada por Nogueira (MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H., 1981). Além disso, é provável que algumas crônicas tenham sido deslocadas para que seu conteúdo dialogasse com o restante do conteúdo presente em uma página do jornal. Por exemplo, crônicas cujo tema tangencia questões escolares, como as análises de provas e vestibulares, podem ter sido propositalmente deslocadas para o caderno “Local/Educação/Interior” enquanto crônicas de cunho político e social podem ser sido alocadas nos primeiros cadernos, que dialogam com esses temas.

No primeiro ano de publicação, 1968, várias pequenas crônicas eram escritas no mesmo espaço e dialogavam entre si. No ano seguinte, optou-se pela publicação de uma única crônica preenchendo todo o espaço, sendo esse maior quando comparado com o tamanho reservado à coluna no ano anterior. Em 1970, criaram-se as seções “É esta sua dúvida?” e “Presença do leitor” que tinham como objeto criar e manter laços com os leitores. A primeira era um jogo de perguntas e respostas cujas dúvidas eram respondidas e explicadas por nosso autor. “Presença do leitor” reproduzia a carta de alguns leitores da coluna e, por vezes, Nogueira respondia às sugestões, comentários e dúvidas; nem todas as cartas, porém, eram respondidas – algumas eram apenas publicadas. A seguir, a imagem da coluna publicada em 26/04/1970. Nela é possível observar a crônica “Coisas de computadores” e as novidades “É esta a sua dúvida?” e “Presença do leitor”:

Coisas de computadores

Submeter dados a um computador — como se dirá isso, se se quiser usar uma única palavra? A forma que vem sendo mais empregada entre nós, e que ameaça acabar impondo-se, pelo menos no comércio (o jargão dos economistas...), é *computerizar*. Mas isso não tem nada com português; aquilo é, ali no meio, mostra logo que o molde é inglês (*computer, de to compute*). Alguns recorrem a *computarizar*, que também não é feliz, pois

não formamos normalmente verbos derivados de outros verbos (*computar mais lazar*).

A única solução aceitável é *computadearizar*, por mais feia que possa parecer a inovação. *Computar* é palavra comum na língua, embora erudita, e de largo consumo mesmo antes do progresso técnico dos últimos anos; significa, como se sabe, *contar* (aliás, *computar* é *contar* originam-se da mesma palavra

latina, sendo por isso chamadas formas divergentes, a primeira, erudita, a segunda, popular). *Calcular* pode também ser considerado como sinônimo de *computar*. Naturalmente, um aparelho que faz cálculos é um computador, vocábulo regularmente formado, segundo as normas do idioma. Acrescido a essa palavra o sufixo *lazar*, de larga aplicação na linguagem moderna, chegamos a *computadearizar* — ou seja, fornecer ao computador da-

dos que lhe permitam realizar as complicadíssimas operações de que essas máquinas são capazes hoje em dia.

Aquelas a cujos ouvidos repugna esse neologismo — efetivamente mal soante e pedantesco — resta sempre o recurso de exprimir a mesma idéia com várias palavras, o que também é da índole da língua. O substantivo correspondente a *computadearizar* é *computadearização*, contra o qual se podem oferecer as mi-

mas objeções, de natureza eufônica, que o seu parceiro recebe. A saída, também nesse caso, é recorrer a uma perífrase ou circunlocução, isto é, um rodeio de palavras.

Assinala-se, por fim, já que falamos em eufonia, que muitos gramáticos consideram defeitivo o verbo *computar*, o qual no seu entender não se conjuga nas três pessoas do singular do presente do indicativo. As razões seriam puramente eufônicas.

É esta a sua dúvida?

1) Nome de uma peça teatral atualmente em exibição em São Paulo: «O Cordão... a) Umbilical; b) Umbilical».

2) Região da América Central, às voltas com sérias crises: a) Caraíbas; b) Caraíbas; c) Caribe.

3) Hoje, no Morumbi, Jô-

go entre a seleção do Brasil e a da Bulgária. Pronúncia correta do nome da capital búlgara: a) Sôfia; b) Sofia.

4) Bairro de São Paulo: a) Campos Elísios; b) Campos Elísios.

5) São Carlos na Alemanha, com intervenção federal. O natural de São Carlos é: a) são-carliense; b) sancarlenze; c) são-carliense.

Respostas

1) b. O adjetivo que se emprega para designar coisas relativas ao umbigo é *umbilical*, com *i*. Recordem-se as formas populares de *umbigo*: *embigo* e *imbigo*.

2) b ou c. Caraíbas (a-i) ou caribes eram os indígenas que primitivamente habitavam a região. Há ainda a variante *cariba*.

3) a. A maioria dos estudiosos do assunto recomenda a pronúncia *Séfia*, palavra que teria vindo do nome de Ivã Soff, personagem importante da história búlgara. Já o nome de mulher *Sofia* (do grego *sofia*, *sabedoria*) é paroxítono. É provavelmente por influência deste que se observa a tendência de deslocar o acento de *Sôfia*.

4) a. Na mitologia greco-latina, *Elísio* ou *Eliseu* era o lugar destinado aos heróis e aos justos, depois da morte. Também se chamava *Campos Elísios*. *Elísios* não existe.

5) c. Nos adjetivos pátricos relativos a nomes compostos, aparece o hífen (conforme norte-americano, sulrio-grandense, são-caetanense etc.).

Presença do leitor

Do leitor A. P. Falsani (Capital):

«É frequente ler nos jornais: «... os KIBUTZIN...» Pergunta: KIBUTZIN é o plural em hebraico de KIBUTZ?»

«Em caso afirmativo, tenho a dizer: se fosse possível os jornalistas e os brasileiros de cultura média,

em geral, conhecessem as regras de gramática de todas as principais línguas do mundo, então não haveria problema.

«Mas é corriqueiro aparecerem «desafinações» estridentes já com palavras de línguas estrangeiras muito mais acessíveis do

que as símilas, como por ex.: «O BANDITTI»; «O CONDOTTIERI»; o... «neologismo» «INHOQUE» (plural... singularizado, já citado há algum tempo em «A Língua Nossa de Cada Dia»); se esses plurais italianos (maltratados) já vieram singulares, o que seria dele; o plural?

«O plural em — s, derivante das formas do acusativo plural latino, não é apenas peculiar ao português, mas também ao espanhol, francês e inglês: quase internacional, pois. Mais uma razão, creio, se quisermos estabelecer uma regra geral, para usarmos sempre essa terminação pa-

ra as palavras estrangeiras no plural.

«E essa, eventualmente, a regra certa, ou não há nenhuma a esse respeito? Não há regra estabelecida, senão a que o bom senso indica. E o bom senso está com o leitor, nessas ponderações.

Imagem 03: Coluna “A Língua Nossa de Cada Dia” publicada em 26/04/1970, onde se observam a crônica “Coisas de computadores” e as seções “É esta a sua dúvida?” e “Presença do leitor”

Ao longo dos anos, vários outros recursos foram utilizados, como o uso de imagens e fotografias, a opção por publicar e comentar cartas enviadas ao autor, o uso de crônicas já publicadas — com ou sem alterações nelas. Por isso, entendemos que escrever, para Macedo Nogueira, não era só uma das várias funções que ele exercera no jornal, mas sim um espaço de experimentação e discussão. A formatação das crônicas do jornalista pode ser dividida em três etapas: 1) comentário de um fato concreto, real; 2) discussão de assuntos linguísticos — como

morfologia, ortografia e fonética – que permeiam o assunto cotidiano apresentado; 3) retomada do assunto inicial aliado ao assunto linguístico em questão.

O modo de construção das crônicas reafirma o desejo de que a reflexão acerca da língua vernácula não seja exclusiva dos estudiosos, mas que deve ser tão cotidiana quanto os assuntos que servem como mote inicial. Desse modo, a linguagem utilizada, marcada pela metalinguagem, oscila entre a seriedade e a informalidade, pois o autor evita o tom autoritário normalmente atribuído ao professor e ao jornalista. Assim, percebemos que as crônicas de Nogueira, bem como seus demais trabalhos calcados no jornalismo literário, almejam e se realizam por:

[...] potencializar os recursos do jornalismo, ultrapassar os limites dos acontecimentos cotidianos, proporcionar visões amplas da realidade, exercer plenamente a cidadania, romper as correntes burocráticas do lide, evitar os definidores primários e, principalmente, garantir perenidade e profundidade aos relatos. No dia seguinte, o texto deve servir para algo mais do que simplesmente embrulhar o peixe na feira. (PENA, 2006, p. 06)

As crônicas de Nogueira, como pretendemos demonstrar, mobilizam um conhecimento organizado, sintético e espirituoso sobre aspectos da língua e da vida nacionais, que, sem pretensões de absoluto, vão se entranhando na experiência dos leitores.

1.1.2. Maneiras de Dizer (1973 - ?)

Os ideais norteadores de “A Língua Nossa de Cada Dia” continuam a ser seguidos em “Maneiras de Dizer”, coluna publicada às segundas-feiras, cujo objetivo era “[...] explicar, toda semana, as palavras que o torcedor usa, sem perceber que está formando uma nova linguagem.” (NOGUEIRA, 1973, Caderno Esporte, p. 02).

“Maneiras de Dizer” foi inaugurada em 1973 e não sabemos ainda por quanto tempo a coluna foi mantida. Na fase atual da pesquisa, foram localizadas apenas cinco crônicas, publicadas entre doze de novembro e dez de dezembro do referido ano. Para chegar a esses resultados, utilizamos duas entradas diferentes – “Emir M. Nogueira” e “Maneiras de Dizer” – para a busca no *site Acervo Folha*. Duas das cinco crônicas – as publicações de dezenove e vinte e seis de novembro – exploram o mesmo assunto, “o gol”. Pode-se considerar, então, que foram publicadas cinco crônicas que abordam quatro assuntos distintos em um mesmo campo semântico: a bola, o gol, o chute e o jogador, sendo esses os assuntos também os títulos das crônicas.

Quando comparamos “Maneiras de Dizer” com “A Língua Nossa de Cada Dia”, notamos que o espaço destinado às primeiras é menor. Esse fator, além de cumprir a necessidade de alinhar-se ao tema em debate, faz com que a linguagem utilizada seja mais informal. Desse modo, a metalinguagem restringe-se ao mínimo necessário para ponderar sobre sintagmas, neologismos e traduções. Tal fato evidencia que Emir Macedo reinventa-se no seu modo de conceber crônicas sem que isso atrapalhe seu objetivo de instigar a reflexão de seus leitores.

A crônica “O chute” (1973) exemplifica o formato adotado nas crônicas esportivas. O primeiro parágrafo inicia-se do mesmo modo aplicado em “A Língua Nossa de Cada Dia”, informando ao leitor sentidos possíveis para o vocábulo “chute” e sua origem – “[...] inglês, **shoot**, arremesso [...]” (NOGUEIRA, 1973, Caderno Esporte, p. 02. Negrito do autor). Porém, logo somos advertidos de que “Maneiras de Dizer” trata-se de um espaço diferente da primeira coluna de Macedo Nogueira: “Mas o que interessa, aqui, é o chute no futebol. [...]”. O autor estudado traz sinônimos normalmente usados que se originaram na linguagem militar como “tiro” e “bomba”. Apresenta também sentidos negativos que os sinônimos de “chute” podem vir a ter – como o caso de “tijolada” e “chutão”.

Diferentemente do que vemos em “A Língua Nossa de Cada Dia”, as crônicas elaboradas em “Maneiras de Dizer” não se preocupam com grandes explicações, atendo-se somente ao tema – o vocábulo “chute” – e todas as possibilidades de seu emprego na linguagem futebolística. Assim, tais crônicas podem ser consideradas mais simples, utilizando em poucos momentos a metalinguagem ou termos técnicos – o que faz com que a linguagem seja próxima ao cotidiano e a crônica seja mais leve, lida de modo mais rápido, pois não propõe ao leitor maiores reflexões já que seu objetivo é apenas veicular informações.

1.1.3. Programas de rádio (1974 - ?)

Outro veículo de massa utilizado amplamente por Nogueira em seu objetivo da popularização do ensino foi o rádio. Em reportagem de Regina Penteado (Ilustrada, 1974, p. 08), somos informados de que o programa “Encontro com a Literatura” foi inaugurado em sete de março de 1974. Era veiculado às quintas-feiras às catorze horas e trinta minutos na Rádio Cultura. Além de o texto ser elaborado por Nogueira, o programa era produzido por Therezinha Vieira Martins e apresentado por Sadi Cabral³. Walter Silva (Ilustrada, 1974, p. 08) nos informa

³ Sadi Souza Leite Cabral (Maceió, Alagoas, 1906 - São Paulo, São Paulo, 1986) foi um importante ator e diretor. Além disso, foi bailarino, trabalhou em rádios, fez papéis em telenovelas nos canais TV Bandeirantes, Excelsior, Cultura, Rede Globo e Tupi e atuou em mais de quarenta filmes. Participou de grandes companhias de

que, em maio daquele ano, o programa era veiculado duas vezes por semana, às nove horas e às catorze horas. Esse fato mostra a popularização do programa já que a reprise do conteúdo permitiria que mais pessoas tivessem acesso às informações e discussões propostas.

No mesmo ano, Nogueira e seus colegas colocaram outro programa de cunho educacional no ar. O programa chamava-se “Português para Todos” e foi iniciado em outubro de 1974. Desde seu início, o novo programa de rádio era reprisado – um aspecto considerado positivo, pois indica a existência de um público interessado no tipo de conteúdo veiculado. Infelizmente, encontramos apenas informações acerca do programa, mas ainda não tivemos acesso a seu conteúdo (nossa consulta ao Museu da Imagem e do Som não retornou informação efetiva sobre a existência de registros de áudio), o que impede sua análise. Ainda assim, é importante não descartar esse trabalho do autor e considerá-lo no conjunto de seus esforços como divulgador do conhecimento.

1.1.4. Editoriais

Outra faceta da produção intelectual de Nogueira é a publicação de editoriais. Esse tipo textual, definido por José Marques Melo como aquele que “[...] expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento. [...]” (MELO, 1985, p. 79), caracteriza-se por ser “[...] como um ensaio curto, embebido do senso de oportunidade.” (BOND, 1959, p. 196). É importante lembrar que ensaio e editorial, apesar de pertencerem ao gênero opinativo, diferem-se pelo fato de o tipo textual em análise “[...] não ter, em geral, ‘valor permanente’, subordinando-se sua vida à dos fatos que o determinam. Sua fonte são os acontecimentos do dia no campo nacional e internacional, de preferência os que dizem mais de perto a seus leitores.” (AMARAL, 1969, p. 139). O editorial, então, teria semelhanças com a crônica por ser marcado pela efemeridade. Esse tipo textual tem quatro características principais:

[...] impessoalidade (não se trata de matéria assinada, utilizando portanto a terceira pessoa do singular ou a primeira do plural); topicalidade (trata de um tema bem delimitado, mesmo que ainda não tenha adquirido configuração pública); condensabilidade (poucas idéias, dando maior ênfase às afirmações

teatro como Os Comediantes, Teatro Brasileiro de Comédia e Teatro de Arena. Iniciou sua carreira no teatro em 1924, atuando em “Secretário de Sua Excelência”, da Companhia de Abigail Maia. Na década de 30, passou a trabalhar em programas de rádio. Sua primeira composição, em parceria com Custódio Mesquita, foi feita em 1938. Seu primeiro trabalho como diretor foi “As guerras do Alecrim e da Manjerona” de 1939. Sadi Cabral recebeu importantes prêmios como o prêmio Saci do jornal *O Estado de São Paulo*, prêmio Governador do Estado de São Paulo e a medalha de ouro da Associação Paulista de Críticos Teatrais. Em 1949, passa a lecionar no Curso Prático de Teatro. Em 1981, apresenta “O Homem do princípio ao fim”, de Millôr Fernandes, seu último trabalho no teatro. Após a década de 80, passa a dedicar-se exclusivamente à televisão.

que às demonstrações); plasticidade (flexibilidade, maleabilidade, não dogmatismo). (MELO, 1985, p. 82).

Segundo Bond (1959), o editorial é estruturado em título, “notícia chave” – aquilo sobre o que se discorre – opiniões e, por fim, possíveis explicações acerca das opiniões expressas, sendo essa última facultativa. Nabantino Ramos (1970) não define uma estrutura formal para o tipo textual em questão, mas frisa a necessidade de nele haver “[...] brevidade, a clareza, a oportunidade, como a coerência, a segurança e, quando cabível, a coragem. [...]” (RAMOS, 1970, p. 97-98).

Emir Nogueira passou a compor a equipe editorial de Cláudio Abramo⁴ já na gestão Frias-Caldeira, desempenhando a função de secretário de redação (PINTO, 2012). Ao longo de sua trajetória profissional, publicou vinte editoriais, sendo que onze deles foram elaborados no ano de 1970.

Esses editoriais, produzidos por Emir Nogueira, J. Reis e Paulo Mendonça, procurarão traduzir essa perspectiva da empresa que ocupara, no ano anterior, com os estudos das Reformas de Base. Mas os novos tempos recomendariam calma e paciência, as cores mais brandas do liberalismo sendo desde logo e tolerados pelo novo regime. (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 196).

Apesar da indicação de que editoriais não são assinados por traduzirem as opiniões da instituição, Nogueira assinava seus textos. Como tema, revezavam-se assuntos relativos à educação e ao futebol, o que nos remete às suas colunas de crônicas. A partir dos motes selecionados pelo autor, notamos que a opinião de Melo (1985) sobre o editorial falar ao Estado mais do que à população parece ser válida nesse caso.

Tomemos como exemplo o editorial “Compasso de espera” (1970) que pondera acerca de um fenômeno considerado tipicamente brasileiro: “[...] o Brasil fica parado desde as festas de fim de ano até depois do carnaval. [...]” (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 04). É

⁴ Segundo Beatriz Kushnir, no site CPDOC, Cláudio Abramo (São Paulo, 06/04/1923 – 14/08/1987) foi um importante jornalista. Teve seu primeiro contato com o jornalismo ao trabalhar na agência de publicidade Arco. Após passar por diversas agências de notícias como a Interamericana, Press Parga e a agência Meridional, tornou-se jornalista no Jornal de São Paulo em 1945 – foi nesse período que começou a utilizar pseudônimos como John Poison e Carlos Hard – jornal onde trabalharia até sua falência. Em 1948, tornou-se ser funcionário *d’O Estado de S. Paulo* e, dois anos depois, cursou jornalismo na Escola de Estudos Superiores em Paris. Quando retornou ao Brasil, foi convidado por Júlio de Mesquita Filho a assumir a secretaria do jornal. Cláudio Abramo deixou *O Estado de S. Paulo* em 1963 para tornar-se assessor de Carvalho Pinto, ministro da Fazenda do governo João Goulart. Passou o ano de 1964 desempregado devido a discriminações políticas. No final de 1965, foi convidado por Otavio Frias de Oliveira, para participar da empresa *Transao*, que realizava corretagem de ações e análises diárias para a *Folha de S. Paulo*. Após tornar-se funcionário do jornal, houve episódios de afastamento em 1974 e 1977. Retornou à *Folha de S. Paulo* em 1980 como correspondente em Londres e, quatro anos mais tarde, retornou ao Brasil passando a escrever a coluna “São Paulo”. Recebeu medalhas importantes dos governos italiano e polonês, além da medalha do Mérito do Trabalho – recebida em 1986.

importante notar que o autor se propõe apenas a comentar o fato ao invés de fazer juízo de valor sobre ele: “É bom ou mau que tal aconteça? Não seremos nós que iremos pontificar sobre o comportamento coletivo de todo um povo. [...]” (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 04).

Apresenta-se um problema, “[...] Este ano, porém, com o futebol, o reinício está demorando mais [...]” (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 04), que gera uma pergunta prontamente respondida: “[...] quando começará, de verdade, o ano de 1970? Para muita gente, só em 71... [...]” (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 04). Notamos que o texto inteiro foi escrito repleto de bom humor: “[...] Se vencermos, as comemorações serão obrigatórias e durante bom tempo não se pensará em outra coisa. Se perdermos... ah!, se perdermos a mágoa da ‘catástrofe’ deverá oprimir-nos, igualmente, durante semanas e semanas.” (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 04). Apresentam-se argumentos que realçam a importância que o futebol possui na cultura brasileira, como catalisador de emoções intensas.

O texto datado, remete a um fato esportivo do ano de 1970 e, caso queiramos expandir essa temática, do ano em que o Brasil se tornou tricampeão na Copa do Mundo de Futebol masculino, sediado no México. Percebemos o quão circunstancial é o editorial e, por mais bem escrito que seja, dificilmente poderíamos enquadrá-lo nas seções de maior prestígio a respeito da língua vernácula. Trata-se, todavia, de uma crônica que remete a um momento decisivo para o futebol brasileiro em um dos seus momentos mais brilhantes, com uma seleção que incluía Pelé, Jairzinho, Tostão, Rivellino, Gérson, Clodoaldo, Piazza e Carlos Alberto Torres. O país, no entanto, vivia à sombra da ditadura. A alusão rápida e crítica à imobilidade gerada no país pela expectativa em relação à Copa de Mundo de 1970 assinala a intrínseca efemeridade presente nesse tipo textual, mas capta uma constante do comportamento nacional, de modo que o efêmero e o permanente se imbricam momentaneamente.

1.2 O perfil do intelectual

Após tomarmos conhecimento da história e atuação de Nogueira, é possível trazer à tona seu perfil intelectual. Primeiramente, é necessário entender a acepção do termo “intelectual” para, posteriormente, ponderar como o jornalista Emir Macedo encaixa-se nessa definição.

De modo simples, poderíamos compreender o referido conceito como “[...] tôdas aquelas pessoas cuja principal atividade é o devotamento sistemático ao conhecimento. [...] Também pertencem a êle a assimilação de conhecimentos e a transmissão de conhecimentos. [...]” (QUESADA, 1969, p. 60). Voltando às raízes do termo, entretanto, vemos que essa definição é simplista. Segundo Macdonald (1969) o intelectual de hoje teria origens gregas, descendendo de um importante filósofo:

Foi Platão quem primeiro definiu o papel do intelectual na sociedade e, portanto, na política. Para êle, o que hoje chamamos de ‘intelectual’ equivaleria a ‘filósofo, amante da sabedoria’. Segundo o pensamento platônico, o filósofo é um indivíduo cujo demônio interior o impele a procurar a verdade através do uso disciplinado da razão, um árduo empreendimento que poucos são capazes de realizar. Aos que perseverarem, contudo, ser-lhes-á dado penetrar na percepção da natureza das coisas, na compreensão da realidade cósmica, bases sôbre as quais poderão estruturar uma vida harmoniosa e equilibrada. (MACDONALD, 1969, p. 10)

Assim, o intelectual cumpriu seu papel ao longo dos séculos, sendo “[...] uma das constantes da história e, portanto, uma de suas necessidades. Surge em tôdas as épocas como um mosquito importuno e sua contribuição polimorfa à política é admirável, [...]” (MACDONALD, 1969, p. 18). Já no final do século XIX, as ideias de filósofo e intelectual haviam seguido caminhos distintos sendo que esse passa a ser definido sobretudo a partir do caso Dreyfus:

[...] os escritores, os artistas e os cientistas afirmaram-se pela primeira vez como intelectuais quando, no momento do caso Dreyfus, intervieram na vida política *enquanto tais*, isto é, com uma autoridade específica fundada na vinculação ao mundo relativamente autônomo da arte, da ciência e da literatura, e em todos os valores associados a essa autonomia – desinteresse, competência, etc. (BOURDIEU, s. d., p. 370. Itálicos do autor)

Barthes (1981) afirma que “[...] o intelectual é tratado como um feiticeiro [...] é aquele que incomoda interesses ideológicos. [...]” (BARTHES, 1981, p. 193), sendo essa sua vocação. Uma definição de maior abrangência seria

[...] O intelectual prova um trajecto histórico de que ele é de algum modo o resíduo. Ele cristaliza, sob a forma de resíduo, pulsões, desejos, complicações, bloqueamentos que pertencem provavelmente a toda a sociedade. Os optimistas dizem que o intelectual é uma ‘testemunha’. Eu diria antes que ele é apenas um ‘traço’. (BARTHES, 1981, p. 266).

A ideia a que Barthes, com razão, se contrapõe pode ser ilustrada por meio daquilo que costuma ser entendido como os “[...] dois caraterísticos essenciais do intelectual, os quais se combinam para formar sua missão histórica: a paixão pela verdade e o dever de transmitir essa verdade, tal como êle a entende, a seus semelhantes.” (MACDONALD, 1969, p. 11). Todas essas definições conectam-se em um ponto: O intelectual é alguém que possui estreita ligação com a sociedade e com o que se entende por verdade. Seu modo de atuação é a aplicação de

seus conhecimentos em defesa da autonomia e liberdade dos seres humanos. Assim, talvez possamos entender o intelectual como

[...] Encerrado em sua ordem própria, apoiado em seus próprios valores de liberdade, de desinteresse, de justiça, que excluem que possa abdicar de sua autoridade e de sua responsabilidade específicas em troca de proveitos ou de poderes temporais necessariamente desvalorizados, ele [o intelectual] afirma-se, contra as leis específicas da política, as da *Realpolitik* e da razão de Estado, como o defensor de princípios universais que não são mais do que o produto da universalização dos princípios específicos de seu universo próprio. (BOURDIEU, s. d., p. 151).

Sua função, então, é marcada por “[...] criticar a linguagem burguesa sob o reinado da própria burguesia; ele tem de ser ao mesmo tempo um analista e um utopista, representar ao mesmo tempo as dificuldades e os desejos loucos do mundo; [...]” (BARTHES, 1981, p. 194), isto é, ser um intérprete da sociedade, criticando a realidade ao mesmo tempo em que busca defendê-la do que considera injustiças, conservando os conhecimentos já descobertos concomitantemente a suas buscas pela nova verdade. Assim,

As tarefas do intelectual [...] Brecht formulou-as muitas vezes: trata-se de decompor a ideologia burguesa (e pequeno-burguesa), de estudar as forças que fazem avançar o mundo e fazer progredir a teoria. Sob estas fórmulas, é evidente que é preciso colocar uma grande variedade de práticas de escrita e de linguagem (visto que o intelectual se assume como um ser de linguagem, o que precisamente perturba a confiança num mundo que opõe de forma soberba as ‘realidades’ às ‘palavras’, como se a linguagem se limitasse a ser para o homem o cenário vão de interesses mais substanciais). (BARTHES, 1981, p. 194)

Considerando especificamente a atuação de Nogueira, é importante notar que todas as atividades exercidas são permeadas pelo cidadão Emir Macedo Nogueira, cujo empenho na partilha de conhecimento e reflexões, é presente e palpável em todas as esferas de sua ação, a começar pela docência. Isso nos faz perceber que a relação com o Outro é indispensável a Nogueira, pois é só a partir dela que o diálogo existe. A preocupação para além de si mesmo também está fortemente marcada na figura do sindicalista que adere às decisões da maioria, mesmo que não concorde com elas – como ocorreu com a greve dos jornalistas de 1979. O jornalista, portanto, é um dos perfis que compõe esse homem que se especializou em política, se empenhou na luta em defesa do coletivo e da educação e foi obstinado pela reflexão sobre as implicações do uso da Língua Portuguesa na sociedade tensa em que viveu. Essas três frentes

de ação (professor, sindicalista e jornalista) do intelectual em estudo são complementares e atuantes mesmo diante da adversidade da ditadura militar.

Merece particular destaque seu espírito de professor. Justificamos esse posicionamento após ponderar sobre sua trajetória profissional e perceber que ela é permeada pela multiplicação do saber e a disposição para aprender e ensinar do professor-jornalista. Nogueira é um professor cujos alunos são todos aqueles que o cercam nos mais variados cenários por ele habitado. Os traços que elencamos – cidadão, sindicalista, jornalista e professor – são complementares e que é dessa junção que surge o intelectual Emir Macedo Nogueira: um professor que utiliza o meio jornalístico e sindical para fazer valer seu desejo de alcançar o Outro na partilha do conhecimento e na busca da justiça social. Graças a essa escolha consciente, o intelectual Emir Macedo Nogueira possui ainda mais tarefas:

[...] a responsabilidade do intelectual empenhado em cometimentos educacionais é deveras terrível. Terá de precaver-se para não colocar opiniões e preconceitos subjetivos no lugar da consciência e da verdade, como terá de permanecer constantemente cômico da obrigação de ser objetivo, mas não tão objetivo a ponto de tornar-se indefinido. E cumpre-lhe também ter visão e metas racionais pelas quais se empenhe, salvaguardando-se ao mesmo tempo das futilidades do idealismo inócua pela lembrança das limitações impostas pela contingência. Se honesto, será de uma consciência aguçada quanto à responsabilidade do que afirma, dado que mesmo o que casualmente ensina terá crédito e será seguido por muitos de seus ouvintes, com consequência imprevisíveis. (MACDONALD, 1969, p. 16).

Considerando-se o alcance e os limites do complexo papel exercido pelo intelectual, para compreender o perfil de Emir Nogueira é necessário considerar o aspecto ideológico da palavra. Segundo Bakhtin (2006): “[...] *A palavra é o fenômeno ideológico por excelência.* [...] A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. [...]” (2006, p. 34. Itálicos do autor). O que entendemos como palavra é, portanto, um signo no qual se encerra uma superestrutura que se realiza a partir da ideologia ali contida. Pensar a palavra como signo significa explorar seu aspecto ideológico e “[...] Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. *Sem signos não existe ideologia.* [...]” (BAKHTIN, 2006, p. 29. Itálicos do autor), pois a ideologia dialoga com o mundo exterior ao sujeito.

O posicionamento de Emir Macedo em relação ao emprego da língua para refletir sobre os usos dessa mesma língua é uma decisão ideológica que remete não só aos interesses individuais do autor, mas também dialoga com a sociedade na qual ele se insere, pois “realizando-se no processo da relação social, todo signo ideológico, e portanto também o signo

linguístico, vê-se marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados. [...]” (BAKHTIN, 2006, p. 43). Assim, o signo liga-se a seu emissor e ao receptor da mensagem ideológica nele contida.

[...] Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 2006, p. 115. Itálicos do autor)

A relação eu-outro em Nogueira possui diversas nuances. Em geral, ela se apresenta contra o normativismo imposto, seja em aspectos políticos ou gramaticais. O autor posiciona-se contra a censura e o momento político no qual viveu a partir de recursos linguísticos como a ironia, por exemplo, do mesmo modo que busca defender os usos em detrimento dos exageros das regras gramaticais, como no caso de plurais de palavras como Coca-cola, simplificado pelo uso corriqueiro em “duas Cocas” ao invés das mirabolantes formas que as regras ortográficas sugeriam.

A partir da convicção de que “[...] cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais.” (BAKHTIN, 2006, p. 66), é necessário entender que Nogueira está constantemente numa luta contra a ideologia dominante que, nesse caso, é extremamente controladora e, portanto, opressora. Provas disso são a tortura física e psicológica e a censura que a ditadura militar realizava.

Graças ao contexto social da época e à ideologia dominante, era frequente a tentativa de fixar o signo em um único significado; sendo que este significado seria considerado pela classe dominante como neutro – contrariando sua natureza plural numa tentativa de controlar a arena de batalha e vencer a luta engendrada na palavra. Isso acontece porque

[...] na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como sendo válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante. (BAKHTIN, 2006, p. 46)

Considerado por esse ângulo bakhtiniano, o constante embate de Nogueira contra a ideologia dominante ocorria dentro de suas funções, pois todas ligavam-se à língua. Ao contrário do que muitos teóricos postulavam, o autor não enxergava a língua como algo rígido e normativo, mas sim como um instrumento de aspecto vivaz em sua realidade de transformação ininterrupta. A partir de seu uso racional da língua, sabendo-a signo ideológico, podemos inferir que Nogueira tinha consciência de que

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. [...] A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. (BAKHTIN, 2006, p. 40)

Por isso, é necessário abordarmos aspectos não só linguísticos, mas também ideológicos em nosso trabalho, uma vez que esses dois aspectos da realidade em momento algum estão dissociados; ao contrário, são complementares.

2. Língua e sociedade

Essa dissertação adotou duas frentes correlacionadas para analisar as crônicas de Nogueira: a consideração sobre as relações amplas e complexas estabelecidas por meio da relação entre Língua Portuguesa e a sociedade que a utiliza e a observação dos múltiplos aspectos linguísticos considerados nas crônicas. Tais frentes se justificam por se tratar de crônicas publicadas em uma coluna cujo título acentua já o lugar vital que a língua ocupa na vida cívica de seus usuários: “A língua nossa de cada dia”. Na primeira frente, agrupamos textos sob um mesmo tema, a exemplo de “política”, para mensurarmos o impacto desses temas no conjunto da obra do autor, já que são motes que se destacam por serem muito recorrentes. A análise, com ênfase gramatical, concentrou-se nos problemas linguísticos discutidos em subconjuntos de crônicas por Macedo. Convém lembrar, porém, que mesmo as considerações de tendência mais descritiva das questões do funcionamento da língua portuguesa fazem acenos claros para a conjuntura histórica e cultural dos “anos de chumbo”.

2.1 Assuntos cotidianos

São cinco os assuntos mais recorrentemente explorados pelo autor: futebol, política, educação, gíria e linguagem técnica especializada. É importante observar que esses temas são cotidianos propositalmente, pois o autor tem consciência de que é ao usar a língua que construímos a sociedade e esta, por sua vez, pode modificar a própria linguagem.

2.1.1 Futebol

O futebol é o tema central da coluna “Maneiras de Dizer”, o que indica a importância do assunto para Nogueira. Tal fato não é coincidência. Sabemos que o objetivo do autor era a divulgação do conhecimento sobre a Língua Portuguesa e um modo eficaz de fazer isso é ter como mote algo extremamente popular tal qual o referido esporte, referência cotidiana na vida dos brasileiros. Assim, as cinco crônicas da coluna em pauta mostram que a reflexão proposta por Macedo não precisa ser difícil ou impessoal, nos moldes da educação escolar. Pelo contrário, é possível lidar com diferentes aspectos do conhecimento a partir da junção de dois assuntos que, aparentemente, não se relacionariam. Esse raciocínio leva-nos a recordar que os falantes moldam o mundo por meio da língua e, por isso, refletir sobre a linguagem que utilizamos é um modo de repensar e transformar nosso meio.

A crônica “A bola” (1973a), por exemplo, revela expressões figuradas do mundo do futebol que compõem-se a partir daquele substantivo, como em “[...] Há jogadores que ‘prendem a bola’ muito bem, sem que sejam policiais, outros que ‘roubam a bola’ dos

adversários, sem serem ladrões, terceiros, ainda, que, em certos lances, têm admirável capacidade de ‘esconder a bola’, sem estar brincando de esconde-esconde.” (NOGUEIRA, 1973a, Esporte, p. 02). Do mesmo modo, “O jogador” (1973b) é um texto que se constitui a partir da reflexão sobre vocábulos que orbitam ao redor do substantivo que intitula a crônica – “[...] Ultimamente, a tendência é usar **craque** apenas para o jogador de qualidades superiores à média; umas poucas dezenas, no Brasil, mereceriam de fato esse nome.” (NOGUEIRA, 1973b, Esporte, p. 02. Negrito do autor); “Dispostos em campo para disputar uma partida, os jogadores, constituem um **time, quadro** ou **equipe** (os portugueses preferem usar **equipa**). Um time muito bom é um **tímaço**, mas um quadro excelente não é um **quadrão**; é promovido a **esquadrão**, às vezes **esquadra**. [...]” (NOGUEIRA, 1973b, Esporte, p. 02. Negritos do autor).

As crônicas sobre “gol” receberam espaço mais amplo no jornal do que as demais crônicas da coluna, mas, mesmo assim, o assunto foi dividido em duas publicações diferentes – “O gol – I” (1973a) e “O gol – II” (1973b), publicados em sequência – o que as diferencia das demais crônicas de “Maneiras de Dizer”. O texto, único, separado por questões de diagramação do jornal, apresenta três elementos – o goleiro e o gol, trabalhado em suas duas acepções: “[...] **ponto** ou **tento**, obtido quando a bola ultrapassa a ‘linha fatal’ onde geralmente deve estar postado o goleiro; outro, o de **meta** (também chamada **arco, baliza, cidadela** e outros sinônimos mais ou menos adequados.” (NOGUEIRA, 1973a, Terceiro Caderno, p. 02. Negritos do autor).

Além disso, “O gol – I” e “O gol – II” discutem sinônimos – “O homem que joga no gol é goleiro, **arqueiro, guarda-valas, guarda-meta, golquíper** ou simplesmente **quíper** (os dois últimos, aportuguesamento do inglês **goal keeper** e **keeper**).” (NOGUEIRA, 1973a, Terceiro Caderno, p. 02. Negrito do autor) –, esclarecem o significado de expressões – “[...] Quando ele tenta segurar ou rebater uma bola alta lançada sobre sua área, e não o consegue, diz-se que ficou ‘caçando borboletas’, naquela atitude típica de quem está desnordeado.” (NOGUEIRA, 1973a, Terceiro Caderno, p. 02); “De um jogador que revela extraordinária vontade de marcar, costuma-se afirmar que está ‘com fome de gol’. Em compensação, o jogador egoísta, que parece ignorar os companheiros, é chamado ‘fominha’. [...]” (NOGUEIRA, 1973b, Terceiro Caderno, p. 02) – e explicitam aspectos linguísticos do vocábulo “gol”, como em “Adaptação do inglês **goal**, o nosso **gol** tem um plural irregular: **gols** (as palavras terminadas em **ol** perdem normalmente a letra final e recebem **is** no plural; [...] O aumentativo é **golaço**, [...] O coletivo de gol é **goleada** [...]” (NOGUEIRA, 1973b, Terceiro Caderno, p. 02. Negritos do autor). Percebe-se a graciosa agilidade com que Nogueira elenca vocábulos e expressões constitutivas do campo semântico do futebol, a origem estrangeira de vocábulos, as acentuadas correlações

com aspectos da vida diária (prende, mas não é polícia; rouba, mas não é ladrão, por exemplo). Destaque-se ainda as referências à variedade sinonímica, o uso de metáforas definidoras dos que vacilam em frente ao gol (caçando borboletas) e dos que são obstinados para efetuar-lo (“fominhas”). Esse conjunto efetua uma nítida celebração da vitalidade linguística do jargão futebolístico.

Em “A Língua Nossa de Cada Dia”, o esporte também é um assunto recorrente. Por exemplo, em “Do Bexiga à pilantragem” (1969) temos a substituição errônea de “e” por “i” ao grafar determinados vocábulos – “Você, que gosta de futebol, nunca achou graça numa *pixotada* de algum jogador? Nunca chamou de *pixote* um jogador inábil e desajeitado? [...]” (NOGUEIRA, 1969, Folha Feminina, p. 10. Itálicos do autor). De modo semelhante, o esporte serve como argumento para discussões propostas nas crônicas “Uma preposição prestigiada” (1969c) – “[...] Quanto aos comentaristas de futebol, seu quase sistemático emprêgo de **de**, em construções do tipo das mencionadas acima, dispensa exemplificação. (NOGUEIRA, 1969c, Ilustrada, p. 02. Negrito do autor) –, “O vocativo da moda” (1971) – “[...] Na linguagem futebolística, [bicho] é a gratificação dada a jogadores por vitória ou empate.” (NOGUEIRA, 1971, Classificados, p. 10) – e “Verbos pronominais” (1971) – “Vamos se trocar?” – diz o jogador de futebol ao companheiro, na hora de se prepararem para entrar em campo. [...]” (NOGUEIRA, 1971, Ilustrada, p. 02) – e “Você sabia?” (1969a) – [...] carta à qual se pode atribuir o valor de qualquer outra. O nome dela é curinga (nome que se dá também, no futebol, ao jogador que se adapta a qualquer posição). [...]” (NOGUEIRA, 1969a, Ilustrada, p. 02).

“O vulgar e o enfático” (1970) problematiza a linguagem dos locutores de rádio e televisão diante das vitórias do time brasileiro na Copa do Mundo de futebol masculino de 1970 e questiona: “Os adjetivos laudatórios estão sendo tão fartamente usados, nesta fase do Campeonato, que não é improvável que se esgote o estoque, na fase decisiva. Se o Brasil for campeão, como todos esperamos, quais adjetivos sobrarão para qualificar-lhe devidamente o feito?” (NOGUEIRA, 1970, Ilustrada, p. 55). Frente à propensão encomiástica da imprensa, que tende a sobrevalorizar o desempenho dos atletas brasileiros, Emir Macedo solicita moderação, porque o tratamento laudatório antes da consagração final dos campeonatos atua como um redutor do valor efetivo dos atletas, porque torna a adjetivação inexpressiva:

[...] Nestas horas em que todas as atenções estão voltadas para a Copa do Mundo, vale a pena reparar na linguagem dos locutores e comentaristas esportivos de rádio e televisão. Quando uma vitória os empolga (e felizmente só temos tido vitórias até agora), travam entre si o seu campeonatozinho particular de exageros verbais. Para qualificar o desempenho de um jogador, não se limitam ao adjetivo cabível; desfiam meia-dúzia dêles a espetacular,

fantástico, gigantesco, fabuloso, esplêndido). Um jogador bom vira cracão. É enfim um nunca-acabar de excessos, com os quais os autores pretendem imprimir vigor às suas palavras, conseguindo apenas torná-las enfaticamente ôcas. (NOGUEIRA, 1970, Ilustrada, p. 55)

Ainda sobre o mesmo evento esportivo, mas referente à edição de 1974, temos a crônica “O estrategista” (1974), que discute as habilidades do técnico da Seleção, Zagalo: “Os cem milhões de técnicos de futebol existentes no Brasil ainda não chegaram a uma conclusão sobre o técnico da seleção brasileira: é um gênio ou um incompetente? As vitórias obtidas até aqui se devem à sorte ou à estratégia de Zagalo?” (NOGUEIRA, 1974, Segundo Caderno, p. 06).

“Futebolísticas” (1982) comenta os possíveis modos de grafar o nome do clube esportivo Corinthians: seja conservando seu anacronismo já que o Formulário Ortográfico brasileiro determina “[...] que ‘poderá ser mantida a grafia original de quaisquer firmas, sociedades, títulos e marcas que se ache inscritos em registro público’. [...]” (NOGUEIRA, 1982, Local, p. 06), seja atualizando os nomes para conforme regras gramaticais então vigentes, pois já referido Formulário postula “[...] que ‘os nomes próprios personativos, locativos e de qualquer natureza, sendo portugueses ou aporuguesados, estão sujeitos às mesmas regras estabelecidas para os nomes comuns’. [...]” (NOGUEIRA, 1982, Local, p. 06). Assim, observa Nogueira:

Na área futebolística, aliás, não faltam exemplos de um curioso anacronismo, nesses casos de grafia de nomes de clubes. O inglês sport há muito está aporuguesado em esporte, e é assim que esse vocábulo aparece normalmente escrito. Mas quando se trata de escrever o nome de um time de Recife que disputa a Taça de Ouro, os volantes da Loteria Esportiva e muitos órgãos de divulgação referem-se ao Sport. *Por que não o Esporte?* E por que se haverá de grafar Micto, clube de Mato Grosso, quando nenhuma criança mais ignora que é misto que se escreve? E por que Coritiba, clube do Paraná, se a própria capital desse Estado já modernizou seu nome há tempos? (NOGUEIRA, 1982, Local, p. 06. Itálicos do autor.)

Por fim, “O torcedor de futebol” (1970) é uma crônica criada para e a partir da reflexão sobre o nome dado ao torcedor dos grandes times paulistas, pensando sobre cada um dos sufixos gentílicos empregados para esse fim:

[...] Curioso é que a cada grande clube paulista corresponde um sufixo diferente: **ano** ficou para o Coríntians (**corintiano**, como paraibano); **ense** para o Palmeiras (**palmeirense**, como amazenense), **ista** para o Santos (**santista**, como paulista); e **ino** para o São Paulo (**são-paulino**, como bragantino) Com a Portuguêsa acontece outra curiosidade [...] em São Paulo o adjetivo **luso** só se emprega com o sentido de: relativo à Portuguêsa (tanto à

de Desportos quanto à Santista)... (NOGUEIRA, 1970, Ilustrada, p. 02. Negritos do autor).

Vemos, então, que o futebol é mote inicial de quatro crônicas (“O vulgar e o enfático”, “O estrategista”, “O torcedor de futebol” e “Futebolísticas”) e é utilizado como exemplo em outros cinco textos, “Do Bexiga à pilantragem”, “Uma preposição prestigiada”, “O vocativo da moda” e “Verbos pronominais”. Sendo assim, o referido tema representa pouco mais de doze por cento do total de crônicas escritas.

Além das crônicas, o tema também é recorrente nos editoriais assinados por Nogueira; são sete os editoriais cujo mote é o futebol: “Compasso de espera” (1970a), “Dente de Leite: depoimento” (1970), “O misterioso encanto de um clube” (1977), “Os nossos craques, com seus nomes de meninos descalços” (1970), “Eles só jogam com uma perna” (1970), “Sem patriotadas” (1970i) e “Viva Zagalo!” (1974), sendo que cada um lhe oferece um tratamento diferente.

“O misterioso encanto de um clube” (1977), por exemplo, não só trata de futebol, mas também focaliza o time pelo qual Nogueira torcia – “[...] êste colunista corintiano da velha guarda [...]” (NOGUEIRA, 1977, Ilustrada, p. 02). O objetivo do texto é desbravar as razões pelas quais a torcida corintiana aumentou enquanto as torcidas dos demais times do estado de São Paulo parecem estar em declínio. Trata-se, sobretudo, do que o autor chama de corintianismo – por ele definido como “[...] esse verdadeiro fenômeno paulista, uma instituição que pode ser considerada a própria imagem do fracasso (tanto que ficou na ‘fila’ 22 anos, sem conseguir ganhar um campeonato) – e no entanto cada vez mais prestigiada e amada pelo povo. [...]” (NOGUEIRA, 1977, Quarto Caderno, p. 04) –, e do reconhecimento desse surpreendente efeito de atrair fiéis mesmo perdendo continuamente nos jogos. Assim, Macedo homenageia o time pela conquista do título estadual naquele ano, mas também remete à imprevisibilidade das paixões: “Vamos ver se, ganhando agora – enfim de vez em quando é bom ganhar – o encanto não desaparecerá.” (NOGUEIRA, 1977, Quarto Caderno, p. 04).

Em “Dente de Leite: depoimento” (1970), somos apresentados à visão de Macedo Nogueira e suas opiniões enquanto pai – “[...] experiência pessoal do pai de um participante dessas competições. É um testemunho espontâneo, sincero e desinteressado, a que, por uma questão de justiça, o autor destas linhas não poderia fugir.” (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 15). Isso ocorre porque Nogueira utiliza o espaço do editorial para comentar as melhoras que o campeonato de futebol amador “Dente de Leite” proporcionou a um de seus filhos e também para elogiar o referido campeonato, com uma importante ressalva sobre a

primazia do aprendizado e da ética. – “[...] Muito mais importante do que os prêmios, porém, é o que ele lucrou, em termos de seu aperfeiçoamento como pessoa e como atleta [...]” (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 15); “[...] Revelou que um menino de 13-14 anos tinha consciência de suas responsabilidades e dos compromissos assumidos. Não podia abandonar o clube, os companheiros, o técnico. Não será isso uma coisa importantíssima num garoto?” (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 15); “[...] Integrou-se à sua pequena comunidade, vive em função de seus companheiros, é capaz de sacrificar um legítimo desejo de projeção pessoal se com isso o conjunto for beneficiado. Não é isso que se deseja de qualquer cidadão, dentro de uma comunidade? (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 15). A partir dos excertos destacados, notamos que há um nítido apreço pela noção de coletividade, companheirismo e disciplina que o futebol poderia proporcionar aos jovens que o praticassem.

Nesse editorial e no entendimento geral de Macedo Nogueira, o esporte é encarado como uma das várias vias para se alcançar a educação uma vez que sua prática conduz a questões essenciais, como o espírito de equipe e tenacidade, para a formação do jovem, e o exercício de sua cidadania. Assim, duas paixões do autor – o futebol e a educação – mostram-se complementares. O futebol é visto como mais do que uma recreação ou passatempo, ele é um meio de aprendizagem e de exercício da educação cidadã. Isso se mostra verdadeiro não só no microcosmos da realidade de Nogueira e sua família, mas também nas questões políticas nas quais o futebol se envolveu durante a ditadura militar. Um exemplo disso é movimento denominado Democracia Corinthiana, no qual todos os envolvidos com o clube de futebol paulista Corinthians, desde jogadores até roupeiros, tinham direito a um voto e, com esse, eram realizadas votações para as tomadas de decisões referentes ao clube. O referido movimento e a autogestão do clube era uma clara afronta ao sistema político vigente daquela época na qual não havia o direito ao voto e a escolha de representantes nos vários níveis de governo (municipal, estadual e federal).

O editorial “Eles só jogam com uma perna” (1970), infelizmente, encontra-se parcialmente apagado, o que impede sua leitura e compreensão plenas. Sendo assim, só é possível afirmar que o texto tem como assunto o futebol, por meio do excerto, retirado do primeiro parágrafo, “A atual seleção brasileira tem quatro jogadores fora de série: Pelé, Tostão, Gerson e Rivelino. [...]”. Ainda referindo-se a esses jogadores, “Os nossos craques, com seus nomes de meninos descalços”, comenta com bom humor a importância do apelido ou de um bom nome para os jogadores de futebol – “[...] como na vida artística, também no futebol o nome tem importância fundamental. Há nomes que são ‘futebolísticos’ e outros que não o são (embora um jogador de talento possa contrariar essa norma). [...]” (NOGUEIRA, 1970,

Primeiro Caderno, p. 07); “[...] a eliminação dos apelidos desfiguraria completamente o futebol, arruinando-lhe aquele sabor popular e intimista que é a sua melhor característica.” (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 07).

“Compasso de espera” (1970a) questiona quando o ano de 1970 efetivamente se iniciará – “[...] Este ano, porém, com o futebol, o reinício está demorando mais [...]” (NOGUEIRA, 1970a, Primeiro Caderno, p. 04). Segundo o autor, o mais provável é que isso só ocorra após as comemorações ou decepções advindas da Copa do Mundo. Por sua vez, “Viva Zagalo!” (1974) mostra o otimismo de Nogueira – “No fim, estaremos lá.” (NOGUEIRA, 1974, Esporte, p. 03) – em relação à Copa do Mundo de futebol masculino de 1974:

Os outros é que são os bons. Os outros é que têm a obrigação de dar espetáculos. Nós estamos em decadência (mas ninguém ainda ganhou de nós), não marcamos gols (mas ninguém marcou em nós), jogamos mal (mas estamos em situação mais cômoda do que os nossos adversários de chave, que tem de enfrentar-se entre si e não podem perder). (NOGUEIRA, 1974, Esporte, p. 03)

“Sem patriotadas” (1970i) une futebol, ou esportes em geral, e política:

[...] Nações totalitárias é que costumam misturar as coisas. Não se ignora, por exemplo, que em competições esportivas internacionais, os países socialistas (especialmente a URSS) fazem ou faziam questão cerrada de vencer os Estados Unidos, apenas para ‘provar’ a superioridade do seu regime. Ao tempo do nazismo e do fascismo, atletas alemães e italianos partiam para disputas esportivas como quem vai para a guerra: impunha-se vencer, a qualquer preço, para honra da pátria e do regime. [...] (NOGUEIRA, 1970i, Primeiro Caderno, p. 04).

Emir Macedo evidencia sua contrariedade com os perigos do nacionalismo exacerbado (“patriotadas”), próprio de governos autoritários, entre os quais o próprio Brasil se incluía, afeitos a fazer uso propagandístico de sua presumida grandeza por meio da vitória em competições esportivas.

2.1.2 Política

Apesar de ser um assunto espinhoso, especialmente quando consideramos o contexto de ditadura política vivido pelo Brasil durante a produção intelectual de Nogueira, é digno de nota que o agrupamento de crônicas de cunho político seja significativamente maior do que o de cunho futebolístico. O tema representa aproximadamente vinte e quatro por cento do *corpus* em análise. Além disso, no conjunto de figuras de autoridade utilizado por Emir Macedo,

dezenove delas são referentes a políticos (Jânio Quadros⁵, o presidente Médici⁶, presidente argentino Lanusse⁷, por exemplo) ou instituições públicas (como a “Fundação Nacional do Índio” e “DET – Departamento de trânsito”). Fica evidente a importância do tema político para o autor e seus leitores, dada sua alta frequência como mote inicial para a construção dos textos de Nogueira. Esse fenômeno pode ser justificado pela especialização do autor sobre o assunto, iniciada na década de sessenta. (UM homem que conhecia tudo numa Redação, 1982, Primeiro Caderno, p. 08).

As crônicas que utilizam a política como tema se dividem naquelas que tem o contexto político como mote inicial, como exemplos e modo de ilustrar determinada situação ou como temática de todo o texto. “Primeiro-ministro” (1974) – “Nos regimes políticos de tipo parlamentarista, ao chefe do governo dá-se geralmente o nome de **primeiro-ministro**. [...] Quem já exerceu a função e dela está afastado é **ex-primeiro-ministro**, como é o caso do sr. Marcelo Caetano⁸, ora exilado no Brasil.” (NOGUEIRA, 1974, Local/Educação/Interior, p. 13. Negritos do autor) –, “Problemas do h” (1973c) – “[...] Tal cautela está presente, por exemplo, em PLANHAP, o Plano Nacional de Habitação Popular, anunciado há pouco pelo Presidente da República [...]” (NOGUEIRA, 1973c, Local/Educação/Interior, p. 10) – e “A revolução de 9 de julho e simplificação ortográfica” (1968) – “O supremo comando militar da Revolução Constitucionalista de 1932 – que esta semana comemorou mais um aniversário [...]”

⁵ Jânio da Silva Quadros (Campo Grande, 25/01/1917 – São Paulo, 16/02/1992) iniciou sua carreira em 1947, quando se candidatou a vereador e foi eleito após a cassação dos mandatos dos parlamentares do Partido Comunista Brasileiro. Em 1950, elegeu-se deputado estadual e, três anos mais tarde, tornou-se prefeito de São Paulo. Tornou-se governador do estado em 1955. Cinco anos mais tarde, Jânio venceria as eleições presidenciais. Em agosto de 1961, Jânio renunciou ao cargo de presidente. Após o golpe militar e a cassação de seus direitos políticos, ficou à margem do cenário nacional. Filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e foi lançado candidato ao governo de São Paulo em 1981. Elegeu-se prefeito de São Paulo em 1986.

⁶ Emílio Garrastazu Médici (Bagé, 04/12/1905 – Rio de Janeiro, 09/10/1985) foi um importante militar e político brasileiro. Em 1957, assumiu a chefia do Estado Maior da 3ª região militar de Porto Alegre. Em 1961, tornou-se comandante da Academia Militar das Agulhas Negras e foi promovido a general-de-brigada. Foi delegado brasileiro na Junta internacional de defesa Brasil-Estado Unidos. Em 1967, assumiu a chefia do Serviço Nacional de Informações e, dois anos mais tarde, era o comandante do 3º Exército do Rio Grande do Sul. Foi indicado como sucessor de Costa e Silva no regime militar. Em 1969, assumiu o cargo de presidente da república. Durante seu mandato, houve o “milagre brasileiro”, mas a melhora na economia brasileira se findou em 1973, quando se iniciou a crise do petróleo – na época, importávamos mais de 80% do combustível consumido no país.

⁷ Alejandro Agustín Lanusse (28/08/1918), após se formar no Colégio Militar Nacional, foi promovido a subtenente de cavalaria em 1938. Em 1941, foi promovido a tenente. Entre 1971 e 1973, foi presidente a Argentina. A tônica de seu mandato era devolver o poder ao povo ao invés de mantê-lo com as Forças Armadas.

⁸ Marcelo Caetano (Lisboa, Portugal, 17/08/1906 – Rio de Janeiro, 26/10/1980) era formado em Direito e doutor na área de Ciências Político-Econômicas pela Universidade de Lisboa. Foi professor e reitor da universidade na qual estudou. Exerceu os seguintes cargos durante sua carreira política: vogal da União Nacional (1932), comissário nacional da Mocidade Portuguesa (1940-1944), ministro das Colônias (1944-1947), presidente da comissão executiva da União Nacional (1947-1949), presidente da Câmara Corporativa (1949-1955), ministro da presidência (1955-1958) e chefe do governo (1968-1974) – quando sucedeu Salazar. Foi deposto e exilado, vindo ao Brasil. No Rio de Janeiro, foi diretor do Instituto de Direito Comparado na Universidade Gama Filho (1974-1980).

(NOGUEIRA, 1968, Ilustrada, p. 09) – exemplificam cada uma dessas possibilidades respectivamente.

Na primeira crônica antes referida, “Primeiro-ministro”, da qual destacamos parte do primeiro parágrafo, pode-se observar a repetição intencional da palavra que intitula a crônica e a referência à figura de autoridade do ex-primeiro-ministro português Marcelo Caetano. Mediar o desconforto de Macedo com o exílio concedido pelo Brasil ao ex-primeiro-ministro português, figura eminente da ditadura salazarista, cria um contexto aparentemente banal, mas ideologicamente marcado para o desenvolvimento da crônica. O segundo texto, “Problemas do h” (1973), utiliza as siglas pelas quais órgãos governamentais são conhecidos para discutir questões sonoras da consoante “h”. As siglas, então, apenas exemplificam as ideias expostas por Nogueira, tendo papel menor quando comparamos essa crônica com a primeira. O último exemplo citado, “O supremo comando militar da Revolução Constitucionalista de 1932”, ilustra como a temática política ocupa toda a crônica. A política é o mote inicial e também dá corpo aos exemplos utilizados.

Há cinco crônicas que usam a política apenas como exemplos, como em “[...] CONDEPHAAT, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, órgão da Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo. [...]” (NOGUEIRA, 1973c, Local/Educação/Interior, p. 10), excerto pertencente à crônica “Problemas do h” (1973). As outras quatro crônicas que utilizam a temática política dessa maneira são “Uma preposição prestigiada” (1969c), “Colorida” (1982), “Ainda o economês” (1970a) e “Língua e preconceito” (1976).

Em “Ainda o economês” (1970a) é possível notar o prestígio que a linguagem técnica especializada da área de economia ganhou ao longo do tempo por ser empregada em diferentes contextos, como o político, até então inimagináveis. Isso pode ser comprovado no trecho “[...] o ‘economês’ já vai transbordando para outras áreas. Ainda essa semana, o relator do projeto de censura, no Senado, afirmou em seu parecer estar **superavitariamente** provada a necessidade daquela moda. [...]” (NOGUEIRA, 1970a, Ilustrada, p. 08. Negrito do autor).

Em “Colorida” (1982), é utilizado um recurso irônico que apresenta um novo significado atribuído ao adjetivo “colorida”, utilizado por um programa televisivo (“Amizade Colorida”), alvo de discordância dos censores da ditadura, contrária à expansão semântica desse adjetivo e, sobretudo, horrorizada com o novo comportamento a que ele se referia. Temos, num mesmo excerto, as ideias de leveza presente no adjetivo “colorida” e a ideia de rigidez, no ato de obrigar a extinção do programa: “[...] ‘amizade colorida’, título de uma série de programas da TV Globo, significa [...] relacionamento mais “livre”, o que daria mais “cor” à convivência

entre pessoas – com o que não parece ter concordado a censura, que obrigou o programa a sair do ar.” (NOGUEIRA, 1982, Local/Educação, p. 06). Segundo Fábio Costa (2018), a série televisiva mencionada era criação de Armando Costa, Bráulio Pedroso, Domingos de Oliveira e Lenita Plonczynski e foi veiculada entre abril e junho de 1981. “Amizade Colorida” era uma resposta a “Malu Mulher” – programa de Regina Duarte que teve grande repercussão ao discutir temas ditos femininos, que foi ao ar em 1980 – e contava os casos amorosos e sem compromisso do fotógrafo Edu, interpretado por Antônio Fagundes.

Em “Uma preposição prestigiada” (1969c), o autor se solidariza com os revisores empregados por deputados pela necessidade de eliminação do uso excessivo da preposição “de”: “Os revisores dos discursos dos deputados na Assembléia Legislativa tinham imenso trabalho para corrigir expressões como esta: ‘Afirmo de que nada me afastará do cumprimento do dever’. [...]” (NOGUEIRA, 1969c, Ilustrada, p. 02). Por fim, em “Língua e preconceito” (1976), temos a revolta de Nogueira e seu franco posicionamento em relação ao preconceito social e linguístico da ocupação de cargos diversos por mulheres:

[...] muitos órgãos de comunicação resistem à designação de **primeira-ministra** para as mulheres que chefiam governos parlamentaristas. Lêem-se e ouvem-se incongruências como o **primeiro-ministro** Indira Gandhi, a **ex-primeiro-ministro** Golda Meir, etc. Durante muito tempo, “estranhava-se” o feminino **deputada** (daí, tolices como o **deputado** Maria, a **deputado** Maria), como já se estranhou **juíza**, **desembargadora**, etc. (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 21. Negritos do autor)

A primeira deputada brasileira, Carlota Pereira Queiróz, foi eleita em 1934, mesmo ano no qual foi garantido o direito das mulheres ao voto no Brasil. Diante desse fato, percebemos a força que o preconceito – refletido nas questões linguísticas abordadas por Nogueira – possui, pois quarenta anos depois do início da ocupação de cargos políticos por mulheres, ainda havia resistências linguísticas e sociais que são comprovadas pela crônica em análise.

Crônicas que adotam a temática política como seu mote inicial, além da já citada crônica “Primeiro-ministro” (1974), são: “Ferromoças” (1974), “Entre mim” (1976), “Ponto de exclamação” (1976), “Pode ser e posso ser” (1972b) e “Os verbos curtos” (1976). Na crônica que dialoga com Carlos Drummond de Andrade e busca um sinônimo mais eufônico para o substantivo que intitula esse texto, “Ferromoças” (1974), a contextualização que permite o desenvolvimento da crônica é: “[...] a propósito da viagem do presidente Médici, de São Paulo a Paranapiacaba e Piaçaguera, para inaugurar um novo sistema de tração na Serra do Mar [...]” (NOGUEIRA, 1974, Primeiro Caderno, p. 22). Segundo o dicionário online Caldas Aulete

(s.d.), ferromoça seria uma “Comissária que atende passageiros de trem em viagens longas.” e a formação dessa palavra se daria pela junção de “(estrada de) ferro + moça”, numa clara analogia a aeromoça.

“Entre mim” (1976) explora a infeliz declaração do governador “[...] Paulo Egídio⁹ desmentiu outro dia divergências ‘entre eu e o Laudo Natel¹⁰, entre eu e os ex-governadores Abreu Sodré¹¹, Carvalho Pinto¹² e Lucas Nogueira Garcez¹³, entre eu e qualquer companheiro de nosso partido’. [...]” (NOGUEIRA, 1976, Local/Educação, 06).

Antes de considerarmos as questões pronominais que fazem com que seja necessário corrigir a fala de Egídio, é necessário pensar sobre o que, exatamente, são os pronomes. Rocha Lima (1972) define-os como “[...] vazios de conteúdo semântico, têm significação essencialmente ocasional, determinada pelo conjunto da *situação*: *eu*, situação da pessoa que fala; *meu*, situação daquilo que pertence à pessoa que fala; *este*, situação de proximidade em relação à pessoa que fala, etc...” (LIMA, 1972, 110. Itálicos do autor).

⁹ Paulo Egídio Martins (São Paulo, 02/05/1928 –) iniciou sua trajetória política ainda na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando era estudante de engenharia civil, onde foi eleito presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME) em 1948. Dois anos depois, elegeu-se secretário internacional da UNE, passando posteriormente ao cargo de diretor de relações internacionais. Em 1966, assumiu o ministério da Indústria e do Comércio. Em 1975, tornou-se governador do estado de São Paulo através de eleições indiretas. Após seu mandato como governador, não chegou a ocupar nenhum cargo no senado ou na câmara federal, mas continuou no cenário político se filiando a diversos partidos em diferentes ocasiões. Ao longo de sua vida, conciliou cargos nos setores públicos e privados, sempre ligado à cúpula das instituições as quais era ligado.

¹⁰ Laudo Natel (São Manuel, 14/09/1920 –) era formado em economia e administração de empresas. Durante quase trinta anos, trabalhou no banco *Bradesco*. Em 1952, passou a trabalhar como diretor de Finanças do *São Paulo Futebol Clube*, ao qual manteve-se ligado por mais de vinte anos. No cenário político, Natel também obteve grande importância, tendo sido governador do estado em duas ocasiões: a partir de 1966, quando Adhemar de Barros foi destituído de seu cargo, e em 1971, cargo obtido por meio de eleições indiretas.

¹¹ Roberto Costa de Abreu Sodré (São Paulo, 21/06/1918 – 14/09/1999) elegeu-se deputado estadual em 1950, sendo reeleito em 1954 e 1958. Entre 1960 e 1962, foi eleito presidente da Assembleia Legislativa. Em 1966, tornou-se governador de São Paulo. Atuou como presidente do Conselho Nacional do Café (CNC) entre 1980 a 1982 – após a derrota de sua candidatura para o governo de São Paulo –, voltando a ocupar o cargo em 1983, deixando-o em 1986 para assumir o Ministério das Relações Exteriores. Abreu Sodré ainda foi presidente da Eletropaulo (1982) e presidente do Conselho Monetário Nacional (1985).

¹² Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (São Paulo, 15/03/1910 – 21/07/1987) foi assessor jurídico da Prefeitura de São Paulo entre 1938 e 1947. Em 1953, foi nomeado para a Secretaria de Finanças da cidade, passando a ser secretário estadual de Finanças quando Jânio Quadros tornou-se governador do estado. Em 1958, foi eleito governador do estado de São Paulo. Após o fim de seu mandato, tornou-se ministro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Foi convidado por João Goulart para assumir o Ministério da Fazenda em junho de 1963 – cargo deixado em dezembro do mesmo ano. Carvalho Pinto apoiou o golpe militar e filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) após a imposição do bipartidarismo. Pela ARENA, elegeu-se senador por São Paulo em 1965.

¹³ Lucas Nogueira Garcez (São Paulo, 09/12/1913 – 11/05/1982) era engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Manteve-se ligado à universidade, fazendo carreira e ocupando diversos cargos. Sua atuação política iniciou-se em 1947, quando foi nomeado secretário de Viação e Obras Públicas. Candidatou-se para o governo de São Paulo com o apoio de Ademar de Barros e venceu as eleições. Retornou às atividades políticas apenas em 1970, quando assumiu a presidência da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) de São Paulo para promover a união dentro do partido até que as eleições daquele ano fossem realizadas.

Passemos às considerações de Bechara (2001) para compreender as diferenças entre os chamados pronomes retos e pronomes oblíquos – o primeiro tipo é aquele empregado pelo governador enquanto o segundo é aquele que deveria ter sido utilizado:

As formas *eu, tu, ele, ela, nós, vós, eles, elas*, que funcionam como sujeito, se dizem *retas*. A cada um destes pronomes pessoais retos corresponde um pronome pessoal oblíquo que funciona como complemento e pode apresentar-se em forma átona ou forma tônica. Ao contrário das formas átonas, *as tônicas vêm sempre presas a preposição*: (BECHARA, 2001, p. 164. Itálicos do autor).

Mário Perini em sua obra *Gramática do Português Brasileiro* (2010) afirma que “As formas *mim* e *ti* aparecem depois das outras preposições [fora a preposição com] (PERINI, 2010, p.117. Itálicos do autor), concordando inicialmente com Lima (1972) e Bechara (2001). Entretanto, faz uma ressalva que vai na contramão do que os dois primeiros teóricos afirmam: “[...] com a preposição *entre*, que ocorre com SN no plural ou coordenado (*entre João e Maria*), o normal é usar as formas retas do pronome” (PERINI, 2010, p. 117. Itálicos do autor). A observação de Perini decorre de seu posicionamento perante a gramática, adequando-a mais ao uso do que às normas.

Feitas tais considerações, podemos asseverar que a utilização da preposição “entre”, no tempo em que Nogueira escreve, exigia o emprego de um pronome oblíquo ao invés de um pronome do caso reto para que a declaração de Paulo Egídio estivesse gramaticalmente correta. É visível, porém, que o emprego do pronome reto, todavia, parece ser referido mais para ressaltar o traço personalista do mandatário, que se põe invariavelmente em posição de sujeito (“eu”) seja em que situação for. Há uma sutil caricatura do egocentrismo de Paulo Egídio, traído pelo uso da língua.

Em “Ponto de exclamação” (1976), o mote inicial é o processo que sofre um jornalista ao ter escrito uma matéria denunciando os bens do prefeito da cidade de Piracicaba: “[...] um jornalista de Piracicaba está sendo processado por causa de um ponto de exclamação. [...] indiciar o jornalista como incurso na Lei de Imprensa.” (NOGUEIRA, 1976, Terceiro Caderno, p. 08). Na referida matéria, publicou-se o sintagma “Não houve enriquecimento ilícito!”, centro de toda a discussão. Apesar de Nogueira pouco expressar-se em relação ao ocorrido, o fato de escolher o referido acontecimento como contextualização de sua crônica traz à tona os absurdos e abusos que os jornalistas sofriam durante a ditadura. O processo, claro, era um constrangimento que poderia ter sido evitado, por tratar-se de “[...] uma acusação que qualquer advogado recém-formado, assessorado por um razoável professor de Português, tira de letra.

[...]” (NOGUEIRA, 1976, Terceiro Caderno, p. 08), isto é, uma acusação infundada devido à subjetividade da escrita e, em especial, do emprego do referido sinal de pontuação.

Para Rocha Lima (1972), “Usa-se [o ponto de exclamação] depois de qualquer palavra, expressão ou frase, na qual, com entoação apropriada, se indique espanto, surpresa, entusiasmo, susto, cólera, piedade, súplica.” (LIMA, 1972, p. 468). Segundo Evanildo Bechara (2001), “Há escritores que denotam a gradação da surpresa através da narração com aumento progressivo do ponto de exclamação ou de interrogação:” (BECHARA, 2001, p. 608). O referido sinal de pontuação teria seu lugar “[...] no fim da oração enunciada com entonação exclamativa” (BECHARA, 2001, p. 607); além disso, “Põe-se o ponto de exclamação depois de uma interjeição:” (BECHARA, 2001, p. 608).

Na própria crônica escrita por Emir Nogueira, o autor apresenta sua explicação acerca do referido sinal de pontuação. Segundo ele, o ponto de exclamação seria responsável por expressar “[...] uma gama praticamente infinita de sentimentos. Em ‘não houve enriquecimento ilícito!’, tecnicamente, pode haver ironia ou sarcasmo, é verdade, mas também pode haver surpresa, admiração, entusiasmo, espanto, alívio, alegria, incredulidade, dúvida, etc.” (NOGUEIRA, 1976, Terceiro Caderno, p. 08). Além dessa definição inicial, Macedo Nogueira expande-a ao recomendar:

[...] que esses recursos para indicar emoções (ponto de exclamação e reticências) devem ser usados com a maior parcimônia. Quem sabe escrever – escreve; quem sabe transmitir emoções – transmite-as. Quem não sabe é que se sente obrigado a recorrer a artifícios. O texto recheado de pontos de exclamação ou reticências indica incapacidade de expressão. [...] (NOGUEIRA, 1976, Terceiro Caderno, p. 08).

“Pode ser e posso ser” (1972b) refere-se às frases “O próximo pode ser eu” e “O próximo posso ser eu”, assim grafadas pela imprensa brasileira, proferidas pelo “[...] presidente Lanusse, da Argentina, depois dos trágicos acontecimentos¹⁴ da última semana, foi reproduzida sob duas versões pela imprensa brasileira. [...] A referência era à possibilidade de o próprio presidente vir a ser vítima de um atentado terrorista.” (NOGUEIRA, 1972b, Caderno de Domingo, p. 08). O fato de que uma notícia internacional ser usada como contextualização e assunto para uma

¹⁴ De acordo com matéria jornalística do Jornal do Brasil, os acontecimentos aos quais a crônica se refere são a execução do general Juan Carlos Sánchez, comandante do II Corpo do Exército argentino, e do diretor e presidente das fábricas argentinas da Fiat-Concord, Oberdan Sallustro (TERRORISMO argentino executa Sallustro e metralha o comandante do II Exército, Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 abr. 1972. Primeiro Caderno, p. 01).

crônica mostra o impacto que essa notícia teve no Brasil e como o jornalista Nogueira mantinha-se atento aos fatos que ocorriam ao seu redor.

Sobre os dois modos de grafar a frase, Emir Macedo aceita ambas as possibilidades e justifica seu comportamento a partir de uma norma gramatical, uma particularidade do verbo “ser”: [...] Ao contrário dos demais verbos, que concordam em número e pessoa com o sujeito, pode deixar de o fazer, concordando com o seu predicativo. E isso se aplica tanto às formas simples como às compostas de **ser**. (NOGUEIRA, 1972b, Caderno de Domingo, p. 08. Negrito do autor).

“Verbos curtos” (1976) explica consequências advindas da norma jornalística: manter títulos de matérias curtos e empregar preferencialmente o tempo presente, por ser considerado o mais expressivo dos tempos verbais. Desse modo, amplia-se o significado de verbos como “ser”, “ver” e “querer” e eles passam a corresponder a uma série de outros verbos que trariam melhorias à interpretação, mas que feririam a referida norma jornalística. Assim,

[...] Uma autoridade pretende propor tal ou qual medida, cogita de tal ou qual providência: o velho quer, mal ou bem, resume todas essas perífrases (Egídio **quer** novos impostos). **Diz**, igualmente, substitui nos títulos de jornais **declara, afirma, responde, escreve, alega, argumenta, anuncia**, etc.; até ser inanimado diz coisa, nos títulos: “Dieese diz que vi sobre 3,8%”, lia-se na primeira página de um jornal de São Paulo, esta semana. (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 34. Negritos do autor).

A diferença entre crônicas que utilizam o tema em estudo como mote inicial e aquelas que o utilizam em todo o texto é que nessas temos maior desenvolvimento do assunto político no texto. Desse modo, o aspecto linguístico a ser tratado também se liga à temática. Por exemplo, a crônica “A revolução de 9 de julho e simplificação ortográfica” (1968) inicia-se com “O supremo comando militar da Revolução Constitucionalista de 1932 – que esta semana comemorou mais um aniversário [...]” (NOGUEIRA, 1968, Ilustrada, p. 09) e os diferentes sistemas ortográficos possíveis e, em especial, o vigente são justamente o assunto linguístico debatido na crônica. Assim, explora-se as ideias do general Bertoldo Klinger¹⁵ no campo gramatical, sem que para isso o assunto político seja deixado de lado – prova disso é a transcrição da proclamação do dia doze de julho de 1932, transcrita do livro *Narrativas*

¹⁵ Bertoldo Klinger (Rio Grande, 1884 – Rio de Janeiro, 1969) participou da revolta da vacina obrigatória em 1904. Após 1924, ano em que fora preso pela segunda vez, comandou tropas legalistas contra a Coluna Prestes. Em 1930, participou do golpe promovido pelas Forças Armadas que afastou o presidente da República, Washington Luís. Foi exilado em Portugal por sua participação na insurreição que queria depor Getúlio Vargas e voltou ao Brasil em 1934. Foi readmitido no exército em 1947. Em 1964, apoiou os militares no golpe que derrubou o presidente João Goulart.

Autobiográficas, Vol. VII, proferida pelo general e grafada em seu sistema de simplificação automática:

Camaradas sivils e militares! A glorióza imsurreição paolista contra a ditadura foe uma realizasão irrezistível, imediatamente consumada, sem um tiro, pela manifésta solidariedade das guarnisões federal, estadual, organizações militares e sivils e toda a populasão outra. O lomjimcuo Mato Groso (...) imediatamente secundou ésa nóbre atitude. (...) Só á falta de imformasões sobre a verdade, falta, á imagem dos velhos métodos, suprida pela mentira, é ce nos Estados ainda não redentos, sivils e militares ainda não pronunciaruom a sua dezão a ésa caoza. (...) Agóra, porém, ce a verdade vos xega: ce esperaes? Quanto antes, maes patriótico! (...) Estamos em marcha em vóso aosílio, maz muinto maes formozo, para vós e para nós, será ce não espereis! (NOGUEIRA, 1968, Ilustrada, p. 09).

A partir do excerto destacado, é possível perceber o sutil mecanismo que a ditadura militar utiliza para a legitimação de seu poder: modificar a língua a seu favor. A reescritura da língua vernácula implica em uma reelaboração do entendimento da realidade, uma vez que a língua a reflete e a refrata. Como exemplo temos a nomeação do golpe militar de 64 que instaurou a ditadura como “revolução de 64”.

Outras crônicas nas quais o mesmo fenômeno ocorre são “Pacote” (1977), “Russos e outros” (1974) e “A propósito de cassados e confinados” (1968a). Em “Pacote” (1977), discute-se o fenômeno de ampliação de sentido e popularização do vocábulo que intitula a crônica: “Foi na área do ‘economês’ que se originou a palavra pacote, agora incluída no vocabulário político. Não se fala mais em um conjunto de medidas, projetos ou leis: agora, é um pacote disso ou daquilo.” (NOGUEIRA, 1977, Primeiro Caderno, p. 34). “Russos e outros” (1974) é outra notícia internacional que aponta a visão globalizante de Nogueira, que se reflete sobre aspectos exteriores que afetam o nosso país e vice-versa.

A referida crônica discute questões de ortografia e fonologia por meio da ironia ao questionar o modo como agências de notícias nacionais e internacionais grafam nomes advindos de línguas pouco usuais, como em “O antigo primeiro-ministro da URSS era, entre nós, Krutschev, Krutstchev, Krutchev e por aí adiante, embora todos pronunciassem Crucho¹⁶. Por

¹⁶ Nikita Krushev (Kalinovka, Rússia, 17/04/1894 – Moscou, Rússia, 11/11/1971) foi um dos homens mais poderosos do mundo, sendo o líder da União Soviética entre 1953 e 1964. Ingressou no Partido Bolchevique, realizando várias funções políticas, em 1918. Em 1931, mudou-se para Moscou e, quatro anos depois, tornou-se primeiro secretário do comitê do partido na capital. Em 1939, tornou-se o primeiro secretário do partido na Ucrânia. Durante a Segunda Guerra Mundial, participou da batalha de Stalingrado e da libertação de Kiev. Em 1953, Krushev tornou-se líder do Partido Comunista após a morte de Joseph Stalin. Em 1956, passou a ser o líder supremo da URSS. Seu governo foi focado na tentativa de melhoria econômica para a população. Ele se encontrou com Eisenhower em 1959 e John F. Kennedy em 1960, momentos tão delicados em sua política externa quanto a construção do Muro de Berlim e a “Crise dos Misseis” (1962). Quando Krushev foi afastado do poder, foi

que não escrever Cruchoy? Seu sucessor é Brejnev¹⁷ ou Brezhnev, [...]” (NOGUEIRA, 1974, Local/Educação, 07). Segundo o autor, “[...] a diversidade de grafias dos nomes a que aludimos dá a impressão de desorientação, indisciplina, ausência de critérios, negligência, displicência, com reflexos negativos no processo de educação.” (NOGUEIRA, 1974, Local/Educação, p. 07). A necessidade do estabelecimento de um padrão para a grafia de nomes exteriores a nossa gramática não é apenas um aspecto linguístico, mas um modo de combate ao imperialismo de outras nações em relação ao Brasil.

“A propósito de cassados e confinados” (1968a) diz respeito, primeiramente, à ampliação de sentido que ocorreu ao vocábulo “cassado”:

A Revolução de 1964 cassou mandatos legislativos e executivos, bem como suspendeu os direitos políticos de determinados cidadãos. O sr. Jânio Quadros, que na ocasião não exercia nenhum mandato eletivo, não é assim, propriamente um **cassado**. Acontece, porém, que esta última palavra, com o correr dos tempos, passou a designar todos aqueles que sofreram as penas revolucionárias; hoje, **cassado** é a designação geral dada tanto aos que perderam mandatos quanto aos que tiveram seus direitos políticos suspensos. [...] (NOGUEIRA, 1968a, Ilustrada, p. 02. Negritos do autor).

Essa crônica reflete o endurecimento da política ditatorial brasileira ao discutir artigos e consequências do Ato Institucional nº 2, quando os setores que inicialmente apoiaram o golpe de Estado perceberem que o retorno do poder aos civis seria um caminho mais longo do que o previsto.

Além dessas, as crônicas “Zero hora” (1976) e “Banir e outros defectivos” (1969f) destacam-se por não remeterem explicitamente a assuntos relativos ao governo, mas tratarem deles indiretamente. A primeira crônica, por exemplo, tem como pano de fundo a inflação crescente durante a ditadura militar, que impunha a contínua remarcação de preços – “[...] Se algo começa a vigorar a partir do dia 15, digamos, como anunciá-lo com precisão, no dia 14? Uma fórmula: a gasolina aumenta hoje à meia-noite; outra: a gasolina aumenta amanhã a zero hora. [...]” (NOGUEIRA, 1976, Terceiro Caderno, p. 04). Discute-se, então, a sutil fórmula

substituído por Leonid Brejnev. Seus últimos anos de vida foram distantes da vida pública, isolado em prisão domiciliar.

¹⁷ Leonid Brejnev (Kamenskoje, Ucrânia, 19/12/1906 – Moscou, Rússia, 10/11/1982) acumulou posições dentro do governo socialista ao longo de sua vida – chegando a ser primeiro-ministro em duas ocasiões. Sob seu governo, ocorreu a “era do estancamento”, isto é, a paralização ou anulação de reformas aprovadas por seu antecessor. Sua política externa era bastante agressiva, pois Brejnev acreditava que a União Soviética tinha o poder de intervir quando um “país irmão” estivesse sob ameaça. Assim, apoiou o Vietnã do Norte na guerra contra os Estados Unidos (1965-1973), enfrentou a República Popular da China (1968/1969) e reprimiu o socialismo reformador da Checoslováquia, além de usar os meios militares para alcançar equilíbrio estratégico com os EUA e assegurar as posições já conquistadas pela URSS.

positiva de remarcar preços com exatidão – o uso do artifício “zero hora”. A segunda crônica traz implícito que os motivos que levam à utilização do sintagma “circunstâncias conhecidas”, provavelmente se refere ao endurecimento do regime ditatorial em vigor naquela época uma vez que o AI-5 fora decretado no ano anterior – “Circunstâncias conhecidas de todos colocaram na ordem do dia os termos **banimento** e **banir**. [...]” (NOGUEIRA, 1969f, Ilustrada, p. 02. Negritos do autor).

Apesar do grande número de crônicas que tratam sobre o assunto em análise, poucos são os editoriais que tem como tema a política. Atribuimos esse fato ao bloqueio parcial da função primeira (dialogar com o Estado) desse gênero textual (MELO, 1985) determinado pelo tipo de governo em vigor no Brasil desde a década de sessenta. Por exemplo, o editorial “E São Paulo?” (1970f) tem como mote inicial um “[...] projeto de simplificação ortográfica, com o objetivo sobretudo de abolir parte desses inúteis acentos oficiais [...]” (NOGUEIRA, 1970f, Primeiro Caderno, p. 04) que seria responsabilidade de vários estudiosos de diferentes locais do país, com ênfase ao grande número de cariocas envolvidos no estudo. Discute-se, então, o “[...] reflexo de uma velha tendência: a de procurar resolver problemas nacionais em termos cariocas. Parece que há quem acredite que, em questões culturais, fora do Rio não há salvação.” (NOGUEIRA, 1970f, Primeiro Caderno, p. 04). Tal fato pode ser encarado como reflexo do fato de que o Rio de Janeiro foi, durante muito tempo, a capital política e cultural de nosso país. Nogueira, entretanto, revolta-se com a situação, questionando a falta de participação de estudiosos de São Paulo, dos quais ele mesmo era um representante.

Após o líder do governo propor “[...] redução, de 60 para 15 dias, do prazo concedido aos partidos para propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão [...]” (NOGUEIRA, 1970h, Primeiro Caderno, p. 04), discute-se, no editorial “Propaganda gratuita” (1970h), a eficácia da propaganda política. Nogueira sugere a busca de um meio termo, acreditando que futuramente o mecanismo de publicidade será mais eficaz. Desse modo, propõe “[...] Dois meses parece muito, quinze dias pouco. Por que não fixar num mês o prazo?” (NOGUEIRA, 1970h, Primeiro Caderno, p. 04). Próximo do que o autor sugere, atualmente a legislação prevê trinta e cinco dias de propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, sendo que a propaganda acontece durante uma hora em dois horários diferentes: à uma da tarde e às oito e meia da noite na televisão e às sete da manhã e ao meio-dia no rádio, além de haver propagandas avulsas durante o decorrer do dia – juntas, elas somariam setenta minutos (MARIA, 2018).

“Quem tem medo do 24?” (1976) questiona a tentativa de evitar-se o número vinte e quatro no sistema eleitoral brasileiro a partir do fato de que “Na relação dos números atribuídos aos candidatos da Arena, ontem divulgados, não constam os das dezenas que no jogo-de-bicho

corresponderiam ao veado. [...]” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 04). Isso ocorreria porque o número seria considerado negativo, maldito, por ligar-se ao veado no jogo-do-bicho e, “Como nenhum brasileiro ignora, **veado** entre nós significa afeminado, homossexual [...]” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 04. Negrito do autor). O autor posiciona-se em relação a essa anomalia eleitoral, argumentando a não oficialidade do referido jogo e pede: “Se até adolescentes já superaram os traumas do 24, por que provecos adultos continuam a insistir em carregá-lo de conotações desprimorosas?” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 04).

Essa associação esdrúxula continua viva nos dias atuais, mostrando o conservadorismo e o preconceito enraizado não só no sistema político brasileiro, mas também na sociedade como um todo. Bragon e Mattoso, em reportagem à *Folha de São Paulo*, intitulada “Senado suprime há quatro anos gabinete 24 dos seus corredores”, retratam o desaparecimento do referido número nos gabinetes do Senado e o absurdo de que nenhum dos políticos consultados durante a apuração dos fatos estivesse ciente dessa anomalia: “O Senado diz não ter nenhum registro oficial do sumiço. Parlamentares igualmente afirmam desconhecer o que aconteceu com o 24 – que por ser o número associado ao veado no jogo do bicho [...]” (BRAGON; MATTOSO, 2019). Vemos, infelizmente, que o preconceito contra os homossexuais ainda é grande a partir de ações como essa, além de testemunharmos a desfaçatez de conotação associadas a um jogo ilegal ditar regras em um dos locais responsáveis por criar leis que regulamentem a sociedade brasileira.

“A nostalgia de Perón¹⁸” (1973) é o único editorial que trata diretamente de política internacional. Adotando um tom neutro, que busca explicar as razões da existência do “mito Perón”, também conhecido como “peronismo” – os ditos tempos áureos argentinos enquanto o referido político governava. Questiona-se se o líder Juan Perón, agora eleito democraticamente após retornar de seu exílio de mais de uma década, terá o mesmo fim frente à opinião popular de Getúlio Vargas – “Ninguém conseguiu destruir, até hoje, o mito Perón. Todas as probabilidades indicam que ninguém pode destruir com mais facilidade esse mito do que o próprio Perón.” (NOGUEIRA, 1973, Primeiro Caderno, p. 02). Essa conclusão mostra que

¹⁸ Juan Domingo Perón (Lobos, Argentina, 8/10/1895 – Argentina, 01/07/1974) formou-se como militar em 1929 pela Escola Militar de Guerra. Participou, no ano seguinte, do golpe militar que destituiu o presidente Hipólito Yrigoyen. Após ocupar alguns cargos políticos, foi enviado a estudos para a Itália, retornando à Argentina em 1941. Dois anos depois, participou do golpe que derrubou o presidente Ramon Castillo. Tornou-se chefe do Departamento Nacional do Trabalho e Bem-estar Social, onde obteve grande prestígio. Assumiu o cargo de vice-presidente em 1945 e chegou a ser preso nesse ano após polêmicas. Elegeu-se presidente em 1946 e foi reeleito em 1951. Foi deposto por militares em 1955 e exilou-se no Paraguai e na Espanha. Retornou à Argentina apenas em 1973, quando foi eleito mais uma vez presidente. O político morreu antes de terminar seu terceiro mandato.

Nogueira era consciente da força do peronismo em seus tempos áureos, mas não duvida que a grande exposição política do militar acabe por desgastar sua imagem.

Por fim, em “Planejamento escolar” (1970e) comenta, com pesar, algumas das turbulências pelas quais o sistema escolar passava – “Mal iniciadas efetivamente as aulas, [...] Regulamentou-se o ensino de Educação Moral e Cívica, tornado obrigatório por determinação federal, bem como o de Educação Física. [...]” (NOGUEIRA, 1970e, Primeiro Caderno, p. 04) – e seu comprometimento – “O planejamento das atividades escolares é uma necessidade que ninguém pode contestar. Naturalmente, porém, ele só é possível dentro de um quadro razoavelmente estável e previsível, fixados os currículos, o número de aulas, a composição do corpo docente, etc. [...]” (NOGUEIRA, 1970e, Primeiro Caderno, p. 04). Do lado oposto, vemos o autor felicitar a iniciativa da democratização do ensino a partir da ampliação do número de escolas em “Escolas: quanto mais, melhor” (1970a). Nogueira conclui que

Em princípio, porém, toda nova escola – superior, média, primária – deve ser saudada como um progresso. Elas representam, quando nada, uma oportunidade a mais de estudo, para milhares de pessoas. Para as cidades onde se instalam, são sempre um fator de desenvolvimento. E para o país, a revigorante certeza de que legiões de jovens já não são obrigados a ficar marcando passo, na sua formação profissional, apenas porque eram insuficientes as vagas que tradicionalmente se lhes ofereciam. (NOGUEIRA, 1970a, Primeiro Caderno, p. 04).

2.1.3 Educação

O tema da educação sempre foi pedra de toque para Emir Macedo e, por isso, é um assunto que, direta ou indiretamente, tangencia a maior parte de seus escritos. Assim, quando textos trazem a educação como tema, geralmente, o posicionamento do autor, afirmado de modo claro, também aparece. Isso significa Nogueira assume um constante risco frente ao momento político vivido, pois a educação é o incessante questionar e buscar soluções – algo proibido em regimes totalitários, que têm interesse apenas no cumprimento de ordens. São três crônicas e sete editoriais que trabalham o referido tema.

O texto “Uma prova fácil, muito fácil” (1973) questiona o tipo de ensino dado aos estudantes a partir da análise da “[...] prova de Português do CESCEA [...]” (NOGUEIRA, 1973, Primeiro Caderno, p. 19). Segundo o autor, trata-se de “[...] Um ensino verbalesco, decorativo, extremante preocupado com ‘nomes’ – como se saber nomenclatura fosse tudo. [...] O conceito de língua como instrumento de comunicação, ou como meio de expressão, parece ter sido completamente esquecido” (NOGUEIRA, 1973, Primeiro Caderno, p. 19), isto é, “Tudo no melhor estilo daquilo que os estudantes definem como ‘decoreba’.” (NOGUEIRA, 1973,

Primeiro Caderno, p. 19). Nesse editorial, Nogueira mostra-se indignado com o tipo de ensino então em voga, aquele que “Em lugar de formulações que permitissem avaliar se os candidatos sabem ou não escrever, conseguem ou não expressar-se na língua pátria, exigia-se-lhes, em última análise, que soubessem o que é polissemia, metafonía ou fonologia, [...]” (NOGUEIRA, 1973, Primeiro Caderno, p. 19).

O posicionamento firme do autor não deixa dúvidas em relação ao seu desagrado com o uso estropiado da língua na prova analisada que, em sua opinião, faz com que os alunos não reconheçam na língua um instrumento de comunicação, mas sim um longo catálogo de nomes a serem memorizados. Nesse texto, a preocupação com o pragmatismo, com o saber usar sobrepõe-se às preocupações com a normatização linguística, reconhecendo-se que a função primeira da língua é estabelecer comunicação. Analisando o editorial a partir de seu contexto social, o escrito é uma insurgência contra o método de ensino disponibilizado pelos militares, pois preocupa-se com nomenclaturas e estruturas hierárquicas ao invés de prezar a liberdade efetiva para o uso da linguagem, cumprindo sua função de diálogo com o Outro.

Em “Passadismo” (1970c), é denunciado o que o autor julgou como comodismo do ensino brasileiro, explícito em “[...] tratar apenas de fatos e de vultos já passados em julgado, isto é, sobre os quais a História já emitiu um julgamento mais ou menos definitivo. [...]” (NOGUEIRA, 1970c, Primeiro Caderno, p. 04). Nogueira, desse modo, critica a escolha consciente de deixar de fora dos livros didáticos o passado mais recente e o presente, conforme se exemplifica o excerto a seguir:

[...] Qualquer estudante brasileiro conhece, ainda que por ouvir dizer, José de Alencar e os poetas românticos, Machado de Assis e Olavo Bilac, um pouquinho de Monteiro Lobato (por causa do Biotônico) e de Rui Barbosa. Mas é espantosa a sua ignorância de Mario de Andrade (que aliás não é tão novo assim; a Semana de Arte Moderna está quase completando cinquenta anos), de Oswald de Andrade, de José Américo, sem falar em muitos autores que se encontram em plena produção. As exceções – um Jorge Amado, um Vinícius de Moraes – apenas confirmam a regra [...] (NOGUEIRA, 1970c, Primeiro Caderno, p. 04).

“Bonitos para os olhos; e o resto?” (1973) chama a atenção por se estruturar em subseções, diferentemente dos outros editoriais. O texto brada contra a extrema penúria dos livros de Língua Portuguesa, que excluíram grandes autores: “[...] nada do que escreveram, por exemplo, Machado de Assis, [...] Rui Barbosa, Olavo Bilac, entre outros, merece ser trazido ao conhecimento dos alunos, em nossos dias, a julgar pelas antologias a seu dispor.” (NOGUEIRA, 1973, Primeiro Caderno, p. 12). Comenta-se também a relação entre a melhora na disposição

gráfica do livro didático e a dúvida quanto à relação entre o maior número de figuras e maior qualidade no ensino. Assim, “Nunca se falou tanto em criatividade na escola, como em nossos dias. Mas nunca foram os livros didáticos tão pouco propícios à criatividade, como agora.” (NOGUEIRA, 1973, Primeiro Caderno, p. 12). Continuando o raciocínio, o autor protesta: “Os livros de português, ou muitos deles, trazem tudo mastigadinho. Os autores dividem a matéria, geralmente, por unidades, que sugerem sejam obedecidas pelo professor – tolhendo-o, logo de início. [...]” (NOGUEIRA, 1973, Primeiro Caderno, p. 12).

Os editoriais “Passadismo” (1970c) e “Bonitos para os olhos; e o resto?” (1973) assemelham-se por suas críticas aos materiais didáticos do início da década de 1970. De modo geral, percebemos a visível insatisfação do professor Nogueira com os rumos da educação. Ironicamente, os textos se diferem pelo fato de que o primeiro critica a falta de atualização dos livros, pouco ou nada se falando a Semana de Arte Moderna de 1922, por exemplo, enquanto o segundo texto indigna-se justamente com o contrário, a ausência de grandes figuras de nossa Literatura como Machado de Assis e Olavo Bilac. A crítica contraditória de Nogueira indica a falta de continuidade do projeto educacional do governo, pois esse disponibiliza materiais muito diversos entre si, além de apontar os movimentos regulatórios que o Estado fazia na educação: como o Brasil é um país relativamente novo, nossa tradição literária é limitada quando a comparamos com países como Inglaterra e França. Ao mesmo tempo, buscava-se criar um passado ou uma impressão de que o passado era digno de orgulho, o que justificaria a manutenção de nomes consagrados nos livros didáticos. Em contrapartida, o Brasil da ditadura vangloriava-se por ser um país no rumo do progresso e, por isso, havia a necessidade de trazer à tona os intelectuais que se destacavam naquele período.

“Vá ver a Feira” (1970g) demonstra o otimismo de Nogueira em relação às possibilidades da educação pública em nosso país, apesar dos percalços e deficiências do ensino – “[...] O espetáculo comovente continua o mesmo, proporcionado por alunos e professores, que demonstram engenhosidade, criatividade, capacidade inventiva, espírito científico. (NOGUEIRA, 1970g, Primeiro Caderno, p. 04). Emocionado, Macedo Nogueira convida o leitor a experimentar o mesmo sentimento que o possui: “[...] É emocionante ouvir crianças de 11 ou 12 anos, compenetradas, dando explicações sobre os mais complicados problemas físicos ou biológicos. Se você quiser saber o que essa menina consegue realizar, com o modesto material que tem à mão, vá ao Ibirapuera.” (NOGUEIRA, 1970g, Primeiro Caderno, p. 04). O texto reitera a hipótese de que o autor é, sobretudo, um professor. Mais do que isso, Nogueira é um professor que acredita no trabalho sério desenvolvido por seus pares em sala de aula

mesmo que nem sempre as perspectivas sejam boas – como ilustra o seu depoimento em “Eu, professor”.

“A atroz dúvida: o ou u?” (1975) segue os moldes de “A Língua Nossa de Cada dia”, sendo muito similar à crônica “Com ‘e’ ou com ‘i’?”. O mote do editorial é a retificação de “[...] uma lei que deu o nome de um professor a uma escola de Jaboticabal. A retificação consiste no seguinte: ‘Na ementa, onde se lê ‘... de Jaboticabal’, leia-se ‘... de Jaboticabal.’” (NOGUEIRA, 1975, Primeiro Caderno, p. 03). O autor argumenta que “O problema não é desprezível, se se considerar que milhares de pessoas, por obrigação profissional ou por contingências escolares, continuam enfrentando diariamente dúvidas do tipo Moji-Mogi, Piraçununga-Pirassununga [...]” (NOGUEIRA, 1975, Primeiro Caderno, p. 03). A questão que instiga o autor decorre desse problema de grafia de topônimos e substantivos próprios em geral: a falta de disponibilidade da Academia Brasileira de Letras em criar “[...] um Vocabulário Onomástico (isto é, de nomes próprios), que resolveria, pelo menos em parte, muitas das dúvidas como a que se refletiu no ‘Diário Oficial’ de terça-feira” (NOGUEIRA, 1975, Primeiro Caderno, p. 03). A indignação do autor frente à falta de ação da Academia Brasileira de Letras é uma constante, principalmente nos anos próximos a 1971, quando foi discutida e implantada uma reforma ortográfica.

Curiosamente, apenas uma crônica trata especificamente de educação, “A revolução de 9 de julho e simplificação ortográfica” (1968). Nesse texto, explicita-se o tipo de ortografia adotada pelo Brasil e a proposta de simplificação sugerida pelo general Bertoldo Kingler – “[...] Os que sonham com a simplificação, e dizem que ela vai ser a ‘escrita do futuro’, talvez não saibam que há mais de 30 anos se cuida do assunto.” (NOGUEIRA, 1968, Ilustrada, p. 09). A hipótese mais provável para justificar esse fenômeno é que a educação representa um horizonte mínimo, quase inexistente, de preocupação no cotidiano brasileiro. Desse modo, outros assuntos teriam a predileção do autor uma vez que poderiam alcançar o objetivo de divulgar o conhecimento com mais eficácia ao interessar um maior número de pessoas. Por exemplo, pensa-se que mais leitores se interessariam por futebol do que pela crise da leitura. Além disso, o espaço destinado à crônica é menor do que o do editorial; sendo a educação um assunto que necessita constante debate e bastante espaço, pode ser que o autor preferisse o texto de cunho opinativo para pronunciar-se sobre o tema com maior clareza.

Assim, selecionamos três crônicas de “A Língua Nossa de Cada Dia” que possuem comentários valiosos sobre a ideia de educação de Nogueira, lembrando que esse é um assunto que constantemente encontra-se nas crônicas de Nogueira, mesmo que seja implicitamente por meio da apresentação do modo considerado correto de uso da língua. Em “Os brasileiros e os

pronomes” (1971), por meio da reflexão sobre a referida classe de palavras, o autor faz um comentário que se refere a todo o sistema educacional brasileiro: “[...] corremos o risco de eternizar o erro que explica a grande insuficiência das aulas de Português: ensinamos uma língua e usamos outra. Ensinamos o que não usamos.” (NOGUEIRA, 1971, Terceiro Caderno, p. 08). A sagaz reflexão vem ao encontro do que fora dito em “Uma prova fácil, muito fácil...” (1973): pouco se usa a língua como instrumento de comunicação no ambiente escolar, pois a preocupação ali é a memorização de nomes, regras e exemplos que pouco dialogam com a realidade daqueles que aprendem. Além disso, a reflexão proposta pode ser considerada nas relações entre linguagem coloquial e linguagem culta e fala e escrita. A coloquialidade e a fala são naturais enquanto o registro culto e a escrita são instrumentos de uniformização que permitem a transmissão do conhecimento. Assim, utilizamos dois registros diferentes para duas funções diferentes.

“Mais melhor” e “o salsicha” (1971) pondera sobre erros propositais em propagandas e apresenta dois possíveis pontos de vista sobre a questão:

Muita gente, com boas razões, discorda dessas ousadias, por seu caráter deseducativo; brincando, brincando, as maiores extravagâncias acabam sendo assimiladas por um povo que já conhece mal a sua língua, que assim se corrompe cada vez mais. Outros são mais tolerantes, achando que o caráter convencional de erro da maioria desses anúncios continua bem claro, sendo pois eles inofensivos. (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 42)

Por fim, “Russos e outros” (1974) reclama a necessidade de afirmação da pátria brasileira por meio da sistematização da transcrição gráfica de sons exclusivos de outras línguas. Tal apelo se justificaria porque

[...] Uma nação afirma a sua própria individualidade de numerosas maneiras e uma delas é repudiando qualquer espécie de subordinação a imperialismo – inclusive o linguístico. Além disso, a diversidade de grafias dos nomes a que aludimos dá a impressão de desorientação, indisciplina, ausência de critérios, negligência, displicência, com reflexos negativos no processo de educação. (NOGUEIRA, 1974, Local/Educação, 07).

Assunto muito recorrente nas crônicas de Nogueira, a sistematização de nomes próprios era e ainda é um problema constante na Língua Portuguesa que deveria ter sido sanado pela Academia Brasileira de Letras. Esse entrave linguístico impede a autonomia linguística de nosso país em relação às traduções advindas de agências de notícias internacionais.

2.1.4 Cultura e costumes

Segundo o linguista Dino Preti,

“[...] a gíria surge como um *signo de grupo*, a princípio secreto, domínio exclusivo de uma comunidade social restrita [...] quanto maior for o sentimento de união que liga os membros do pequeno grupo, tanto mais a linguagem gíria servirá como elemento identificador, diferenciando o falante na sociedade e servindo como meio ideal de comunicação, além de forma de auto-afirmação. Ao vulgarizar-se, porém, para a grande comunidade, assumindo a forma de uma gíria *comum*, de uso geral e não diferenciado, esse vocabulário perde-se dentro dos amplos limites de um dialeto social popular, deixando, desde então, de ser signo grupal. [...]” (PRETI, 1984, p. 03. Itálicos do autor).

Inferimos pela leitura das crônicas de Nogueira que o termo “gíria” se referiria a vocábulos que tem seu sentido original ampliado numa imprecisão de sentidos, tornando-se modismo. Como dito em “O vocativo da moda” (1971), as gírias, “[...] A julgar pelo largo consumo que dessa palavra começam a fazer as agências de publicidade (observe-se em quantos anúncios está presente o apêlo ao ‘bicho’), é de presumir que lhe atribuem grande força comunicativa.” (NOGUEIRA, 1971, Classificados, p. 10). Segundo “A curtição e a transa” (1972), vocábulos como esses que intitulam a crônica seriam

[...] Como quase todas as “novidades” (às vezes não tão boas quanto se pensa) postas em circulação pelos poderosos meios de comunicação da atualidade, tem sentido vago e elástico, o que lhes permite aplicar-se as mais diversas situações ou circunstâncias. Essa característica, aliás, é uma maneira de disfarçar pobreza de vocabulário. [...] (NOGUEIRA, 1972, Caderno de Domingo, p. 03)

O adjetivo “colorida”, título da última crônica escrita por Nogueira, operaria de modo semelhante: “[...] começa a aparecer em outros contextos, absolutamente irreconhecíveis. [...] E já um supermercado anuncia também sua “liquidação colorida”, sem que se saiba exatamente o que quer dizer isso a não ser que não passe de um barato apelo ao consumismo.” (NOGUEIRA, 1982, Local/Educação, p. 06). “colorida” e “rebu” seriam construções artificiais que por meio da televisão saem dos círculos que as criaram e passam a se popularizar: “[...] **Rebu** é certamente invenção carioca, mesmo porque a novela nos vem do Rio. Não parece ser criação popular; o mais provável é ter nascido em círculos intelectualizados, [...]” (NOGUEIRA, 1974, Local/Educação/Interior, p. 20. Negrito do autor).

“A tentação da gíria” (1968d) relembra o grande problema desse tipo de palavra – “É êsse o inconveniente da gíria: o permanente risco de envelhecer, ser superada por outras expressões, ou ter seu conteúdo esvaziado. Quem não se lembra do prestígio da expressão *bidu*, há alguns anos? Quem a usa agora?” (NOGUEIRA, 1968d, Ilustrada, p. 02. Itálico do autor) – enquanto demonstra com os exemplos “bárbaro”, “bacana”, “pra frente”, “tártaro” e “uma brasa, mora” como as gírias possuem data de validade. Nogueira ainda adverte o leitor:

Se um conselho pudéssemos dar aos jovens, seria no sentido de aderir à gíria com muita descrição. Mesmo quando tem grande poder expressivo (e isso é freqüente) a gíria se ressentida de certa vulgaridade. Escravizar-se a ela é como escravizar-se alguém a qualquer tipo de moda, que chega, impera por alguns momentos e passa. (NOGUEIRA, 1968d, Ilustrada, p. 02).

A linguagem técnica especializada é uma modalidade marcada “[...] pelo fluxo neológico incessante, devido ao próprio avanço científico. [...]” (PRETI, 1984, p. 16), a linguagem técnica decorre da especificação de funções no mundo em que vivemos. Nas quatro crônicas que aqui abordaremos, observamos que a temática exposta decorre de prestígio social que o referido tipo de linguagem possui junto à sociedade.

Nogueira apresenta-nos dois tipos de linguagem técnica, a dos médicos e a dos economistas, sendo que cada uma delas é explorada em duas crônicas distintas: o par “A linguagem médica” (1970c) e “o diabete e a detecção” (1972) trata da linguagem médica e “Pacote” (1977) e “Ainda o ‘economês’” (1970a) explora a linguagem usada pelos economistas.

“O diabete e a detecção” (1972) apresenta as várias maneiras de grafar essas duas palavras e questiona “Não estaria na hora de as organizações médicas começarem a trabalhar para a uniformização da sua nomenclatura, a exemplo, digamos, do que já se fez no Brasil, há mais de dez anos, com a nomenclatura gramatical?” (NOGUEIRA, 1972, Caderno de Domingo, p. 01). Comenta-se sobre “[...] a instabilidade da nomenclatura médica, até hoje um tormento par aos profissionais da escrita. [...] Enquanto não se fixa uma forma definitiva, a confusão permanece.” (NOGUEIRA, 1972, Caderno de Domingo, p. 01). Referindo-se ao mesmo problema – “[...] problemas médico-sanitários do Brasil se agravem justamente porque a linguagem médica é um entrave à comunicação entre os que tratam e os que recebem tratamento.” (NOGUEIRA, 1970c, Ilustrada, p. 08) –, “A linguagem médica” (1970c) explica o que seria linguagem técnica especializada:

Cada grupo social ou profissional tem um vocabulário técnico nem sempre compreensível para os que se encontram fora de seu círculo. E até motivo de

piadas, por exemplo, o **economês**, o jargão dos economistas, incessível ao vulgo. O médico, porém, lida com vidas humanas, trabalham, muitos dêles, com pessoas de modesto nível cultural, que nada sabem do significado dos radicais gregos e latinos presentes nos nomes técnicos de doenças. Conforme o palavreado que o médico use, o cliente pode sair do consultório mais desorientado do que lá entrou. (NOGUEIRA, 1970c, Ilustrada, p. 08. Negrito do autor).

A linguagem dos economistas é chamada de “economês” e, de acordo com as crônicas de Nogueira, tem largo uso no cotidiano passível até mesmo de contaminar alguém: “[...] Vê-se que você está por fora em questões de dinheiro, aplicação de capitais, subidas e descidas de cotações nas Bôlsas de valores ou de mercadorias. Você felizmente ainda não se deixou contaminar pelo ‘economês’ – o jargão dos economistas.” (NOGUEIRA, 1970a, Ilustrada, p. 08).

Enquanto “Ainda o ‘economês’” (1970a) trata de vários termos (bursítico, acionário, inversionista, entre outros), “Pacote” (1977) trata apenas do vocábulo que intitula a crônica e a ampliação de sentido que ao qual esse vocábulo foi sujeitado, sendo incorporado a outra linguagem técnica especializada, a da política: “Foi na área do ‘economês’ que se originou a palavra **pacote**, agora incluída no vocabulário político. Não se fala mais em um conjunto de medidas, projetos ou leis: agora, é um **pacote** disso ou daquilo.” (NOGUEIRA, 1977, Primeiro Caderno, p. 44. Negritos do autor).

2.2 Discussões linguísticas

Nessa seção observaremos a tomada de posição do autor em relação à assuntos gramaticais e linguísticos, ora concordando com a norma vigente, ora questionando-a.

2.2.1 Derivação e Flexão de gênero

A derivação é descrita por Lima (1972) como “[...] o processo pelo qual de uma palavra se formam outras, por meio da agregação de certos elementos que lhe alteram o sentido – referido sempre, contudo, à significação da palavra primitiva.” (LIMA, 1972, p. 200). Esse é um tema linguístico amplamente discutido por Nogueira estando presente em seis crônicas de maneira contundente, que serão aqui analisadas, e sendo assunto periférico de um grande número de outros textos como, por exemplo, a crônica “Verbos curtos” (1976), que por uma questão de organização foi analisada na seção de verbos. É importante notar que das seis crônicas apresentadas nessa seção, três delas foram classificadas como pertencentes a questões de etimologia, o que também significa que a maior parte das referidas crônicas apresentam não

só derivações, mas também radicais dos quais os neologismos são criados. Esse dado mostra a coerência do trabalho de Nogueira e sua sistematização ao tratar desse assunto.

Nessas crônicas, o texto é montado da seguinte maneira: a partir de uma palavra – no caso da crônica, “A propósito de índios” (1969d), por exemplo, a palavra “indigenista” – são trazidas à tona várias outras que possuem o mesmo radical ou que dela derivam – como os vocábulos “indígena” e “índio”, apresentados pelo autor na referida crônica da seguinte maneira: “**Indígena** é o nome que se dá aos naturais de uma região ou país; seu antônimo é alienígena, ou seja, o estrangeiro. **Índio**, rigorosamente, era o adjetivo pátrio relativo à Índia [...]” (NOGUEIRA, 1969d, Ilustrada, p. 02. Negritos do autor). Muito comum nessas crônicas é o aparecimento e explicação de prefixos e sufixos. Esses últimos são definidos como “[...] vazios de significação, têm por finalidade formas séries de palavras da mesma classe gramatical.” (LIMA, 1972, p. 208). Em “[...] os sufixos ismo e ista guardam estreita relação, designando o primeiro, geralmente, sistemas ou doutrinas religiosas, filosóficas, políticas, sociais, artísticas, etc., e o segundo, os partidários de tais idéias. [...]” (NOGUEIRA, 1969d, Ilustrada, p. 02) podemos observar a vocação metalinguística das crônicas e o efeito pedagógico positivo de divulgar definições concisas e exemplos usuais.

Os sufixos, aliás, são mote da crônica “O torcedor de futebol” (1970), na qual o professor discute os usos dos sufixos pátrios para designar os torcedores dos clubes de futebol do estado de São Paulo: “[...] cada grande clube paulista corresponde um sufixo diferente: **ano** ficou para o Corinthians [...] **ense** para o Palmeiras [...] **ista** para o Santos [...] **ino** para o São Paulo [...]” (NOGUEIRA, 1970, Ilustrada, p. 02. Negritos do autor). Tal fato mostra a importância do referido tema para o autor em estudo, que julgou necessário tratar especificamente desse assunto junto a seus leitores.

A crônica mais emblemática desse tema é “Pai” (1971), pois a crônica se constrói a partir de diversos vocábulos derivados – e seus respectivos significados – do radical que possuem em comum: “Pai, padre, pastor, pátria são, além de muitas outras, palavras de uma mesma família. Têm um antiquíssimo radical comum – pat – que envolve a idéia de proteção.” (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 84). Os próprios parágrafos interligam-se pela ideia de continuidade que as palavras elencadas obedecem: “Patrimônio são, a rigor, os bens que se recebem dos pais. Patriarcado, o sistema ou regime em que o chefe da família tem poderes quase absolutos sobre descendentes e dependentes. Patriarca é hoje também o velho [...]” (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 84). A falta de conectivos é uma opção estilística do autor que em momento algum prejudica a coerência e coesão da crônica; ao contrário, confere vivacidade e fluidez ao texto.

“Poluição” (1973) trata não só da derivação de vocábulos a partir do radical latino “polluere”, mas também expande a questão para as diversas acepções que esse vocábulo possa ter em língua portuguesa quando adjetivado: “[...] criaram-se outras expressões, em que o sentido primitivo de **poluição** evoluiu ainda mais. Assim, por **poluição sonora** se entende excesso de barulho, e por **poluição visual** excessiva quantidade de textos escritos, a desorientar as pessoas.” (NOGUEIRA, 1973, Local/Educação/Interior, p. 02). Por fim, o autor reconhece que a palavra que intitula a crônica passou a ser usada em larga escala e, como consequência, mais derivações (como poluente e poluidor) foram necessárias, apesar de nem todas estarem dicionarizadas – “Os dicionários, geralmente inatualizados, ainda não consignam todas as novas formações vocabulares derivadas de **poluir**, ou com esta palavra relacionadas. [...]” (NOGUEIRA, 1973, Local/Educação/Interior, p. 02), sendo uma constatação do aspecto vivaz e evolutivo da língua.

Entre os vários assuntos que “A propósito de cassados e confinados” (1968a) discute, um deles é o vocábulo “confinado” – “[...] um neologismo bem formado e plenamente aceitável.” (NOGUEIRA, 1968a, Ilustrada, p. 02). A referida palavra, ainda não dicionarizada naquele tempo, é derivada da mesma família que “[...] **confim, confinante, confinar, confinidade, [...]**” (NOGUEIRA, 1968a, Ilustrada, p. 02. Negritos do autor), os únicos vocábulos até então registrados pelo Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras.

Assim como na crônica anteriormente analisada, em “Natal” (1976) há grande número de assuntos discutidos, sendo que um deles é, precisamente, as derivações que o vocábulo, tanto em seu radical latino quanto em seu atual estágio vernáculo, podem apresentar: “[...] palavra ligada ao verbo nascere latim, particípio **natus, nata, natum**. Desse particípio temos a forma portuguesa **nado** (nascido), [...]” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 19) e “[...] Natalício, por exemplo, substantivo ou adjetivo, é nascimento ou aniversário; o natalício de alguém, a data natalícia. **Natalino**, no Brasil, é relativo ao Natal de Jesus Cristo: festejos natalinos [...]” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 19). É importante notar que Nogueira não se satisfaz com apenas citar as derivações, mas interessa-se por explorar seu conteúdo semântico e, no caso do último excerto, demonstrar seu uso.

O gênero, por sua vez, é definido por Alonso e Urena como “[...] a classificação puramente gramatical dos substantivos em dois grupos, masculinos e femininos, segundo a terminação do adjetivo acompanhante’.” (apud LIMA, 1972, p. 70). A partir dessa explicação, nota-se que o que se chama de gênero gramatical não possui relações com o sexo, masculino ou feminino, segundo o qual as pessoas definem a si mesmas. Entretanto, é comum a confusão

desses dois conceitos diferentes como se fossem um só. Buscando desmentir essa pseudoverdade, Nogueira trata do assunto em três crônicas.

Foi ao escrever a crônica “Poetas e poetisas” (1969) que Nogueira tocou pela primeira vez no assunto da flexão de gênero. A poetisa Cecília Meireles revela em entrevista preferir para si o título de “poeta” ao invés de “poetisa”, pois este “[...] Soa-lhes, segundo tudo indica, como um espécie de galanteio, simples homenagem dos homens às representantes do chamado belo sexo – e não reconhecimento dos méritos literários que eventualmente possuam. [...]” (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 10). Para que a entrevistada, assim como as demais mulheres que fazem versos, fossem chamadas de poeta, esse vocábulo deveria passar “[...] à categoria dos **comuns de dois**: uma só forma, para ambos os sexos, distinguindo-se o gênero pelo artigo (o poeta, a poeta, como o artista, a artista). [...]” (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 10). A definição de Nogueira alinha-se com o teorizado por Lima (1972): “Possuem uma só forma para os dois gêneros: o artigo ou a terminação do determinativo acompanhante é que os apontarão como masculinos, ou femininos. Chamam-se *comuns-de-dois-gêneros*.” (LIMA, 1972, p. 72. Itálico do autor). Desse modo, “poeta” deixaria de ter um outro vocábulo para designar a flexão de gênero.

Apesar de Macedo Nogueira não acreditar que a modificação requerida, denominada por ele como “uma racionalização de literatos”, fosse aceita pelas gramáticas, o autor não deixa de lembrar a seus leitores que a língua é um mecanismo vivo e em constante evolução, disposta a se modificar para retratar novas realidades. Assim,

[...] As gramáticas comuns, por exemplo, costumam dar apenas **embaixatriz** como feminino de **embaixador**. Isso era válido até ao tempo em que não se concebia que as mulheres exercessem profissões, ocupassem certos cargos ou desempenhassem funções tidas como exclusivas dos homens. Ultrapassada essa fase de preconceitos e limitações descabidas, a língua é obrigada a refletir novas realidades. Assim é que, ao lado de **embaixatriz**, usa-se hoje, normalmente, **embaixadora**; embaixatriz é, porém, apenas a esposa de embaixador; embaixadora é a mulher que exerce a função diplomática de representante de um país em outro. (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 10. Negritos do autor).

Em uma nota de rodapé de Lima (1972), lemos “Assim se distinguem embaixatriz e embaixadora: a primeira é a mulher de um embaixador; a segunda, a representante diplomática, ela mesma, de um país em outro.” (LIMA, 1972, p. 78). Ao mesmo tempo, Bechara (2001) argumenta: “[...] já se aceita a distinção, por exemplo, entre [...] a *Embaixadora* (= senhora que dirige uma Embaixada) e *Embaixatriz* (= esposa o Embaixador). [...]” (BECHARA, 2001, p. 134. Itálicos do autor). Vemos, então, que ambos os gramáticos corroboram o ponto de vista

adotado por Nogueira, defendendo a ideia de que a língua se adequa aos usos e realidades de seus falantes, mesmo sendo normatizada e padronizada nas regras gramaticais e essas, a exemplo da língua, são mutáveis.

Nas crônicas “Primeiro-ministro” (1974) e “Língua e preconceito” (1976), aborda-se o absurdo da resistência em flexionar uma palavra para que esta se combine com o vocábulo que a acompanha – em muitos casos, o nome de uma mulher. Enquanto na primeira crônica, “Primeiro-ministro” (1974), a questão é tangencial – tratada em apenas um parágrafo – o mesmo não ocorre no segundo texto, “Língua e preconceito” (1976), no qual o problema é tratado desde o título por meio do vocábulo “preconceito”. Em “Primeiro-ministro” (1974), o autor chama a atenção para o erro de utilização do estrangeirismo “premier”, que deveria ser flexionado no feminino (“première”) quando o vocábulo acompanhar nomes próprios femininos. Analogamente, a palavra vernácula “primeiro-ministro” deve seguir essas mesmas regras, como o excerto a seguir demonstra:

Uma impropriedade que às vezes se observa é o uso de “premier” em relação a mulheres: a “premier” Indira Ghandi, a “premier” Golda Meir. Por lógica, a flexão deveria ser a feminina: a “première” Fulana de Tal. Se isso parece chocante, o melhor é renunciar a “premier” e usar pura e simplesmente “primeira-ministra”, se é de mulher que se trata. (O substantivo composto **primeiro-ministro** flexiona-se normalmente em gênero – **primeira-ministra** – e em número – **primeiros-ministros, primeiras-ministras**.)” (NOGUEIRA, 1974, Local/Educação/Interior, p. 13. Negritos do autor)

Nesse caso, a confusão e resistência à flexão de gênero se daria mais ao estrangeirismo francês do que a algum preconceito. Essa posição é muito diferente da assumida na crônica “Língua e preconceito” (1976), na qual aponta-se que determinadas flexões de gênero para alguns vocábulos são consideradas absurdas devido a “[...] arraigados preconceitos: basicamente, o de que determinados cargos, funções ou profissões eram exclusivos de homens, não se concebendo que mulheres tivessem acesso a eles.” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 21). Traçando um paralelo sobre como essas questões são tratadas na Língua Inglesa e na Língua Portuguesa, Nogueira admite que, em comparação à Língua anglo-saxã, “Em língua portuguesa, o preconceito antifeminino não aparece tanto. Há casos, entretanto, em que se sente uma absurda reação à idéia de dar à mulher o que é da mulher. Nomes de cargos ou funções exercidos por mulher, por exemplo. [...]” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 21). O Português, todavia, curva-se a fórmulas inglesas de tratamento às mulheres mesmo que essas soem artificiais e estranhas à cultura brasileira. Desse modo,

[...] parece de bom aviso acabar com fórmulas artificiosas do tipo **sra. João da Silva**, comuns sobretudo nas colunas sociais. A sra. João da Silva tem individualidade própria, que se exprime por um nome: sra. Maria da Silva, dona Teresa da Silva e por aí adiante. Mesmo porque, na velha e boa tradição da língua portuguesa, as mulheres, casadas ou não, sempre foram chamadas por seus verdadeiros nomes. (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 21. Negrito do autor)

A partir desse excerto e dos demais destacados da crônica “Língua e Preconceito” (1976), nota-se que Nogueira se posiciona a favor da libertação do imperialismo linguístico que nosso país sofria – e continua a sofrer –, abolindo formas importadas da lógica gramatical inglesa e respeitando a individualidade e direitos das mulheres, a começar pelo tratamento dispensado a elas na língua vernácula.

Bechara (2001) observa que “A presença, cada vez mais justamente acentuada, da mulher nas atividades profissionais que até bem pouco eram exclusivas ou quase exclusivas do homem tem exigido que as línguas – não só o português – adaptem o seu sistema gramatical a estas novas realidades. [...]” (BECHARA, 2001, p. 134). Seu posicionamento é o mesmo adotado por Nogueira e reflete a ciência que ambos os linguistas possuíam de que a língua é objeto vivo e está em constante evolução, modificando-se a partir de seus usos pelos falantes, ao mesmo tempo em que há tentativas de mantê-la estável por meio das regras gramaticais. Nogueira perspicazmente aponta esse fato para seus leitores, mostrando que a língua é o meio pelo qual a realidade é moldada e, ao mesmo tempo, é por ela moldada. Nessa relação dialógica, cabe às regras gramaticais e aos usos ajustarem-se para refletir a nova realidade vivida.

2.2.3 Pronome e Sinais de pontuação

Metade dos textos cujo tema são pronomes já o indicam em seu título, como é o caso de “A mistura de pronomes no linguajar paulista” (1968b), “Os brasileiros e os pronomes” (1971) e “Verbos pronominais” (1971b). Nas crônicas “Não deixe ele...” (1973b) e “Entre mim” (1976) temos no título o pronome específico que será analisado no texto e, por fim, “Um coletivo de modéstia” (1971) dá pista sutil sobre qual seria o pronome – na verdade, locução pronominal – de que trata.

“Um coletivo de modéstia” (1971) trata da substituição dos vocábulos “eu” e “nós” por “a gente”. Segundo Nogueira, “A palavra **gente** pode aplicar-se o que as gramáticas tradicionais costumam dizer a respeito do pronome **nós**, quando usado, no estilo oratório, em substituição a **eu**. Trata-se, no caso de nós (dizem as gramáticas), do chamado plural de **modéstia**. [...]” (NOGUEIRA, 1971, Ilustrada, p. 03. Negritos do autor). A crônica apoia-se nos conhecimentos

gramaticais do autor, que se apresenta como a figura de autoridade que propõe conceitos e os corrobora com no texto. No parágrafo é afirmado o funcionamento do coletivo de modéstia, nomeado como “[...] concordância irregular, ou concordância ideológica ou ainda silepse (Aquele que se opera não com o termo explícito, mas com a idéia que êle encerra). No exemplo acima – ‘estamos convencido’ – houve silepse de número.” (NOGUEIRA, 1971, Ilustrada, p. 03). Nesse excerto, temos mais um exemplo do cuidado didático com que Nogueira traz a seu público as explicações gramaticais de maneira a fazer refletir sobre fatos cotidianos da língua.

O mesmo fenômeno ocorre na crônica “Entre mim” (1976):

Preposição essencial, como se disse, exige sempre pronome tônico. Resta lembrar que os pronomes tônicos (isto é, pronunciados fortemente) são: sing. – 1.a. pessoa, mim, comigo; 2.a. pessoa, ti, contigo; 3.a. pessoa, ele, ela, você (este, também chamado da 2.a. pessoa indireta); plural – 1.a. pessoa, nós, conosco; 2.a. pessoa, vós, convosco; 3.a. pessoa eles, elas, vocês. (NOGUEIRA, 1976, Local/Educação, p. 06).

No referido trecho, notamos que o autor apoia-se em uma definição aparentemente advinda de dicionário – o que é sugerido pela divisão das pessoas do discurso e dos números, singular ou plural – e, entretanto, não há a indicação de qual seria a possível fonte de onde a informação teria sido retirada, certamente por tratar-se de conhecimento consensual.

“Não deixe ele...” (1973b) relembra-nos que, apesar de todas as regras gramaticais impostas, é necessário não esquecer como a língua é moldada por aqueles que a utilizam:

Sem querer complicar as coisas, insistamos num ponto: há inegável tendência popular (alguns a consideram um brasileirismo) em favor do uso dos pronomes do caso reto como objeto direto [...] De acordo, entretanto, com os padrões da língua culta, tanto **deixei ele** como **deixei ele faltar** são construções que devem ser evitadas. (NOGUEIRA, 1973b, Primeiro Caderno, p. 13).

O mesmo pronome, “se”, é abordado tanto em “Os brasileiros e os pronomes” (1971) quanto em “Verbos pronominais” (1971b). A partir dos excertos “Outro ponto em que a realidade brasileira não coincide com as determinações da gramática convencional é o da colocação do pronome nas chamadas conjugações perifrásticas, ou locuções verbais. [...]” (NOGUEIRA, 1971, Terceiro Caderno, p. 08) e “Mas o que nos interessa hoje é a acentuada tendência popular para conjugar os verbos pronominais (ou empregados reflexivamente) apenas com o pronome **se** e não com os pronomes correspondentes [...]” (NOGUEIRA, 1971b, Ilustrada, p. 02. Negrito do autor) notamos que ambas as crônicas consideram tanto as normas gramaticais quanto os usos cotidianos da língua um modo para o autor não defender apenas

uma das opções. Esse fenômeno se dá graças ao conhecimento dos ideais linguísticos que norteiam o trabalho de Nogueira – a vivacidade existente na língua, capaz de moldar a realidade do mesmo modo que a língua é moldada por ela.

Por fim, “A mistura de pronomes no linguajar paulista” (1968b) tem como seu principal artifício estilístico o uso do humor. Por exemplo, no trecho

A declaração clássica de amor, de um paulista, começa com qualquer coisa assim: “Você é linda”. E termina com “Eu *te* amo”. Quem quisesse manter uniformidade no tratamento deveria dizer *eu a amo, eu amo-a, amo-a*, mas isso nem parece declaração de amor. (NOGUEIRA, 1968b, Ilustrada, p. 02. Itálicos do autor).

O humor se faz presente enquanto o autor pondera sobre o uso real da língua e o prescrito como gramaticalmente aceito. Esse artifício tem como função trazer leveza ao texto ao contrapor-se às explicações gramaticais utilizadas como argumentos na construção do texto de Nogueira. Observe:

Para os que não sabem, vale a pena recordar que *lhe* é objeto indireto, portanto só se pode empregar quando se supõe a existência de uma preposição: *dei-lhe* (dei a você, dei a ele), entreguei-lhe (entreguei a você ou a êle). Só pode substituir *te* quando este também funciona como objeto indireto (*dei-te*: dei a ti). Os pronomes da terceira pessoa que valem como objeto direto são *o* e *a*; como o *te* também normalmente é objeto direto, no caso de uma mudança de tratamento aqueles pronomes (ou seja, *o* e *a*) e que devem ser usados: amo-te (2.a pessoa) ou amo-a (3.a), espero-te ou espero-o, encontrar-te ou encontrá-lo, buscar-te ou buscá-lo. (NOGUEIRA, 1968b, Ilustrada, p. 02. Itálicos do autor).

Os pronomes são um assunto profícuo que foi explorado por diferentes ângulos pelo autor graças ao grande número de subclasses que essa categoria gramatical possui. Esse número é o que também justifica a necessidade constante de explicações teóricas que foram usadas por Nogueira como componentes dos textos. Ao mesmo tempo, a consciência linguística de Emir Macedo de que a língua não é um objeto estagnado no tempo e o desejo de aproximação com os leitores fizeram com que exemplos recortados do cotidiano se tornassem parte das crônicas, criando uma atmosfera de leveza na qual o humor e a ironia são elementos centrais.

No que toca aos sinais de pontuação, há duas crônicas tratam dessa questão, sendo que uma delas explora a vírgula e a outra, o ponto de exclamação. Esses pontos são indicados já no título dos textos produzidos por Nogueira. Em “Vírgula, ritmo e lógica” (1973), o sintagma posto em análise é “Dê como presente, cigarros de qualidade”. No texto, Nogueira se escusa de recorrer à repetição das normas prescritas pelas mais diversas gramáticas e busca uma alternativa para solucionar a questão: “[...] Excluídas as preocupações com regras teóricas, que

em qualquer gramática se encontram, seria talvez possível ter melhor compreensão do assunto através de simples exercícios de raciocínio.” (NOGUEIRA, 1973, Local/Educação/Interior, p. 23), isto é, o professor sugere que os leitores observem uma frase simples – “eu fui ao cinema” e pontuem-na de formas diferentes para compreender qual seria o local adequado para esse sinal gráfico. Desse modo, alega-se que “[...] A vírgula indica o ritmo da frase, obrigando a uma pequena pausa entre os seus vários segmentos. Quem atentar para o ritmo natural, espontâneo, daquilo que está expressando, logo saberá onde colocar a vírgula: [...]” (NOGUEIRA, 1973, Local/Educação/Interior, p. 23). A lógica à qual Emir Macedo recorre é

Quando nos exprimimos, há palavras que conservam entre si uma ligação estreita, sendo uma a complementação da idéia contida na outra. Não podemos ‘romper’ essa ligação através da vírgula. Numa frase elementar do tipo – eu fui ao cinema – não pode haver ‘corte’ de espécie alguma, pois todas as palavras que a compõem se interligam intimamente. (NOGUEIRA, 1973, Local/Educação/Interior, p. 23).

Bechara (2001) divide em dezesseis casos aqueles nos quais deve-se empregar a vírgula. No caso explorado em “Vírgula, ritmo e lógica”, a melhor explicação para o uso do sinal de pontuação seria “h) para separar, quase sempre, as orações adjetivas restritivas de certa extensão, principalmente quando os verbos de duas orações diferentes se juntam:” (BECHARA, 2001, p. 610). Rocha Lima (1972) concorda com essa explicação e, dentro dos dezessete casos que cita para a utilização da vírgula, destacamos “16) Para separar os adjetivos e orações adjetivas de sentido explicativo, [...]” (LIMA, 1972, p. 462).

Pondo em perspectiva, notamos que Emir Nogueira concorda com os autores tradicionais em relação às normas e usos dos sinais de pontuação. Entretanto, o jornalista se difere dos demais em seu modo de apresentar as explicações das quais se vale, especialmente se compararmos o tratamento dispensado ao uso da vírgula pelas gramáticas tradicionais e a explicação eficaz de Nogueira, acrescida de exemplos fáceis – baseados no sintagma “eu fui ao cinema” – de serem entendidos e arrolados em diferentes parágrafos. O autor se utiliza mesmo de um sintagma erroneamente pontuado para demonstrar sua hipótese de trabalho: [...] Observe-se como uma vírgula errada quebraria qualquer espécie de ritmo e contrariaria a lógica: ‘Ontem, ao entardecer, quando sai, de casa...’ [...]” (NOGUEIRA, 1973, Local/Educação/Interior, p. 23).

Na crônica “Pontos de exclamação” (1976) um forte, porém velado, posicionamento contra excessos da chamada Lei da Imprensa se faz presente na denúncia de Nogueira sobre o processo infringido a um jornalista do interior paulista pelo uso do sinal gráfico que intitula o texto. Com ironia e argumentos lógicos, o autor defende o colega de profissão: “[...] Pelo que

consta, a Justiça julga fatos objetivos. E o fato objetivo é que o ponto de exclamação, ou de admiração, exprime, ou pode exprimir, uma gama praticamente infinita de sentimentos. [...]” (NOGUEIRA, 1976, Terceiro Caderno, p. 08). A definição de Emir Macedo, conforme já tratado na análise dessa crônica no subcapítulo 2.1.2 Política, na página 47 desta dissertação acerca da plurissignificação possível do sinal de pontuação.

Em suma, nas duas crônicas que tratam a respeito de sinais de pontuação, pode-se perceber que Nogueira adota uma postura professoral – [...] O assunto é inesgotável e merece outras considerações quando novas oportunidades se apresentarem.” (NOGUEIRA, 1973, Local/Educação/Interior, p. 23). Isto é, vemo-lo concordar com as normas gramaticais presentes em Lima (1972) e Bechara (2001), por exemplo. Por outro lado, também é possível notar a preocupação do professor em trazer as explicações gramaticais em linguagem compreensível para seu público leitor em comparação com o modo rígido empregado pelos gramáticos consultados. Observamos o autor, então, constantemente preocupado com a acessibilidade das informações por ele elencadas, buscando desmitificar questões da norma e atrelando-as ao cotidiano.

2.2.5 Verbo e Vocativo

Segundo Lima (1972), “O verbo expressa um fato, um acontecimento: o que se passa com os seres, ou em torno dos seres.” (1972, p. 122). Bechara (2001) traz à tona uma definição que objetiva acentuar a importância desse elemento na construção do significado: “Entende-se por verbo a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical.” (2001, p. 209). É a partir desse elemento sintático que a oração se organiza, sendo, portanto, de grande importância dentro da língua. Nogueira é consciente desse fato e aborda a temática em cinco crônicas diferentes, sendo que dois desses textos exploram a questão de modo tangencial.

“Verbos inúteis” (1969e) trata da criação de novos verbos a partir de substantivos terminados em “ão”. Tais substantivos, entretanto, possuem a referida terminação por serem derivados de um verbo – “[...] Do substantivo solução fêz-se o verbo **solucionar**, sem se levar em conta que solução, por sua vez, já vinha de um outro verbo – **solver**. [...]” (NOGUEIRA, 1969e, Ilustrada, p. 02). Desse modo, o neologismo é dispensável. Preocupado em defender-se de eventuais ataques que por ventura pudessem ocorrer, o autor alega que “Ninguém pode opor-se à formação de novas palavras, desde que correspondam a uma necessidade e obedeçam à índole da língua. [...]” (NOGUEIRA, 1969e, Ilustrada, p. 02). O cronista busca a manutenção das regras gramaticais vigentes e opina que neologismos só devem ser incorporados à língua

caso seja necessário e não por caprichos ou desconhecimento das normas. Assim como ocorre com gírias advindas da televisão (como o caso de “rebu”, sintagma digno de considerações de uma crônica de mesmo nome) e com as linguagens técnicas especializadas (é o caso da linguagem médica e dos economistas), os neologismos considerados na crônica “Verbos inúteis” (1969e) são rechaçados pelo jornalista uma vez que esses elementos não são considerados nem parte da língua culta nem da linguagem popular de largo uso, sendo, portanto, criações artificiais consideradas supérfluas.

“Verbos pronominais” (1971b) concentra suas discussões linguísticas em torno dos pronomes e da preferência popular em utilizar o pronome “se” ao empregar verbos reflexivos em detrimento do uso dos pronomes correspondentes às pessoas do discurso. Assim, expressões como “[...] ‘Eu se mandei, ‘nós se mancamos’ são expressões comuns na linguagem inculta, tão comuns como aquele ‘vamos se trocar’ de muitos futebolistas.” (NOGUEIRA, 1971b, Ilustrada, p. 02) são consideradas estruturas válidas no discurso coloquial e reconhecidas na crônica. O texto trata com maior atenção a resistência ao uso de “nos” que, segundo o autor, “[...] da mesma forma que **vos**, e ao contrário de **me**, **te**, **se** tem sabor marcadamente erudito. A gente inculta nunca emprega nos, preferindo o pronome do caso reto, como objeto direto [...]” (NOGUEIRA, 1971b, Ilustrada, p. 02. Negritos do autor), o que justificaria a preferência pelo pronome “se”.

Chama a atenção o fato de que, ao contrário do posicionamento tomado em outras crônicas, o autor não faz concessões às estruturas comuns e ao modo de expressão popular, preferindo alinhar-se em defesa das regras gramaticais prescritas, o que pode ser observado no comentário “O que se impõe é caracterizar êsses fenômenos como da linguagem inculta, e criar a consciência de que a incultura é uma barreira a ser vencida, [...] (NOGUEIRA, 1971b, Ilustrada, p. 02), no qual o sintagma “incultura” pode ser percebido com grande valor depreciativo, sendo associado a um problema ou uma “barreira”, nas palavras do próprio Nogueira.

“Pode ser e posso ser” (1972b) é uma crônica marcada pela linguagem técnica ou metalinguagem. O texto pondera sobre uma particularidade do verbo ser e de locuções verbais que empregam referido verbo, o fato de que esse verbo pode concordar ou com o sujeito ou com o predicativo da oração. Segundo o autor, “[...] A concordância de ser com o sujeito ou com o predicativo depende muitas vezes do interesse de dar maior relevo à idéia contida naquele ou neste. [...]” (NOGUEIRA, 1972b, Caderno de Domingo, p. 08), ou seja, as questões de concordância verbal, nesse caso, atravessam também questões estilísticas daquele que escreve. Esse fato relembra que a língua é organismo vivo e que as categorizações criadas para as definir

não são estanques; ao contrário, estão sempre conectadas e são interdependentes. Por fim, resta-nos observar que o tom educador está visivelmente presente nessa crônica uma vez que o texto se preocupa, primeiramente, em solucionar uma dúvida (a concordância das normas gramaticais em dois escritos diferentes) e, a partir dela, apresentar uma explicação linguística e técnica acerca de um aspecto funcional do verbo ser.

“Os verbos curtos” (1976) apresenta a prática jornalística de alargar semanticamente verbos como ser, dizer e querer, empregados comumente no presente – “[...] É que o presente é o mais expressivo dos tempos verbais, e pode substituir muitas vezes, com vantagem, tanto o passado quanto o futuro. [...]” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 34) –, para substituir uma gama de outros verbos e sentidos que, devido a sua extensão, deixam de ser usados. Um exemplo disso é o verbo “[...] **Diz**, igualmente, substitui nos títulos de jornais **declara, afirma, responde, escreve, alega, argumenta, anuncia**, etc.; até ser inanimado diz coisa, nos títulos: “Dieese diz que vi sobre 3,8%”, [...]” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 34. Negritos do autor). Acerca dessa prática, o autor considera que “[...] Em favor, pois, da brevidade, sacrifica-se a exatidão da informação.” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 34) e que “[...] parece razoável supor que novos embora pouco exatos – matizes de significação serão acrescentados a velhos verbos. O que não é perspectiva muito animadora.” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 34), afirmações que mostram o descontentamento de Nogueira com a prática corriqueira.

Sobre os verbos defectivos, tema da crônica “Banir e outros defectivos” (1969f), sentencia Bechara (2001): “Defectivo é o verbo que, na sua conjugação, não apresenta todas as formas [...]” (2001, p. 226). Lima (1972) propõe: “São verbos que não têm a conjugação completa.” (1972, p. 167). Nogueira concorda com essas definições e acrescenta: “[...] êles só podiam ser conjugados nas chamadas formas arrizotônicas, ou seja, quando o acento caísse fora do radical. Em termos mais simples: só se empregavam quando aparecesse o i do radical. [...]” (NOGUEIRA, 1969f, Ilustrada, p. 02). A harmonia presente entre as três definições mostra o amplo conhecimento de Nogueira em relação aos assuntos e regras da gramática normativa e como o autor se preocupava em trazer esse conhecimento ao maior número de pessoas possível ao veicular esse tipo de conteúdo em um suporte de ampla circulação como o jornal.

A última categoria a ser considerada nesse subcapítulo são as crônicas em que o vocativo é considerado. Segundo Bechara (2001), “[...] o vocativo cumpre uma função apelativa de 2.^a pessoa, pois, por seu intermédio, chamamos ou pomos em evidência a pessoa ou coisa a que nos dirigimos [...]” (BECHARA, 2001, p. 460). Esse tema é tratado por Nogueira em duas crônicas, “O vocativo da moda” (1971) e “Mãe” (1973).

Na primeira crônica, “O vocativo da moda” (1971), temos a definição de Nogueira sobre esse termo gramatical: “Vocativo, como se sabe, é a palavra ou expressão de que nos servimos para chamar a atenção de alguém. Serve, enfim, para chamamento ou invocação. [...]” (NOGUEIRA, 1971, Classificados, p. 10). As ideias do autor alinham-se com as dos gramáticos anteriormente apresentados, reafirmando a hipótese de que Nogueira possuía um amplo conhecimento sobre a gramática normativa. Ao mesmo tempo, seu modo de escrita revela sua opção consciente de trazer essa informação em uma linguagem mais simples e acessível – o que inclui a divulgação de um conhecimento de matriz descritiva e funcional, porém depurado do preciosismo das gramáticas tradicionais por meio de um linguajar saboroso adotado em seus textos publicados em um veículo de grande circulação como o jornal *Folha de São Paulo*, um dos maiores jornais do Estado de São Paulo naquela época.

É importante notar que as informações gramaticais trazidas pelo autor não são atribuídas a nenhuma figura de autoridade, o que torna o próprio Emir Nogueira uma figura de autoridade dentro de seu próprio texto, pois é ele o responsável pelas informações veiculadas no espaço que assina. Além disso, é notável a inseparabilidade do jornalista/cronista Nogueira do professor Emir: não basta apenas levar a informação ao público, é necessário exemplificá-la com ocorrências do cotidiano. Assim, vocativos comumente usados são elencados e, junto a eles, são apresentados possíveis usos:

Velho, por exemplo, já teve muito prestígio, como vocativo revestido de boa dose de afetividade: “Ouça, **velho**” (ou **meu velho**). **Chapa**, ou **meu chapa** (“vamos embora, **meu chapa**”) igualmente foi muito popular. Uma fórmula curiosa, comum ainda em certos meios, é **nossa amizade**: “Ora, **nossa amizade**, você não sabe que...” [...] (NOGUEIRA, 1971, Classificados, p. 10. Negritos do autor).

É só após esses primeiros exemplos, usados como contextualização, que “bicho”, o vocativo ao qual o título da crônica se refere, é apresentado e são feitas considerações sobre ele. Por meio desses exemplos, o professor nos lembra que a língua deve ser vista como mais do que apenas regras cristalizadas e mantidas em livros, pois ela é um modo de composição ao mesmo tempo que é composta pela realidade.

A crônica “Mãe” (1973) é construída a partir da indagação: “Que tratamento (gramatical) dispensar à própria mãe?” (NOGUEIRA, 1973a, Primeiro Caderno, p. 13). A crônica se compõe a partir de recortes do cotidiano que buscam responder à questão proposta como em “Quando vão surgindo os netos, é comum, em muitos círculos familiares, chamar a mãe de vó, dirigindo-se a ela, ou de vovó, falando dela. [...]” (NOGUEIRA, 1973a, Primeiro

Caderno, p. 13). A colagem de exemplos faz com que a explicação gramatical seja dispensada e, desse modo, entenda-se o conceito de maneira prática a partir de parágrafos propositalmente curtos – criando uma atmosfera intimista que culmina nos parágrafos emotivos que encerram o texto. Assim, ao compararmos as referidas crônicas notamos que Nogueira trata de modo diverso o tema nos textos, sendo que em ambos os casos o tema é amplamente explanado.

3. Crônicas jornalísticas do professor Nogueira

A função de professor sempre esteve presente no fazer jornalístico de Emir Macedo por meio da incessante divulgação do conhecimento linguístico, que era o objetivo norteador de todos os seus escritos. O aspecto educativo se sobressai em relação aos demais e mesmo os aspectos estéticos são subordinados a ele. Tendo isso em mente, é necessário saber que as crônicas de Nogueira são prioritariamente jornalísticas, mas apresentam um sutil componente literário, na medida em que suas crônicas se esmeram para produzir efeitos de estilo, criar surpresa, instaurar perplexidade e descoberta, seja no manejo de sua organização textual, seja em sua abordagem da relação entre língua e sociedade. O componente literário, portanto, está associado a uma fruição desinteressada, mas simultânea a um humanismo formador. Essa simultaneidade dá corpo ao espírito docente, jornalístico e literário de Nogueira.

Considerando-se apenas os números referentes a “A Língua Nossa de Cada Dia”, Nogueira escreveu mais de quatrocentas crônicas, sendo que a maior parte delas eram publicadas semanalmente – o que indica que nem sempre houve tempo necessário ao amadurecimento dos textos. O grande volume de textos produzidos e a natureza semanal da publicação dos mesmos não contribuem para dotar suas crônicas de uma constante altura literária, porém a graça do estilo e a capacidade de tratar concisa e elegantemente de assuntos complexos asseguram-lhe uma assinatura textual em que o empenho estético e didático se amparam reciprocamente. Isso significa que as crônicas apresentam oscilações quanto à ênfase, de modo que, tendendo mais frequentemente ao estilo jornalístico, muitas vezes esmeram-se nos ecos literários.

Pensando nisso, entendemos que o aspecto estético das crônicas produzidas por Nogueira é algo secundário, subordinado ao aspecto educacional que buscava a incessante divulgação do conhecimento linguístico. A redação exemplar do autor pretende ser, realmente, um exemplo de construção textual bem realizado. A preocupação estética pode ser encontrada em seus textos, mas é importante perceber sua subordinação aos propósitos educacionais estipulados pelo autor. Entender esses fatos significa concordar que as crônicas de Nogueira são jornalísticas e não literárias.

Essas considerações alinham-se ao perfil intelectual do autor que buscamos traçar no decorrer dessa dissertação.

3.1 Estilo

Segundo Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1978), “[...] estilo é a definição de uma personalidade em termos lingüísticos.” (CÂMARA Jr., 1978, p. 13). Mais do que isso, “[...] a

essência do estilo está, como vimos, em ser uma manifestação psíquica ou um apelo por meio da linguagem, [...]” (CÂMARA Jr., 1978, p. 24). Desse modo, as escolhas expressivas feitas por Nogueira seriam um modo de traduzir o âmago do cronista, revelando parte de sua psique.

Outra importante linguista, Nilce Sant’Anna Martins, opera de modo diferente, se recusando a oferecer a seus leitores uma definição única do que seja estilo. Ao contrário, a autora prefere se apoiar nas considerações de Georges Mounin para entender as várias definições que o referido vocábulo recebeu de diferentes teóricos:

No domínio da linguagem têm sido tão numerosas as definições de estilo que vários lingüistas têm procurado classificá-las de acordo com os critérios em que elas se fundamentam. Assim, Georges Mounin (*Introdução à Lingüística*) reúne as definições de estilo em três grupos: 1) as que consideram estilo como *desvio da norma*; 2) as que o julgam como *elaboração*; 3) as que o entendem como *conotação*. Nils Erik Enkvist (*Lingüística e estilo*) as distribui em seis grupos: 1) estilo como *adição*, envoltório do pensamento; 2) estilo como *escolha* entre alternativas de expressão; 3) estilo como conjunto de *características individuais*; 4) estilo como *desvio da norma*; 5) estilo como conjunto de *características coletivas* (estilos de época); 6) estilo como *resultado de relações entre entidades lingüísticas* formuláveis em termos de textos mais extensos que o período. (MARTINS, 1989, p. 01. Itálicos da autora).

Sant’Anna Martins recorda que essas definições não são estanques e que elas podem se combinar em determinados contextos. No caso em que analisamos, as duas primeiras definições apresentadas são as que melhor se encaixam uma vez que Macedo Nogueira não busca desvios da norma culta, ao contrário, ele se apoia na gramática tradicional para poder se expressar.

Com essas definições em mente e considerando o corpus analisado no capítulo anterior, podemos afirmar que o estilo de Nogueira preza, sobretudo, a concisão e a clareza. A concisão é visível na capacidade de síntese apresentada nas crônicas “De apresar e de pesca” (1971), “Colorida” (1982) e “Goto e palpo” (1974), compostas de apenas três parágrafos. Outro exemplo é o parágrafo final de “Inadimplentes” (1973b): “Trocado em miúdos não seria mais fácil resolver esse problema?” (NOGUEIRA, 1973b, Local/Educação/Interior, p. 10), sendo a conclusão do texto apenas uma única frase interrogativa.

Como o próprio título da coluna nos lembra, o objetivo de “A Língua Nossa de Cada Dia” é informar. Por exemplo, a crônica “Récorde ou recorde?” (1976) conduz o leitor a um texto bem escrito, que busca o equilíbrio entre a leveza da linguagem informal e a reflexão informativa advinda da metalinguagem. O texto discute a hesitação em pronunciar a palavra que designa a superação de “[...] marcas máximas anteriormente alcançadas, em diferentes modalidades esportivas [...]” (NOGUEIRA, 1976, Terceiro Caderno, p. 02). Tal hesitação

acontece porque “A palavra nessa acepção, é inglesa, record, mas nos veio através do francês. Daí a diversidade: **récorde** é a pronúncia à inglesa; **recorde** seria à francesa, [...]” (NOGUEIRA, 1976, Terceiro Caderno, p. 02. Negritos do autor). A conclusão da crônica – “Em que ficamos em relação ao tema inicial? Récorde ou recorde, tanto faz.” (NOGUEIRA, 1976, Terceiro Caderno, p. 02) – tem a capacidade de fazer o leitor esboçar um leve sorriso, pois reafirma a intenção de “A Língua Nossa de Cada Dia”: não se busca esgotar um tema ou defini-lo, mas sim explora-se a necessidade de reflexão sobre a tantas vezes flexível língua que nos constitui.

Esse objetivo traçado e constantemente lembrado modela o modo de composição dos textos de Nogueira, sendo seu estilo moldado por diferentes aspectos que o auxiliam a alcançar sua meta. Para que isso ocorra, o autor optou por mesclar explicação e termos técnicos como “[...] Os metaplasmos mais comuns são os de diminuição, justamente por causa da tendência do menor esforço. Aférese, síncope e apócope são os nomes técnicos [...]” (NOGUEIRA, 1974, Local/Educação/Interior, p. 20) e “[...] iização, ou pronúncia iizada do e. [...]” (NOGUEIRA, 1971, Caderno de Domingo, p. 04) com expressões populares – “[...] numa das mais conhecidas formas de conto-do-vigário [...]” (NOGUEIRA, 1977, Primeiro Caderno, p. 34); “[...] Falem mal mas falem de mim.” (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 42); “[...] afigura-se a muitos um bicho de sete cabeças. [...]” (NOGUEIRA, 1973, Local/Educação/Interior, p. 23) –, trazendo graça às discussões. Desse modo, é possível dialogar ao mesmo tempo com grupos de diferentes graus de escolaridade.

Esses supostos diálogos eram estabelecidos a partir de sintagmas que funcionavam como pontes entre o termo técnico e a linguagem cotidiana. Assim, expressões como “isto é”, “ou seja”, “em termos mais simples”, “como se vê”, “em outras palavras”, de certo modo, traduzem, reescrevem e permitem a fluidez das discussões propostas. É preciso notar que, apesar da leveza que o autor busca trazer à linguagem utilizada para compor o texto, ela tende a ser objetiva. As maiores exceções encontradas são as crônicas “Pai” (1971) e “Mãe” (1973a), carregadas de forte função emotiva devido à morte dos pais de Nogueira. Mesmo assim, essas crônicas tornam-se predominantemente subjetivas apenas em seus parágrafos finais.

A irreverência também é recurso para contornar a linguagem técnica e permitir a aproximação do linguajar cotidiano. Selecionamos como exemplos excertos das crônicas “S ou Z” (1982) e “Refrigerantes e cervejas” (1970), respectivamente:

A dúvida s/z é das que acompanham muita gente até o fim da vida. Quem conhece latim está mais aparelhado para resolvê-la. É só lembrar que o c

latino, seguido de e ou i, dá z em português, e que s, rs, ns passa a s, e meio caminho estará andado. Fácil. O difícil é saber latim. (NOGUEIRA, 1982, Primeiro Caderno, p. 26).

Talvez nessa hora você se lembre com melancolia de que na escola estudou a formação do plural, principalmente o plural dos compostos; viu uma porção de exemplos, a maioria dos quais você nunca terá oportunidade de usar, durante toda a sua vida (café-concêrto, navio-escola, etc.). Mas os problemas da língua de todo dia raramente foram enfrentados. (NOGUEIRA, 1970, Ilustrada, p. 01).

O primeiro excerto traz o humor a partir da ideia de que saber normas de transformação gramatical do latim ao português seja fácil, mas a aprendizagem do latim seria difícil, sobretudo no sentido informal de ser rara, uma vez que a disciplina, obrigatória até 1964, foi abolida dos currículos brasileiros por um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (Usaid/EUA). Essa língua morta, origem da Língua Portuguesa, é, tradicionalmente, um símbolo de status e poder e a constatação de que tanto o conhecimento da língua latina quanto da evolução dessa língua para o português, cria uma dicotomia insuperável com os antônimos fácil/difícil e, assim, gera o efeito humorístico: depois de afirmada a facilidade, afirma-se a dificuldade, própria de um país onde não se aprende o fácil porque as instituições preferem abolir o difícil.

A ironia é responsável pelo humor presente no segundo trecho destacado, advindo da crônica “Refrigerantes e cervejas” (1970). Constata-se que, apesar de as escolas ensinarem regras gramaticais aos alunos, isso pouco é utilizado no cotidiano e, por outro lado, as dificuldades próprias do uso cotidiano e os problemas linguísticos práticos enfrentados pelos falantes permanecem sem a consideração necessária.

Apesar da busca pela linguagem acessível, é comum que Nogueira apresente a origem, latina ou grega, dos radicais que deram origem aos vocábulos da Língua Portuguesa – “[...] O nosso peixe vem do latim **piscem**, e pescar, piscari. [...]” (NOGUEIRA, 1971, Caderno de Domingo, p. 08. Negrito do autor); “[...] **helicóptero** é um composto de radicais gregos, em que entram **hélix**, **hélíkos** (hélice, espiral) e **pteron** (asa).” (NOGUEIRA, 1972, Caderno Especial, p. 05. Negritos do autor); “A rigor, **estratégia** quer dizer “arte do general”. É uma palavra de origem grega, na qual se encontram dois radicais: **stratos** (exército) e **agein** (conduzir). [...]” (NOGUEIRA, 1974, Segundo Caderno, p. 06. Negritos do autor). Esse recurso empregado para a composição dos textos nos recorda o grande conhecimento linguístico de Nogueira e sua disposição para compartilhá-lo.

O exercício do magistério e a permanente face de professor assumida pelo jornalista – partes constituintes da figura intelectual de Emir Nogueira – contribuem para a tessitura das crônicas por meio do uso de vários exemplos para ilustrar o conteúdo analisado como podemos observar nos sintagmas “[...] [o verbo banir] Encontra-se numa mesma lista em que estão brandir, colorir, polir, falir, delinqüir, extorquir, abolir, explodir, demolir, delir e outros menos usados. [...]” (NOGUEIRA, 1969f, Ilustrada, p. 02) e “[...] Não são raros os exemplos nesse sentido. Os “bem-te-vis” e os “zangões” (guardas de trânsito), os “cosme-e-damião” (policiais que trabalham em dupla), os “cenourinhas” (encarregados da limpeza pública) são algumas das criações recentes.” (NOGUEIRA, 1974, Primeiro Caderno, p. 22). Assim, a apresentação de conjuntos de exemplos como esses é recorrente e mostra-se um importante traço da organização textual, fazendo com que as funções de jornalista e professor se complementem e possibilitem a criação de um texto possuidor de qualidade tanto estética quanto didática.

Frases interrogativas também são recursos estilísticos constantemente empregados pelo autor de dois modos diferentes. Segundo Bond (1959), esse recurso abriria diálogo com o leitor, que se sentiria como um colaborador, além de lhe aguçar a curiosidade e prendê-lo ao texto. Os sintagmas interrogativos são ora respondidos pelo próprio autor – sendo, portanto, perguntas retóricas como em “[...] De onde virá o neologismo? Talvez seja uma redução de **transação**, com o sentido inicial de combinação, ajuste.” (NOGUEIRA, 1972, Caderno de Domingo, p. 03. Negrito do autor) e “Por que, pois, o uso generalizado de zero hora? Provavelmente por uma razão de ordem prática. [...]” (NOGUEIRA, 1976, Terceiro Caderno, p. 04) –, ora sendo evocados e não respondidos, casos em que a resposta, e, conseqüentemente, a participação na construção do texto, passam a ser tarefas exigidas do leitor – “[...] Mas aí é que está a dificuldade. Como exigir de todo mundo que saiba estabelecer essa distinção?” (NOGUEIRA, 1971, Caderno de domingo, p. 04); “E então? Que tal lhe parece o movimento **bursítico**? Você não sabe o que é **bursítico**? [...]” (NOGUEIRA, 1970, Ilustrada, p. 08. Negritos do autor). Desse modo, o leitor é convidado a participar de modo ainda mais ativo do processo de leitura e significação do texto.

Outro recurso didático utilizado em larga escala é o destaque, em negrito ou itálico, de sintagmas. Essa diferença visual chama a atenção do leitor-aluno tal qual as ondulações da voz de um professor durante as partes mais importantes da explicação de um conteúdo. Por exemplo:

Com **um pouco de paciência**, posso resolver muitos problemas; com **pouca paciência**, nada faço, pois a tenho em dose inferior às necessidades.

Naturalmente, existe grande diferença entre quem tem **um pouco de** dinheiro e quem dispõe, simplesmente, de **pouco dinheiro**. Uma pessoa que **pouco fez**, evidentemente fez menos do que outra fez **um pouco**. Não merece passar um aluno que **pouco estuda**: um que **estuda um pouco** está em situação melhor. (NOGUEIRA, 1974, Local/Educação, p. 11. Negritos do autor)

A partir da análise, constatamos que seis entre dez crônicas referentes a ortografia, estilística e morfologia empregam tal recurso, bem como setenta por cento das crônicas sobre sintaxe, oito entre dez das crônicas de fonologia e noventa por cento das crônicas de etimologia e semântica. Isso significa que esse artifício possui importante valor estilístico, principalmente pelo fato de que ele é uma diferença visual no meio do corpo do texto, tratando-se de um desvio das normas de tipologia normalmente empregadas em um texto jornalístico.

O tom professoral também aparece na enumeração de argumentos – “[...] O anúncio, evidentemente, procura ligar duas idéias: 1) alemão gosta de salsicha e entende disso; 2) alemão faz confusão nos gêneros, em português. [...]” (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 42) – e regras:

[...] Umás regrinhas práticas, recordadas a seguir, podem ser úteis para resolver algumas dúvidas: 1) usa-se sempre **x** e não **ch** nas palavras de origem tupi-guarani: morubixana, capixaba, macaxeira, xavante, etc. [...] 2) **j** e não **g**: pajé, jé (nome de uma tribo indígena), jibóia, jirau, jerimum; 3) **ç** e não **ss**: paçoca, suçuarana (espécie de onça), jararacuçu (cobra), açu, guaçu. (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 02. Negritos do autor).

Esse recurso, sobretudo didático, é importante para fazer com que a normatização da gramática seja mais facilmente compreendida ao ser dividida em tópicos menores.

A credibilidade das crônicas é reforçada com as sessenta e cinco diferentes figuras de autoridade evocadas. Ao todo, as referidas figuras foram usadas noventa e três vezes – o vocábulo “dicionário” foi o mais repetido (oito vezes) enquanto sintagmas como “Camões”, “Formulário ortográfico”, “Golda Meir¹⁹”, “Índira Ghandi²⁰”, “Roberto Carlos” e “Ortografia

¹⁹ Golda Meir (Kiev, 1898 - Jersalém, 1978) migrou com os pais para os Estados Unidos em 1906 e em 1921 passou a morar na Palestina junto com seu marido, Morris Meyerson. Em 1948, Golda tentou diversos acordos, sem sucesso, com o rei da Transjordânia para que ele não atacasse Israel, que ainda estava se formando enquanto Estado – a sua proclamação foi assinada no mesmo ano e Meir participou dela. Entre 1948 e 1949, era a embaixadora israelense em Moscou. No ano seguinte, passou a ser ministra do trabalho e da segurança nacional. Em 1956, torna-se ministra do exterior. Em 1969, tornou-se primeira-ministra de Israel e enfrentou diversos conflitos internacionais como a Guerra dos Seis Dias (1967) e o Massacre de Munique (1972); este último conflito resultou em confrontos entre o governo israelense e a Organização para a Libertação da Palestina e resultou na Guerra de Yom Kipur (1973). Renunciou ao cargo de primeira ministra em 1974.

²⁰ A família Nehru, da qual Índira Gandhi (Allahabad, 1917 - Nova Deli, 1984) faz parte, era tradicionalmente política. Eleita para o Congresso Nacional da Índia em 1960 e, após a morte de seu pai, Jawaharlal Nehru, foi anunciada como a ministra da informação e, em 1966, foi indicada pelo congresso para o posto de primeira-ministra – cargo no qual permaneceu por três mandatos seguidos (1966-1977). Em 1975, foi

oficial” foram utilizados duas vezes cada um. As figuras de autoridade podem ser de dois tipos, sendo que os primeiros são expressões genéricas como “As gramáticas tradicionais”, “os dicionários”, bem como os sintagmas presentes na crônica “Não deixe ele...” (1973b): “De acordo, entretanto, com os padrões da língua culta”, “formalismo gramatical” e “Do ponto de vista da gramática tradicional”. Esse tipo de recurso se aproxima muito do fazer jornalístico – que se preocupa mais com o conteúdo e a agilidade da informação do que com a descrição minuciosa de suas fontes dentro do texto.

O outro tipo de figura de autoridade empregado é a nomeação de personalidades diversas como Rui Barbosa²¹ e Ernesto Carneiro Ribeiro²² – citados na crônica “O que soa mal” (1976) – e obras de referência como o *Formulário Ortográfico Brasileiro* e a *Enciclopédia Delta-Larousse*. Quando comparamos os dois tipos de figuras de autoridade utilizadas, notamos que essa última é mais específica, porém, menos utilizada. A baixa recorrência também nos mostra um outro recurso estilístico: Nogueira trata a si mesmo como uma figura de autoridade, apresentando sua palavra como tão digna de valor quanto aquela creditada a referências consagradas. Assim, apoiada pelas figuras de autoridade genéricas, sua palavra passa a valer tanto quanto os argumentos evocados dos especialistas.

Em geral, as crônicas de Nogueira não utilizam o pronome nem conjugam verbos na primeira pessoa do singular (eu). Ao invés disso, o autor identifica-se a partir do vocábulo “colunista”, como podemos observar em: “[...] o colunista se prepara para gozar justas e merecidas férias [...]” (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 70), “Há pouco, o responsável por esta coluna recebeu uma carta [...]” (NOGUEIRA, 1968, Ilustrada, p. 02), “[...] O correto deveria ser Coríntiãs, forma que ninguém tem coragem de usar. Nem êste colunista corintiano da velha guarda, frustrado agora pela 16.a vez consecutiva”. (NOGUEIRA, 1970, Ilustrada, p.

condenada por fraude eleitoral pela Corte Suprema e, como resposta, decretou estado de sítio, passando a governar praticamente de forma ditatorial. Indira perdeu as eleições de 1977, mas foi reeleita em 1980 para seu quarto mandato como primeira-ministra. Durante a década de 80, a primeira-ministra reprimiu brutalmente o movimento separatista Sikh. Em 1984, ela foi morta por membros de sua guarda pessoal.

²¹ Rui Barbosa de Oliveira (Salvador, 05/11/1849 – Petrópolis, 01/03/1923) formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1870. Após sua formação, engajou-se na vida política. Era a favor de eleições diretas e da abolição da escravatura. Elegeu-se deputado provincial em 1878 e, no ano seguinte, passou a deputado geral. Nesse período, auxiliou na elaboração da reforma eleitoral, emancipação dos escravos e na reforma educacional. Após a proclamação da república, tornou-se vice-chefe do governo provisório e passou a cuidar da pasta de finanças. Passou a oposição ao governo depois que o marechal Deodoro da Fonseca dissolveu o Congresso. Envolveu-se na Revolta da Armada, em 1893, e foi exilado. Voltou ao Brasil e elegeu-se senador em 1895. No cenário político, era bastante prestigiado, tendo sido representante do Brasil no exterior várias vezes. Candidatou-se duas vezes à presidência da república, em 1910 e 1919, mas em ambas foi derrotado. Colaborou com os jornais *A Imprensa*, *Jornal do Brasil* e *Diário de Notícias*, no qual foi presidente. Foi sócio-fundador da Academia Brasileira de Letras, onde sucedeu Machado de Assis na presidência.

²² Ernesto Carneiro Ribeiro (Itaparica, 1839 - 1920) foi médico, além de ter exercido o magistério e produzido livros de gramática da Língua Portuguesa. Ficou famoso por causa de seus debates com Rui Barbosa sobre o Código Civil Brasileiro.

02). Essa escolha faz com que as crônicas sejam, a princípio, pouco subjetivas uma vez que a técnica escolhida amortece a função emotiva em nome da comunicabilidade e credibilidade informativa. Assim, a omissão proposital da primeira pessoa do singular faz com que o próprio autor se torne uma autoridade ao emitir abertamente suas opiniões e posicionamentos.

Evita-se o uso e conjugação na primeira pessoa do singular, mas o mesmo não ocorre em relação à primeira pessoa do plural (nós): “Dirão alguns que estamos exagerando, pois seriam raras as “invenções” do tipo de promocionar. [...]” (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 02), “Em que ficamos em relação ao tema inicial? Récorde ou recorde, tanto faz.” (NOGUEIRA, 1976, Terceiro Caderno, p. 02), “Se um conselho pudéssemos dar aos jovens [...]” (NOGUEIRA, 1968, Ilustrada, p. 02), “O fato é que, se nos deixarmos absorver demasiadamente pelo escrúpulo de evitar os cacófatos, empobrecemos demais nossa capacidade de expressão. [...]” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 25). A primeira pessoa do plural, associada à relação de conjunção/soma de interlocutores, estabelece um *ethos* democratizante para as crônicas, sugerindo proximidade e comunhão entre o cronista e seus leitores.

Por tratar-se do tipo textual “crônica”, pertencente ao gênero opinativo (MELO, 1985), entendemos que opiniões emitidas, quando não são atribuídas a uma figura de autoridade determinada, pertencem àquele que assina a coluna. A assinatura de Nogueira, nesse caso, é marca de sua responsabilidade perante as informações e opiniões veiculadas naquele espaço. Assim, afirmações aparentemente desprovidas de enunciador explícito para seus juízos de valor expressam, na verdade, as opiniões de Emir Nogueira de modo sutil. São exemplos desse tipo de construção os sintagmas “[...] É preciso acentuar essas palavras, para não confundir (?) com preso, presa (eu preso, êle presa), presente de um verbo que na prática ninguém emprega.” (NOGUEIRA, 1971, Caderno de Domingo, p. 08) e “[...] É no fundo uma questão de hábito ou de gosto. Ou, se quiserem, de educação.” (NOGUEIRA, 1968, Ilustrada, p. 08). A indeterminação indicada em sintagmas em que se utiliza a partícula “se” – “[...] Em favor, pois, da brevidade, sacrifica-se a exatidão da informação.” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 34) – é apenas aparente nesse caso, pois sabemos que esse trecho, assim como outros, explicitam as convicções de Macedo Nogueira.

Apesar de ser sutil ao expressar sua opinião, Nogueira também não hesita em se posicionar abertamente em relação a alguns assuntos como em “Sem querer complicar as coisas, insistamos num ponto: [...]” (NOGUEIRA, 1973, Primeiro Caderno, p. 13), “[...] Ultrapassada essa fase de preconceitos e limitações descabidas, a língua é obrigada a refletir novas realidades. [...]” (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 10) ou ainda em:

[...] Como quase todas as “novidades” (às vezes não tão boas quanto se pensa) postas em circulação pelos poderosos meios de comunicação da atualidade, tem sentido vago e elástico, o que lhes permite aplicar-se as mais diversas situações ou circunstâncias. Essa característica, aliás, é uma maneira de disfarçar pobreza de vocabulário. Uma só palavra serve para designar tudo, ou quase tudo, dispensando quem a emprega do trabalho de procurar os termos próprios para cada coisa. (NOGUEIRA, 1972, Caderno de Domingo, p. 03)

Assim, essa é a última e uma das mais marcantes características presentes no estilo de posicionamento subjetivo de Nogueira nas crônicas: sua coragem de assumir pontos de vista abertamente a favor ou contra a gramática normativa e a adequação desta aos usos. Por exemplo, no excerto “[...] Hoje, admitem-se como corretas as duas formas, com **palpos** ou com **papos**, preferível esta, por afinar-se mais com o sentido popular da expressão.” (NOGUEIRA, 1974, Primeiro Caderno, p. 21. Negritos do autor), tem-se a defesa do uso e da linguagem coloquial em detrimento da expressão original “estar em palpos de aranha” e da linguagem culta. Outros exemplos nos quais Nogueira se posiciona contra a gramática normativa e a linguagem técnica e preza o uso cotidiano e a linguagem informal são: “Em suma, mesmo contra a lição da gramática tradicional, é hora de aceitar **alerta** como adjetivo e de usá-lo no plural, quando for o caso.” (NOGUEIRA, 1976, Terceiro Caderno, p. 06. Negrito do autor) e “[...] Numa hora em que tanto se fala em comunicação, não se compreende que os problemas médico-sanitários do Brasil se agravem justamente porque a linguagem médica é um entrave à comunicação entre os que tratam e os que recebem tratamento.” (NOGUEIRA, 1970c, Ilustrada, p. 08). A favor ou contra as normas gramaticais, o fato é que o autor se posiciona abertamente e esse é um dos mais importantes recursos estilísticos, pois é ele que rege todos os demais artifícios aqui descritos.

Após considerarmos alguns dos procedimentos comuns ao estilo de Nogueira, percebemos o caminho traçado pelo cronista para que seu trabalho pareça claro e objetivo para seu leitor; caminho esse do qual não se desvia mesmo com os percalços das mudanças que fogem ao controle do autor, como as alterações sofridas pela coluna com o aumento e/ou diminuição de sua extensão e as mudanças de seção.

Os parágrafos iniciais prendem a atenção do leitor a partir de comentário sobre um fato cotidiano ou a fala de alguma personalidade. A seguir, busca-se refletir como a Língua Portuguesa, seus usos e suas regras relacionam-se com o tema exposto. Por fim, o mote da crônica é retomado e, então, conclui-se a discussão linguística apresentada por meio dos argumentos que constituem o texto.

3.1.1 Fuga do padrão

Apesar do estilo de Nogueira ser bem definido, foram notadas exceções ao padrão utilizado na composição dos textos. Assim, faz-se necessário explorar esses detalhes para entendermos que mesmo os desvios do autor são calculados, isto é, são justamente uma forma de quebra do padrão na tentativa de se reinventar.

As crônicas “Ferromoças” (1974), “Verbos inúteis” (1969e) e “A propósito de índios” (1969d), apesar de serem crônicas de etimologia, não apresentam ao leitor os radicais que originaram o vocábulo em análise como ocorre nos demais textos dessa categoria. As crônicas “Pai” (1971) e “O home” (1969), por outro lado, mais do que apresentar ao leitor a origem dos vocábulos em estudo, demonstram desdobramentos da evolução das palavras, como em: “[...] Padre dá padre mas continua a evoluir até fixar-se em pai. [...]” (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 84) e

A forma atual você vem de vostra mercê ou vostramercê. Existem numerosas variantes intermediárias, muitas delas ainda vivas em certas camadas da população: vossemecê, vosmecê, vancê, vassuncê. De vassucê fêz-se suncê ou sucê. Mesmo você continua a sofrer alterações: ouve-se muitas vêzes ocê e até cê. [...] (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 06)

A crônica “Pai” (1971), além disso, é um texto que dosa com habilidade a função referencial e a função emotiva. A referida crônica foi construída a partir da derivação de vocábulos de um radical – “[...] Pai, padre, pastor, pátria são, além de muitas outras, palavras de uma mesma família. Têm um antiquíssimo radical comum – pat – que envolve a idéia de proteção. [...]” (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 84) – e, diferentemente do estilo empregado por Macedo Nogueira, o mote inicial, a ligação da crônica com a realidade só é revelada ao leitor nos dois últimos parágrafos. Temos, então, o efeito de uma metonímia a partir do sentimento apresentado: o autor expressa sua perda pessoal – “Pai. Amigo velho. Fica aqui a homenagem àquele que minha mãe, minhas irmãs e eu enterramos esta semana.” (NOGUEIRA, 1971a, Primeiro Caderno, p. 84). Além disso, o parágrafo “Pai. A coluna tinha de ser feita” (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 84) indica a necessidade do autor de não descuidar das exigências do trabalho e dar continuidade ao seu engajamento na disseminação do conhecimento sobre a língua vernácula.

As crônicas que tratam de fonologia destacam-se como aquelas que, dentre todas, mais utilizam figuras de autoridade (vinte dos noventa e dois casos apresentados) e metaplasmos (seis de dez ocorrências). Segundo Nogueira, o referido termo técnico designa “[...] alterações

sofridas por uma palavra, representadas por acréscimo, diminuição, permuta ou transposição de fonemas. [...]” (NOGUEIRA, 1974, Local/educação/interior, p. 20). As crônicas “Rebu” (1974) e “Do Bexiga à pilantragem” (1969) apresentam um metaplasmo cada – “[...] o antigo tratamento vossa mercê passa a vosmecê, vancê, vassuncê, mecê, você e na pronúncia descuidada chega a ocê e até mesmo cê. [...]” (NOGUEIRA, 1974, Local/educação/interior, p. 20); “[...] Tudo indica que *Pilantra* é uma adulteração de *pelintra*. A evolução deve ter sido: *pelintra* passou a *pilantra* (pois o *e* da sílaba inicial é pronunciado como se fosse *i*); *pilintra* daria depois *pilantra*.” (NOGUEIRA, 1969, Folha feminina, p. 10. Itálicos do autor), que apresentam ao leitor a evolução dos metaplasmos de um mesmo vocábulo. Os demais casos aparecem em uma única crônica, “Abobrinhas e xicrinhas” (1972): “[...] acúcula perde o u da segunda sílaba, passando a acuela e depois agulha [...] cáthedra passa a catédra, mais tarde cadeira.” e “[...] córrego transforma-se em córgo, com queda do e postônico. Espírito passa inicialmente a espírito e depois a esprito (invertem-se as posições do i e do r, fenômeno também muito comum, conhecido como metátese). [...]”. (NOGUEIRA, 1972, Quarto Caderno, p. 01). Notamos que, apesar de termos um maior número de exemplos presentes nessa crônica, eles são mais simples, pois apresentam menos metaplasmos do que os casos apresentados nas demais crônicas.

As crônicas “Poluição” (1973) e “A semântica e a relatividade dos palavrões” (1968) diferem-se do padrão utilizado por Nogueira, pois não se iniciam a partir de fatos concretos e cotidianos, mas tratam de generalizações: “**Poluição**, uma das palavras ultimamente mais usadas, em todo o mundo, começa a ter o seu sentido alterado. [...]” (NOGUEIRA, 1973, Local/Educação/Interior, p. 02); “[...] fêz-se do verbo **puxar** um composto, para designar o bajulador, o adulador. [...] O mesmo acontece com **encher**, no sentido de amolar, cacetejar, irritar”. (NOGUEIRA, 1968, Ilustrada, p. 08. Negritos do autor). Esse desvio do padrão já consagrado de textos de Nogueira não é explicado pelo autor e só ocorre nessas crônicas. Assim, admite-se a hipótese de que, nas semanas que os textos foram escritos, os assuntos mais comentados não foram talvez considerados tão relevantes para que o autor os utilizasse como elemento de composição do texto.

“Você sabia?” (1969a) e “Pouco assunto” (1974) são crônicas construídas apenas de exemplos. “Pouco assunto” (1974), por exemplo, é uma crônica diferente das demais: não possui um mote inicial e, por isso, sua construção é baseada inteiramente na exemplificação da mudança de sentido que sintagmas podem sofrer pela mudança de posição ou acréscimo de vocábulos que relacionam-se com “pouco” – “[...] Uma pessoa que **pouco fez**, evidentemente fez menos do que outra fez **um pouco**. Não merece passar um aluno que **pouco estuda**: um que

estuda um pouco está em situação melhor.” (NOGUEIRA, 1974, Local/Educação, p. 11. Negritos do autor). A dualidade de sentidos presente em “pouco” e “um pouco” constrói a crônica por meio de opostos, fazendo um constante ir e voltar tal qual uma partida de pingue-pongue. Essa interessante opção estrutural, no entanto, não muda o fato de que informar e fazer refletir são os objetivos primordiais dessa crônica, que se preocupa com sua forma apenas para que essa seja fator de auxílio no entendimento do conteúdo exposto.

Por fim, percebe-se que apenas três crônicas transcrevem excertos: “A revolução de 9 de julho e simplificação ortográfica” (1968) – que transcreve um discurso do general Bertoldo Kingler –, “A linguagem médica” (1970c), que reproduz parte de um impresso do Instituto Pasteur – “[...] cefaléia, estado febril, astenia, formigamento nos membros superiores ou inferiores, com ligeiro enfartamento ganglionar. Ao se notar qualquer dos sintomas acima, recomenda-se suspender o tratamento e dirigir-se imediatamente ao Instituto Pasteur.’.” (NOGUEIRA, 1970c, Ilustrada, p. 08) – e “A mistura de pronomes no linguajar paulista” (1968b), que apresenta ao leitor quatro versos de uma canção que serve como mote inicial dessa crônica: “Se você chorar na minha ausência, / Mande alguém me avisar; / Não importa onde eu esteja / Largo tudo e venho te buscar.” (NOGUEIRA, 1968b, Ilustrada, p. 02). As referidas transcrições são citações que, associadas a argumento de autoridade, validam o texto de Nogueira, sendo uma forma de trazer mais crédito ao texto.

Além das crônicas, o editorial “Pão-pão, queijo-queijo” (1970d) também se destaca por trazer a transcrição fiel da Lei Áurea. Esse texto chama atenção por sua construção assemelhar-se à estrutura utilizada por Nogueira para compor suas crônicas, apesar de se tratar de um tipo textual diferente. Assim, estão presentes a linguagem de fácil acesso e a construção baseada em uma referência apresentada nos primeiros parágrafos. Nesse caso, a Lei Áurea. Diferentemente do que ocorre na crônica padrão, os parágrafos de desenvolvimento, ao invés de versarem sobre algum assunto gramatical, trazem à discussão argumentos a favor da concisão e clareza e contrários à necessidade de interpretação das leis. Nesses, desponta a figura de Rui Barbosa como autoridade a ser respeitada e recurso de legitimação das ideias defendidas por Nogueira – o ideal seria que todos pudessem compreendê-las sem necessidade de auxílio especializado. Apesar da seriedade do assunto, nota-se o uso de uma linguagem clara e de expressões populares como o sintagma “sem choro nem vela” e o próprio título do texto, “Pão-pão, queijo-queijo” (1970d), que só é justificado nos parágrafos finais:

[...] As leis não devem ser feitas para o regalo de meia dúzia de especialistas em entendê-las e interpretá-las – mas para todo o povo, ou para o grupo social

a que diretamente dizem respeito. Sem prejuízo da “vernaculidade, clareza, concisão, energia”, de que fala Rui Barbosa, o importante é que a lei diga pão-pão, queijo-queijo. (NOGUEIRA, 1970d, Primeiro Caderno, p. 04).

Esse editorial, bem-sucedido e bem elaborado, mesmo não tendo a pretensão de durar tal qual um ensaio, ainda hoje fala à realidade brasileira. Apesar de ter sido escrito nos anos setenta, sua temática não foi sufocada pela efemeridade típica do jornal, mas sim atualizada pela permanência do linguajar quase impenetrável da jurisprudência brasileira. Nogueira expõe seus argumentos com clareza, tendo o cuidado de reiterá-los mais de uma vez sem que, no entanto, o texto se torne enfadonho. Assim, quando o leitor termina sua leitura, percebe a organização e a organicidade – conquistada graças ao esforço intelectual do autor – do texto. Assim, temos o equilíbrio entre questões pontuais – o texto da lei Áurea – e universais – a necessidade de concisão e clareza, em especial em escritos do legislativo brasileiro.

Pensar o estilo de Nogueira é também considerar o *corpus* e como ele foi selecionado. São sete blocos de dez crônicas cada e essa divisão em categorias gramaticais existe para nos lembrar que é possível abordar vários temas a partir de diferentes pontos de vista. É necessário atentar-se ao fato de que diversas crônicas foram classificadas usando mais de um desses rótulos, mas selecionou-se apenas uma crônica para representá-lo. Além disso, deve-se levar em consideração a irregularidade de publicação e a grande alternância entre as referidas categorias de indexação como um fator a ser considerado. Por exemplo, em 1968, a grande classe mais acionada nas crônicas foi “semântica” (dezessete vezes) enquanto “fonologia” foi utilizada apenas uma vez. A situação é diferente em 1970, quando apenas sete crônicas foram vinculadas à categoria “estilística” e vinte e oito delas à “ortografia”. Já em 1976 e 1982, a categoria utilizada mais vezes foi “morfologia”. A tabela a seguir ilustra a referida irregularidade observada:

RÓTULOS USADOS PARA INDEXAÇÃO	ANO DE PUBLICAÇÃO			
	1968	1970	1976	1982
Estilística	2	7	3	1
Etimologia	4	20	8	2
Fonologia	1	14	6	1
Morfologia	11	34	22	9
Ortografia	4	28	11	4
Semântica	17	21	11	3
Sintaxe	11	19	2	0

Tabela 01: relação entre o uso de rótulos e os anos de publicação da coluna “A Língua Nossa de Cada Dia”

É necessário notar que as variações evidenciadas não são arbitrárias e respondem às necessidades linguísticas apresentadas pela sociedade em um determinado momento. Exemplo claro dessa motivação é o alto número de crônicas cujo aspecto gramatical explorado é a semântica em 1968. Nesse ano, o regime ditatorial tornou-se mais rígido com a publicação do AI-5, limitando a expressão dos veículos de comunicação com forte censura. Esses dois fatos relacionam-se porque o controle linguístico faz parte do controle ideológico imposto pelo regime militar. Buscou-se modificar o significado de diferentes vocábulos para que a língua se ajustasse e colaborasse com o poder hegemônico da época. Assim, por exemplo, falava-se da revolução de 64 ao invés do golpe de 64. A linguagem molda nossa visão de mundo e, consciente disso, buscou-se corroborar com a manutenção do poder a partir da modulação do mundo e da sociedade por meio da modificação da língua. Outro exemplo claro sobre as motivações sociais que variavam o número de textos que tratavam sobre um aspecto gramatical específico é a superioridade numérica da ortografia em 1970, justificado pela iminente reforma ortográfica que entraria em vigor no ano seguinte.

Tratando especificamente de cada um dos conjuntos, notamos que as crônicas referentes à morfologia são as melhores representantes do estilo adotado por Nogueira, sendo particularmente claras e formuladas para atender ao objetivo de informar o leitor. Isso significa que os textos foram criados a partir de um fato cotidiano – geralmente, explorado no primeiro parágrafo. Em seguida, empregam-se explicações técnicas em linguagem simplificada e desenvolvimento dos argumentos em três ou quatro parágrafos. Por fim, reserva-se um parágrafo para a conclusão, onde o mote inicial é retomado e unido à conclusão linguística elaborada a partir da discussão realizada. Nas crônicas cujo foco é estilístico, as noções de erro e acerto são amplamente empregadas e pouco se utilizam termos técnicos.

Crônicas centradas na ortografia, por outro lado, usam mais termos e explicações técnicas. Assim, esses textos tendem a ser arenosos, secos. O modo utilizado pelo autor para quebrar essa tendência é o mesmo empregado nas crônicas sobre sintaxe, a emissão enfática de sua opinião: “Sem querer complicar as coisas, insistamos num ponto: [...] De acordo, entretanto, com os padrões da língua culta, tanto deixei ele como deixei ele faltar são construções que devem ser evitadas.” (NOGUEIRA, 1973, Primeiro Caderno, p. 13). Outro importante recurso é a irreverência, que faz com que seja possível contornar a linguagem técnica e permitir a aproximação do linguajar cotidiano.

Os textos relativos à semântica possuem duas grandes preocupações: o esvaziamento – tema das crônicas “A tentação da gíria” (1969d), “Colorida” (1982), “O vocativo da moda” (1971) e “A curtição e a transa” (1972) – e a ampliação de sentido de determinados sintagmas – como demonstrado nas crônicas “Poluição” (1973), “A propósito de cassados e confinados” (1968a), “Pacote” (1977) e “Os verbos curtos” (1976). Em relação a sua composição, podemos dizer que a maior parte das crônicas assim classificadas mostram o padrão estilístico de Nogueira.

As crônicas sobre etimologia tratam, sobretudo, acerca da derivação de vocábulos, sendo eles neologismos – como “Ainda o ‘economês’” (1970a) – ou não – como em “O estrategista” (1974). Apesar de etimologia ser considerado o “[...]1 estudo da origem e da evolução das palavras 2 disciplina que trata da descrição de uma palavra em diferentes estados de língua anteriores” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 847), três dos dez textos lidos – “Ferromoças” (1974), “Verbos inúteis” (1969e) e “A propósito de índios” (1969d) – não apresentam ao leitor os radicais que originaram o vocábulo em análise como ocorre nas demais – exemplo: “[...] helicóptero é um composto de radicais gregos, em que entram hélix, hélícos (hélice, espiral) e pteros (asa).” e “[...] não existe uma palavra ou radical **heli** ou **hel** [...]” (NOGUEIRA, 1972, Caderno Especial, p. 05).

Os textos do bloco sobre sintaxe destacam-se pela alternância de posição tomada por Nogueira. O autor ora defende as normas gramaticais – “[...] Que fazer diante da tendência de nossas crianças (e de muitos marmanjos também) de falarem “se eu trumbiquei”, “nós se divertimos muitos”? Aceitá-la, tolera-la, estimulá-la, permitindo que a língua se corrompa ainda mais? Nada disso.” (NOGUEIRA, 1971, Ilustrada, p. 02) –, ora indigna-se contra essas – “Em vez de apenas tolerar não é o caso de já aceitarmos como corretas determinadas infrações brasileiras aos padrões gramaticais que nos vieram de Portugal e não têm mais sentido entre nós hoje em dia?” (NOGUEIRA, 1971, Terceiro Caderno, p. 08). Do mesmo modo, Emir Nogueira ora posiciona-se a favor do modo que se utiliza a língua ao invés das regras gramaticais – “[...] se não de ser infringidas as regras gramaticais, é preferível ficar com o povo (misturando, no caso, *você* com *te*) a descambar para o pedantismo e sair por aí dizendo bobagens como – “Há quanto tempo eu não *lhe* via?”.” (NOGUEIRA, 1968, Ilustrada, p. 02. Itálicos do autor) – ora mostra-se contrário ao modo cotidiano no qual a Língua Portuguesa apresenta-se – “[...] Na maioria dos casos, o de que se acrescenta a certos verbos é fruto puro e simples da ignorância e da preocupação de recheiar o discurso com o maior número possível de palavras.” (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 02).

Podemos compreender melhor a alternância de posições de Nogueira ao analisarmos crônicas que tratam do mesmo assunto sob pontos de vista e categorias gramaticais diferentes. Essas crônicas apresentam, sobretudo, o *modus operandis* do autor e nos possibilitam ver como, na prática, Nogueira compôs seu estilo. As crônicas “O diabete e a detecção” (1972) e “A linguagem médica” (1970c) tem como tema o problema da irregularidade encontrada na linguagem técnica da medicina. Enquanto a primeira crônica trata da questão por meio do aspecto morfológico, a segunda busca analisar o problema do ponto de vista estilístico.

Em “[...] Não seria mais razoável escrever **dor de cabeça**, em lugar de **cefaléia? Fraqueza**, em vez de **astenia? Íngua** ou **inchaço dos gânglios**, em substituição a **enfartamento ganglionar?**” (NOGUEIRA, 1970c, Ilustrada, p. 08. Negritos do autor) – excerto extraído de “A linguagem médica” – defende-se a substituição da linguagem técnica especializada por vocábulos populares da linguagem coloquial de modo a impedir que a linguagem médica seja “[...] um entrave à comunicação entre os que tratam e os que recebem tratamento.” (NOGUEIRA, 1970c, Ilustrada, p. 08) e, assim, haja melhora na relação médico-paciente uma vez que a comunicação seria melhor estabelecida caso fosse utilizado o mesmo tipo de registro linguístico.

Procurando horizontalizar essa relação e tornar a linguagem que a permeia mais fluida, Nogueira argumenta que “[...] Conforme o palavreado que o médico use, o cliente pode sair do consultório mais desorientado do que lá entrou.” (NOGUEIRA, 1970c, Ilustrada, p. 08). É importante notar que, apesar de serem considerados inadequados alguns aspectos que interferem na comunicação, não se fala em erro. Busca-se, na verdade, uma adequação linguística a seus usuários. Assim, temos a defesa de que “[...] Aquêles [termos], no entanto, que têm correspondentes populares, vulgarizados, conhecidos por todos, bom seria que só fossem empregados nos meios profissionais, nas publicações especializadas, em congressos médicos. [...]” (NOGUEIRA, 1970c, Ilustrada, p. 08). Dessa maneira, a ideia seria a substituição de termos, como o sugerido em “**Cefaléia** (ou **cefalalgia**), como se disse, é a prosaica **dor de cabeça**. Por que não usar **dor de cabeça**, nas relações médico-cliente? [...] Por que designar como **prurido** aquilo que o povo conhece como **coceira** ou **comichão?**” (NOGUEIRA, 1970c, Ilustrada, p. 08. Negritos do autor). Em suma, “A linguagem médica” (1970c) foca suas reflexões em como construir a mensagem.

A crônica “O diabete e a detecção” (1972), ao contrário, preocupa-se com as formas que os vocábulos “diabete” e “infarto” podem adquirir. Em “Morre alguém de **enfarte**, e logo surgem as dúvidas sobre se essa é a melhor forma, ou **enfarto**, ou ainda **infarte** ou **infarto**. As duas primeiras com **e** inicial são registradas em nossos dicionários gerais, mas as outras, com **i**,

são também defensáveis, [...]” (NOGUEIRA, 1972, Caderno de Domingo, p. 01. Negritos do autor) temos quatro possibilidades, sendo que duas delas são dicionarizadas e as outras duas são criações populares que podem ser aceitas. Já em

[...] O Vocabulário oficial admite nada menos de quatro variantes, o que é positivamente um exagero. Pode-se dizer o **diabete** (masculino) ou **a diabete** (feminino); e pode-se usar a forma com s, igualmente masculina (**o diabetes**) ou feminina (**diabetes**). A gente simples influenciada pelo s, característico do plural, já começa a usar uma quinta e uma sexta variantes: **sofro dos diabetes** ou **das diabetes**. (NOGUEIRA, 1972, Caderno de Domingo, p. 01. Negritos do autor).

Temos uma profusão ainda maior de formas, alternando-se entre masculinas e femininas e também entre singular e plural. Essa infinidade de exemplos desemboca na pergunta “Não estaria na hora de as organizações médicas começarem a trabalhar para a uniformização da sua nomenclatura, a exemplo, digamos, do que já se fez no Brasil, há mais de dez anos, com a nomenclatura gramatical?” (NOGUEIRA, 1972, Caderno de Domingo, p. 01). Assim, a preocupação com a uniformização de formas é o que importa nessa crônica.

Vemos, então, ao comparar “O diabete e a detecção” (1972) e “A linguagem médica” (1970c), como o autor conseguiu abordar o mesmo tema a partir de pontos de vista diferentes. A mensagem central das suas crônicas é idêntica: é necessário uma reformular e simplificar a linguagem médica, porém a construção textual e os argumentos utilizados para a validação da hipótese inicial são diferentes.

O par de crônicas “Com ‘e’ ou com ‘i’?” (1971) e “Do Bexiga à pilantragem” (1969) pertencem ao mesmo grupo de crônicas – fonologia – e, juntas, ponderam sobre a relação entre a fala e suas influências na grafia de vocábulos com “e” e “i”. Muitas vezes, essas vogais são usadas incorretamente, uma sendo substituída pela outra. As duas crônicas referidas tratam não só dos aspectos fonológicos pelos quais originalmente foram classificadas, mas também se preocupam com aspectos morfológicos ao apresentar a relação entre fala e escrita. Tal fato evidencia a visão global que Macedo Nogueira tinha sobre a língua portuguesa já que todos os aspectos – morfológicos, fonológicos, sintáticos – interligam-se e se influenciam concomitantemente.

“Com ‘e’ ou com ‘i’?” (1971) trata de derivação e sufixação. Esses processos linguísticos podem trazer dúvidas na escrita e interferem na coerência textual uma vez que a substituição de uma vogal por outra faz com que palavras sejam substituídas. Exemplos disso encontram-se no excerto “[...] Arrear é colocar arreios; arriar, baixar, ceder. Pião é brinquedo;

peão, quem anda a pé ou, no Brasil, trabalhador rural.” (NOGUEIRA, 1971, Caderno de Domingo, p. 04). Sobre essas questões, Nogueira ensina a regra que cessaria as dificuldades acerca desse assunto, mas reconhece que, na prática, não é tão simples assim: “[...] Só permanece o e quando êste faz parte do radical da palavra: à qual vai ser acrescentada outra, ou algum sufixo. Mas aí é que está a dificuldade. Como exigir de todo mundo que saiba estabelecer essa distinção?” (NOGUEIRA, 1971, Caderno de Domingo, p. 04. Negrito do autor). Desse modo, a hesitação permanece mesmo que haja meios teóricos para resolvê-la.

“Do Bexiga à pilantragem” (1969) preocupa-se com as diferenças da grafia em oposição ao som, pois “O que acontece é que, no Brasil o *e* reduzido pré-tô-nico (isto é, pronunciado com pouca intensidade e situado, na palavra, antes da sílaba tônica) muitas vezes soa praticamente como *i*. [...]” (NOGUEIRA, 1969, Folha Feminina, p. 10. Itálico do autor). Pedese, então, coerência; nas palavras de Nogueira: “[...] Ao argumento de que o povo diz “Bixiga” se poderia contrapor, por exemplo, o de que o povo diz também “Brais”, em lugar de Brás. Assim, quem escreve *Bixiga* tem, por uma questão de coerência o dever de escrever igualmente *Brais* [...]” (NOGUEIRA, 1969, Folha Feminina, p. 10). Assim, caso decida-se adequar a grafia aos aspectos sonoros da língua, é necessário fazê-lo para todos os vocábulos e não apenas para alguns deles.

Diferentemente do primeiro par de crônicas explorado, as crônicas “Com ‘e’ ou com ‘i’?” (1971) e “Do Bexiga à pilantragem” (1969) utilizam uma abordagem muito parecida para tratar da hesitação entre a grafia das referidas vogais. A conclusão de uma das crônicas traduz com precisão a opinião do autor sobre o assunto: “[...] existe forte tendência para grafar com *i* palavras em que o *e*, de fato, é assim pronunciado. Em alguns casos essa tendência é irresistível. Mas é preciso lutar contra ela, para não deformar demasiadamente grafias tradicionais.” (NOGUEIRA, 1969, Folha feminina, p. 10), isto é, apesar de ser uma matéria difícil e comumente aprendida, é necessário a busca pela escrita correta.

Outro par de crônicas que dialogam tematicamente são “Língua e preconceito” (1976) e “Poetas e poetisas” (1969), que tratam sobre a flexão de gênero na Língua Portuguesa. Em “Língua e preconceito” (1976), o mote inicial é a informação de que o jornal *The New York Times* alterou naquele ano, 1976, suas regras internas de redação e, com isso, passou a substituir a palavra *chairman* por *chairperson*, o que demonstraria a eliminação de “vestígios de discriminação contra as mulheres” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 21). De fato, o jornal atualiza o “*The New York Times Manual of Style and Usage*” em 02/02/1976. Entretanto, essa informação difere do noticiado por Nogueira, pois o termo *chairperson* não passou a ser aceito, o que pode ser comprovado pelo trecho:

O livro revela, pela primeira vez, o papel político nos cabeçalhos do jornal e a importância de proteger o anonimato de novas fontes de notícias. Refletindo sobre o crescimento do feminismo, o manual observa mudanças nos modos de tratamento às mulheres, mas recusa-se o uso de palavras como "chairwoman," "chairperson", "spokeswoman" e "Ms." como aceitável.²³ (NEW YORK STATE LIBRARY, 2013. Tradução nossa).

É importante perceber que o desencontro de informações entre o jornal americano e o autor em estudo não desqualifica a reflexão linguística e social encontradas no texto, pois Nogueira escreveu sua crônica apenas vinte dias após a atualização do livro – numa época em que o Brasil ainda sofria com a censura ditatorial e a Internet era recém inventada. Assim, problemas de tradução e checagem de informações podem ser considerados corriqueiros na época.

A temática da crônica atualiza-se pelas divergências nos usos dos pares de vocábulos poeta/poetiza e presidente/presidenta por exemplo. Essas divergências se dão por problemas de flexão de gênero e, sobre esse assunto, Joaquim Mattoso Câmara Jr. (1973) explica:

Costuma ser associada intimamente ao sexo dos seres. Ora, contra essa interpretação falam duas considerações fundamentais. Uma é que o gênero abrange todos os nomes substantivos portugueses, quer se refiram a seres animais, providos de sexo, quer designem apenas "coisas" [...] mesmo em substantivos referentes a animais ou pessoas há discrepância entre gênero e sexo, não poucas vezes. (CÂMARA JR., 1973, p. 78).

Nogueira já havia escrito sobre o tema na crônica "Poetas e poetizas" (1969) e reitera-o ao publicar "Primeiro-ministro" (1974), utilizando, inclusive os mesmos exemplos de Indira Gandhi e Golda Meir para falar sobre a flexão de gênero do vocábulo que intitula a crônica. Segundo o autor, o uso do vocábulo poetisa simbolizaria o "não reconhecimento dos méritos literários que eventualmente possam." (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 10) sendo que o vocábulo poeta pode ser encaixado na categoria comum de dois gêneros e este será definido pelo uso do artigo. Nogueira também explica que a língua se adapta ao uso de seus falantes – como o que ocorre com as formas embaixatriz e embaixadora, já comentadas no segundo capítulo, mais especificamente no subcapítulo Derivação e Flexão de gênero, página 61.

O vocábulo presidente seria, assim como o vocábulo poeta, comum de dois gêneros. Entretanto, como explica Pasquale Cipro Neto (2010) em sua crônica "A presidente, a

²³ No original: *The book reveals for the first time the paper's policies on datelines and the importance of protecting the anonymity of news sources. Reflecting the rise of feminism, the manual notes changes in how women should be addressed but refuses to accept the words "chairwoman," "chairperson", "spokeswoman" and "Ms." as acceptable usage.*

presidenta”, há vocábulos que apresentam alternativas que seriam formas exclusivamente femininas:

[...] que noção indica a terminação "-nte"? A de "agente": gerente é quem gere, presidente é quem preside, dirigente é quem dirige e assim por diante. Normalmente essas palavras têm forma fixa, isto é, são iguais para o masculino e para o feminino; o que muda é o artigo (o/a gerente, o/a dirigente, o/a pagante, o/a pedinte). Em alguns (raros) casos, o uso fixa como alternativas as formas exclusivamente femininas, em que o "e" final dá lugar a um "a". Um desses casos é o de "parenta", forma exclusivamente feminina e não obrigatória (pode-se dizer "minha parente" ou "minha parenta", por exemplo). Outro desses casos é justamente o de "presidenta": pode-se dizer "a presidente" ou "a presidenta". (CIPRO NETO, 2010).

Comparando as explicações de ambos os cronistas, notamos que a escrita de Pasquale Cipro Neto é mais técnica e, devido a essa escolha, não se preocupa tanto quanto seu colega em se aproximar do leitor, apesar de dirigir-lhe a palavra e convidá-lo a compor a crônica por meio de suas respostas às perguntas elencadas – “O leitor habitual deste espaço [...]”; “[...] Que têm em comum palavras como "pedinte", "agente", "fluente", "gerente", "caminhante", "dirigente" etc.? Não é difícil, é? [...]” (CIPRO NETO, 2010). Diferentemente do que ocorre nas crônicas de Nogueira, temos o uso da primeira pessoa do singular – “[...] Perdi a conta das entrevistas que dei a respeito do assunto. [...]” (CIPRO NETO, 2010).

Mas as crônicas também apresentam aspectos em comum como, por exemplo, não ditar regras – “[...] me nego terminantemente a reduzir a conversa a algo como "esta sim, aquela não", "está certo, está errado" etc. [...]” (CIPRO NETO, 2010) –, o uso de expressões populares – ““Resolvido" esse impasse, peço licença ao caro leitor para aproveitar o mote e **trocar dois dedos de prosa** sobre casos análogos [...]” (CIPRO NETO, 2010. Negrito nosso) – e o fato de que ambos expressam abertamente suas opiniões nos textos em que escrevem – “Já é hora de sepultar definitivamente esses preconceitos. [...]” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 21); “[...] Ultrapassada essa fase de preconceitos e limitações descabidas, a língua é obrigada a refletir novas realidades [...]” (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 10); “[...] por ser a primeira presidente/a do Brasil, Dilma Rousseff tem o direito de escolher. Sem dúvida nenhuma, ela tem esse e outros direitos (e que não vá além dos direitos que de fato tem, por amor de Deus). [...]” (CIPRO NETO, 2010).

Ao compararmos o modo de construção escolhido por cada um dos cronistas, podemos afirmar que essas crônicas de Nogueira podem ser consideradas mais expressivas do que a de Cipro Neto, pois Macedo Nogueira não se prende ao mote inicial. Ao contrário, nosso autor tende a expandir seu tema e abarcar uma temática maior, universal, como o direito e o lugar da

mulher na sociedade. Não só o conteúdo é de extrema importância, mas também o modo como a linguagem foi modelada por Emir Macedo para transmitir as ideias, pois forma um texto objetivo, em concordância com normas linguísticas, mas discordante de normas sociais preconceituosas. Assim, forma e conteúdo alinham-se e o texto passa a possuir aspectos literários, apesar de isso não ser a função comunicativa de maior relevância na crônica – a função informativa.

“Boas-festas” (1970) é uma crônica predominantemente estilística enquanto “Natal” (1976) foi categorizada como uma crônica etimológica, apesar de ambas possuírem a mesma temática. A maior preocupação do primeiro texto é a maneira de composição de mensagens importantes como as de fim de ano, aniversários e falecimentos. Há um impasse no modo como costuma-se construir esses textos: “No fim do ano, o bom senso e o bom gosto indicam duas possibilidades: ou o nosso texto de felicitações tem de fato alguma originalidade (o que não é fácil) ou deve restringir-se às fórmulas simples, ainda que padronizadas.” (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 70). Independentemente da maneira de escrita escolhida, “[...] o que importa é que as mensagens de boas-festas atinjam o seu objetivo, que é o de aproximar mais as pessoas e despertar nelas sentimentos de cordialidade e confraternização. [...]” (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 70). Assim, apesar da temática de confraternização, o foco dessa crônica são os vários modos diferentes e possíveis – apesar de não serem aconselháveis – de se escreverem as mensagens de boas festas.

Já a crônica “Natal” (1976) foi composta a partir da palavra que intitula a crônica e sua etimologia e suas diversas acepções e derivações, mostrando as variadas formas que esse vocábulo e os demais a ele ligados podem ser usados: “A palavra **natal** pode ser substantivo ou adjetivo; como substantivo, significa nascimento, ou dia de nascimento. [...]” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 19. Negrito do autor) e “Como adjetivo, natal quer dizer relativo ao nascimento. **Terra Natal, torrão natal, cidade natal**, são expressões correntes.” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 19. Negritos do autor) são exemplos de como a crônica foi composta. Além disso, o último parágrafo liga a história etimológica do Natal à sua figura mais conhecida, o Papai Noel – “Em francês, Natal é **Noël**, com trema no e. [...] Segundo antiga tradição, um velhinho – conhecido como Père Noël, ou Bonhomme Noel distribui presentes às crianças a 25 de Dezembro.” (NOGUEIRA, 1976, Primeiro Caderno, p. 19. Negritos do autor).

O último par de crônicas que analisaremos é composto pelas já referidas anteriormente “Pai” (1971) e “Mãe” (1973a). Ambas as crônicas são exceções ao padrão desenhado por Nogueira, pois aproximam-se bastante da Literatura ao expandirem seus temas iniciais a

questões universais – o falecimento de um ente querido. Desse modo, essas crônicas trazem em si a

[...] elaboração de um sistema simbólico, que transmite certa visão do mundo, por meio de instrumentos expressivos adequados. Ela exprime representações individuais e sociais que transcendem a situação imediata, inscrevendo-se no patrimônio do grupo. [...] A grandeza de uma literatura, ou de uma obra, depende da sua relativa intemporalidade e universalidade, e estas dependem por sua vez da função total que é capaz de exercer, desligando-se dos fatores que a prendem a um momento determinado e a um determinado lugar. [...] (CANDIDO, 2000, p. 40-41).

Apesar da função emotiva ser posta em evidência, é importante destacar que as crônicas continuam a ser jornalísticas. Isso ocorre porque em momento algum o objetivo de informar é deixado de lado: continua-se a tratar de questões linguísticas mesmo em meio a infortúnios particulares. Esse posicionamento mostra como a função de divulgador do conhecimento era levada a sério por Nogueira, sendo necessário lidar com questões pessoais importantes ao mesmo tempo em que se discute questões linguísticas. Assim, o intelectual sobrepõe-se ao homem comum.

A crônica “Pai” (1971) tem como fio condutor o radical “[...] pat – que envolve a idéia de proteção. [...]” (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 84). Evocando variadas palavras construídas a partir do referido radical, discute-se usos e significados dos referidos vocábulos. Como, por exemplo, “Patrimônio são, a rigor, os bens que se recebem dos pais. [...]” (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 84). Parágrafos predominantemente nominais, nos quais a maior parte dos verbos são verbos de ligação, dão o tom emotivo ao texto: “Pai. A coluna tinha de ser feita.” (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 84). A palavra-chave do texto é reiterada, mas ressignificada ao final do texto pela subjetividade do cronista, que encontrou, no compromisso de compor a coluna, uma via para expressar seu luto.

A crônica “Mãe” (1973a) constitui-se pela tentativa de responder à questão “Que tratamento (gramatical) dispensar à própria mãe?” (NOGUEIRA, 1973a, Primeiro Caderno, p. 13). A medida em que o texto se desenvolve, os vocativos modificam-se porque a relação mãe-filho também se modifica com o passar dos anos: você, senhora, velha, vó, vovó.

Na metade da crônica, o texto assume um tom mais emotivo e pessoal, deixando para trás o tom professoral típico de Nogueira. Passamos a saber, então, que o fato que conecta essa crônica ao cotidiano é a efemeridade da vida, nesse caso, o falecimento da mãe do autor. Esse formato é o mesmo utilizado pela crônica “Pai” (1971). Apesar da função emotiva ser posta em evidência, a reflexão linguística continua ao alternar-se os vocativos pelos quais Nogueira

dirige-se a sua mãe e aos fatos a ela relacionados: “A vovó estava muito doente, sabiam as crianças, em casa.”; “No começo da semana, minha velha morreu.”; “A senhora estava linda no caixão, mãe, com as feições serenas de quem encontrou a paz, depois de meses de muito sofrimento.” (NOGUEIRA, 1973a, Primeiro Caderno, p. 13). Poucas orações compõem os parágrafos finais, fazendo-os mais curtos em relação aos demais. Frases próximas à fala são propositalmente elaboradas e, assim, temos a impressão de que parece faltar fôlego ao autor para desenvolver comentários mais longos a respeito de sua dor. A crônica se encerra com uma oração nominal, “Mas que saudade.” (NOGUEIRA, 1973a, Primeiro Caderno, p. 13), pois não há ação diante da morte, há apenas um sentimento agudo da incontornável ausência instalada.

Notamos, então, que, a literariedade presente nas crônicas analisadas, mescla-se sutilmente à intenção de informar. Assim, as duas crônicas antes referidas se destacam em relação às demais pelo uso da função emotiva, porque “Pai” (1971) e “Mãe” (1973a) apresentam um final impactante, devido à conexão entre a reflexão sobre um tópico linguístico e o luto do colunista.

3.2 A noção de erro

Entender o estilo de Nogueira demanda compreender o que a noção de erro representa para o professor. Primeiramente, é necessário questionarmos se esse conceito existe para Macedo. Em caso afirmativo, como é tratado em seus escritos? Pensar esse conceito inclui pensar seu oposto – o acerto, o modo correto – pois a dualidade indicaria que, se existe um erro, pressupõe-se existir uma maneira correta, uma construção mais aceitável.

Dino Preti, em *A gíria e outros temas* (1984), nos recorda de que

[...] a língua não existe separada da cultura ou da civilização que ela representa na maior parte de suas manifestações. Assim considerada, como todas as demais instituições sociais, apresenta uma hierarquia de valores, dentro dos quais a própria comunidade elege um ideal, superior e, portanto, ‘correto’ na sua opinião. Esse padrão linguístico constitui o dialeto social de maior prestígio na sociedade (PETRI, 1984, p. 85)

Isto é, a dualidade erro/acerto é uma constante em nossa sociedade, sendo que a noção de acerto se vincula a um ideal linguístico e não necessariamente ao uso mais comum da língua. Os desvios do padrão são o que chamamos de erro. Apesar de o vocábulo “erro” estar coberto de uma valoração negativa, é importante levar em conta que o desvio ao padrão linguístico imposto como o certo é apenas um modo diverso de usar e construir a língua. Essa constatação

implica em uma visão diferente do mundo uma vez que a sociedade se constrói a partir da língua ao mesmo tempo em que a modifica.

O erro existe para Nogueira e é considerado pelo professor a partir de pontos de vista diferentes. Tal fato pode ser atestado pela existente relação do autor com a norma padrão, ora negando-a ora acatando-a. Esse conceito é explorado de três formas a partir da comparação com a chamada língua culta, numa escala gradativa que varia de 1) completamente errado/inaceitável, 2) tolerável até 3) correto.

Há quarenta e um excertos de vinte e seis crônicas que possuem uma dessas noções, número que representa aproximadamente trinta e sete por cento do *corpus*. Desses, vinte e dois são taxativos ao apresentar a noção de erro e acerto de forma clara, utilizando vocábulos como “erro”, “correto”, “certa” e “errado”. Ao expressar-se dessa maneira, o autor não deixa dúvidas quanto a sua subordinação e concordância às normas gramaticais. Tratando especificamente do vocábulo “erro(s)”, foram localizadas oito ocorrências:

1. “Não se pode ter a ilusão de acreditar que nos donos de restaurantes e bares, ou seus empregados, sejam profundos conhecedores do idioma nacional, quanto mais dos estrangeiros. Os erros que cometem [...]” (NOGUEIRA, 1968, Ilustrada, p. 02);

2. “Leitor da ‘Folha’ escreve para elogiar ‘o novo visual’ de um anúncio em cores publicado no jornal, mas reprova o ‘erro crasso’ nele contido – a expressão “há muito tempo atrás”. [...]” e

3. “Na verdade, porém, não há ‘erro crasso’ algum. Há apenas uma expressão redundante, uma fórmula pleonástica, recurso estilístico para reforçar a idéia que se quer transmitir” (NOGUEIRA, 1982, Local, p. 07), ambos presentes crônica “Há muito tempo atrás”;

4. “[...] O anúncio, evidentemente, procura ligar duas idéias: 1) alemão gosta de salsicha e entende disso; 2) alemão faz confusão nos gêneros, em português. O ‘erro’, assim, teria o objetivo de incutir uma nota de autenticidade nos elogios que o ‘alemão’ faz à salsicha. (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 42);

5. “[...] O que se vê, na realidade, com muita frequência, são simplesmente erros, produzidos por pessoas incultas, e que não podem ser tomados como exemplo. [...] (NOGUEIRA, 1981, Local/Educação, 04);

6. Os volantes da Loteria Esportiva saíram a semana passada com um êrro de ortografia que muita gente observou e criticou: **benifício** em lugar de **benefício**. Sem querer justificá-lo, não custa lembrar que quase todos pronunciamos daquela maneira, o que levou ao engano na escrita. [...] (NOGUEIRA, 1971, Caderno de Domingo, p. 04. Negritos do autor);

7. “Talvez um dos erros mais vulgarizados entre os nossos estudantes – e não apenas entre eles, já se vê – seja o decorrente da confusão entre os diversos fonemas [...]”;

8. “Como acontece com muitos erros de português, também as confusões com a crase têm uma explicação [...]” (NOGUEIRA, 1970b, Ilustrada, p. 08), sendo que as duas últimas ocorrências pertencem à mesma crônica, “Há, a, à”.

É importante notar que apesar do emprego do vocábulo “erro”, no qual se faz presente uma valoração negativa, há vezes em que ele aparece entre aspas. O uso desse sinal gráfico sugere que o que fora nomeado um erro pode não ser encarado da mesma forma por todos. Esse posicionamento está presente no segundo e terceiro excertos, nos quais um leitor do jornal considerou como um erro a expressão “há muito tempo atrás”, sendo que o autor encara de maneira diferente a questão, considerando a expressão uma figura de linguagem, pleonismo, utilizada conscientemente. No quarto exemplo, o uso das aspas também sugere que Nogueira não encara a questão como simplesmente um erro, mas procura analisar o total e entender que o erro, proposital, possui uma função bem definida: auxiliar na construção de uma imagem para a peça publicitária em questão.

A partir dessas ponderações entendemos que se o desvio do padrão linguístico for entendido como proposital, ele deixa de ser simplesmente um erro para executar uma função definida por aquele que, conscientemente, transgrediu a norma. Assim, apesar do uso do referido vocábulo, os exemplos citados alinham-se ao que Nogueira considera tolerável.

De modo semelhante, os vocábulos “Errado”, “errada(s)” e “erradamente” foram empregados cinco vezes: “[...] é assim que se escreve, com **i**, e não selvícola; o vocábulo vem diretamente do latim **silva** e não da forma vernácula **selva**. Também se lê e ouve erradamente, muitas vezes, aborígene. A grafia oficial é **aborígine** (**i** na penúltima sílaba); [...]” (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 02. Negritos do autor); “[...] **investir** e **inverter**. Dêste último se faz **inversionista** (o que inverte) ou então, como já se ouve nos círculos financeiros, **inversor**. Errado não está. Mas quem, de bom gosto, aceitaria ser chamado de inversor de capitais?” (NOGUEIRA, 1970, Ilustrada, p. 08. Negritos do autor); “[...] **Despensa** (lugar da casa onde se guardam mantimentos), **despender** (gastar) são palavras que freqüentemente aparecem erradas, com **i** em vez de **e**.” (NOGUEIRA, 1971, Caderno de Domingo, p. 04. Negritos do autor); “Há casos, porém, em que a forma com “**i**” (convencionalmente errada, mas fiel à pronúncia) acaba impondo-se, mesmo contra a lição das gramáticas, da ortografia oficial e dos dicionários. [...]” (NOGUEIRA, 1969, Folha Feminina, p. 10); “[...] Observe-se como uma vírgula errada quebraria qualquer espécie de ritmo e contrariaria a lógica: “Ontem, ao entardecer, quando, sai, de casa...” [...]” (NOGUEIRA, 1973, Local/Educação/Interior, p. 23).

Nos exemplos acima, o autor se posiciona de forma clara quanto a sua intolerância perante os erros. Apesar disso, devemos notar que ele não se contenta em apenas apontar as incoerências com a norma culta, mas sim apresenta ao leitor a alternativa correta. Além disso, não são raros os casos em que Nogueira oferece também explicações sobre diferenças semânticas entre vocábulos semelhantes que são normalmente confundidos – um movimento natural à função de professor que o autor incessantemente exerce.

As palavras “correta(s)” e “corretamente”, empregadas quando se subentende um erro, que pode ou não ser apresentado ao leitor, foram utilizadas sete vezes:

1. “A semelhança de pronúncia leva à confusão entre os prefixos **des** e **dis**. **Disenteria** é a forma correta (prefixo grego **dis**, mau, mais **enteros**, intestinos). [...]” (NOGUEIRA, 1971, Caderno de Domingo, 04. Negritos do autor);

2. “Há quem goste de falar difícil e chama de **obesas** as pessoas exageradamente gordas. Nem todos, entretanto, sabem pronunciar corretamente essa palavra. [...]” (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 02);

3. “Pouca gente parece saber pontuar corretamente e o simples emprego da vírgula [...]” (NOGUEIRA, 1973, Local/Educação/Interior, p. 23);

4. “Embora seja inegavelmente a construção mais corrente no Brasil, **entre eu** não é bom português. **Entre mim** é a regência correta. [...]” (NOGUEIRA, 1976, Local/Educação, p. 06. Negritos do autor);

5. “[...] Expressões populares formadas pelos verbos referidos acima, com o pronome adequado (“nós nos mancamos”, “nós nos mandamos”), ficam gramaticalmente corretas mas deixam de ser... expressões populares.” (NOGUEIRA, 1971, Ilustrada, p. 02);

6. “As duas construções são corretas.” (NOGUEIRA, 1972, Caderno de Domingo, p. 08);

7. ““O próximo **pode** ser eu’ é a concordância normal do verbo (no caso mais propriamente locução verbal) com o sujeito. Embora menos usada que a outra construção, essa é também perfeitamente correta.” (NOGUEIRA, 1972, Caderno de Domingo, p. 08).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, temos o emprego do vocábulo “certa” em três ocasiões, sendo que duas dessas ocorrências estão presentes em uma mesma crônica.

1. “[...] O Vocabulário oficial manda que se grafê volibol, mas a pronúncia consagrada entre nós, irrecusavelmente, é voleibol. Essa pronúncia é confirmada na forma reduzida vôlei. Em resumo, a forma “certa”, oficial, vai sendo cada vez mais descartada, [...]” (NOGUEIRA, 1982, Primeiro Caderno, p. 27);

2. “[...] colocações reconhecidas como certas pela gramática tradicional. [...] “o que não deve se dizer”, que a ortodoxia gramatical condena.” e

3. “[...] ‘O menino machucou-se’. Quase todos nós dizemos: ‘O menino se machucou’. Por que não reconhecer logo essa fórmula como certa?” (NOGUEIRA, 1971, Terceiro Caderno, p. 08).

A utilização do vocábulo “certo(a)” e seus sinônimos conecta-se implicitamente à ideia de erro. Ao utilizar os referidos vocábulos de valor positivo, assinalamos a busca pela manutenção da norma vigente, tentando evitar desvios do padrão linguístico de maior prestígio. Assim, o emprego da noção de erro – seja apontando desvios da norma padrão, seja buscando sua revisão –, utilizando vocábulos de valoração tanto positiva quanto negativa, mostra a concordância de Nogueira em relação a gramática tradicional.

Além das vinte e duas referências diretas à ideia de erro por meio do uso dos vocábulos já referidos, há dezenove excertos onde essa noção pode ser encontrada indiretamente. Exemplos disso são “Nas ocasiões tristes, há quem ‘deseje pêsames’ à família enlutada. Evidentemente, pêsames não se desejam. Pêsames, a gente dá, oferece, apresenta.” e “Quando alguém faz anos, ou festeja um data importante qualquer, é comum dar-lhe parabéns. Muitos lhe desejam ‘votos de felicidade’, o que também merece reparo. [...]” (NOGUEIRA, 1969b, Ilustrada, p. 02), ambos pertencentes à crônica “Modos de dizer”.

Nos referidos trechos, não há afirmação direta da ideia de erro, porém a correção presente no sintagma “Pêsames, a gente dá, oferece, apresenta” e no vocábulo “reparo” indicam que o autor não concorda com as construções comentadas, oferecendo-lhes maneiras de adequar-se à norma ao invés de se desviar dela. O excerto “O governador Paulo Egídio desmentiu outro dia divergências ‘entre eu e o Laudo Natel, entre eu e os ex-governadores [...] Aquele **entre eu**, várias vezes repetido, merece reparos.” (NOGUEIRA, 1976, Local/Educação, p. 06) funciona de modo análogo, isto é, busca-se preservar as construções linguísticas que atendem ao padrão gramatical de prestígio apontando o erro de maneira sutil por meio do vocábulo “reparo”.

Visando não só apontar o erro, mas também ensinar por meio de seus textos, o autor se preocupa em apresentar ao leitor o modo adequado de seguir os padrões impostos pela gramática normativa. É o que podemos comprovar em [...] **Crânio, pátio, calcário** e também **silvícola** e **aborígene** escrevem-se com **i**, embora não seja raros vê-los escritos com **e**. **Quase, senão, sequer** têm **e** e não **i**, como muitos supõem (NOGUEIRA, 1971, Caderno de Domingo, p. 04. Negritos do autor), “[...] Como as moças do filme não é alugadas (e sim são alugadas),

segue-se que o título só pode ser ‘Alugam-se moças’.” (NOGUEIRA, 1981, Local/Educação, p. 04) e

[...] **Burburinho** (rumor, barulho indistinto) é assim, e não borborinho, como muitos pensam. **Bueiro**, igualmente, e não boeiro; táboa, tabuada, etc. e não táboa ou taboada. O oposto – presença do **o** onde muitos continuam a usar **u** – acontece, por exemplo, com **engolir**, embora em algumas pessoas êle se conjugue com **u**: engulo, que eu engula; mágoa; óbolo, etc. (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 02. Negritos do autor)

A correção, nos casos apresentados, ocorre por meio do emprego sistemático dos vocábulos “sim” e “não”, utilizados sempre em par. Aponta-se o erro, afirmando-o como tal, para corrigi-lo em seguida.

Um outro modo de correção coercitiva é revelado em “Cuidado, igualmente, ao rematar uma carta, para não se despedir firmando: ‘de seu amado F.’, ‘de sua estimada aluna B.’, ‘de seu querido sobrinho S.’ Quem pode dizer que você é amado, estimado ou querido, é o destinatário da carta, não você. [...]” (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 02), no qual o vocábulo “cuidado”, aliado a última oração apresenta de modo irônico o uso irregular da língua. Em

[...] seriam raras as ‘invenções’ do tipo de promociionar. Não tão raras assim, e algumas delas andam por aí, usadas por muita gente boa. Solucionar, por exemplo, que os dicionários modernos já registram mas que as pessoas mais exigentes com as coisas do idioma continuam a não aceitar, surgiu exatamente como **promociionar**. [...] absolutamente desnecessário solucionar, que nada acrescenta à idéia expressa por aqueles dois verbos [solver e resolver]. (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 02. Negritos do autor)

A noção de erro aparece em adjetivos com teor negativo como “desnecessário” e o sintagma “que nada acrescenta”. A abordagem taxativa continua presente mesmo quando o autor se insurge contra a norma: “Em suma, mesmo contra a lição da gramática tradicional, é hora de aceitar **alerta** como adjetivo e de usá-lo no plural, quando for o caso.” (NOGUEIRA, 1976, Terceiro Caderno, p. 06). Nesse caso, o responsável por esse tipo de abordagem é o vocábulo “aceitar”.

O autor se posiciona do mesmo modo em “[...] o sr. Jânio Quadros agiu **propositamente**. Melhor faria se empregasse **propositadamente**. [...]” (NOGUEIRA, 1968, Ilustrada, p. 02. Negritos do autor). Nesse excerto, a ideia de correção se apresenta no sintagma “melhor faria se” que, em comparação ao exemplo anterior, é menos irônico e mais sutil em sua correção. Essa teoria é corroborada pelo uso do verbo no futuro do pretérito (“faria”) e da partícula “se”, que indica condição.

Passando para próximo grau da escala de valores de Nogueira em relação aos erros, temos a noção de tolerável, isto é, a adoção de uma postura mais conciliadora, ponderativa. Um exemplo dessa postura adotada pelo autor é

[...] Morre alguém de **enfarte**, e logo surgem as dúvidas sobre se essa é a melhor forma, ou **enfarto**, ou ainda **infarte** ou **infarto**. As duas primeiras com **e** inicial são registradas em nossos dicionários gerais, mas as outras, com **i**, são também defensáveis [...] (NOGUEIRA, 1972, Caderno de Domingo, p. 01. Negritos do autor)

Nogueira apresenta todas as possibilidades que resolveriam a questão, considerando todas igualmente válidas mesmo que apenas “enfarte” e “enfarto” tenham o respaldo normativo. O autor procede de maneira similar em “[...] ‘Não deixe ele faltar em 74’. Na linguagem falada, familiar, ou coloquial, não haveria reparos a fazer. Do ponto de vista da gramática tradicional, porém, que cumpre respeitar na linguagem literária, só poderíamos ter: ‘não o deixe faltar.’” (NOGUEIRA, 1973b, Primeiro Caderno, p. 13). Nesse excerto, a noção de erro é relativizada, pois dependeria de qual registro linguístico, coloquial ou formal, escrito ou falado, o usuário precisaria usar em determinada situação. A ponderação acerca do que se entende por erro também ocorre em “Ultimamente, não tem sido raros os casos de ‘atentados a gramática’ ou ‘afrontas a língua’ (como dizem os zelosos defensores do vernáculo) nos textos publicitários. Muitos deles resultam de uma opção consciente, quer dizer, não se devem à ignorância. [...] (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, 42), no qual o desvio consciente da norma padrão, apesar de ser um erro, passa a ser encarado como recurso estilístico.

O mesmo fenômeno ocorre em:

É escusado dizer que na língua culta essa mistura de tratamentos não se admite. É quase impossível evita-la, porém, na linguagem coloquial, no descuidado linguajar de todo dia, ou quando se tem a preocupação de reproduzir com fidelidade o modo de o povo expressar-se. De qualquer forma, se não de ser infringidas as regras gramaticais, é preferível ficar com o povo (misturando, no caso, *você* com *te*) a descambar para o pedantismo e sair por aí dizendo bobagens como – “Há quanto tempo eu não *lhe* via?”. (NOGUEIRA, 1968b, Ilustrada, p. 02. Itálicos do autor)

No trecho destacado, o autor reitera a ideia de que nem sempre o que é considerado padrão (a mistura de tratamentos) é o que é mais utilizado (a combinação de “você” e “te”), além do fato de que diferentes contextos sociais pedem diferentes adequações linguísticas. Assim, há contextos nos quais o desvio passa a ser um padrão de uso – o uso misturado dos

pronomes na linguagem coloquial – e o cumprimento das normas gramaticais passa a ser encarado, em um contexto específico, como algo anômalo.

O excerto “[...] característica de língua popular do Brasil é não pronunciar o m final átono das palavras. Na linguagem descuidada, dizemos virge, corage, homenage, etc. Formas verbais como falaram ou escreveram são pronunciadas mais ou menos como faláro, [...] (NOGUEIRA, 1969, Ilustrada, p. 06) opera de modo semelhante ao apresentar as diferenças de uso presentes na língua falada e na língua escrita e como em cada uma dessas situações o que é considerado o padrão de uso modifica-se conforme o contexto a ser analisado.

É importante notar que, apesar de frequentemente emitir opiniões, Macedo Nogueira busca se isentar de juízos de valor elaborados em seus escritos, ato flagrado em “[...] como a coluna não pretende ser árbitro em matéria de gosto na escolha de palavras, o que importa é que as mensagens de boas-festas atinjam o seu objetivo [...]” (NOGUEIRA, 1970, Primeiro Caderno, p. 70). Apesar de se apresentar como figura neutra a seus leitores, a verdade é que o autor constantemente julga os usos da língua, preferindo este ou aquele modo. É por isso que a noção de erro e acerto é tão marcada em seu discurso, bem como as tentativas de adequação à norma – que acontecem quando o autor corrige e procura ensinar qual seria a maneira mais aceita gramaticalmente.

Após análise das concepções de erro, acerto e tolerância empregados nos escritos de Nogueira, notamos que, em geral, o autor possui uma atitude muito mais marcada pela atinência as normas do que pela aceitação da variedade do registro linguístico. A correção é apresentada na maior parte das vezes, o que corresponde ao perfil intelectual do autor que é, sobretudo, um professor e busca ensinar a maneira considerada correta, mesmo que ele nem sempre concorde com ela.

Ainda sobre erros, temos uma crônica que trata exclusivamente deles. Trata-se de “‘Mais melhor’ e ‘O salsicha’” (1971), que pondera sobre erros propositais cujo objetivo é chamar a atenção sobre como os sintagmas que intitulam a crônica, referentes a peças publicitárias, seriam ou não inofensivos à língua. O autor expõe sua opinião no último parágrafo, após apresentar no parágrafo anterior as suas opções para esse tema, condenar ou tolerar os erros: “[...] daqui a pouco, todas as barbaridades começarão a aparecer por aí, sob a forma de anúncio, para causar impacto. Novos produtos poderão dizer que “cheguemo, briguemo e ganhemo” e com êsses brilhantes achados conquistarão a praça.” (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 42). É necessário recordar que o sintagma “cheguemo, briguemo e ganhemo” seria uma atualização proposital da célebre frase proclamada pelo imperador romano Júlio César, “veni, vidi, vici”. Sabemos, então, que Nogueira mostra-se a favor da manutenção

das normas gramaticais nesse caso, pois “[...] brincando, brincando, as maiores extravagâncias acabam sendo assimiladas por um povo que já conhece mal a sua língua, que assim se corrompe cada vez mais. [...]” (NOGUEIRA, 1971, Primeiro Caderno, p. 42). A criação de propagandas gramaticalmente incorretas é um tema atual, pois ainda é uma prática comum, o que faz com que essa crônica e a reflexão que suscita sejam relevantes. A boa construção textual alcançada com argumentos sólidos, exemplos, defesa de um ponto de vista, conclusão clara e do bom uso da Língua Portuguesa faz com que essa crônica seja um exemplo de texto bem executado, um modelo a ser seguido no modo de divulgar informações, objetivo ao qual a crônica se propõe, além de excelente exemplo de crônica jornalística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo, conhecemos a trajetória profissional de Emir Macedo Nogueira e como esta se relaciona à história do jornal *Folha de São Paulo*, veículo das reflexões do jornalista em seu propósito de tornar a Língua Portuguesa acessível ao maior número de pessoas possível. Além disso, foram apresentadas as diversas vertentes do trabalho de disseminador do conhecimento traçadas por Nogueira: as colunas publicadas no jornal, os editoriais e os programas de rádio. Foi a partir desses trabalhos que delimitamos nosso *corpus* de análise e pudemos passar ao capítulo analítico, composto por duas frentes complementares: questões temáticas e aspectos linguísticos recorrentes. Por fim, passamos a definir qual seria o estilo de escrita apresentado por Emir Macedo, exibindo padrões adotados e percebendo exceções à regra baseados nas análises anteriores e encarando outros pontos de vista sobre os textos. Após percorrermos esse trajeto, chegamos a algumas formulações que se pretendem conclusivas.

Apesar de ter como suporte um gênero textual híbrido, a crônica, há de se reconhecer que as crônicas Emir Macedo Nogueira tendem a ser mais jornalísticas do que literárias. Isso se dá graças ao pragmatismo implicado nos referidos textos, pois há um objetivo a cumprir visando um projeto maior, englobando todos os aspectos da vida desse intelectual: a disseminação do conhecimento sobre a Língua Portuguesa. Foi possível encontrarmos aspectos estéticos nos textos, traços variáveis de literariedade, subordinados ao objetivo norteador que se mantém constantemente em primeiro plano. Para que as crônicas fossem consideradas efetivamente literárias, entendemos que a função estética deveria se destacar das demais, sendo a prioridade do texto e, todavia, não é isso que ocorre. Considerando, então, a função informativa intrínseca aos textos de Nogueira, entende-se que seus escritos são, sobretudo, jornalísticos e residualmente literários.

Como jornalista, Nogueira tem como função apresentar as informações ao seu público de maneira mais imparcial possível. Como professor, Emir Macedo deve recorrer aos manuais de redação e gramática e ensinar as regras a seus alunos-leitores. Essa combinação faz com que nosso autor não pretenda ser um dogmático, preso às normas gramaticais, nem um permissivo, concordando com os mais variados usos da língua. Por isso, ele escolhe muitas vezes não tomar partido entre o uso e a regra, sendo uma opção consciente transitar no entremeio, ponderando as possibilidades antes de dar razão a esse ou aquele, lembrando a seus leitores que os usos da língua dependem do contexto no qual o falante está inserido.

Esse posicionamento flexível é reflexo vivo de Emir Macedo Nogueira: um jornalista interessado na relação entre língua e sociedade, na humanização pela palavra, no engajamento político. A junção desses interesses em Macedo parece ser o que justifica suas tomadas de

decisão e o que o caracteriza, em sua coluna “A Língua Nossa de Cada Dia” e em sua atuação na *Folha de São Paulo*, como um professor pronto a ensinar, um jornalista consciente e um sindicalista engajado, em síntese, um intelectual atento a suas funções, a seu tempo e à nossa língua.

REFERÊNCIAS

- “PORTUGUÊS para Todos” *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 out. 1974. Folha Ilustrada, p. 3. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5275&anchor=4374001&pd=7c36903c219036dbb2bb885a8deb0038>>. Acesso em 28 ago. 2018.
- A era Vargas*: dos anos 20 a 1945. CPDOC-FGV. s. d. Disponível em:
 <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/bertoldo_klinger>. Acesso em 20 jun. 2019.
- ALTMAN, M. *Hoje na História*: 1969 - Golda Meir assume cargo de primeira-ministra de Israel. 2014. Disponível em:
 <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/34394/hoje+na+historia+1969++golda+meir+assume+cargo+de+primeira-ministra+de+israel.shtml>>. Acesso em 23 maio 2019.
- AMARAL, L. Editorial. Pequeno ensaio, Crítica à solenidade. In: *Técnica de jornal e periódico*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1969, p. 137-141
- AS teses para um novo caminho: o do futuro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 out. 1976. Caderno Especial, p. 04. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5999&anchor=4265345&pd=c29f16d1c251a49fe761a7aeb44c87ac>>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. S. l.: HUCITED, 2006, 12 ed.
- BARTHES, R. Em que é que se transformaria uma sociedade que renunciasse a distanciar-se? *Le Monde*, s. l., 15 nov. 1974. In: BARTHES, R. *O grão da voz*: entrevistas 1962-1980. Lisboa: Éditions du Seuil, 1981. Trad. Teresa Meneses e Alexandre Melo.
- BARTHES, R. Para que serve um intelectual? [Entrevista concedida a] Bernard-Henri Lévy. *Le Nouvel Observateur*, s. l., 10 jan. 1977 In: BARTHES, R. *O grão da voz*: entrevistas 1962-1980. Lisboa: Éditions du Seuil, 1981. Trad. Teresa Meneses e Alexandre Melo.
- BENTO, C. M. *General de divisão Bertoldo Klinger (1884-1969)*: O Patrono da Delegacia da AHIMTB em São Paulo. Academia Militar das Agulhas Negras. s. d. Disponível em:
 <<http://www.ahimtb.org.br/genbertoldo.htm>>. Acesso em 20 jun. 2019.
- BOND, F. F. *Introdução ao jornalismo*. Trad. Cícero Sandroni. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1959.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte*: gênese e estrutura do campo literário. S. l.: Companhia das Letras, s. d. Trad. Maria Lucia Machado. Disponível em:
 <<https://nepegeo.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-As-regras-da-arte.pdf>>. Acesso em 20 set. 2019
- BRAGON, R; MATTOSO, C. *Senado suprime há quatro anos gabinete 24 dos seus corredores*. Folha de São Paulo. 2019. Disponível em: <
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/gabinete-24-some-dos-corredores-do-senado.shtml>>. Acesso em 22 jun. 2019.
- CAMARA JR, J. M. A primeira articulação ou Morfo-sintaxe In *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes Limitada, 1973. 4 ed.
- CÂMARA Jr. J. M. *Contribuição à estilística portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978. 3ª ed.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. 8ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.
- CANDIDO, A. et. al. *A crônica*: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CARVALHO Pinto. CPDOC-FGV. s. d. Disponível em:
 <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/carvalho_pinto>. Acesso em 20 jun. 2019.

- CIPRO NETO, P. A presidente, a presidenta. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 04 nov. 2010. Cotidiano. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0411201004.htm#_=_>. Acesso em: 18 maio 2019.
- COMPAGNON, A. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 11- 46.
- CONHEÇA as principais lutas e conquistas das mulheres. Brasil.gov, s. l. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres>>. Acesso em 21 jun. 2019.
- COSER, M. C. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais. 2015. *Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria*. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 703-727. Disponível em: <<http://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/779>>. Acesso em 08 ago. 2019.
- COSTA, F. Amizade Colorida: a comédia do homem fragilizado diante da mulher. 2018. *Observatório da televisão*. Disponível em: <<https://observatoriodatelevisao.bol.uol.com.br/noticia-da-tv/2018/04/amizade-colorida-a-comedia-do-homem-fragilizado-diante-da-mulher>>. Acesso em 13 nov. 2019.
- COUTINHO, A. Ensaio e Crônica. In _____ (dir.): *A Literatura no Brasil*. 2.a edição. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana S. A. 1971. p. 105-128.
- CRONOLOGIA: oito décadas de história da Folha, do Brasil e do mundo. S. d. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/cronologia.shtml>>. Acesso em 13 mar. 2019.
- CURSO de Jornalismo teve prosseguimento em Marília. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jun. 1965. 1.º caderno, p. 13. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=1895&anchor=4990854&pd=340fc01d0e9c4050f4e2cbf4baa034ef>>. Acesso em 28 ago. 2018.
- DALMAZZO, G. X. *Alejandro Augustín Lanusse – Presidente de la República Argentina*. 2011. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20110814032119/http://www.loslanusse.com.ar/historia/historia_10.asp>. Acesso em 20 jun. 2019.
- DEZOUZART, E. *EGÍDIO, Paulo*. CPDOV-FGV. s. d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdov/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-egidio-martins>>. Acesso em 20 jun. 2019.
- DIMAS, A. *Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo?* Rio de Janeiro: Littera, v. 4, n. 12, p. 46-51, 1974.
- DITADURA militar: quadro apresenta principais fatos entre 1964 e 1985. UOL. S.l., 2014. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/ditadura-militar-1-quadro-apresenta-principais-fatos-entre-1964-e-1985.htm>>. Acesso em 22 maio 2019.
- EAGLETON, T. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- EMÍLIO Garrastazu Médici. UOL. s. d. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/emilio-garrastazu-medici.jhtm>>. Acesso em 21 jun. 2019.
- EMIR M. Nogueira, jornalista e professor. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 set. 1982. 1º caderno, p. 08. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=8162&anchor=4204258&pd=b3941dba416fa79932aaff629aa3e45>>. Acesso em 27 ago. 2018.
- FERROMOÇA. @ulete digital. s. d. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/ferromo%C3%A7a>>. Acesso em 13 nov. 2019.

FOLHA de S. Paulo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 nov. 1963. 1.º Caderno, p. 2.

Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=1296&anchor=4435769&pd=8eb3e5a417bdd359da414484722d435f>>. Acesso em 28 ago. 2018.

GOLDA Meir. UOL. s. d. Disponível em:

<<http://educacao.uol.com.br/biografias/klick/0,5387,1664-biografia-9,00.jhtm>>. Acesso em 23 maio 2019.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

INDIRA Gandhi. Biography. s. d. Disponível em: <<http://www.biography.com/people/indira-gandhi-9305913>>. Acesso em 23 maio 2019.

INDIRA Gandhi. UOL. s. d. Disponível em:

<<http://educacao.uol.com.br/biografias/klick/0,5387,448-biografia-9,00.jhtm>>. Acesso em 23 maio 2019.

JOSÉ Reis. *Brasiliana: a divulgação científica no Brasil*. s. d. Disponível em:

<<http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=86&sid=30>>. Acesso em 20 jun. 2019.

JUAN Domingo Peron. CPDOC-FGV. S. d. Disponível em: <

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/juan_domingo_peron>. Acesso em 22 jun 2019.

KUSHNIR, B. *Cláudio Abramo*. CPDOC-FGV. S. d. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/claudio-abramo>>. Acesso em 22 maio 2019.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LAUDO Natel. *Terceiro tempo*. s. d. Disponível em:

<<http://terceirotempo.bol.uol.com.br/que-fim-levou/laudo-natel-2605>>. Acesso em 20 jun. 2019.

LEONID Brejnev. UOL. s. d. Disponível em: <

<http://educacao.uol.com.br/biografias/klick/0,5387,194-biografia-9,00.jhtm>>. Acesso em 22 jun. 2019.

LINGUAGEM jornalística em palestra. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 set. 1964. 1.º caderno, p. 17. Disponível em:

<<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=1611&anchor=4985811&pd=815e8833164b9c42a6cbe2ec265b7364>>. Acesso em 28 ago. 2018.

MACDONALD, M. Algumas reflexões sobre intelectuais. In: HECKERSCHER, G. et al. *O intelectual na política*, Rio de Janeiro: Gráfica Record Editôra, 1969. Trad. Livio Dantas.

MARCELO Caetano. UOL. s. d. Disponível em:

<<http://educacao.uol.com.br/biografias/marcelo-caetano.htm>>. Acesso em 21 jun. 2019.

MARIA, G. *Especialista explica como funciona propaganda eleitoral gratuita*. Câmara dos Deputados. 2018. Disponível em: <

<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/561519-ESPECIALISTA-EXPLICA-COMO-FUNCIONA-PROPAGANDA-ELEITORAL-GRATUITA.html>>. Acesso em 22 jun. 2019.

MARTINS, N. S. *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

MAYER, J. M. *GARCEZ, Lucas Nogueira*. CPDOC-FGV. s. d. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/garcez-lucas-nogueira>>. Acesso em 20 jun. 2019.

MELO, J. M. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

- MIRANDA, T. Medalha Euclides da Cunha. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 fev. 1978. Folha Ilustrada, p. 34. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=6494&anchor=4280167&pd=a4537700de11e0b4ab5591a7b2721b69>>. Acesso em 27 ago. 2018.
- MOISÉS, M. "A crônica". In: *A Criação Literária*, Prosa II. 20a ed. São Paulo, Melhoramentos, 2007.
- MONTEIRO, T. Panorama. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 nov. 1979. Ilustrada, p. 05. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=7121&anchor=4270555&pd=1ecb97590228ec1b6364e93854497ca6>>. Acesso em 20 maio 2019.
- MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: IMPRES, 1981.
- MOUTINHO, N. Livros. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 jun. 1969. Ilustrada, p. 05. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3327&anchor=4467626&pd=4ef84c877ea9a55a6a78126c79b6d232>>. Acesso em 20 maio 2019.
- NASCIMENTO. *Folha da Manhã*, São Paulo, 24 jul. 1954. Assuntos Gerais, p. 05. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=29903&anchor=4604475&pd=be41ad9ad68d88ac3be7db675ea30f9>>. Acesso em 28 ago. 2018
- NASCIMENTOS. *Folha da Manhã*, São Paulo, 14 maio 1953. Assuntos gerais, p. 09. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=29528&anchor=4577889&pd=5622a82c917639c14fdb687a93b31209>>. Acesso em 28 ago. 2018.
- NEW YORK STATE LIBRARY. *The New York Times: A Chronology: 1851-2010*.
- NYSED.GOV. 2013. Disponível em: <<http://www.nysl.nysed.gov/nysnp/nytlucey.htm>>. Acesso em: 18 maio 2019.
- NIKITA Krushev. UOL. s. d. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/nikita-krushev.htm>>. Acesso em 22 jun. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. "Mais melhor" e "o salsicha". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 nov. 1971. Primeiro Caderno, p. 42. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4207&anchor=4378586&pd=90f7f8ab215745fb52626b8959906aab>>. Acesso em 21 set. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. "O home". *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 jan. 1969. Folha Ilustrada, p. 06. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3185&anchor=4454261&pd=26abb4ee38faa1ab1e8978e0069cc1c4>>. Acesso em 27 out. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. A atroz dúvida: o ou u? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 dez. 1975. Primeiro Caderno, p. 03. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5709&anchor=4412586&pd=3b0aa46912b1891279fd9402a8eae870>>. Acesso em 03 jun. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. A bola. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 nov. 1973. Esportes, p. 02. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4936&anchor=4383301&pd=71be16665042ea7bf42bf92f8764f94e>>. Acesso em 13 mar. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. A curtição e a transa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 fev. 1972. Caderno de Domingo, p. 03. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4305&anchor=4390815&pd=a76cd59220b04349263ecd7501bf3720>>. Acesso em 23 nov. 2018.

- NOGUEIRA, E. M. A linguagem médica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jul. 1970c. Ilustrada, p. 08. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3717&anchor=4350487&pd=67bcba657aa8964227ba6f5e1234489f>>. Acesso em 28 set. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. A mistura de pronomes no linguajar paulista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 set. 1968b. Ilustrada, p. 02. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3045&anchor=5164604&pd=65a0e3fee51e899ad25a33a5c05bfdc3>>. Acesso em 23 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. A nostalgia de Peron. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jul. 1973. Primeiro Caderno, p. 02. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4821&anchor=4401970&pd=6f0f1904a519dcf544d778dd4a92d815>>. Acesso em 30 maio 2019.
- NOGUEIRA, E. M. A propósito de cassados e confinados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 ago. 1968a. Ilustrada, p. 02. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3010&anchor=4473397&pd=9a2e0621df88beb095033e6edb1e312e>>. Acesso em 30 set. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. A propósito de índios. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 ago. 1969d. Ilustrada, p. 02. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3381&anchor=4474464&pd=66e015308ed49cef703d745d81b43eb0>>. Acesso em 08 nov. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. A revolução de 9 de julho e simplificação ortográfica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 jul. 1968. Ilustrada, p. 09. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=2989&anchor=4470604&pd=c96ec6d7cd7a10d406939b864051ca2e>>. Acesso em 19 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. A semântica e a relatividade dos palavrões. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 1968. Ilustrada, p. 08. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=2975&anchor=5187140&pd=36f05afad94e6924150fe9b930d57d45>>. Acesso em 22 set. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. A tentação da gíria. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 set. 1968d. Ilustrada, p. 02. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3052&anchor=5164999&pd=a707a76b211c0c65859e0fe1e73e4c7f>>. Acesso em 20 out. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Abobrinhas e xicrinhas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 02 abr. 1972. Quarto Caderno, p. 01. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4347&anchor=4337958&pd=011bae8f820c0a893c4ec282e20e58f4>>. Acesso em 26 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Ainda o “economês”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 maio 1970a. Ilustrada, p. 08. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3760&anchor=4360330&pd=bb843e49b2485882a2d2b228adfd25c>>. Acesso em 29 ago. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Alerta. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 jun. 1976. Terceiro Caderno, p. 06. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5894&anchor=4320608&pd=6a231c6a7668cf71da04463f519c8c69>>. Acesso em 27 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Alugam-se moças. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 dez. 1981. Local/Educação, p. 04. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=7882&anchor=4212739&pd=3602e389da1b6bf2005859468f96c47b>>. Acesso em 19 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. ão e seus problemas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 maio 1972c. Caderno de Domingo, p. 08. Disponível em: <

<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4382&anchor=4340518&pd=1adc44d67d930b26388d9eb0658a2611>>. Acesso em 26 abr. 2019.

NOGUEIRA, E. M. Banir e outros defectivos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 set. 1969f. Ilustrada, p. 02. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3416&anchor=5165478&pd=c983f6ac7a7fc7371100d6ff018a800a>>. Acesso em 17 ago. 2018.

NOGUEIRA, E. M. Boas festas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 dez. 1970. Primeiro Caderno, p. 70. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3871&anchor=4383083&pd=24d0c4a16600462e01193edb7b589e4a>>. Acesso em 09 out. 2018.

NOGUEIRA, E. M. Bonitos para os olhos; e o resto? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 out. 1973. Primeiro Caderno, p. 12. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4920&anchor=4634310&pd=384e2caa0fb2cc3f79b223ea7de16951>>. Acesso em 03 jun. 2019.

NOGUEIRA, E. M. Colorida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 set. 1982. Local/Educação, p. 06. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=8155&anchor=4202305&pd=3ab385047aab677bd8b27d6461e4f90b>>. Acesso em 14 set. 2018.

NOGUEIRA, E. M. Com “e” ou com “i”? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 jul. 1971. Caderno de Domingo, p. 04. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4074&anchor=4349896&pd=1a9be67f613f3f55e45e898ab078850a>>. Acesso em 12 abr. 2019.

NOGUEIRA, E. M. Come-se com erros nos restaurantes populares. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 set. 1968c. Ilustrada, p. 02. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3052&anchor=5164999&pd=a707a76b211c0c65859e0fe1e73e4c7f>>. Acesso em 17 ago. 2018.

NOGUEIRA, E. M. Compasso de espera. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 06 maio 1970. Primeiro Caderno, p. 04. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3650&anchor=4338558&pd=c9f337d49a7abde7bdfc8dac05a6d69d>>. Acesso em 21 maio 2019.

NOGUEIRA, E. M. De apresar e de pesca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jun. 1971. Caderno de Domingo, p. 08. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4060&anchor=4366178&pd=a13c19a623bc1eab3622ac32227e4b52>>. Acesso em 28 set. 2018.

NOGUEIRA, E. M. Dente de Leite: depoimento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 ago. 1970. Primeiro Caderno, p. 15. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3750&anchor=4357724&pd=71c2278084ea192eb0f24ff8ef5be8d4>>. Acesso em 22 maio 2019.

NOGUEIRA, E. M. Do Bexiga à pilantragem. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 maio 1969. Folha Feminina, p. 10. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3290&anchor=4463664&pd=d87367b17c094f719a7b1b05ee453afc>>. Acesso em 27 mar. 2019.

NOGUEIRA, E. M. E São Paulo? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 maio 1970. Primeiro Caderno, p. 04. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3666&anchor=4342863&pd=47045100d0448cf80143b63a82ecb5f1>>. Acesso em 30 maio 2019.

NOGUEIRA, E. M. Eles só jogam com uma perna. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 jun. 1970. Primeiro Caderno, p. 09. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3697&anchor=4348409&pd=500002ed7acc43661a3648aa17cb71eb>>. Acesso em 29 maio 2019.

- NOGUEIRA, E. M. Entre mim. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 set. 1976. Local/Educação, p. 06. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5971&anchor=4262417&pd=d41b30e175398769aec307995d367d74>>. Acesso em 18 out. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Escolas: quanto mais, melhor. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 abr. 1970. Primeiro Caderno, p. 04. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3644&anchor=4432106&pd=2213ab6021ec9b32d073ce50ce9e381c>>. Acesso em 03 jun. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Eu, professor. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 out. 1973. Local/Educação/Interior, p. 03. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4907&anchor=4373310&pd=8cb1455c63da1a709ec3dccb23e40b44>>. Acesso em 20 maio 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Ferromoças. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jan. 1974. Primeiro Caderno, p. 22. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5005&anchor=5406952&pd=b9eed92711395b70da31ff95df267e9c>>. Acesso em 06 out. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Futebolísticas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mar. 1982. Local, p. 06. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=7987&anchor=4313745&pd=39e20795987e65f54df3a5a7a388b435>>. Acesso em 30 set. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Goto e palpo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mar. 1974. Primeiro Caderno, p. 21. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5075&anchor=4346137&pd=b4d146a45c4138ef19687f3b1d173bd3>>. Acesso em 11 set. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Há, a, à. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 maio 1970b. Ilustrada, p. 08. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3675&anchor=4344950&pd=ac75f5aa982e0c12d92f1ee77b222c3a>>. Acesso em 24 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Há muito tempo atrás. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 abr. 1982. Local, p. 07. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=8008&anchor=4177490&pd=0465c30fa6b28bf947781099c5257cbb>>. Acesso em 18 set. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Helicópteros e heliportos, duas palavras atuais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 mar. 1972. Caderno Especial, p. 05. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4319&anchor=4335934&pd=0d7239c69ec3e3ea95b2301be8ec361d>>. Acesso em 01 set. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Inadimplentes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 fev. 1973b. Local/Educação/Interior, p. 10. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4669&anchor=4393320&pd=209da77e3fd87da84f451e8e41fa11fd>>. Acesso em 20 ago. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Isto e aquilo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 mar. 1970. Ilustrada, p. 02. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3605&anchor=5408257&pd=6de3c56932eefe29755e04a515c6598d>>. Acesso em 13 mar. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Latinismos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 abr. 1969. Primeiro Caderno, p. 58. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3262&anchor=4460945&pd=ff2d0c255a34a71eaf447651213646e5>>. Acesso em 29 ago. 2018
- NOGUEIRA, E. M. Língua e preconceito. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 22 fev. 1976. Primeiro Caderno, p. 21. Disponível em: <

- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5768&anchor=4275106&pd=9ebeff8f9fdaca6c91da6319645c5314>>. Acesso em 24 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Mãe. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 abr. 1973a. Primeiro Caderno, p. 13. Disponível em: <
- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4739&anchor=4398594&pd=ec575bf9d1c129a8101b586e75ec9606>>. Acesso em 29 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Mais uma “seção de Português”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 maio 1968. Ilustrada, p. 06. Disponível em: <
- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=2940&anchor=5184751&pd=099f56f138592b324c03b4ddeb6100ef>>. Acesso em 28 ago. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Modos de dizer. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 mar. 1969b. Ilustrada, p. 02. Disponível em: <
- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3248&anchor=4458639&pd=8e812dfbe8f80bd8e310500fa101e9e8>>. Acesso em 02 dez. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Não deixe ele... *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 dez. 1973b. Primeiro Caderno, p. 13. Disponível em: <
- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4984&anchor=4413651&pd=e639799f914e50e6058a49c63a9d6e09>>. Acesso em 22 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Natal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 dez. 1976. Primeiro Caderno, p. 19. Disponível em: <
- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=6076&anchor=4330614&pd=75c89d773578d0a1385093f3f306fecd>>. Acesso em 27 out. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. O chute. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 03 dez. 1973. Esportes, p. 02. Disponível em: <
- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4957&anchor=4386646&pd=b9dd96a18f6e2d22026ab67eb2c1a906>>. Acesso em 15 maio 2019.
- NOGUEIRA, E. M. O diabete e a detecção. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 ago. 1972. Caderno de Domingo, p. 01. Disponível em: <
- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4494&anchor=4404354&pd=24fb99aa19b77145a5963a5f987a9140>>. Acesso em 17 set. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. O dinheiro inglês. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev. 1971a. Ilustrada, p. 02. Disponível em: <
- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3934&anchor=4333854&pd=67220c9b6d5a1df299b39805188218ed>>. Acesso em 22 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. O estrategista. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jun. 1974. Segundo Caderno, p. 06. Disponível em: <
- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5166&anchor=4368140&pd=c9a2c9b6af18d2c5ed7e4a590d3422d9>>. Acesso em 20 out. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. O gol – I. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 nov. 1973. Terceiro Caderno, p. 02. Disponível em: <
- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4943&anchor=4632389&pd=272194a7925507f6b46ad96f32eca761>>. Acesso em 03 jun. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. O gol – II. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 nov. 1973. Terceiro Caderno, p. 02. Disponível em: <
- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4950&anchor=4634178&pd=2769a3416a69aed5a6a0c22cabcae1b>>. Acesso em 03 jun. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. O jogador. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 dez. 1973. Esporte, p. 02. Disponível em: <
- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4964&anchor=4388121&pd=898afed84b4661828c36c69d705cee03>>. Acesso em 03 jun. 2019.

- NOGUEIRA, E. M. O misterioso encanto de um clube. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 out. 1977. Quarto Caderno, p. 04. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=6363&anchor=4265161&pd=c0a155fec37fbc97b5498dc9620737df>>. Acesso em 29 maio 2019.
- NOGUEIRA, E. M. O que soa mal. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mar. 1976. Primeiro Caderno, p. 25. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5796&anchor=4275445&pd=44b2c79b3545faec9183cbd9e9398c52>>. Acesso em 28 mar. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. O torcedor de futebol. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 set. 1970. Ilustrada, p. 02. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3780&anchor=4364561&pd=8f2018c449ee7ebcc783b3a32af73b68>>. Acesso em 26 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. O vocativo da moda. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 01 ago. 1971. Classificados, p. 10. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4102&anchor=4353169&pd=1be6729c88ebfe53d38967bcde6b7e5f>>. Acesso em 24 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. O vulgar e o enfático. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 jun. 1970. Ilustrada, p. 55. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3689&anchor=4347648&pd=bc4e51eb6145c97c0eb105bdd703393c>>. Acesso em 20 ago. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Os brasileiros e os pronomes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 mar. 1971. Terceiro Caderno, p. 08. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3969&anchor=4336905&pd=36aaa7def2c1ccce4f5d60aed6e34bb9>>. Acesso em 24 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Os nossos craques, com seus nomes de meninos descalços. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 jun. 1970. Primeiro Caderno, p. 07. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3683&anchor=4346981&pd=da19d0058790f9b8397c4b7b3d481868>>. Acesso em 29 maio 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Os números e as fraudes. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 abr. 1969. Primeiro Caderno, p. 42. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3269&anchor=4461425&pd=699af3ab155e01668eee55f91bb55a3a>>. Acesso em 21 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Os verbos curtos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 abr. 1976. Primeiro Caderno, p. 34. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5831&anchor=4282066&pd=0cbf123ffc3e988eb13e8d144b2755f>>. Acesso em 19 nov. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Pacote. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 abr. 1977. Primeiro Caderno, p. 34. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=6188&anchor=4306740&pd=3a9790fc3975ca31d0a206138ea2c2ba>>. Acesso em 31 out. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Pai. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 nov. 1971. Primeiro Caderno, p. 84. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4214&anchor=4379806&pd=b8423023c4b7cd7c9264c5d7b3bf83e0>>. Acesso em 18 out. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Pão-pão, queijo-queijo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 maio 1970. Primeiro caderno, p. 04. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3658&anchor=4340703&pd=22be8d6bbd23f2f8fcc4fb1c5219b361>>. Acesso em 15 maio 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Passadismo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 maio 1970. Primeiro Caderno, p. 04. Disponível em: <

<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3656&anchor=4340231&pd=743e1e953a25cef8d3618cbd909658d7>>. Acesso em 03 jun. 2019.

NOGUEIRA, E. M. Pode ser e posso ser. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 abr. 1972b. Caderno de Domingo, p. 08. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4361&anchor=4396518&pd=c952a00376213e54ae1d0311b6eaf364>>. Acesso em 24 abr. 2019.

NOGUEIRA, E. M. Poetas e poetisas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 fev. 19769. Ilustrada, p. 10. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3213&anchor=4455904&pd=7396e0fee4873ad535e035b101457fa>>. Acesso em 20 out. 2018.

NOGUEIRA, E. M. Poluição. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 ago. 1973. Local/Educação/Interior, p. 02. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4844&anchor=4357183&pd=e4bf73c599c384a0c81597baa1e725d5>>. Acesso em 12 nov. 2018.

NOGUEIRA, E. M. Pontos de exclamação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 nov. 1976. Terceiro Caderno, p. 08. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=6034&anchor=4268427&pd=9aa52e3689267824e41167f004f6376f>>. Acesso em 29 out. 2018.

NOGUEIRA, E. M. Pouco assunto. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 abr. 1974. Local/Educação, p. 11. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5089&anchor=4341490&pd=f61623aba60fb698f0edaacfe73dc88c>>. Acesso em 24 abr. 2019.

NOGUEIRA, E. M. Presença dos leitores. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 02 mar. 1969. Vida Social, p. 09. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3220&anchor=4457678&pd=9dab6f0185f20bcc4b14ccf40695216b>>. Acesso em 20 maio 2018.

NOGUEIRA, E. M. Primeiro-ministro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 jun. 1974. Local/Educação/Interior, p. 13. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5145&anchor=4363971&pd=1aae9c6ab0f0623f126b08959a30fb72>>. Acesso em 26 abr. 2019.

NOGUEIRA, E. M. Problemas do h. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 fev. 1973a. Local/Educação/Interior, p. 10. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4655&anchor=4332410&pd=6eb8ffee4aea8715921c0d464fe6d5f8>>. Acesso em 30 nov. 2018.

NOGUEIRA, E. M. Propaganda gratuita. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 maio 1970. Primeiro Caderno, p. 04. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3671&anchor=4344251&pd=4a5d2402efd53773da5dafa3f6da0177>>. Acesso em 30 maio 2019.

NOGUEIRA, E. M. Quem não se comunica... *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 mar. 1970. Folha Feminina, p. 10. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3612&anchor=5408501&pd=159b2bc050b0c13d63eb2f1ddef74f60>>. Acesso em 23 abr. 2019.

NOGUEIRA, E. M. Quem tem medo do 24? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 ago. 1976. Primeiro Caderno, p. 04. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5955&anchor=4324570&pd=58f41fe4a07d55f29d3a25b45432df6f>>. Acesso em 30 maio 2019.

NOGUEIRA, E. M. Rebu. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 nov. 1974. Local/Educação/Interior, p. 20. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5299&anchor=4382504&pd=5224763f3f25a262c037f0690799b288>>. Acesso em 19 abr. 2019.

- NOGUEIRA, E. M. Récorde ou recorde?. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 jul. 1976. Terceiro Caderno, p. 02. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5922&anchor=4320234&pd=e05ebbf77cd1df4f4030ff83d85f8424>>. Acesso em 27 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Refrigerantes e cervejas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 abr. 1970. Ilustrada, p. 01. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3633&anchor=4431276&pd=69eaf204acad69edc54a81d5b2f3143>>. Acesso em 02 dez. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Russos e outros... *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 fev. 1974. Local/Educação, p. 07. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5033&anchor=4334703&pd=98a636c699b8c7d70d1036c662e6a56e>>. Acesso em 28 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. S ou Z. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 fev. 1982. Primeiro Caderno, p. 26. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=7966&anchor=4181580&pd=813de52c4d259e5319fa96bd6baeb2b7>>. Acesso em 22 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Sem patriotadas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 maio 1970. Primeiro Caderno, p. 04. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3675&anchor=4344736&pd=443e8943b3b8272e1a29b0c15ef0e5ce>>. Acesso em 29 maio 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Tróleibus. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 jan. 1982. Primeiro Caderno, p. 27. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=7931&anchor=4305019&pd=b9627ea30ed29d48061ef6a2a3b1fce5>>. Acesso em 14 mar. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Um coletivo de modéstia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 04 abr. 1971. Ilustrada, p. 03. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3983&anchor=5408719&pd=cd0504f13bc8b2e4d9fded65ee0b75d5>>. Acesso em 09 nov. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Uma preposição prestigiada. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 mar. 1969c. Ilustrada, p. 02. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3248&anchor=4458639&pd=8e812dfbe8f80bd8e310500fa101e9e8>>. Acesso em 23 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Uma prova fácil, muito fácil. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jan. 1973. Primeiro Caderno, p. 19. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4630&anchor=4630954&pd=f92c0de20a6403f1ccff53b1a136a8d9>>. Acesso em 30 maio 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Vá ver a Feira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 maio 1970. Primeiro Caderno, p. 04. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3670&anchor=4344039&pd=f9a2c96b854c18e01d102bcefc58f462>>. Acesso em 03 jun. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Vamos caçar leões?. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 mar. 1972a. Caderno de Domingo, p. 08. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4333&anchor=4393881&pd=20ae97566ddd6d9008ffdaaa7fd67113>>. Acesso em 17 mar. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Verbos inúteis. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 ago. 1969e. Ilustrada, p. 02. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3395&anchor=4474988&pd=77cf88c18c2af88b13086d86927f178a>>. Acesso em 27 ago. 2018.
- NOGUEIRA, E. M. Verbos pronominais. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 fev. 1971b. Ilustrada, p. 02. Disponível em: <

- <https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3948&anchor=4335312&pd=3857b940c26c9bc5e9d9791ec303510e>>. Acesso em 24 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Vírgula, ritmo e lógica. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 dez. 1973. Local/Educação/Interior, p. 23. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=4963&anchor=4387701&pd=8d7ec6d6db1821f27c4c83795c8eb833>>. Acesso em 29 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Viva Zagalo! *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 jun. 1974. Esporte, p. 03. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5157&anchor=4366992&pd=e656089433725effe591318eeb6847ac>>. Acesso em 29 maio 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Você sabia?. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 mar. 1969a. Ilustrada, p. 02. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=3227&anchor=4457922&pd=cf908e46c8dc527aae509aaf49b787b2>>. Acesso em 26 abr. 2019.
- NOGUEIRA, E. M. Zero hora. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 ago. 1976. Terceiro Caderno, p. 04. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5936&anchor=4868948&pd=e01f268360d2677abfc2973a4a1177c3>>. Acesso em 21 out. 2018.
- PENA, F. *O jornalismo literário como gênero e conceito*. S. l.: Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2006. Disponível em: <
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/77311256385591019479200175658222289602.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2018.
- PENTEADO, R. Curtos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 07 mar. 1974. Folha Ilustrada, p. 08. Disponível em: <
<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5051&anchor=4340974&pd=f75a9e8def3d9963dd6ff3cd36c09a60>>. Acesso em 14 mar. 2019.
- PINTO, A. E. S. *Folha*. São Paulo: Publifolha, 2012. Folha Explica.
- PRETI, D. *A gíria e outros temas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- PROTESTO na Cásper Líbero. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 ago. 1979. Local/Educação, p. 23. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=7047&anchor=4259728&pd=459f4090c09dc7aad7e628a91f486d78>>. Acesso em 27 ago. 2018.
- QUESADA, F. M. O intelectual na política ocidental. In: HECKERSCHER, G. et al. *O intelectual na política*, Rio de Janeiro: Gráfica Record Editôra, 1969. Trad. Livio Dantas.
- REIS, J. Emir Nogueira, um raro exemplo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 set. 1982. Ilustrada, p. 08. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/09/26/21/>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- RUI Barbosa*. UOL. s. d. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/rui-barbosa.htm>>. Acesso em 23 maio 2019.
- SÁ, J. *A Crônica*. São Paulo: Ática. Col. Princípios, 1985.
- SILVA, W. A Poesia é necessária. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 maio 1974. Caderno Ilustrada, p. 08. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=5132&anchor=4349179&pd=44160eb1b9d76278090368bc43273afd>>. Acesso em 25 mar. 2019.
- SEM Título. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 mar. 1960. 2º caderno, p. 02. Disponível em:
 <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=65&anchor=4476968&pd=3b99811158f6cc11e7707c9b2f0d25d4>>. Acesso em 27 ago. 2018.
- SEM Título. *Palmares, Fundação cultural*. S. d. Disponível em: <
http://www.palmares.gov.br/?page_id=12277>. Acesso em 23 maio 2019.

- SODRE, Abreu.* CPDOC-FGV. s. d. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-costa-de-abreu-sodre>>. Acesso em 20 jun. 2019.
- TERRORISMO argentino executa Sallustro e metralha o comandante do II Exército.* Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11 abr. 1972. Primeiro Caderno, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1972_00002.pdf>. Acesso em 21 jun. 2019.
- TUZINO, Y. M. M. *Crônica: uma Intersecção entre o Jornalismo e Literatura.* BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. 2009, p. 01-17, 2009. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/tuzino-yolanda-uma-interseccao.pdf>>. Acesso em 01 mar. 19.
- UM homem que conhecia tudo numa Redação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 set. 1982. Primeiro Caderno, p. 08. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/compartilhar.do?numero=8162&anchor=4204258&pd=b3941dba416fa79932aaff629aa3e45>>. Acesso em 03 jun. 2019.
- VERONEZE, A. *Sadi Cabral: dançarino, compositor, ator e diretor.* Brasil, memória das artes. 2013. Disponível em: <<http://portais.funarte.gov.br/brasilmemoriadasartes/acervo/atores-do-brasil/sadi-cabral-dancarino-compositor-ator-e-diretor/>>. Acesso em 16 maio 2019.
- WEINHARDT, M. *O Suplemento Literário d'O Estado de S. Paulo - 1956-67* (Subsídios para a história da crítica literária no Brasil). Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987. v. 2. 706p.

ANEXOS

Inicialmente, buscou-se inserir imagens retiradas do *site* Acervo Folha, onde os textos aqui analisados encontram-se de modo integral. Devido à falta de nitidez das imagens, porém, optou-se pela digitação das crônicas. Aqui encontra-se cinquenta e três crônicas de “A Língua Nossa de Cada Dia”, apresentadas de modo amostral e em ordem cronológica de publicação para que se comprove as hipóteses estilísticas elencadas.

1968

A semântica e a relatividade dos palavrões

Sem desejarmos meter a colher na briga em torno do palavrão, seja-nos permitido recordar que pouca coisa têm variado mais, na história da língua, do que o conceito de vocábulos considerados incompatíveis com o bom gosto, a boa educação e até a moral pública. Mesmo porque a própria noção de moral pública também está sempre alterando-se.

Em outras palavras, muita coisa que hoje é tida como palavrão, em outros tempos não o foi e no futuro pode ser também que não o seja. Quando se diz, por exemplo que Gil Vicente usava palavrões em suas peças, não se está sendo totalmente fiel à verdade. O fato é que o dramaturgo português do século XVI empregava palavras e expressões correntes no seu tempo, aceitar normalmente por todos. Por um motivo ou por outro, algumas dessas palavras mais tarde passaram a ser entendidas como ofensivas ao pudor, de acordo com padrões novos de moral, quase sempre muito discutíveis.

Chama-se semântica, o estudo da evolução do significado dos vocábulos. Estes não permanecem invariavelmente com a mesma acepção; seu sentido amplia-se ou se restringe, nobilita-se ou degrada-se. O chamado palavrão, hoje, foi quase sempre uma expressão pacificamente aceita, que mais tarde se deteriorou.

O verbo italiano **putare** significa limpar; dele se fez um adjetivo que se traduziria por limpa, pura, e se empregava para designar a donzela; por ironia e por malícia, com o tempo, passou a se o nome das mulheres de maus costumes. Para fugir à palavra maldita – o ‘nome feio’ – a estas mulheres se atribuíram dezenas de denominações, algumas eruditas, outras grosseiras. Em artigo famoso (“Pornéia”, de 1890), Rui Barbosa dá expressivo elenco de palavras e circunlóquios aplicáveis ao caso.

O eufemismo moderno **dar à luz** veio substituir o verbo próprio, que a Bíblia usa com frequência e Vieira emprega no púlpito.

Certos nomes de partes do corpo humano são banidos do vocabulário convencional, porém ninguém se constrange de usar derivados dêles: cuecas, cueiros, acuar, recuar – são alguns exemplos.

Há relativamente poucos anos, no Brasil fêz-se do verbo **puxar** um composto, para designar o bajulador, o adulador. Era no início palavra do tipo das impublicáveis; hoje, vai-se incorporando ao vocabulário de todas as classes. O mesmo acontece com **encher**, no sentido de amolar, cacetejar, irritar.

O tom altamente ofensivo de que se revestem determinados palavrões pode também diluir-se com o tempo. Expressões consideradas intoleráveis em outras épocas – daquelas que obrigavam praticamente a um revida violento, por questão de honra – por incrível que pareça, são hoje, em certas bôcas e em certas circunstâncias, verdadeiro elogio. Há pessoas que não sabem expressar melhor sua admiração por outras do que pespegando-lhes carinhosamente um palavrão dito de bôca cheia.

Em termos lingüísticos, o palavrão aproxima-se da interjeição. Exprime emoções súbitas, idéias não estruturadas, e freqüentemente perde seu significado original. Quando uma pessoa leva um grande susto, pode reagir exclamando simplesmente **ai, ui, oh!**, ou ainda **Meu Deus, Nossa Senhora**, ou então soltar um palavrão daqueles. É no fundo uma questão de hábito ou de gôsto. Ou, se quiserem, de educação.

A revolução de 9 de julho e simplificação ortográfica

O supremo comando militar da Revolução Constitucionalista de 1932 – que esta semana comemorou mais um aniversário – coube, como não se ignora, ao general Bertoldo Klinger, o qual viria a tornar-se conhecido no Brasil não apenas pela sua participação naquele movimento, mas pelas tentativas que fêz para criar uma nova ortografia. O general (ou jeneral, como êle próprio escrevia) é o autor de uma Ortografia Simplificada Brasileira (assim), que usou em numerosas obras. Os que sonham com a simplificação, e dizem que ela vai ser a “escrita do futuro”, talvez não saibam que há mais de 30 anos se cuida do assunto.

Existem básicamente três tipos de sistemas ortográficos: o etimológico, o fonético (ou simplificado) e o misto. O primeiro procura conservar as palavras fiéis às formas de origem (**philosophia, chimera, aproximar** são grafias que a etimologia justifica). O sistema fonético, naturalmente, baseia-se apenas na pronúncia, buscando atribuir a cada som uma única representação gráfica. O misto tem a preocupação de conciliar uma coisa e outra, simplificando

mas, no mesmo tempo, respeitando, no que fôr possível, a evolução histórica dos vocábulos. A ortografia vigente no Brasil assenta-se no chamado sistema misto.

As dificuldades ortográficas que todos encontram decorrem das imperfeições do alfabeto. Neste, há letras que têm várias valores: o **x**, por exemplo, pode valer **che** (xícara), **ze** (exame), **ce** (máximo), **ese** (fixo) ou ter ainda o valor de **s** em fim de sílaba (extenso). Por outro lado, há sons representados por diferentes letras: caso do som **ze**, ora representado por **z** (azia), ora por **s** (casa), ora ainda por **x** (exato).

É lógico que, se a cada som correspondesse uma representação, isto é, uma letra, as dúvidas ortográficas diminuiriam substancialmente. As tentativas nesse sentido, entretanto, esbarram sempre num compreensível conservadorismo, de um lado, e, de outro, no louvável empenho de evitar que, deformada demasiadamente a morfologia de origem, a linguagem escrita perca suas características tradicionais e se afaste do modelo ao qual está prêsa por profundos laços culturais e históricos.

Vela a pena, de qualquer forma, ler uma amostra da ortografia simplificada do gen. Kinger, ao menos para aproveitar o ensejo das comemorações do 9 de julho. Seguem-se alguns trechos de uma proclamação que dirigiu ao país, a 12 daquele mês, em 1932 (transcritos do livro “Narrativas Autobiográficas”, Vol. VII):

“Camaradas sivils e militares! A glorióza insurreisção paolista contra a ditadura foe uma realizasção irrezistível, imediatamente consumada, sem um tiro, pela manifésta solidariedade das guarnisões federal, estadual, organizações militares e sivils e toda a populasão outra. O lomjimcuo Mato Groso (...) imediatamente secundou ésa nóbre atitude. (...) Só á falta de imformasões sobre a verdade, falta, á imagem dos velhos métodos, suprida pela mentira, é ce nos Estados ainda não redentos, sivils e militares ainda não pronumciaraom a sua dezão a ésa caoza. (...) Agóra, porém, ce a verdade vos xega: ce esperaes? Quanto antes, maes patriótico! (...) Estamos em marxa em vóso aosílio, maz muinto maes formozo, para vós e para nós, será ce não espereis!”

A imprensa da época, é claro, divulgava essas proclamações na ortografia corrente, e não na do general. Este, como a história mostra, acabou perdendo também a revolução ortográfica que pretendeu fazer.

A propósito de cassados e confinados

A Revolução de 1964 cassou mandatos legislativos e executivos, bem como suspendeu os direitos políticos de determinados cidadãos. O sr. Jânio Quadros, que na ocasião não exercia

nenhum mandato eletivo, não é assim, pròpriamente um **cassado**. Acontece, porém, que esta última palavra, com o correr dos tempos, passou a designar todos aquêles que sofreram as penas revolucionárias; hoje, **cassado** é a designação geral dada tanto aos que perderam mandatos quanto aos que tiveram seus direitos políticos suspensos. Do ponto de vista gramatical, houve aí um caso de ampliação do significado de um vocábulo: uma questão de semântica.

O ex-presidente da República foi punido, agora, por ter infringido o chamado Estatuto dos Cassados – que não existe oficialmente com êsse nome. A Imprensa batizou assim o art. 16 do Ato Institucional n.º 2, que estabelecia as proibições a que estavam sujeitos os **cassados** e as penas aplicáveis, em caso de infração. Entre tais penas (no texto designadas como medidas de segurança) inclui-se a do **domicílio determinado**. Não se fala em confinamento.

Aliás, a palavra **confinamento** não está registrada nos dicionários. O Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras – que é a nossa ortografia oficial – traz **confim**, **confinante**, **confinar**, **confinidade**, e só. Entre os diversos significados de **confinar** estão circunscrever, encerrar, enclausurar, que se aplicam às circunstâncias. **Confinamento**, entretanto, é um neologismo bem formado e plenamente aceitável.

Quando se tornou conhecida a disposição do govêrno de punir o ex-presidente, houve quem dissesse que, em face das declarações deste, não restava àquele **outra alternativa**. Esta expressão, por sinal, foi usada pelo secretário de Imprensa da Presidência da República, ao anunciar a decisão oficial. **Outra alternativa** é redundância: em alternativa já se encontra a palavra **alter**, latina, que significa exatamente **outro**. Ninguém é obrigado a saber latim, é claro, mas o próprio significado de alternativa – opção, escolha, entre duas coisas – já dispensa normalmente **outra**. Dir-se-á pois em bom português: **não tinha alternativa, não lhe restava alternativa**.

Eminente político, ainda a respeito do mesmo assunto, disse que o sr. Jânio Quadros agiu **propositivamente**. Melhor faria se empregasse **propositadamente**. No parecer sôbre a redação do Código Civil Brasileiro, Rui Barbosa esgotou o assunto. Eis o que escreveu: “Propositivamente não é português. As regras da analogia não autorizam a formação de semelhante neologismo. Temos, em seu lugar, uma dúzia de advérbios e locuções adverbiais: de propósito, propositadamente, de intenção, de intento, de intuito, intencionalmente (...). **De propósito**, fizemos propositadamente, de **a propósito**, compusemos apropositadamente. Ninguém diz **apropositamente**.”

O confinamento, como se sabe, provocou também discussões em tôrno da vigência, ou não, dos Atos Institucionais. O verbo de que derivam **vigência**, **vigente**, é **viger** (estar em vigor,

em execução). Mas não faltou quem andasse deitando sapiência por aí, usando um tal de **vigir** que não existe e nunca existiu.

A mistura de pronomes no linguajar paulista

Uma das músicas com que o rádio mais furiosamente martela os ouvidos incautos, nestas últimas semanas, tem os seguintes versos:

“Se você chorar na minha ausência,
Mande alguém me avisar;
Não importa onde eu esteja,
Largo tudo e venho te buscar.”

É a versão, um pouco mais rebuscada, de um tipo de frase muito comum nos meios incultos de São Paulo. “Te digo uma coisa pra você”.

A verdade é que a mistura dos tratamentos pronominais é uma das características da língua popular do Brasil. Em São Paulo, essa mistura apresenta aspectos um pouco diferentes do resto do país.

1) Desapareceu praticamente do nosso uso o pronome tu, segunda pessoa do singular, caso reto, substituído por *você* ou *o senhor* (neste último caso quando o tratamento é cerimonioso). Em outras regiões brasileiras – Rio, Norte/Nordeste, Rio Grande do Sul – o *tu* resiste mais, apesar da concorrência de *você*, só que a tendência é flexionar o verbo na 3.ª pessoa: tu é, tu vai, tu faz. Isso é raro em São Paulo.

2) Estranhamente, enquanto o *tu* vai desaparecendo, no linguajar paulista, o pronome oblíquo *te*, a êle correspondente, conserva grande vitalidade. O pronome *lhe* é pouco empregado entre nós – em todo caso, menos do que nos outros pontos do país mencionados acima.

A declaração clássica de amor, de um paulista, começa com qualquer coisa assim: “Você é linda”. E termina com “Eu *te* amo”. Quem quisesse manter uniformidade no tratamento deveria dizer *eu a amo*, *eu amo-a*, *amo-a*, mas isso nem parece declaração de amor.

De vez em quando, em áreas pseudo-intelectualizadas, tem-se consciência dessa disparidade e procura-se corrigi-la, não sendo raro que a emenda acabe por pior do que o soneto. Muita gente, por exemplo, imagina que o pronome da terceira pessoa equivalente a *te* é sempre *lhe*, bastaria trocar um pelo outro para que tudo ficasse certo. É por pensarem assim que os rapazes do ie-ie-iê gostam tanto de dizer eu *lhe* amo, eu *lhe* adoro, eu *lhe* encontrei e outras

barbaridades. O Chico não faz isso, Mas o Chico – Chico Buarque de Holanda – alia ao talento a cultura, como acontece também com outros companheiros seus da moderna, boa e legítima música popular brasileira.

Para os que não sabem, vale a pena recordar que *lhe* é objeto indireto, portanto só se pode empregar quando se supõe a existência de uma preposição: *dei-lhe* (dei a você, dei a ele), entreguei-lhe (entreguei a você ou a êle). Só pode substituir *te* quando êste também funciona como objeto indireto (*dei-te*: dei a ti). Os pronomes da terceira pessoa que valem como objeto direto são *o* e *a*; como *o te* também normalmente é objeto direto, no caso de uma mudança de tratamento aquêles pronomes (ou seja, *o* e *a*) e que devem ser usados: amo-te (2.a pessoa) ou amo-a (3.a), espero-te ou espero-o, encontrar-te ou encontrá-lo, buscar-te ou buscá-lo.

É escusado dizer que na língua culta essa mistura de tratamentos não se admite. É quase impossível evita-la, porém, na linguagem coloquial, no descuidado linguajar de todo dia, ou quando se tem a preocupação de reproduzir com fidelidade o modo de o povo expressar-se. De qualquer forma, se não de ser infringidas as regras gramaticais, é preferível ficar com o povo (misturando, no caso, *você* com *te*) a descambar para o pedantismo e sair por ai dizendo bobagens como – “Há quanto tempo eu não *lhe* via?”.

Come-se com erros nos restaurantes populares

Nos restaurantes populares de São Paulo, um quadro negro de dimensões variáveis, mas geralmente de cerca de meio metro de largura por um de altura, colocado no chão, a porta, ou pendurado nas paredes externas, indica os “pratos do dia”. A propaganda de um refrigerante qualquer aparecer vistosamente desenhada na parte superior; em baixo, alguém escreve com alvaiade os nomes dos pratos que a casa tem a oferecer. São comidas nacionais ou de origem estrangeira, e assim temos palavras vernáculas misturadas com italianas, francesas, inglesas, vez por outra árabes e alemãs. Os que as escrevem conseguem com freqüência o milagre de errar em todas essas línguas.

Nem poderia ser de outra forma. Não se pode ter a ilusão de acreditar que nos donos de restaurantes e bares, ou seus empregados, sejam profundos conhecedores do idioma nacional, quanto mais dos estrangeiros. Os erros que cometem – a parte aquêles escandalosamente grosseiros, que só caberiam numa seção de humorismo – são mais ou menos comuns no linguajar popular.

Poucos, por exemplo, sabem usar a crase, o que não chega a ser novidade. Na maioria dos casos, nomes de pratos que subentendem a palavra moda (e por isso deveriam ser craseados)

aparecem sem o acento grave: bife à milanesa, camarões à baiana, virado à paulista, feijoada à carioca, frango à caçadora, comem-se, em nossos restaurantes, sem crase mesmo. Nesse terreno a confusão é geral; não é raro que a crase surja onde não se justifica, como é o caso de filé a cavalo, em que muitos gostam de colocar um absurdo à.

A terminação ês, esa (na realidade um sufixo pátrio) apresenta muitas vêzes z em lugar de s, nos indicadores dos restaurantes de São Paulo: linguíça calabresa, bife à milanesa são as grafias corretas, que forçosamente se vêem. E a propósito de linguíça: quem é que escreve essa palavra com o obrigatório trema?

Não há meio também de o pessoal aprender a escrever certo um vocábulo tão simples e comum como misto. Muita gente continua grafando com x, ao anunciar espêto misto, churrasco (já abreviado para churra) misto, sanduíche misto. As dúvidas entre x e ch fazem-se presentes; há pastelarias em que o clássico “Fichas na Caixa” aparece invertido, ou seja, com x na primeira e ch na segunda palavra. Já vimos (e comemos) muita coxinha com ch. Salsicha surge também como salchicha, variante aliás já acolhida pelos dicionários.

Quanto aos nomes estrangeiros, há uma visível e louvável tendência para aportuguesá-los mas, como é natural, as grafias extravagantes são aí em número maior do que nos nacionais. Os ingleses sanduíche, bife e rosbife já não causam muitos problemas. Das comidas italianas, o nhoque continua a ser escrito das maneiras mais engraçadas, mas já se acerta razoavelmente no aportuguesamento de espaguete, raviole talharim, lasanha; sugo, também italiano, resiste, e poucos o traduzem para o seu equivalente português mólho. Nomes franceses comuns como filé e maionese também já estão adaptados à nossa pronúncia e escrita. O chope, alemão, insiste, em muitos lugares, em conservar os pp finais da língua de origem. Da mesma forma, o quibe árabe reluta em perder o k com que se acostumaram a escrevê-lo os que o fabricam e vendem.

A tentação da gíria

Talvez não haja expressão mais usada hoje, pelos moços, do que prá frente. Há pouco, o responsável por esta coluna recebeu uma carta – que aliás muito o honrou – com elogios “pela maneira moderninha, prá frente de tratar a língua nossa de cada dia”. Prá frente assumiu o valor de um adjetivo que se aplica a pessoas ou coisas dignas da maior admiração. Um cara prá frente, está visto, é um ótimo sujeito.

Até há bem pouco tempo, porém, se diria dêsse cara que êle era bárbaro; um pouquinho antes, ainda, êle seria legal. Bárbaro (que chegou a ter uma variante: tártaro) e legal, com a mencionada acepção, são exemplos de palavras de gíria que tiveram largo curso – e

envelheceram rapidamente. É verdade que bacana está resistindo mais; tem tido, no entanto, seu sentido esvaziado, de tal sorte que hoje, para produzir alguns efeito, requer um reforço. Ninguém se sente feliz por ser classificado de bacana; o mínimo de que necessita para ficar satisfeito, é receber o nome de superbacana.

É êsse o inconveniente da gíria: o permanente risco de envelhecer, ser superada por outras expressões, ou ter seu conteúdo esvaziado. Quem não se lembra do prestígio da expressão bidu, há alguns anos? Quem a usa agora?

Os próprios modismos lançados por ídolos populares (ou especialmente êstes) não resistem à passagem do tempo. Uma brasa, mora, que fêz furor até ontem, hoje começa a ser anacrônico.

Todos os escritores que fizeram muitas concessões à gíria e às formas populares de expressão acabaram pagando alto preço por isso: envelheceram depressa, tornando-se alguns praticamente ilegíveis duas ou três décadas mais tarde.

Se um conselho pudéssemos dar aos jovens, seria no sentido de aderir à gíria com muita descrição. Mesmo quando tem grande poder expressivo (e isso é freqüente) a gíria se ressent de certa vulgaridade. Escravizar-se a ela é como escravizar-se alguém a qualquer tipo de moda, que chega, impera por alguns momentos e passa.

1969

“O home”

Nas chamadas “paradas de sucesso”, com que as estações de rádio castigam nossos ouvidos, predominam de maneira quase absoluta as músicas estrangeiras. De vez em quando, uma nacional consegue, a custo, um lugar ao sol. É o que acontece atualmente com uma composição muito curiosa, em estilo de música de macumba e na linguagem estropiada que se costuma atribuir aos pais-de-santo. O título é “Só o Home”, ou coisa parecida. Nela se faz referência a um sujeito que não tem sido “muito bão”; é “mau filho, mau marido”, além de ter outros defeitos; seus problemas, “só o home”, ou seja, o macumbeiro, é que “pode resorvê”. Quem diz isso chama o tal sujeito de suncê ou sucê.

Suncê ou sucê são variantes populares de você. Servem para mostrar a extraordinária força da sílaba tônica, que é a que mais resiste às transformações sofridas por uma palavra. Quem estudou gramática histórica já ouviu falar em persistência da sílaba tônica. As nossas palavras conservam – como regra geral – a mesma acentuação que tinham no latim vulgar,

exatamente porque a tônica se mantém, apesar de tôdas as alterações que possam registrar-se ao seu redor.

A forma atual você vem de vostra mercê ou vostramercê. Existem numerosas variantes intermediárias, muitas delas ainda vivas em certas camadas da população: vossemecê, vosmecê, vancê, vassuncê. De vassucê fêz-se suncê ou sucê. Mesmo você continua a sofrer alterações: ouve-se muitas vêzes ocê e até cê (cê qué? Igual a você quer?). Observe-se que a sílaba tônica – cê – vai resistindo a tôdas essas transformações.

E que dizer de home? Uma característica de língua popular do Brasil é não pronunciar o m final átono das palavras. Na linguagem descuidada, dizemos virge, corage, homenage, etc. Formas verbais como falaram ou escreveram são pronunciadas mais ou menos como faláro, escrevêro. No interior, quando uma criança reclama comida, as mães, brincando, costumam dizer: “Tu com fome? Vai na sua, mata um home e come”, rimando perfeitamente fome, home, come.

Lembre-se ainda que muitos dêsses pretensos brasileirismos são comuns no português arcaico, o dos primeiros tempos da língua, quando o Brasil nem tinha sido descoberto. **Home** (ou **ome**) está nesse caso. No mais antigo documento literário da língua portuguesa – uma Cantiga de Amor, de Paio Soares de Taveiros, presumivelmente data de 1189 – há um verso que diz: “Como ome que ensandeceu, com grã pesar do que viu...” etc.

Poetas e poetisas

Em entrevista concedida a êste jornal, publicada quarta-feira última, uma escritora paulista, autora de vários livros de poesia, afirmou preferir para si o nome de poeta ao de poetisa. Cecília Meireles – de fato uma alta expressão do lirismo nacional – foi celebrada por muitos como **grande poeta**, não pròpriamente poetisa.

Para que, à sensibilidade das mulheres brasileiras que fazem versos, em nossos dias, não agrada muito a designação de poetisas, dada a elas. Soa-lhes, segundo tudo indica, como um espécie de galanteio, simples homenagem dos homens às representantes do chamado belo sexo – e não reconhecimento dos méritos literários que eventualmente possuam. Acresce que, no caso da nossa literatura, tivemos, no passado, algumas poetisas razoáveis; nenhuma, porém, conseguiu elevar-se, às alturas atingidas pelos nossos melhores poetas-homens.

Por essa razão, o feminino tradicional vai sendo repudiado, pelo menos pelas interessadas e pelos seus admiradores. No entender de umas e de outros, **poeta** é quem faz versos – bons versos – homem ou mulher. Se possível, Poeta, com maiúscula.

Gramaticalmente, em lugar de ter uma forma diferente para o feminino, o vocábulo poeta passaria à categoria dos **comuns de dois**: uma só forma, para ambos os sexos, distinguindo-se o gênero pelo artigo (o poeta, a poeta, como o artista, a artista). Resta saber se aquilo que por enquanto é apenas uma racionalização de literatos terá força suficiente para se impor à tradição da língua. É muito pouco provável. Tudo leva a crer, de fato, que as nossas poetisas, gostem ou não, continuarão a ser chamadas... poetisas.

É verdade que existem casos de alteração nas formas femininas tradicionais. As gramáticas comuns, por exemplo, costumam dar apenas **embaixatriz** como feminino de **embaixador**. Isso era válido até ao tempo em que não se concebia que as mulheres exercessem profissões, ocupassem certos cargos ou desempenhassem funções tidas como exclusivas dos homens. Ultrapassada essa fase de preconceitos e limitações descabidas, a língua é obrigada a refletir novas realidades. Assim é que, ao lado de **embaixatriz**, usa-se hoje, normalmente, **embaixadora**; embaixatriz é, porém, apenas a esposa de embaixador; embaixadora é a mulher que exerce a função diplomática de representante de um país em outro.

Êsse processo não é tão moderno quanto se imagina. O padre Vieira, no século XVII, referindo-se a Nossa Senhora, chama-a mais de um vez de imperadora, embora já no seu tempo o feminino erudito de **imperador** fosse **imperatriz**. É como se tivesse consciência da mesma distinção que hoje fazemos entre embaixadora e embaixatriz: imperatriz seria apenas a mulher de imperador, e imperadora a soberana de um império.

Você sabia?

Há quem goste de falar difícil e chama de **obesas** as pessoas exageradamente gordas. Nem todos, entretanto, sabem pronunciar corretamente essa palavra. Em obeso e suas variações de gênero e número temos **é**, aberto; obêso é como se deve dizer, embora na escrita não se use o acento.

Nos discursos sobre Tiradentes – e abril já vem aí – raramente faltam referências a **algoz**, no singular e no plural, sinônimo de carrasco, pessoa cruel. Mas raramente também se ouve **algoz**, com **ô**, como deve ser (sem acento, na escrita). O plural é **algôses**, e aqui já o circunflexo é necessário, para diferenciar êsse substantivo de **algozes** (ó), do verbo algozar, que aliás ninguém usa.

Palavrinha antipática é **serôdio**, que quer dizer fora de tempo, tardio. Quem tem a coragem de empregá-la deve ao menos saber que a pronúncia é aquela configurada na grafia acima (isto é, com **ô**) e não seródio.

Esta é mais fácil, mas mesmo assim há quem erre: **interêsse**, **interêsses**, substantivo, com ê (os meus **interêsses**, o **interêsse** dos meus amigos). **Interesse** e **interesses**, com é aberto e sem acento, são formas verbais. Na maioria desses casos, não cabe justificar o erro de pronúncia com a alegação de que “o povo diz assim”. São vocábulos eruditos, que poucas vezes aparecem no falar popular, e a obrigação de quem recorre a êles é pronunciá-los como deve ser.

Outro tipo de palavras. Os que gostam de jogar baralho ficam felizes quando lhes vem às mãos aquela carta à qual se pode atribuir o valor de qualquer outra. O nome dela é **cinga** (nome que se dá também, no futebol, ao jogador que se adapta a qualquer posição). Coringa é outra coisa. Trata-se de termo da linguagem náutica e designa certo tipo de vela de embarcações.

Muita gente continua dizendo e escrevendo **cortume**, em lugar de **curtume**, o certo, possivelmente acreditando ser palavra relacionada com o verbo cortar. **Curtume** vem, no entanto, de **curtir**, é o lugar onde se **curte** o couro, ou seja, onde êle é preparado para posterior aproveitamento.

As oscilações entre **o** e **u** átonos são freqüentes na pronúncia e na grafia brasileiras. **Cutia** e **jabuti** são exemplares da nossa fauna cujos nomes a ortografia oficial manda registrar com **o**; o mesmo acontece com **jabuticaba**, **jabuticabeira**, **jabuticabal** (quando se trata de nomes de cidades, como Cotia e Jaboticabal, pode-se usar a forma com **o**, se se entender que ela é a tradicional, já “consagrada pelo consenso diuturno dos brasileiros”, como estabelecem as Instruções que acompanham o nosso Vocabulário oficial). **Burburinho** (rumor, barulho indistinto) é assim, e não **borborinho**, como muitos pensam. **Bueiro**, igualmente, e não **boeiro**; **tábua**, **tabuada**, etc. e não **táboa** ou **taboada**. O oposto – presença do **o** onde muitos continuam a usar **u** – acontece, por exemplo, com **engolir**, embora em algumas pessoas êle se conjugue com **u**: **engulo**, que eu **engula**; **mágoa**; **óbolo**, etc.

As mesmas dúvidas de grafia e de pronúncia entre **o** e **u** átonos ocorrem muitas vezes entre **e** e **i** igualmente átonos. Em casa, pelo menos, falamos com freqüência de um objeto que por eufemismo alguns preferem chamar de vaso noturno. Seu nome é **penico** (**pinico**, com **i**, é o presente do verbo **pinicar**, sinônimo popular de **beliscar**). Outras palavras com **e** em vez de **i** como talvez alguns suponham: **despender** (gastar, fazer despesas); **despensa** (lugar onde se guardam mantimentos); **destilar** e **destilaria**; **pendurar** e **pendura** (estar na **pendura**, estar sem dinheiro).

Palavras que se escrevem com **i**: **privilégio**, **esquisito**, **lampião**, **silvícola**, **aborígene** (nativo de um país), **discrição** (condição de quem é discreto), **dilapidar** (esbanjar, dissipar), **digladiar** (lugar), **frontispício** (fachada), **crânio**, **pátio**, **calcário**, **escárnio**, etc.

Os leitores notação que não nos demos ao trabalho de justificar as pronúncias e grafias tidas como certas, no rol acima, o que exigiria muito mais espaço do que aquêle de que dispomos; além disso, algumas delas são arbitrárias, puramente convencionais. Limitamo-nos a lembrar que são as oficialmente reconhecidas no Brasil.

Modos de dizer

Dizer de alguém ou de algo que “faz aniversário” hoje ou amanhã, é impropriedade. As pessoas ou as coisas (instituições, cidades, etc.) **fazem anos** ou **comemoram** (ou festejam) **aniversário**. Do cruzamento sintático entre essas duas expressões é que nasceu o freqüente, mas errôneo, **fazer aniversário**.

Quando alguém faz anos, ou festeja um data importante qualquer, é comum dar-lhe parabéns. Muitos lhe desejam “votos de felicidade”, o que também merece reparo. Afinal, **desejar votos** a uma pessoa não é lá grande coisa; o que a gente deve é **desejar felicidades** ou **fazer** (ou formular) **votos de felicidade** a essa pessoa.

Nas ocasiões tristes, há quem “deseje pêsames” à família enlutada. Evidentemente, pêsames não se desejam. Pêsames, a gente dá, oferece, apresenta.

Se a sua cidade (por exemplo) comemora 75 anos de fundação, cautela com os excessos laudatórios dos que falam em “jubileu de diamante”. Jubileu era, entre os antigos hebreus, solenidade que se comemorava de cinqüenta em cinqüenta anos; hoje, só se aplica bem em relação ao quinquagésimo aniversário de alguma coisa.

Cuidado, igualmente, ao rematar uma carta, para não se despedir firmando: “de seu amado F.”, “de sua estimada aluna B.”, “de seu querido sobrinho S.” Quem pode dizer que você é amado, estimado ou querido, é o destinatário da carta, não você. O que cabe, nesses casos, são fórmulas mais ou menos assim: “de quem a (o) ama muito”, “de quem a estima bastante”, “de quem lhe quer bem”, etc.

Uma preposição prestigiosa

A preposição **de**, depois de certos verbos transitivos, goza de extraordinário e quase sempre descabido prestígio nos sermões de padres estrangeiros, nos discursos de políticos e nos comentários dos locutores esportivos. Também na música popular muita gente recorre a ela, para encompridar a frase ou acertar o ritmo. Ainda agora, está na praça um disco do Roberto Carlos, em que se ouve qualquer coisa assim: “O nosso amor é puro,/nunca há de acabar,/por

isso, meu bem, eu juro/de nunca mais te deixar”. Aquê **Jurar de** é sintaxe extravagante no português moderno.

Os revisores dos discursos dos deputados na Assembléia Legislativa tinham imenso trabalho para corrigir expressões como esta: “**Afirmo de** que nada me afastará do cumprimento do dever”. Nas homilias dominicais, principalmente quando pronunciadas por padres de outras nacionalidades, que ainda não se familiarizaram com a nossa língua, é comum ouvir dizer que “**devemos de** obedecer aos dez mandamentos”, ou que Cristo “**decidiu de** se sacrificar pelos homens” ou ainda que é importante “**procurar de** cumprir nossas obrigações”. Quanto aos comentaristas de futebol, seu quase sistemático emprêgo de **de**, em construções do tipo das mencionadas acima, dispensa exemplificação.

Entendamo-nos. No português antigo, especialmente o da época clássica, usou-se e abusou-se da proposição **de**, especialmente com verbos transitivos seguidos por um infinito. **Desejar, prometer, esperar, ousar** (e até **jurar**) eram muitas vêzes contruídos com **de**. Acontece, porém, que a língua moderna reage contra essa sintaxe, embora dela subsistam alguns exemplos. Frases como **começar de fazer** alguma coisa são, a rigor, corretas, mas pedantes e de sabor anacrônico. **Devemos de amar** a Deus pode ser justificada com alguns longínquos exemplos de escritores clássicos, quase todos lusitanos, mas pouco tem a ver com a língua dos nossos dias.

Em todo caso, se os amigos modernos do **de** o empregassem conscientemente, com o deliberado propósito de restaurar sintaxes arcaicas, nada haveria a objetar. Mas não é isso que ocorre. Na maioria dos casos, o **de** que se acrescenta a certos verbos é fruto puro e simples da ignorância e da preocupação de recheiar o discurso com o maior número possível de palavras.

Latinismos

Há numerosas palavras e expressões latinas de uso corrente no português moderno, grande parte delas sempre presentes na linguagem jornalística. Em tôrno de algumas há dúvidas e confusões. É o caso de **statu quo** (ou **status quo?**), que muita gente gosta de empregar para indicar o estado anterior em que se encontrava determinada questão. “O **statu(s) quo** foi mantido”, “não se modificou o **statu(s) quo**” são frases que se lêem a todo momento. O problema é saber se há ou não **s**.

A expressão original é **in statu quo ante**, na qual **statu** aparece no ablativo, sem **s**, por força da regência da preposição **in**. Há os que argumentam que, mesmo truncada ou abreviada,

a expressão, transposta para um contexto português, deve manter-se fiel à sua origem; logo, **statu quo**.

Os defensores de **status quo** argumentam que, desaparecida a proposição e extinta até a consciência de que ela existia, nada impede que se use a primeira daquelas palavras no nominativo (**status**). Quem tem razão? Uns e outros, embora os melhores e mais autorizados exemplos favoreçam **statu quo**. Mas cá entre nós: quase sempre essa expressão pode ser perfeitamente substituída pela modesta palavra portuguesa **situação** (ou **situação anterior**) – “A situação foi mantida”, “não se modificou a situação” – com as vantagens da clareza e da simplicidade; por que exibir erudição recorrendo a um latinismo que suscita divergências?

Outras dúvidas, relacionadas com latinismos, dizem respeito a problemas de importância relativamente secundária. Por exemplo: como tratá-los? Exatamente como os outros estrangeirismos, ou como se fôssem vocábulos vernáculos? Devem ser aportuguesados? Devem ser acentuados de acôrdo com a ortografia oficial brasileira?

Se foram considerados como os demais estrangeirismos não aportuguesados, os latinismos deverão vir sempre entre aspas ou em tipo diferente (grifo ou negrito) na composição tipográfica; e entre aspas ou sublinhados, nos textos dactilografados ou manuscritos. O Vocabulário oficial aportuguesou algumas palavras dessa procedência (memorando, referendo, in-fólio, médium, múnus, qüiproquó, réquiem, vade-mécum) – de maneira que, em relação a elas, não há dúvida. Deixou, entretanto, de fazer o mesmo com numerosas outras, e é aqui que as dificuldades aparecem.

O entendimento mais razoável, parece-nos, é dividir em dois grupos as palavras ou expressões latinas que queiramos usar em português: aquelas já amplamente vulgarizadas, de uso corrente, seriam tratadas como os vocábulos vernáculos, sujeitas portanto às regras que vigoram para êstes (e sem aspas, grifos, etc.); as outras, de emprego mais restrito, técnico ou erudito, receberiam o mesmo tratamento dos demais estrangeirismos (respeito à forma original, aspas, etc.).

De acôrdo com êsse critério, escreve-se-á, por exemplo, *álibi*, acentuado; *alibi*, à latina, pode induzir a êrro de pronúncia (ser pronunciado, erradamente, como oxítona). Outras palavras ou expressões, igualmente adaptadas à grafia brasileira: *déficit*, *superávit*, *quórum*, *fácies*, *opus*, *habeas-córpus*, *princeps*, *sinedie*, *sine-qua-non*, *sui-gêneris*, etc. O Vocabulário oficial não acentua nenhuma dessas palavras, quando as registra. Mas sendo, como são, de emprêgo freqüentíssimo, já não é hora de tratá-las como os nossos demais vocábulos?

As aspas, ou os tipos diferentes, continuariam a ser usados com os latinismos não vulgarizados, como “*ad libitum*”, “*ex-cathedra*”, “*niha obstat*” e alguns outros. É claro que as

dúvidas não desaparecerão de todo, pois nem sempre é fácil precisar quando um termo ou uma locução é de uso geral ou restrito (ou seja, em nosso caso, quando um latinismo pode ou não prescindir do tratamento obrigatoriamente dispensado aos estrangeirismos). A preocupação de aporuguesar, de qualquer forma, pode ser um ponto de partida para disciplinar o assunto, evitar silabadas e impedir que algumas pessoas digam que “o jôgo foi adiado sainedai”...

Os números e as fraudes

Os números, escritos por extenso, têm na linguagem comercial uma grafia própria, cujo objetivo é impedir ou pelo menos dificultar alterações ou falsificações. É o caso de **hum** (um), **treis** (três) e **déis** ou **deis** (dez). São formas oficialmente inexistentes, que destoam das normas ortográficas em vigor, mas extremamente vulgarizadas nas transações financeiras e operações comerciais de maneira geral. Seu aspecto mais negativo são as confusões que causam naqueles que ainda não têm segurança nas questões de ortografia – especialmente jovens estudantes que trabalham em firmas onde se lida muito com cifras.

Se você fôr preencher um cheque de NCr\$1,00, ou NCr\$1.000,00, ou NCr\$1.000.000,00, é provável que até automaticamente escreva, no lugar onde essas importâncias devem ser mencionadas por extenso, **hum** cruzeiro novo, ou **hum** mil cruzeiros novos, ou **hum** milhão de cruzeiros novos. A presunção é que tanto 1, algarismo, quanto **um**, não oferecem muitos obstáculos à adulteração. Com alguma facilidade poder-se-ia acrescentar um algarismo qualquer antes do 1 (21, 31, 41, etc.) e, já então sem a mesma facilidade, transformar, na escrita, o **um** em **vinte e um**, **trinta e um**, **quarenta e um** etc. Para evitar a possibilidade de fraude, convencionou-se usar **hum** em lugar de **um** – com o que o rico dinheirinho dos interessados ficaria garantido.

Com o três sucede coisa parecida. Sem nenhuma dificuldade um falsificador poderia mudar o algarismo 3 em 13 e, com um simples rabisco, o **três** em **treze** ou **trese**, ou **trêse**, que também seriam aceitos como bons em círculos mais preocupados com a segurança financeira do que com grafias corretas. Daí nasceu o **treis**, que impediria a burla.

O 10, da mesma forma, pode ser alterado (para 19, por exemplo, sem exigir muita habilidade, ou para 110, 210 etc.), não sendo difícil, ao menos em teoria, transformar a palavra **dez** em **dezenove**, ou **cento e dez**, etc. Com o **déis** supõe-se fechada a porta à falsificação.

O curioso é que as cautelas, os tabus e os preconceitos limitam-se a êsses números, não se estendendo a outros tão suscetíveis quanto êles de serem adulterados. Um cheque de NCr\$5,00 corre o risco (de acôrdo com o entendimento que levou à invenção do **hum**, do **treis**

e do **déis**) de ser transformado num de NCr\$50,00. Basta que a vírgula fique um pouco afastada do algarismo 5, permitindo que entre ela e êste se intercale um 0; depois, nada mais simples do que, de **cinco**, fazer **cincoenta**. Acontece que a grafia correta dêsse número é **cinqüenta** e seria suficiente usá-la para prevenir a fraude. Mas é na linguagem comercial, precisamente, que cincoenta, errado, tem mais largo emprêgo – em flagrante contraste com os exageros de segurança que cercam o **um**, o **três** e o **dez**.

Terminamos repetindo que hum, treis e deis são convenções comerciais que só encontram alguma justificativa nas circunstâncias mencionadas acima: quando é possível haver fraudes. Fora isso, não devem ser usados. Não tem cabimento, portanto, que professôres recorram àquelas formas, quando dão notas aos alunos, pois ninguém pensaria numa falsificação que resultasse em notas onze, treze, dezenove e coisa parecida.

Do Bexiga à pilantragem

O bairro da Bela Vista, nesta capital, foi abalado por um incêndio de grandes proporções, que o levou às manchetes dos jornais. Falou-se muito, carinhosamente, no “Bexiga”, antigo e tradicional nome daquela parte da cidade. Mas o noticiário revelou hesitação num ponto: ora se referia a *Bexiga*, ora a *Bixiga*. E então?

Antônio de Alcântara Machado, jornalista e contista admirável, prematuramente desaparecido (1935, com 34 anos de idade), fixou alguns dos aspectos mais expressivos da vida dos bairros paulistanos em vários de seus livros. Um destes – “Brás, Bexiga e Barra Funda” – conta histórias passadas nos bairros onde de preferência se fixaram os imigrantes aqueles três. Dessa obra faz parte um conto hoje clássico “Gaetaninho”.

Pois bem. Apesar de toda a sua preocupação de registrar com fidelidade a pronúncia popular – a pronúncia italianada dos moradores da capital de São Paulo – Alcântara Machado usou a forma *Bexiga*, com *e*. É que sabia que se fôsse levar a extremos essa fidelidade quase nenhuma palavra conservaria a grafia convencional. Ao argumento de que o povo diz “Bixiga” se poderia contrapor, por exemplo, o de que o povo diz também “Brais”, em lugar de Brás. Assim, quem escreve *Bixiga* tem, por uma questão de coerência o dever de escrever igualmente *Brais*, para indicar o nosso popular bairro. Fiquemos portanto com *bexiga*, substantivo comum, e *Bexiga*, próprio, sem excessos de concessão à pronúncia popular.

O que acontece é que, no Brasil o *e* reduzido pré-tônico (isto é, pronunciado com pouca intensidade e situado, na palavra, antes da sílaba tônica) muitas vezes soa praticamente como *i*. Dizemos todos *mínimo*, *sentir*, *pedir*, *Cícilia* (nome de mulher), *piru*, *piruá*, sem que nem por

isso nos sintamos no direito de escrever assim, e não com o *e* que a ortografia oficial prescreve. Mesmo porque, se quisermos inovar, teremos de escrever *paredi*, *êli*, *suávi*, pois o *e* final átono é também reduzido e vale como o *i*, na pronúncia.

Há casos, porém, em que a forma com “i” (convencionalmente errada, mas fiel à pronúncia) acaba impondo-se, mesmo contra a lição das gramáticas, da ortografia oficial e dos dicionários. É o que parece que está acontecendo com *pendura*, que em São Paulo se aplica às brincadeiras dos estudantes de Direito no dia 11 de agosto, quando se comemora a instituição dos cursos jurídicos no Brasil. O verbo é pendurar, e o ato de *pendurar*, *pendura*, naturalmente. Naquele dia, os acadêmicos de direito costumam ou costumavam) comer lautamente nos restaurantes e mandar “pendurar” a conta, isto é, prometiam pagá-la no dia de São Nunca. No noticiário da imprensa, essa brincadeira é geralmente chamada *pendura*, ou seja, estar sem dinheiro). E quando a gente quer-se referir a uma cidade distante, perdida lá nos confins, a ela dá-se muitas vezes o nome da *Pindura-saia*.

Nem o Vocabulário Oficial nem a maioria dos dicionários registram os termos *pilantra*, *pilantragem*, muito em voga hoje em dia para resignar determinado ritmo da moderna música popular brasileira. Tudo indica que *Pilantra* é uma adulteração de *pelintra*. A evolução deve ter sido: *pelintra* passou a *pilantra* (pois o *e* da sílaba inicial é pronunciado como se fosse *i*); *pilintra* daria depois *pilantra*.

Você, que gosta de futebol, nunca achou graça numa *pixotada* de algum jogador? Nunca chamou de *pixote* um jogador inábil e desajeitado? Pois saiba que *pixote*, *pixotada*, *pixotagem* não existem, nem com *x* nem com *ch*. As grafias oficiais são *pexote*, *pexotada*, *pexotagem*, por estranho que possa parecer.

A conclusão destas notas, se é que elas têm uma conclusão; existe forte tendência para grafar com *i* palavras em que o *e*, de fato, é assim pronunciado. Em alguns casos essa tendência é irresistível. Mas é preciso lutar contra ela, para não deformar demasiadamente grafias tradicionais.

A propósito de índios

Acaba de realizar-se em Brasília um Simpósio Indigenista, promovido pela Fundação Nacional do Índio. O nosso Vocabulário registra **indigenismo**, mas ignora, sem nenhuma razão, **indigenista**. De fato, os sufixos *ismo* e *ista* guardam estreita relação, designando o primeiro, geralmente, sistemas ou doutrinas religiosas, filosóficas, políticas, sociais, artísticas, etc., e o

segundo, os partidários de tais idéias. Indigenismo será portanto a preocupação com os problemas indígenas; indigenistas, os que têm essa preocupação.

Indígena é o nome que se dá aos naturais de uma região ou país; seu antônimo é alienígena, ou seja, o estrangeiro. **Índio**, rigorosamente, era o adjetivo pátrio relativo à Índia (equivalente a indiano e índico ou ainda hindu). Por causa do famoso equívoco dos descobridores da América, que julgavam estar chegando àquele país da Ásia, os naturais do Novo Continente ficaram sendo chamados **índios**.

Há alguns sinônimos, mais ou menos exatos, dessa palavra. **Silvícola** é um dêles. Observe-se que é assim que se escreve, com **i**, e não selvícola; o vocábulo vem diretamente do latim **silva** e não da forma vernácula **selva**. Também se lê e ouve erradamente, muitas vezes, aborígene. A grafia oficial é **aborígene** (**i** na penúltima sílaba); compare-se com **original**, **originar**, **originário**, que têm o mesmo radical. Aborígene significa originário do país em que vive, isto é, nativo ou indígena. **Autóctone** tem o mesmo sentido (há quem erre também ao escrever e pronunciar essa palavra, usando autóctene).

De selva faz-se **selvagem** e dêste mais o sufixo **eria** forma-se **selvageria** (qualidade ou condição daquilo que é selvagem). Pode-se no entanto preferir o sufixo **aria**, que tem o mesmo sentido, tendo-se então **selvajaria**, com a mudança do **g** em **j** apenas por exigência de fidelidade à pronúncia.

Os nossos índios não tinham língua escrita, o que explica as dificuldades que ainda hoje enfrentamos, na grafia das palavras dessa origem, incorporadas ao nosso vocabulário. Umhas regrinhas práticas, recordadas a seguir, podem ser úteis para resolver algumas dúvidas: 1) usa-se sempre **x** e não **ch** nas palavras de origem tupi-guarani: **morubixaba**, **capixaba**, **macaxeira**, **xavante**, etc. (o mesmo princípio aplica-se ao som chiente provindo de idiomas orientais; é por isso que a melhor grafia é **Hiroxima**, cidade cujo nome está sendo recordado no ensejo de mais um aniversário o lançamento da bomba atômica); 2) **j** e não **g**: **pajé**, **jé**, (nome de uma tribo indígena), **jibóia**, **jirau**, **jerimum**; 3) **ç** e não **ss**: **paçoca**, **suçuarana** (espécie de onça), **jararacuçu** (cobra), **açu**, **guaçu**.

Com relação aos nomes comuns, não há problemas; as **grafias** indicadas são oficiais. Quer dizer, se a gente souber que se trata de palavra indígena, pode com segurança usar **x**, **j**, e **ç**, onde couber, em lugar de **ch**, **g** e **ss**. A coisa complica-se um pouco com os nomes próprios, por motivos já estudados nesta coluna, em outra oportunidade.

A título apenas de curiosidade, lembre-se que os nossos indígenas não tinham o som **le**, que por isso está ausente das várias centenas de palavras que nos legaram. Basta recapitular os

numerosos topônimos brasileiros de origem indígena: o som representado pela letra **l** raramente aparece, e quando isso ocorre é apenas a exceção que confirma a regra.

Verbos inúteis

Uma palavra muito em voga hoje é promoção. Suponhamos que uma pessoa, dessas que vivem escrevendo ou falando, por dever do ofício, sem muito tempo para pensar, entenda que **fazer uma promoção** ou **fazer a promoção** de alguma coisa são expressões longas demais e decida substituí-las por uma só palavra. Não é improvável que acabe criando promocionar e ache que fêz uma grande descoberta. Esqueceu-se de que promoção é o ato ou efeito de promover, e que promover já diz exatamente aquilo que o tal promocionar pretendia dizer.

Dirão alguns que estamos exagerando, pois seriam raras as “invenções” do tipo de promocionar. Não tão raras assim, e algumas delas andam por aí, usadas por muita gente boa. Solucionar, por exemplo, que os dicionários modernos já registram mas que as pessoas mais exigentes com as coisas do idioma continuam a não aceitar, surgiu exatamente como **promocionar**. Do substantivo solução fêz-se o verbo **solucionar**, sem se levar em conta que solução, por sua vez, já vinha de um outro verbo – **solver**. Êste ou sua forma derivada resolver tornam absolutamente desnecessário solucionar, que nada acrescenta à idéia expressa por aquêles dois verbos.

Ninguém pode opor-se à formação de novas palavras, desde que correspondam a uma necessidade e obedeçam à índole da língua. Com os substantivos terminados em **ão**, todavia, acontece freqüentemente o seguinte: há quem dêles forme um novo verbo, simplesmente por ignorar que já existe um verbo e do qual aliás os próprios substantivos em **ão** derivam.

Quando a nova formação adiciona um matiz diferente ao significado do primitivo verbo, ele ainda pode ser admitida. Parece ser o caso de **pressionar**, que a maioria dos dicionários não consigna, mas vai ganhando terreno. O caso é que **pressão** é o ato ou o efeito de **premir** (ou **premer**) e são êsses os verbos aplicáveis, a rigor. Acontece, porém, que ao espírito de muitos **premir** e **premer** lembram atos físicos ou materiais (premir a campainha de uma porta), sem envolver a idéia de pressão moral, implícita, em grande parte, no neologismo **pressionar**. Êste último vai tendo largo uso na linguagem política (F. foi pressionado pelos seus correligionários, ou pelo seu partido, ou pelas circunstâncias), sempre sugerindo mais uma coação moral do que física. Talvez por isso pressionar acabe justificando-se e conseguindo um lugar em nosso vocabulário.

De qualquer forma, impõe-se resistir à tentação de criar verbos inúteis – às vezes até ridículos – surgidos mais por ignorância do que por outro motivo. Substantivos muito usados em nossos dias, como **corrupção**, **subversão**, **sucessão**, **intromissão**, **comoção**, podem, na boca dos amigos de novidades, transformar-se em tolices como **corrupcionar**, **subversionar**, **sucessionar**, **intromissionar** ou **comocionar**, apenas por ignorância dos verbos que lhes deram origem (**corromper**, **suceder**, **intrometer**, **comover**).

E se alguém duvida da possibilidade de essas formações inúteis e de mau gosto acabarem impondo-se, ganhando até a consagração dos dicionários, é bom não esquecer o citado exemplo de **solucionar** – tão ruim quanto elas, mas que aí está, firme, a cada vez mais usado.

1970

Refrigerantes e cervejas

Você chega ao balcão e pede:

- Uma Coca-cola.

Mas se você, por exemplo, estiver acompanhado e quiser pedir não uma, mas duas, como dirá: duas Coca-colas? duas Cocas-colas? duas Coca-cola?

Talvez nessa hora você se lembre com melancolia de que na escola estudou a formação do plural, principalmente o plural dos compostos; viu uma porção de exemplos, a maioria dos quais você nunca terá oportunidade de usar, durante toda a sua vida (café-concêrto, navio-escola, etc.). Mas os probleminhas da língua de todo dia raramente foram enfrentados.

E então: duas o quê?

Costuma-se dizer que a fórmula da Coca-cola é um segredo zelosamente guardado – tanto quanto os mais importantes segredos de Estado. De qualquer maneira, o nome lembra duas substâncias que basicamente devem entrar na composição daquele refrigerante. **Coca** (estão aí os dicionários, que não nos deixam mentir) é um arbusto da família das eritroxiláceas, do qual se extrai uma substância conhecida pelo mesmo nome; **cola** é também um arbusto, ou uma árvore, e igualmente a substância dela extraída. Em resumo, sem necessidade de maiores indagações, dois substantivos comuns. E a regra, nessas casos, não comporta dúvidas: os dois vão para o plural. Portanto: **Coca-cola**, plural **Cocas-colas**.

A outra possibilidade seria manter o nome inalterado no plural, assim: duas **Coca-cola**. Para isso, porém, seria preciso recorrer a um processo artificial e complicado, em que uma porção de palavras é subentendida: duas (garrafas de um refrigerante da marca) Coca-cola.

A verdade é que os produtos comerciais de largo consumo – como inegavelmente ocorre no caso – revelam a tendência de ter seus nomes transformados, de próprios em comuns. **Gilete**, hoje, já é sinônimo de lâmina de barbear e poucos se lembram de que é o nome do inventor ou fabricante dessa lâmina; tranquilamente, se pedem, numa farmácia, **duas giletas**, com a flexão normal do plural. E há quem peça uma **gilete Futebol...** Com Coca-cola, uma prova dessa tendência pode observar-se na imprensa, que já grafa o nome com minúscula: na festa houve distribuição de guaraná, cocas-colas etc.

Com outras marcas de bebidas, naturalmente, acontece o mesmo. A maioria de nós, quando compra mais de uma cerveja, pede **duas antárticas** ou **três brahmas**, simplificando as coisas e enquadrando-as nas normas gerias do idioma. Poder-se-ia falar em **duas Antártica** ou **três Brahma**, com o recurso aos subentendidos: duas (cervejas da marca) Antártica, três (cervejas da marca) Brahma. Essas sutilezas de raciocínio, no entanto, destroem a naturalidade do falar. Daí, **as antárticas** e **as brahmas**. Se essas palavras vão para o plural, não há razão para que **Coca-cola** também não vá; e se naqueles casos o acréscimo de um simples s resolveu o problema, neste a regra dos compostos de dois substantivos deve aplicar-se.

A intuição popular, aliás, à falta de maiores esclarecimentos, já encontrou solução para a dúvida: como poucos se preocupam em ensinar o plural certo de Coca-cola, a gente acaba pedindo simplesmente duas **cocas...**

Ainda o “economês”

E então? Que tal lhe parece o movimento **bursítico**? Você não sabe o que é **bursítico**? Vê-se que você está por fora em questões de dinheiro, aplicação de capitais, subidas e descidas de cotações nas Bôlsas de valores ou de mercadorias. Você felizmente ainda não se deixou contaminar pelo ‘economês’ – o jargão dos economistas.

Bursítico, em ‘economês’, é o mesmo que bolsítico, isto é, relativo à Bôlsa – êssa instituição que opera com fundos públicos, ações e obrigações de companhias. Os menos pedantes preferem o neologismo formado dentro da língua mesmo: bôlsa, **bolsítico**. Os mais sofisticados remontam ao latim (**bursa**), daí criando aquele horrível **bursítico**.

Nesta hora de pagamento de impôsto de renda, compra de letras de câmbio, ações, etc., o ‘economês’ está mais ativo do que nunca. Quem compra ações, ou quem possui ações, naturalmente é acionista; por analogia, temos agora os obrigacionistas, os debenturistas e até os letristas, respectivamente proprietários de obrigações, debêntures e letras – de câmbio, de crédito, etc. Não se trata de palavras mal formadas, é claro, e algumas delas já vinham

registradas nos dicionários. São é de gosto duvidoso, senão indiscutivelmente pernósticas. Nesse andas, daqui a pouco teremos (se é que já não temos) os apolicistas (proprietários de apólices), os **juristas** (pagadores ou beneficiários de juros), etc. E como já temos o mercado **acionário** (ou seja, de ações), não tardará muito a surgir o mercado **obrigacionário** (de obrigações), **debenturário**, **letrário** (?).

Os verbos normalmente usados para indicar a ação de aplicar dinheiro em alguma coisa são **investir** e **invertir**. Dêste último se faz **inversionista** (o que inverte) ou então, como já se ouve nos círculos financeiros, **inversor**. Errado não está. Mas quem, de bom gosto, aceitaria ser chamado de inversor de capitais?

Enfim, parece que há gosto para tudo. Tanto que o ‘economês’ já vai transbordando para outras áreas. Ainda essa semana, o relator do projeto de censura, no Senado, afirmou em seu parecer estar **superavitariamente** provada a necessidade daquela modea. Depois disso, tudo é passível.

O vulgar e o enfático

Do popular ao vulgar vai a mesma distância que existe entre o vigoroso e o enfático. Quem não sabe falar ou escrever com vigor, recorre à ênfase. Quem tem vocabulário pobre, e que estar em dia com os modismos de linguagem, pensando com isso expressar-se com naturalidade, frequentemente resvala para o vulgarismo.

Bacana e **genial**, que ouvimos a todo momento, não apenas da boca dos jovens, mas de muito adulto (observem-se, por exemplo, os apresentadores de programas de televisão), são de uma vulgaridade a toda prova. De tanto serem empregados, esvaziaram-se de sentido. Significam tudo, e significando tudo, acabam não significando nada. Entram na frase para dar idéia de bom, bonito, inteligente, culto, elegante, amável, fino, agradável, extraordinário, excepcional, comovente, alegre, moderno e uma infinidade de outras acepções.

Ora, quem sabe usar a palavra adequada ao seu pensamento... usa-a. Quem não sabe, refugia-se numa expressão em moda, suficientemente elástica para dispensar preocupações com a procura do termo exato.

O que acontece hoje com **bacana** e **genial** já aconteceu também com **formidável** e **interessante**, outros adjetivos cujo verdadeiro sentido se obscureceu (recorde-se que “formidável” queria dizer: o que causa medo), ao mesmo tempo que passavam a ser empregados a propósito de tudo. O abuso emprestou um tom de inegável vulgaridade a essas e outras

palavras, a ponto de elas hoje só excepcionalmente e com as devidas cautelas poderem ser admitidas numa conversa de bom gosto.

É a mesma incapacidade de encontrar a palavra exata que explica a confusão entre o vigor e a ênfase. Nestas horas em que todas as atenções estão voltadas para a Copa do Mundo, vale a pena reparar na linguagem dos locutores e comentaristas esportivos de rádio e televisão. Quando uma vitória os empolga (e felizmente só temos tido vitórias até agora), travam entre si o seu campeonatozinho particular de exageros verbais. Para qualificar o desempenho de um jogador, não se limitam ao adjetivo cabível; desficam meia-dúzia deles a espetacular, fantástico, gigantesco, fabuloso, esplêndido). Um jogador bom vira cracão. É enfim um nunca-acabar de excessos, com os quais os autores pretendem imprimir vigor às suas palavras, conseguindo apenas torná-las enfaticamente ôcas.

Os adjetivos laudatórios estão sendo tão fartamente usados, nesta fase do Campeonato, que não é improvável que se esgote o estoque, na fase decisiva. Se o Brasil for campeão, como todos esperamos, quais adjetivos sobrarão para qualificar-lhe devidamente o feito?

A linguagem médica

“As reações gerais aparecem sob a forma de cefaléia, estado febril, astenia, formigamento nos membros superiores ou inferiores, com ligeiro enfartamento ganglionar. Ao se notar qualquer dos sintomas acima, recomenda-se suspender o tratamento e dirigir-se imediatamente ao Instituto Pasteur.”

É claro que para quem não sabe o que é **cefaléia**, **astenia**, **enfartamento ganglionar**, as recomendações acima transcritas são inúteis. Elas constam de um impresso que o Instituto Pasteur (merecedor de todo respeito, pelos assinalados serviços que presta a população paulistana) distribui aos que o procuram para receber tratamento anti-rábico. Gente de todas as categorias vai lá, é perfeitamente lícito supor que muitos ignorem o que significam aqueles termos médicos. Não seria mais razoável escrever **dor de cabeça**, em lugar de **cefaléia**? **Fraqueza**, em vez de **astenia**? **Íngua** ou **inchaço dos gânglios**, em substituição a **enfartamento ganglionar**?

Muitas instituições científicas, muitas escolas de medicina e mesmo muitos médicos têm consciência desse problema. Mas o exemplo acima mostra que não caminhamos muito no sentido de resolvê-lo.

Cada grupo social ou profissional tem um vocabulário técnico nem sempre compreensível para os que se encontram fora de seu círculo. E até motivo de piadas, por

exemplo, o **economês**, o jargão dos economistas, incessível ao vulgo. O médico, porém, lida com vidas humanas, trabalham, muitos dêles, com pessoas de modesto nível cultural, que nada sabem do significado dos radicais gregos e latinos presentes nos nomes técnicos de doenças. Conforme o palavreado que o médico use, o cliente pode sair do consultório mais desorientado do que lá entrou.

Cefaléia (ou **cefalalgia**), como se disse, é a prosaica **dor de cabeça**. Por que não usar **dor de cabeça**, nas relações médico-cliente? Por que continuarem os médicos falando em **anorexia**, se **falta de apetite** diz a mesma coisa? Por que designar como **prurido** aquilo que o povo conhece como **coceira** ou **comichão**?

Naturalmente, existem numerosos termos médicos, científicos, técnicos, que são insubstituíveis. Aquêles, no entanto, que têm correspondentes populares, vulgarizados, conhecidos por todos, bom seria que só fossem empregados nos meios profissionais, nas publicações especializadas, em congressos médicos. Numa hora em que tanto se fala em comunicação, não se compreende que os problemas médico-sanitários do Brasil se agravem justamente porque a linguagem médica é um entrave à comunicação entre os que tratam e os que recebem tratamento.

Boas-festas

Se você tem o hábito de mandar cartões de boas-festas aos amigos nesta época do ano, talvez já tenha compreendido que não é tão fácil quanto parece escolher as palavras apropriadas. Dificuldades semelhantes ocorrem na redação de simples telegramas de felicitações ou de pêsames. Correm-se dos riscos opostos: *secura* demasiada ou *pompa* exagerada. O primeiro defeito é preferível ao segundo.

De qualquer forma, em primeiro lugar é importante evitar aquela impropriedade em que muitos incorrem, **desejando votos** de felicidade aos outros. Votos não se desejam; fazem-se, formulam-se, expressam-se ou exprimem-se. Ou a gente **deseja felicidades** a alguém, ou faz votos de felicidade a êsse alguém. **Desejar votos** é que não tem cabimento – a não ser que o destinatário do cumprimento seja um político empenhado em eleger-se...

No fim do ano, o bom senso e o bom gôsto indicam duas possibilidades: ou o nosso texto de felicitações tem de fato alguma originalidade (o que não é fácil) ou deve restringir-se às fórmulas simples, ainda que padronizadas. Um “Feliz Natal e próspero Ano Novo” ou modestos “votos de boas-festas” são mil vezes melhores do que as expressões rebarbativas, recheadas de preciosismos a que muita gente parece não poder resistir.

Essa história de ano novo **pleno** de felicidades (ou **repleto**, que, no caso, empata com **pleno**, em questão de mau gosto) soa muito artificialmente. **Augurar** e **augúrio(s)** inscrevem-se entre as palavras que merecem ser postas de lado, pelo caráter de preciosismo de que se revestem. Sinônimos mais ou menos perfeitos de feliz só devem ser usados com muita cautela: **ditoso**, **venturoso**, **afortunado** quase nunca se casam com o tom de sinceridade e espontaneidade que as mensagens de boas-festas devem ter. Cuidado, também, com os adjetivos que costumam acompanhar o substantivo **felicidade**. **Perene felicidade** ou **felicidades perenes**, por exemplo, são uns chavõezinhos pra lá de medíocres. O mesmo pode-se dizer de certas imagens comumente forçadas como o **bimbalhar dos sinos de Natal**, ou ingênuas como o **bom velhinho** (referência a Papai Noel).

Pensando bem, no entanto, e como a coluna não pretende ser árbitro em matéria de gosto na escolha de palavras, o que importa é que as mensagens de boas-festas atinjam o seu objetivo, que é o de aproximar mais as pessoas e despertar nelas sentimentos de cordialidade e confraternização. E como o colunista se prepara para gozar justas e merecidas férias – o que significa que a coluna deixará de sair durante algumas semanas – ficam desde já consignados votos de feliz Natal e próspero Ano Novo a todos os seus leitores.

1971

Um coletivo de modéstia

Na conversa de moços, principalmente, é impressionante o prestígio que o substantivo coletivo **gente** vem adquirindo. É usado em função pronominal, em lugar de **eu** ou **nós**, e a novidade não é propriamente o seu emprêgo (que é antigo) mas a extensão dêle. “A **gente** decidiu fazer isso ou aquilo”, “a **gente** falou”, “a **gente** vai”, etc. – é dessa forma que muitos rapazes e moças se expressam.

A palavra **gente** pode aplicar-se o que as gramáticas tradicionais costumam dizer a respeito do pronome **nós**, quando usado, no estilo oratório, em substituição a **eu**. Trata-se, no caso de **nós** (dizem as gramáticas), do chamado plural de **modéstia**. Como pode parecer antipático afirmar que “eu fiz”, “eu resolvi”, “eu determinei”, em discursos e peças semelhantes, procura-se atenuar essa presumível impressão de personalismo ou vaidade usando o pronome da primeira pessoa do plural: “**nós** fizemos”, “**nós** resolvemos”, “**nós** determinamos”.

Gente, portanto, seria para os jovens o equivalente moderno dessa fórmula tradicional de humildade (ou falsa humildade). E se o emprêgo de **nós** recebe o nome de plural de modéstia,

o uso de gente seria o coletivo de modéstia: uma maneira de despersonalizar aquilo que se declara.

Com o pronome nós, naquele caso, pode ocorrer um tipo especial de concordância, sempre segundo a lição de gramática convencional. “Nós estamos convencido” é concordância tida como perfeitamente correta. A pluralidade de **nós** é apenas aparente – a tal de modéstia... – e o predicativo que a êle se refere (**convencido**), fica no singular, concordando com a real singularidade do sujeito (eu).

A essa espécie de concordância dá-se o nome de concordância irregular, ou concordância ideológica ou ainda silepse (Aquele que se opera não com o termo explícito, mas com a idéia que êle encerra). No exemplo acima – “estamos convencido” – houve silepse de número.

Com gente pode dar-se o mesmo fenômeno: “A gente está cansado”, “a gente ficou zangado” – são construções também corretas, pois o adjetivo, aí, concorda não com o substantivo feminino gente mas com a pessoa da qual se declara alguma coisa (um homem, um ser do sexo masculino). Nesses exemplos, ocorre silepse de gênero.

A língua moderna repele a pluralização do verbo imediatamente seguinte a gene e outros coletivos (em textos antigos essa concordância é mais ou menos freqüente). Basta porém que o pensamento se desdobre em várias orações, para que o plural se apresente com naturalidade: “A gente vai falar com o diretor e depois decidimos o que fazer”; “chegou uma porção de gente; ficaram quietos e depois começaram a fazer tumulto” – são construções inatacáveis, em que se dá silepse de número (verbo no plural, em decorrência da pluralidade implícita no coletivo gente).

De apresar e de pesca

Navios estrangeiros que pescarem em águas territoriais brasileiras, dentro do limite de 200 milhas recentemente estabelecido e regulamentado pelo nosso govêrno, poderão ser **apresados**. Teoricamente, ao menos, você pode usar uma outra forma dêsse verbo, sem o **a** inicial, ou seja, **presados**. É que existem as variantes **apresar** e **presar** (apreender, capturar, tomar algo ou alguém como prêsa). A última, **presar**, é muito menos usada, mas são algumas de suas flexões que justificam o acento circunflexo em **prêso** (substantivo, adjetivo ou particípio de **prender**) e no seu feminino **prêsa**. É preciso acentuar essas palavras para não confundir (?) com **preso**, **presa** (eu preso, êle presa), presente de um verbo que na prática ninguém emprega.

Convém ainda não confundir êsse **presar** quase desconhecido com **prezar**, êste sim muito comum. “**Prezado** amigo” escreve-se com **z**, naturalmente. **Prezar** significa, como todos sabem, apreciar, querer bem, respeitar, ter aprêço por. E aqui chegamos a outro verbo, de grafia parecida, mas sentido diferente, pelo menos na língua atual: **apreçar** (avaliar o preço, perguntar o preço). Nada tem êste **apreçar** com o mencionado **apresar** (apreender) e muito menos com o comuníssimo **apressar** (impor pressa a). Em tempo: **preço** não tem circunflexo, porque não existe ou ainda não foi inventado o verbo **preçar**.

Voltando ao ponto de partida: o noticiário dos jornais está cheio, estes dias, de referências a possibilidades de apresamento de **pesqueiros**. Isto é, barcos de pesca. O nosso peixe vem do latim **piscem**, e pescar, piscari. São muitos os derivados vernáculos das palavras portuguesas: peixada, peixaria, peixeiro, peixeira; pescaria, pescador, pesqueiro etc. Mas há também várias derivações eruditas que remontam à forma original. Assim é que águas onde há muitos peixes são chamadas **piscosas**; a criação de peixes é **piscicultura**; quem se alimenta de peixes é **piscívoro**. Temos também o adjetivo **piscatório** (relativo à pesca ou aos pescadores). O que nem todos talvez saibam é que **piscina** também tem a mesma origem (**piscem**), pois era inicialmente uma espécie de tanque destinado à criação de peixes.

“Mais melhor” e “o salsicha”

Há gente brava com um texto de propaganda comercial, onde se afirma que determinado produto é “mais melhor” do que os concorrentes. Se a grita fôr grande, o anunciante e a agência que produziu o anúncio provavelmente se sentirão muito felizes: afinal, terão conseguido seu objetivo principal, que era causar impacto, chamar a atenção, provocar comentários. Tudo isso, presume-se facilita atingir o fim último da propaganda: vender. Falem mal mas falem de mim.

Ultimamente, não tem sido raros os casos de “atentados a gramática” ou “afrontas a língua” (como dizer os zelosos defensores do vernáculo) nos textos publicitários. Muitos dêles resultam de uma opção consciente, quer dizer, não se devem à ignorância. Ou se trata de expressões populares malsinadas pelas normas gramaticais convencionais, mas inegavelmente vivas, ou de transgressões determinadas pelo empenho de criar uma certa imagem do produto anunciado; ou ainda de simples jogos de palavras, a que o redator do anúncio não resiste.

Todos com certeza já viram e ouviram a propaganda de um frigorífico que fala das maravilhas de o salsicha por ele fabricado. Na televisão, o salsicha é exaltado com sotaque alemão. O anúncio, evidentemente, procura ligar duas idéias: 1) alemão gosta de salsicha e

entende disso; 2) alemão faz confusão nos gêneros, em português. O “erro”, assim, teria o objetivo de incutir uma nota de autenticidade nos elogios que o “alemão” faz à salsicha.

Na esteira de o salsicha apareceram pouco depois, numa campanha educativa (educativa!) do leite, painéis em que êste é chamado **o bebida**. No Parque da Água Branca, nesta capital, que milhares de crianças frequentam para se divertir nos fins de semana, existe ainda um painel dêsses: leite, **o bebida**. O masculino, aí, deve ter sido usado para mostrar que o leite é bebida de homens, não apenas de crianças ou mulheres. Um apelo ao machismo, enfim.

“Conosco ninguém podemos” era o vistoso título de propaganda de uma organização comercial, publicada há pouco na imprensa. Há nessa expressão um tom de orgulho brincalhão, que só se usa entre amigos íntimos e foi essa, provavelmente, a idéia que se quis aproveitar no anúncio.

Uma campanha de promoção de conhecido refrigerante fêz um jôgo de palavras com o substantivo sede e a forma verbal sede (segunda pessoa do plural do imperativo do verbo ser), disso resultando a expressão sede feliz, que em grossas letras ilustrava a fotografia de um grupo de jovens a tomar a bebida. É claro que, se se tratava de um voto de felicidade, só poderia ser sede felizes.

Muita gente, com boas razões, discorda dessas ousadias, por seu caráter deseducativo; brincando, brincando, as maiores extravagâncias acabam sendo assimiladas por um povo que já conhece mal a sua língua, que assim se corrompe cada vez mais. Outros são mais tolerantes, achando que o caráter convencional de êrro da maioria dêsse anúncios continua bem claro, sendo pois êles inofensivos.

Mas convém não exagerar, de qualquer forma. Nesse caminho, daqui a pouco, todas as barbaridades começarão a aparecer por aí, sob a forma de anúncio, para causar impacto. Novos produtos poderão dizer que “chegemo, briguemo e ganhemo” e com êsses brilhantes achados conquistarão a praça.

Pai

Pai, padre, pastor, pátria são, além de muitas outras, palavras de uma mesma família. Têm um antiquíssimo radical comum – pat – que envolve a idéia de proteção. Na expressão pátrio poder, de largo uso na linguagem jurídica, o adjetivo pátrio conserva ainda o sentido de paterno, que hoje vai perdendo. O pátrio poder é, como se sabe, o poder (ou os direitos) do pai sôbre os filhos.

O catolicismo usa o substantivo padre (primeiro estágio da evolução de patre, latino) para designar o sacerdote: o padre comum, o Santo Padre – ou seja, o Papa – o Padre Eterno. O ministro evangélico é chamado pastor. Durante séculos, uma das distinções entre católicos e protestantes eram as palavras iniciais da oração dominical: pai nosso, para os primeiros, pai nosso para os segundos. Padre, nesse sentido, como se disse, é um arcaísmo. Patre dá padre mas continua a evoluir até fixar-se em pai. Hoje, também os católicos rezam ao “pai nosso que estás no céu”.

Papai é da linguagem infantil, que tem na reduplicação dos fonemas uma de suas características. É palavra do mesmo tipo de mamãe, titia, titio, vovô, vovó. Na linguagem familiar brasileira, do tipo mais respeitoso sem ser cerimonioso, o filho geralmente usa pai, quando se dirige a êle, e papai, quando fala dêle (o mesmo com mãe e mamãe). Assim: “Pai, a mamãe está chamando.” Ou: “Mãe, o papai mandou dizer que...” É claro que êsses hábitos não são uniformes, e parece que vão desaparecendo em nossos dias.

Patrimônio são, a rigor, os bens que se recebem dos pais. Patriarcado, o sistema ou regime em que o chefe da família tem podêres quase absolutos sôbre descendentes e dependentes. Patriarca é hoje também o velho, o venerado ancião, tronco de uma família.

Pai. A coluna tinha de ser feita.

Pai. Amigo velho. Fica aqui a homenagem àquele que minha mãe, minhas irmãs e eu enterramos esta semana.

1972

A curtição e a transa

Curtir e **curtição**, ao lado de **transa**, são palavras atualmente muito em voga em certos meios, principalmente entre jovens intelectualizados. Inútil procurar definir o que significam. Como quase todas as “novidades” (às vezes não tão boas quanto se pensa) postas em circulação pelos poderosos meios de comunicação da atualidade, tem sentido vago e elástico, o que lhes permite aplicar-se as mais diversas situações ou circunstâncias. Essa característica, aliás, é uma maneira de disfarçar pobreza de vocabulário. Uma só palavra serve para designar tudo, ou quase tudo, dispensando quem a emprega do trabalho de procurar os termos próprios para cada coisa.

Na verdade, **curtir** é verbo há muito existente na língua, sendo largo o seu emprego, tanto no sentido real (preparar couros e peles) quanto no figurado (sofredor, padecer). Nesta última acepção são correntes expressões como curtir uma saudade, uma mágoa, uma pena, uma paixão, um amor, etc. Provavelmente depois que a palavra **fossa** ganhou prestígio, em círculos

intelectualizados, como sinônimo de depressão, desânimo, tristeza, surgiu a expressão *curtir* uma fossa, em analogia com as outras, acima mencionadas. Daí teve início a amplificação do sentido de **curtir** que hoje aparece tanto para exprimir situações alegres como tristes, agradáveis ou desagradáveis, desejáveis ou não.

O substantivo correspondente é **curtição** (os dicionários registram apenas **curtimento**: ato ou ação de **curtir**). Como o verbo, serve para tudo. Se você ouvir de um rapaz a afirmativa de que “a **curtição** hoje é em casa de F.”, provavelmente ficará na mesma: tanto pode ser um bate-papo informal quanto uma reunião artística ou um encontro para discussão de graves problemas.

Pode ser, entretanto, que em lugar de **curtição** se diga **transa**. E você, mais uma vez, ficará mais ou menos no ar. A **transa** (o s vale z) tem sentido semelhante ao de **curtição**, ou seja, vai do zero ao infinito. De onde virá o neologismo? Talvez seja uma redução de **transação**, com o sentido inicial de combinação, ajuste.

Essas criações, ou recriações (caso de **curtir**, “modernizado” em seu emprego) não têm origem popular, ou seja, não nascem espontaneamente, de baixo pra cima, tanto que só circulam em meios restritos. Têm entretanto a sua divulgação facilitada pelos modernos meios de comunicação. Repetidas até à exaustão no rádio, na televisão, em alguns jornais, acabam incorporadas ao vocabulário de um público que gosta de novidades. Seu sentido ao mesmo tempo amplo e vago, como se disse, favorece a preguiça mental. Com três ou quatro palavrinhas dessa espécie, diz-se (?) um mundo de coisas: “A **curtição** foi bacana, né, bicho? Tava uma **transa** legal”. Está dito tudo.

Durarão muito essas expressões? É pouco provável. Com a moda, vêm e vão. Quem tem hoje a coragem de usar a “gíria jovem” (**morou?**, **é uma brasa**, **barra limpa**) que esteve em evidência até bem poucos anos, criada pela engrenagem montada em torno de Roberto Carlos?

Helicópteros e heliportos, duas palavras atuais

O incêndio do edifício Andraus colocou no primeiro plano das admirações dos paulistas os helicópteros e seus valentes pilotos, graças aos quais centenas de pessoas se salvaram. Talvez valha a pena recordar que helicóptero é um composto de radicais gregos, em que entram **hélíx**, **hélíkos** (hélice, espiral) e **pteron** (asa). Assim, pelo menos etimologicamente, o helicóptero é um aparelho cujas hélices funcionam como asas, que lhe permitem elevar-se verticalmente e sustentar-se no ar, numa mesma posição.

Pteron aparece em numerosos nomes técnicos e científicos, geralmente para designar particularidades das asas, ou membranas que se assemelham a estas, de certas aves, insetos e outros animais. O conhecido **morcego**, por exemplo, pertence à ordem dos **quirópteros** (quiro: mão), pois os dedos de sua mão são unidos por membranas que, como verdadeiras asas, lhe permitem voar.

Voltando a **helicóptero**, lembre-se que não é propriamente palavra nova, como se poderia imaginar. Leonardo da Vinci, no século XVI, chegou a desenhar uma máquina voadora basicamente igual ao helicóptero de hoje, dando-lhe o nome de **helixpteron**. Dessa forma, quando o aparelho surgiu, centenas de anos mais tarde, já existia um nome apropriado para designá-lo.

Heliporto, naturalmente, é o campo de pouso ou partida de helicópteros. Apareceu por analogia com **aeroporto** (campo de aeronaves), mas tecnicamente não é um composto bem formado, pois não existe uma palavra ou radical **heli** ou **hel** (o **i** poderia ser apenas a vogal de ligação). Justifica-se entretanto heliporto por eufonia, já que **helicoporto**, **helixporto** ou outras formações teoricamente mais bem feitas parecem desagradáveis aos ouvidos. O neologismo **heliporto** não foi ainda acolhido pelos dicionários, mas certamente o será logo.

Os pilotos de helicóptero não têm ainda um nome específico. Não será de estranhar, porém, se daqui a pouco os amigos de novidades passarem a chamá-los de **helinautas** ou **heliviários**, também por analogia mais ou menos feliz com termos usados para designar profissionais da aviação. E antes que alguém se lembre de inventar **helidromo** (segundo o modelo de **aeródromo**, **autódromo**, etc), convém ter em mente que **dromos** dá ideia de lugar reservado para corridas, e que os helicópteros prescindem disso.

Vamos caçar leões?

Safari, **safári** ou **sáfari**? Oxítona, paroxítona ou proparoxítona a palavra que ganhou voga ultimamente, com a inauguração de um Parque de Leões em São Paulo? Raros, dicionários ou enciclopédias a registram. O Dicionário da Melhoramentos e a Enciclopédia Delta-Larousse são dois dos poucos: ambos dão safari (sílabas mais forte a última). Parece realmente a pronúncia mais vulgarizada entre nós, embora o pessoal ligado a agência de viagens que eventualmente organizam expedições de caça costume usar mais safári e às vezes sáfari.

É difícil estabelecer a melhor pronúncia, que, em casos como esse, se cristaliza com o tempo, correspondendo a uma preferência cuja razão nem sempre pode ser identificada. Contribuições de línguas pouco conhecidas entre nós muitas vezes nos chegam através de um

idiota intermediário (quase sempre inglês, de vez em quando francês), que adaptam a prosódia original à sua. É comum acabarmos pronunciando à inglesa ou à francesa palavras procedentes de exóticas línguas africanas ou asiáticas.

Safari é o termo da língua suaíli (“swahili”), pertencente ao grande ramo linguístico banto. O suaíli, do qual existem numerosos dialetos, é falado por populações negras da Tanzânia, Quênia, Uganda e outras regiões e ilhas da África Oriental. Trata-se de zona que recebeu forte influência árabe, da maneira que é possível que a própria palavra safari tenha origem arábica.

Seu significado, a rigor, é jornada, passeio. Emprega-se hoje para indicar expedições que vão à procura de caça grossa (ou seja, de animais de grande porte), na África, especialmente, e, por extensão, em outros continentes. Claro que, no Parque de leões, em São Paulo, o sentido primitivo de simples passeio foi restabelecido.

Sendo como é palavra de introdução mais ou menos recente entre nós, e de emprego ainda restrito, são compreensíveis as flutuações em sua pronúncia. Em safari há aparentemente influência francesa; em **safari** e sobretudo **sáfari**, inglesa.

O tempo se encarregará de fixar definitivamente a pronúncia que os brasileiros preferirão. **Safari** provavelmente, por mais eufônica e por serem relativamente poucos, em nossa língua, os paroxítonos e proparoxítonos terminados em **i**.

Pode ser e posso ser

Uma frase atribuída ao presidente Lanusse, da Argentina, depois dos trágicos acontecimentos da última semana, foi reproduzida sob duas versões pela imprensa brasileira. Alguns jornais assim a registraram: “O próximo posso ser eu”. Outros: “O próximo pode ser eu”. A referência era à possibilidade de o próprio presidente vir a ser vítima de um atentado terrorista.

As duas construções são corretas.

O verbo **ser** tem uma particularidade. Ao contrário dos demais verbos, que concordam em número e pessoa com o sujeito, pode deixar de o fazer, concordando com o seu predicativo. E isso se aplica tanto às formas simples como às compostas de **ser**.

No caso que nos interessa, formas simples seriam, por exemplo “o próximo **sou** eu” ou “o próximo **serei** eu”, nas quais o verbo se flexionou de acordo com o predicativo (**eu**) e não com o sujeito (**próximo**). Em “o próximo **posso ser** eu”, como “o próximo **devo ser** eu”, temos

formas compostas – **poder ser, dever ser** – em que a idéia predominante é expressa pelo verbo **ser**.

Observe-se que todas essas orações podem ser invertidas, sem nenhuma novidade na flexão verbal: “eu **sou** o próximo”, “eu **serei** o próximo”, “eu **posso ser** o próximo, “eu **devo ser** o próximo”.

“O próximo **pode** ser eu” é a concordância normal do verbo (no caso mais propriamente locução verbal) com o sujeito. Embora menos usada que a outra construção, essa é também perfeitamente correta. A concordância de ser com o sujeito ou com o predicativo depende muitas vezes do interesse de dar maior relevo à idéia contida naquele ou neste. A questão só se coloca, naturalmente, quando o sujeito e o predicativo são de número diferente (um singular, outro plural); se forem do mesmo número, não há razão para dúvidas.

Em “O Brasil **são** seus filhos”, “minha riqueza **são** os livros” está clara a particularidade do verbo **ser**, de amoldar-se ao seu predicativo e não ao sujeito. A concordância no singular, com o sujeito, também é admissível, porém muito rara no estágio atual da língua.

Em frases do tipo “quem **são** vocês?” ou “quem **eram** os tripulantes”, o verbo concorda, já ai obrigatoriamente, com o predicativo (**vocês, tripulantes**) e não com o sujeito (**quem**).

Da mesma forma, é comum essa concordância quando o sujeito é **tudo, isso, isto, aquilo**. “Isso são ossos do ofício” é expressão corrente; “tudo são flores” ou “tudo eram flores” também são corriqueiras. A concordância com o sujeito, verbo portanto no singular – “isso é ossos” – vai perdendo terreno, além do mais por uma questão de eufonia.

Em expressões como “são quatro horas” não existe sujeito. Constituem o que se chama oração impessoal, mas, apesar disso, o verbo flexiona-se em número, concordando com o predicativo (**quatro horas**).

O diabete e a detecção

Encerrou-se sexta-feira última, em São Paulo, a Semana de Detecção do Diabete, que sugere duas de conseqüências: sobre **diabete** e sobre detecção. A primeira ilustra a instabilidade da nomenclatura médica, até hoje um tormento par aos profissionais da escrita. Morre alguém de **enfarte**, e logo surgem as dúvidas sobre se essa é a melhor forma, ou **enfarto**, ou ainda **infarte** ou **infarto**. As duas primeiras com **e** inicial são registradas em nossos dicionários gerais, mas as outras, com **i**, são também defensáveis, sobretudo **infarto**, que tem a justificá-la a analogia com outras línguas (espanhol e italiano: **infato**; francês, **infarctus**; inglês: **infarct**). Enquanto não se fixa uma forma definitiva, a confusão permanece.

O mesmo ocorre com **diabete**. O Vocabulário oficial admite nada menos de quatro variantes, o que é positivamente um exagero. Pode-se dizer o **diabete** (masculino) ou **a diabete** (feminino); e pode-se usar a forma com s, igualmente masculina (**o diabetes**) ou feminina (**diabetes**). A gente simples influenciada pelo s, característico do plural, já começa a usar uma quinta e uma sexta variantes: **sofro dos diabetes** ou **das diabetes**.

Não estaria na hora de as organizações médicas começarem a trabalhar para a uniformização da sua nomenclatura, a exemplo, digamos, do que já se fez no Brasil, há mais de dez anos, com a nomenclatura gramatical?

Quanto a **detecção**, é termo técnico, usado com sentido específico em Física, mas que passou à linguagem geral com sentido semelhante a **identificação, localização, revelação**. O verbo correspondente é **detectar**, existindo também o substantivo ou adjetivo **detector**, popularizado entre nós pelo conhecido aparelho eventualmente usado para testar a veracidade de declarações de pessoas acusadas de algum crime – o detector de mentiras.

Através do inglês veio-nos ainda, da mesma família, **detective** ou **detetive**, o investigador, o agente policial encarregado de averiguar ocorrências criminosas.

Embora a tendência brasileira seja a de reconhecer formas sincréticas nos vocábulos desse tipo (observe-se **contacto/contacto; aspecto/aspecto**), **detecção, detectar e detector** só se usam, oficialmente, oficialmente com c mudo. Apenas **detetive e detetive** são variantes acolhidas pelo Vocabulário.

O protótipo do detetive, como todos sabem, é Sherlock Holmes, criação do escritor inglês Arthur Conan Doyle. Aplicado, em sentido figurado, aquele nome próprio pode ser aportuguesado em **xerloque**.

1973

Inadimplentes

Os mutuários inadimplentes do BNH estão sendo apertados: ou pagam suas dívidas ou correm o risco de perder as casas que compraram. Em dificuldades está também o colunista, pouco familiarizado com termo jurídicos, como os que envolvem os compromissos de compra e venda de imóveis. Confessada humildemente sua ignorância, vai o colunista ao dicionário, mais à mão, e lá acha o verbo **adimplir**, definido como cumprir, executar (um contrato). Daí, tudo fica mais fácil: **adimplemento** é o ato de adimplir, ou seja, de cumprir obrigações contratuais; **adimplente** é o que cumpre tais obrigações. Com o sufixo negativo **in**, expressam-

se as idéias exatamente opostas às mencionadas atrás: **inadimplir** é não cumprir, **inadimplemento** é esse ato, **inadimplente** é o que não cumpre.

Os inadimplentes do BNH, em suma, são aqueles que não pagam suas prestações em dia, deixando assim de cumprir o compromisso que assumiram. Ainda bem que existem os dicionários. Mas há também aquele **mutuário**, à primeira vista mais fácil, pois evidentemente da mesma família de mútuo. **Mutuário** tem no entanto um sentido técnico, que o dicionário (outra vez) nos esclarece: “aquele que recebe qualquer coisa fungível por empréstimo.” Esclarece? Coisa **fungível**? Santa ignorância: que será isso? O remédio é ir à letra F, onde se encontra a definição: “**fungível** – que se gasta; que se consome com o primeiro uso.” Entre parênteses, o dicionário nos remete ao verbete **bens**, onde se lê “**bens fungíveis** – os que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.”

Enfim, ficamos cientes de que os contratos devem ser adimplidos, sob pena de haver para os inadimplentes a possibilidade de perderem os bens fungíveis que, como mutuários, adquiriram de um mutuante (aquele que empresta).

Trocado em miúdos não seria mais fácil resolver esse problema?

Mãe

Que tratamento (gramatical) dispensar à própria mãe?

Não há dúvida de que o mais adequado é o desinibido e espontâneo você, como convém entre pessoas que se amam, e cujas relações devem ser as mais abertas, francas, íntimas possíveis.

Na tradição familiar brasileira, entretanto, até bem pouco tempo atrás, mãe era, para o filho, “a senhora” (como o pai, “o senhor”). Por uma questão de hábito, esse tratamento subsiste, em numerosas famílias, mesmo depois de superado o ridículo preconceito de que tratar a mãe por você seria “falta de respeito”.

Quando vão surgindo os netos, é comum, em muitos círculos familiares, chamar a mãe de vó, dirigindo-se a ela, ou de vovó, falando dela. É a maneira de os pais procurarem se identificar com os filhos, usando a linguagem destes.

A “velha” passa a ser também carinhosa forma de referência à mãe, quando esta avança em anos.

A vovó estava muito doente, sabiam as crianças, em casa.

No começo da semana, minha velha morreu.

Minhas irmãs e eu, confortados por parentes e amigos, levamo-la para repousar ao lado do nosso velho.

A senhora estava linda no caixão, mãe, com as feições serenas de quem encontrou a paz, depois de meses de muito sofrimento.

Mas que saudade.

Poluição

Poluição, uma das palavras ultimamente mais usadas, em todo o mundo, começa a ter o seu sentido alterado. **Poluir**, do latim **polluere**, significa manchar, sujar, macular, enodoar, conspurcar, e se emprega tanto no sentido físico quanto no moral. **Poluto**, particípio desse verbo, formado segundo o modelo latino (**pollutos**), é praticamente desusado hoje em dia, mas conserva-se na forma negativa, **impoluto** (limpo e, em sentido figurado, honrado).

Em **poluição ambiental**, ou **poluição atmosférica**, a noção de sujeita ainda está presente, mas já atenuada: nessas expressões, subentende-se hoje mais a idéia de contaminação do meio-ambiente por elementos prejudiciais à saúde. Por analogia, criaram-se outras expressões, em que o sentido primitivo de **poluição** evoluiu ainda mais. Assim, por **poluição sonora** se entende excesso de barulho, e por **poluição visual** excessiva quantidade de textos escritos, a desorientar as pessoas.

Está claro que, em todas as situações, **poluição** conserva um fundo significativo básico – a idéia de algo prejudicial ao bem-estar físico ou psíquico. É, em suma, um verdadeiro “nome feio”, muito em moda para aplicar em relação a deformações, degradações, abusos de qualquer natureza. “Poluição do idioma” é expressão corrente, usada para indicar o desrespeito cada vez mais acentuado às normas tradicionais da língua. Já ouvimos falar em “poluição do futebol”, numa alusão à falta de gols.

Os dicionários, geralmente inatualizados, ainda não consignam todas as novas formações vocabulares derivadas de **poluir**, ou com esta palavra relacionadas. Dão geralmente **poluição**, é claro e **poluível** (o que pode ser poluído), mas omitem por exemplo **poluente** (o que causa a poluição) e até o óbvio substantivo/adjetivo **poluidor**. É evidente que são vocábulos normalmente formados e que daqui a pouco estarão dicionarizados.

Recorde-se finalmente que, ao contrário de outros verbos terminados em **ir** (abolir, colorir, compelir, competir, demolir, explodir, retorquir, poluir, etc.), que são considerados defectivos, **poluir** se conjuga, regularmente, em todos os tempos, modos e pessoas (poluo, poluis, polui, que eu polua, etc.).

1974

Ferromoças

As jovens que trabalham em certos trens de luxo continuam sendo designadas pelo malsonante nome de **ferromoças**, como ainda agora se recordou, a propósito da viagem do presidente Médici, de São Paulo a Paranapiacaba e Piaçaguera, para inaugurar um novo sistema de tração na Serra do Mar. Há algum tempo, o neologismo serviu de tema a uma crônica de Carlos Drommond de Andrade, que se levantou em ‘defesa’ daquelas amáveis servidoras, maltratadas por um epíteto tão feio. O poeta chegou a sugerir vários substitutivos – **carrilmoças**, **railmoças**, **trem-moças** entre outros – os quais também nem a si agradavam. Terminava fazendo um apelo à imaginação dos leitores, a ver se alguém conseguia criar um nome melhor.

Haverá alguma esperança para as **ferromoças**? É bem provável. Na realidade, elas pagam agora tributo à mania de se estabelecerem certas analogias, ou falsas analogias, sem que se considere o resultado disso. Seguindo o modelo de **aeromoça** (a que trabalha em aviões), criou-se **ferromoça** (estrada de ferro) e, parece, **rodomoça** (ônibus). Como as ferromoças servem apenas, por enquanto, em composições de luxo, não se tornaram ainda familiares ao grande público.

No instante em que isso ocorrer, é possível que surja uma nova denominação, bem mais eufônica e expressiva do que a atual. A imaginação popular é fértil, e pode servir-lhe de estímulo qualquer espécie de associação de idéias – a sugestão da cor ou do feitio do uniforme, uma característica qualquer do trabalho, o nome de uma pessoa que por um motivo ou por outro se transforme em padrão, etc. Não são raros os exemplos nesse sentido. Os ‘bem-te-vis’ e os ‘zangões’ (guardas de trânsito), os ‘come-e-damião’ (policiais que trabalham em dupla), os ‘cenourinhas’ (encarregados da limpeza pública) são algumas das criações recentes.

Do povo, em suma, quando a nova atividade profissional for suficientemente conhecida, é que possivelmente sairá uma expressão adequada para substituir **ferromoça**.

Goto e palpo

Quando uma pessoa ou coisa é recebida com grande agrado, costuma-se dizer que ela **caiu no goto** (da gente, de alguém, do público). **Goto** é, propriamente, a entrada da laringe, a glote. Em sentido figurado, **cair no goto**, ou dar no goto, significam agradar, se recebido com

prazer. Como é palavra pouco usada em nossos dias – a não ser nessas expressões – a maioria tende a substituí-la por **gosto**. Assim é que se ouve, por exemplo, de uma música que se populariza facilmente, que ela **caiu no gosto** dos ouvintes (mais apropriado seria: **no goto**). Sendo o sentido semelhante, como é, a expressão em que aparece a palavra mais conhecida acaba por sobrepor-se à outra. Com isso, **goto** vai caindo no esquecimento.

Em situação parecida encontram-se o verbo **respigar** e os substantivos **respigo**, **respiga**. Ligados a **espiga**, nada têm a ver com **pingo**, **pingar**. Definem os dicionários: Respigar – recolher as espigas que ficaram por ceifar nas seadas; fig. – fazer colheita ou seleção do que há mais digno de aproveitar-se, compilar. É neste último sentido que **respigar** aparece, ou aparecia, com alguma frequência: **respigar** os trechos mais expressivos de um livro, respigar as melhores passagens de um discurso. Mas, por influência de **pingar**, muito mais comum, em situações daquelas muitos usam, erroneamente, **respingar**, que nada tem a ver com o caso.

Outro exemplo do mesmo tipo: a aranha e outros aracnídeos dispõem de alguns apêndices, no maxilar e nos lábios, que lhes permitem segurar melhor as presas. O nome desses apêndices é **palpo**. Daí ter-se criado a expressão “estar em **palpos** de aranha”, isto é, estar em apuros, estar em grande dificuldade. De origem erudita, essa fórmula popularizou-se, com uma alteração: por ser vocábulo pouco conhecido, palpo foi substituído por outro, familiar a todos: **papo**. Com um pouco de boa vontade, **papo** também se adapta ao sentido da expressão (compare-se com **estar no papo**). Em vista disso, passamos a ter, normalmente, “estar (ou encontrar-se) em papos de aranha”. Hoje, admitem-se como corretas as duas formas, com **palpos** ou com **papos**, preferível esta, por afinar-se mais com o sentido popular da expressão.

Pouco assunto

Se alguém disser que esperou pouco para ser atendido, estará significando que foi atendido quase imediatamente: se afirmar que **esperou um pouco**, estará dando a entender que houve de fato uma demora mais ou menos considerável. Numa disputa esportiva, o empate pode ser um resultado justo, se uma das partes houver sido, apenas, **pouco superior** à outra, isto é, tiver apresentado superioridade muito pequena; mas se foi **um pouco superior**, mereceria ganhar. Quando me dizem que **falta pouco** para o espetáculo começar, fico certo de que começará logo; mas se me informarem de que falta **um pouco**, já me deparo para uma espera indefinida.

Com **um pouco de paciência**, posso resolver muitos problemas; com **pouca paciência**, nada faço, pois a tenho em dose inferior às necessidades. Naturalmente, existe grande diferença

entre quem tem **um pouco de** dinheiro e quem dispõe, simplesmente, de **pouco dinheiro**. Uma pessoa que **pouco fez**, evidentemente fez menos do que outra fez **um pouco**. Não merece passar um aluno que **pouco estuda**: um que **estuda um pouco** está em situação melhor.

Essas sutilezas podem tornar-se ainda mais distintas na linguagem falada, que se enriquece com inflexões expressivas da voz, além de contar com o auxílio de gestos. **Pouco** pode ser adjetivo, quando modifica substantivo, e nesse caso flexiona-se normalmente em gênero e número (pouco brilho, pouca gente, poucos amigos, poucas pessoas). Pode ser advérbio, modificando adjetivo, verbo ou outro advérbio e permanecendo invariável (mulheres **pouco** simpáticas, homens que falam **pouco**). Pode ser ainda substantivo, precedido de **um** e geralmente seguido de **de** (quero **um pouco de** água); embora, neste último caso, o comum seja o emprego da forma masculina (um **pouco de**), pode ocorrer a feminina (quero **uma pouca de** água), resultante do cruzamento sintático das duas expressões: **um pouco de água** e **pouca água**. Usado em sentido vago, **pouco** funciona muitas vezes como pronome indefinido: acertar **por pouco**.

A locução adverbial **pouco a pouco** tem variantes mais ou menos eruditas: **pouco e pouco**, a **pouco** e **pouco**.

Lembre-se que moderadamente se faz distinção entre o advérbio **tampouco** e a expressão **tão pouco**. **Tampouco** significa **também não** e pressupõe sempre uma negativa anterior: ele não veio, **tampouco** avisou. **Tão pouco** é uma comparação de igualdade (João **tão pouco como** Pedro) ou uma oração consecutiva (João falou **tão pouco que** ninguém ouviu).

Primeiro-ministro

Nos regimes políticos de tipo parlamentarista, ao chefe do governo dá-se geralmente o nome de **primeiro-ministro**. É substantivo composto, com os dois elementos ligados por hífen. Quem já exerceu a função e dela está afastado é **ex-primeiro-ministro**, como é o caso do sr. Marcelo Caetano, ora exilado no Brasil.

Em lugar de **primeiro-ministro**, costuma-se também usar a palavra francesa “premier”, inicial do composto “premier ministre”. Pelo que se sabe, o cardeal Richelieu (século XVII) foi o primeiro a usar oficialmente esse título. O francesismo pode perfeitamente ser aportuguesado para **premiê**, de acordo com a nossa pronúncia e as nossas normas ortográficas.

Na imprensa brasileira, todavia, a forma original, entre aspas, continua predominando. Uma impropriedade que às vezes se observa é o uso de “premier” em relação a mulheres: a “premier” Indira Ghandi, a “premier” Golda Meir. Por lógica, a flexão deveria ser a feminina:

a “première” Fulana de Tal. Se isso parece chocante, o melhor é renunciar a “premier” e usar pura e simplesmente “primeira-ministra”, se é de mulher que se trata. (O substantivo composto **primeiro-ministro** flexiona-se normalmente em gênero – **primeira-ministra** – e em número – **primeiros-ministros, primeiras-ministras**).

Na frustrada experiência parlamentarista brasileira de pouco mais de dez anos atrás, o título oficial do chefe do governo era **presidente do Conselho de Ministros**. Na Alemanha, o governo é chefiado pelo **chanceler**, ou mais precisamente **chanceler federal** (no Brasil e em outros países, **chanceler** corresponder a ministro das Relações Exteriores). De qualquer forma, mesmo inexistindo a denominação e um cargo específico, a tendência moderna é dar genericamente o nome primeiro-ministro àquele que, nos governos parlamentaristas, tem a responsabilidade maior pelos destinos da sua pátria.

O estrategista

Os cem milhões de técnicos de futebol existentes no Brasil ainda não chegaram a uma conclusão sobre o técnico da seleção brasileira: é um gênio ou um incompetente? As vitórias obtidas até aqui se devem à sorte ou à estratégia de Zagalo? Como quer que seja, se há palavra em moda, às custas do treinador da seleção, é precisamente essa: estratégia.

A rigor, **estratégia** quer dizer “arte do general”. É uma palavra de origem grega, na qual se encontram dois radicais: **stratos** (exército) e **agein** (conduzir). **Strategos** era o chefe ou comandante do exército, entre os antigos gregos, isto é, o general. Trata-se, pois, estratégia, de vocábulo da linguagem militar, que significa algo como arte de combinar a ação de forças a fim de obter um objetivo de guerra. O conceito militar de estratégia tem variado através dos tempos e foge ao espírito dessa coluna defini-lo com precisão. O que importa é lembrar que a palavra **estratégia** passou para a linguagem comum, designando hoje a arte (ou a ciência) de coordenar ações e manobras para alcançar um objetivo – qualquer objetivo.

Assim, pois, existe (tudo leva a crer) uma **estratégia** para levar a seleção a conquistar a Copa do Mundo. Observe-se que a pronúncia consagrada é essa (sílabas fortes **té**), embora alguns digam *estrategía* (acento no **i**). É que nas palavras de origem grega que nos vieram através do latim (como essa) frequentemente hesitamos entre a pronúncia grega e a latina (esta última tende a recuar a sílaba tônica). O uso é que acaba fixando uma das pronúncias, como aconteceu com **estratégia**.

A pessoa versada em **estratégia** é **estrategista**, ou, se se preferir uma forma mais clássica, **estrategista**. O sr. Zagalo, portanto, é um hábil **estrategista**, pelo menos na opinião dos

que acham que ele está conduzindo com acerto a seleção brasileira para a conquista da Copa. A aplicação prática de uma estratégia é o que se chama **tática** (outra palavra da linguagem militar que passou para a linguagem comum), mas aqui também devemos apressar-nos a registrar que não é fácil delimitar as fronteiras entre a estratégia e a tática, e que esta última palavra, como a outra, tem variado de significado através dos tempos.

Estrategista, estrategista ou simplesmente um bom tático, o sr. Zagalo lá vai, na Alemanha, carregando às costas a responsabilidade de levar a seleção a um final feliz. Se não o conseguir, não apenas sua competência como sua inteligência serão postas em dúvida, por nós outros, os 100 milhões de brasileiros que nos consideramos profundos conhecedores de futebol.

1976

Língua e preconceito

Em língua inglesa, já começam a aparecer os primeiros reflexos dos movimentos de emancipação das mulheres. Na Inglaterra, em consequência de recente lei que proíbe todo tipo de discriminação, com base no sexo das pessoas, até mesmo velhas e tradicionais designações estão sendo mudadas. Idem nos Estados Unidos, onde, apesar de não haver legislação específica, é muito forte o chamado movimento feminista.

O “New York Times”, o maior jornal norte-americano, acaba de editar suas normas internas de redação, para uso de repórteres, redatores e editores, nelas transparecendo esse verdadeiro novo sinal dos tempos. Em lugar, por exemplo, do substantivo **chairman** (que corresponde a presidente), o jornal passou a adotar **chairperson**. É que em **chairman** (ao pé da letra: homem da cadeira), o segundo elemento do composto (**man**, homem) sugeriria que apenas uma pessoa do sexo masculino poderia ser presidente, seja lá do que for. A fórmula substituta, **chairperson** (pessoa da cadeira), elimina os vestígios de discriminação contra as mulheres. Outras palavras do mesmo tipo, em que aparece **man** como segundo elemento de um composto ou como verdadeiro sufixo, estão passando pela mesma transformação.

Uma inovação curiosa, nas normas de redação do “New York Times”, é a relativa ao tratamento da mulher casada. A tradição dos jornais de língua inglesa é chamá-la sempre pelo nome do marido: a sra. (mrs) Smith ou a sra. (mrs) John Smith. O “New York Times”, considerando que esse tratamento de certa forma ignora a individualidade da mulher, decidiu aboli-lo. De agora em diante, não haverá mais mrs. Smith ou mrs. John Smith – e sim mrs. Mary Smith.

Em língua portuguesa, o preconceito antifeminino não aparece tanto. Há casos, entretanto, em que se sente uma absurda reação à idéia de dar à mulher o que é da mulher. Nomes de cargos ou funções exercidos por mulher, por exemplo. Até hoje muitos órgãos de comunicação resistem à designação de **primeira-ministra** para as mulheres que chefiam governos parlamentaristas. Lêem-se e ouvem-se incongruências como o **primeiro-ministro** Indira Gandhi, a **ex-primeiro-ministro** Golda Meir, etc. Durante muito tempo, “estranhava-se” o feminino **deputada** (daí, tolices como o **deputado** Maria, a **deputado** Maria), como já se estranhou **juíza**, **desembargadora**, etc.

Não é demais repetir que cargos ou funções ou profissões, usados em sentido absoluto, revestem a forma masculina. Desde, porém, que sejam ocupados ou exercidos por mulheres, passam a flexionar-se normalmente no feminino. A reação a esse uso explica-se por arraigados preconceitos: basicamente, o de que determinados cargos, funções ou profissões eram exclusivos de homens, não se concebendo que mulheres tivessem acesso a eles.

Já é hora de sepultar definitivamente esses preconceitos. Da mesma forma – seguindo aqui o exemplo dos jornais de língua inglesa – parece de bom aviso acabar com fórmulas artificiosas do tipo **sra. João da Silva**, comuns sobretudo nas colunas sociais. A sra. João da Silva tem individualidade própria, que se exprime por um nome: sra. Maria da Silva, dona Teresa da Silva e por aí adiante. Mesmo porque, na velha e boa tradição da língua portuguesa, as mulheres, casadas ou não, sempre foram chamadas por seus verdadeiros nomes.

O que soa mal

Leitora de Santos, que se esconde sob pseudônimo, faz um bem humorado reparo ao colunista: “Por que o senhor é tão drástico que quer bater em quem usa expressões incorretas? Foi o que deduzi de seu artigo do dia 7, pois o senhor escreveu: “**Só que** os autores destas...” Está claro que é uma brincadeira. Ninguém recomendou que se socasse ninguém.

Existe muito de subjetivo nessa história de cacófato (ao pé da letra, mau som, som desagradável, sobretudo o produzido pelo encontro de duas palavras, que formam outra, de sentido chulo ou ridículo). Certos encontros, efetivamente, chocam ao comum das pessoas: **boca dela, por cada, ela trina, fé de** mais e outros irreproduzíveis num trabalho como este; mas a verdade é que, na maioria dos casos, a identificação dos cacófatos está ligada à maior ou menor sensibilidade do ouvinte, ou ao seu conceito pessoal do que seja desagradável, chulo ou ridículo.

Há quem nunca escreva **desde então** (para evitar a possível cacofonia **dentão**); há quem ache imperdoável a sequência **heróico brado**, do Hino Nacional; há quem evite a clássica pergunta **que horas são?**, que daria algo parecido com **coração** (?); há quem malsine o conjunto **que agora**; há quem nunca use o indefinido **uma** seguido de palavra iniciada por **m** e não perdoa Camões, até hoje, por ter começado o famoso soneto com as palavras “alma minha”.

Na polêmica que travaram a propósito da redação do Código Civil Brasileiro, Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro investiram-se mutuamente, um acusando o outro de cometer intoleráveis cacófatos. O prof. Carneiro Ribeiro chegou a considerar como tal a expressão, usada por Rui, “fez esses...”, que soaria como **fezes**...

De outra parte, muitos gramáticos vão ao extremo de classificar como defectivos determinados verbos, do tipo de **disputar**, **imputar** ou **computar**, apenas porque em algumas de suas flexões se poderia identificar claramente um “nome feio”.

Parece que os falantes de língua portuguesa se incluem entre os que mais se preocupam com os cacófatos. A maioria dos demais povos pouco se importa com essas coisas. Não haveria nisso um reflexo de nossa velha tendência à malícia ou ao duplo sentido, de que muitas vezes procuramos impregnar nossa fala?

O fato é que, se nos deixarmos absorver demasiadamente pelo escrúpulo de evitar os cacófatos, empobrecemos demais nossa capacidade de expressão. São praticamente infinitas as combinações que se podem formar do encontro entre palavras e muitas delas, naturalmente, podem parecer desagradáveis a quem nos ouve ou lê.

Isso não invalida o dever de procurar a expressão harmoniosa, evidentemente, e de evitar as agressões ao ouvido ou à sensibilidade alheia. Mesmo os mais cuidadosos, entretanto, vez por outro escorregam.

O velho Rui, acima citado, escreveu uma vez que as idéias, “como as concebo”, etc., etc. O que, positivamente, é indigesto.

Os verbos curtos

A imprensa é responsável pelo moderno prestígio do verbo **ser**, hoje empregado em variadas e amplas acepções (equivalente a ler, examinar, estudar, discutir, observar, concluir, encontrar-se, etc.), dicionarizadas ou não. Acontece que, por imposição de ordem gráfica, ou estética, os títulos têm de ser ordinariamente curtos e os verbos de poucas letras respondem a essa necessidade. Assim, o Congresso “**vê**” hoje tal ou qual matéria (discute), o Presidente “**vê**” os líderes (encontra-se com), o Governo “**vê**” seus planos (examina), etc. A rigor, em muitos

casos o emprego é abusivo; na hora, entretanto, de resumir num título de poucas palavras uma informação mais ou menos complexa, não se pode ter muito escrúpulo.

Idêntica razão explica o largo emprego de **ir** (principalmente na forma **vai**), **querer** (na forma **quer**), **dizer** (na forma **diz**), **ter** (na forma **tem**), **fazer** (nas formas **faz**, **fez**), **vir** (na forma **vem**), sem falar no inevitável e insubstituível **ser** (**é**, **foi**, **será**, etc). Uma autoridade pretende propor tal ou qual medida, cogita de tal ou qual providência: o velho **quer**, mal ou bem, resume todas essas perífrases (Egídio **quer** novos impostos). **Diz**, igualmente, substitui nos títulos de jornais **declara**, **afirma**, **responde**, **escreve**, **alega**, **argumenta**, **anuncia**, etc.; até ser inanimado diz coisa, nos títulos: “Dieese diz que vi sobre 3,8%”, lia-se na primeira página de um jornal de São Paulo, esta semana.

Vai aparece geralmente em formas compostas, em lugar do futuro do indicativo, cujo emprego é considerado antijornalístico. **Vai fazer** é muito melhor do que **fará**, sem dúvida. Na verdade, porém, aquele **vai fazer** está empregado por **pretende fazer**, **tem a intenção de fazer**, o que não é precisamente a mesma coisa. Em favor, pois, da brevidade, sacrifica-se a exatidão da informação.

Não se estranhe, no emprego desses verbos tão caros aos titelistas, a preferência pelo tempo presente. É que o presente é o mais expressivo dos tempos verbais, e pode substituir muitas vezes, com vantagem, tanto o passado quanto o futuro. Jornalisticamente, ao menos, “gasolina aumenta” ou “gasolina vai aumentar” são mais fortes do que “gasolina aumentou” ou “aumentará”.

Voltando aos verbos curtos, que influência poderá ter, na língua geral, o seu forte prestígio nos meios jornalísticos? Se se considerar que, na esteira dos jornais e revistas, também o noticiário de rádio e televisão está impregnado daquelas formas concisas, parece razoável supor que novos embora pouco exatos – matizes de significação serão acrescentados a velhos verbos. O que não é perspectiva muito animadora.

Récorde ou recorde?

No Canadá, atletas de vários países superam as marcas máximas anteriormente alcançadas, em diferentes modalidades esportivas – e nós aqui continuamos hesitando em classificar essas façanhas de recordes ou recordes. Todos os dicionários brasileiros consignam a palavra como paroxítona, ou seja, **recorde** (sílabas mais forte, **cor**). Inegavelmente, porém, **récorde**, proparoxítona (sílaba mais forte, **rê**) é a pronúncia que mais se ouve, e que provavelmente prevalecerá.

A palavra nessa acepção, é inglesa, **record**, mas nos veio através do francês. Daí a diversidade: **récorde** é a pronúncia à inglesa; **recorde** seria à francesa, além de mais de acordo com a índole da língua portuguesa, na qual predominam os paroxítonos. Em outros tempos, quando a influência francesa era maior no Brasil, ouvia-se muito **recor**, que se popularizou em São Paulo como “slogan” de uma estação de rádio – Rádio Recor(d), a maior.

A tendência favorável a **récorde** pode ser explicada por dois motivos, que na verdade se resumem num só: primeiro, a enorme penetração do inglês em todas as línguas modernas, inclusive a nossa; e a circunstância de ser recorde, inicialmente, vocábulo relacionado com esportes, área na qual são numerosos os anglicismos. Evidentemente, todos sabem que **récorde** já se incorporou hoje no vocábulo geral, com sentido igual ao esportivo: uma façanha que supera as anteriores realizadas. Em qualquer caso, a hesitação na pronúncia permanece, com pequena vantagem, pelas razões acima apontadas, para **récorde**.

Talvez valha a pena lembrar que o inglês **record** tem origem latina e corresponderia ao português **recordação** (substantivo), **recordar** (verbo). Aparece nessas palavras o radical **cord** (de **cor**, **cordis**: coração); recordar é algo como remeter ao coração (que se supunha ser a sede da memória), remeter à mente. Em inglês, **record** tem sentido muito amplo, mas basicamente significa registro, gravação, aquilo que é guardado – o que aproxima a palavra dos seus correspondentes em português.

Na linguagem jornalística, é corrente a expressão “off the record”, para indicar declarações feitas por alguém em confiança, isto é, para não serem divulgadas.

Em que ficamos em relação ao tema inicial? **Récorde** ou **recorde**, tanto faz.

Zero hora

Quando se anunciam, por exemplo, novos aumentos de preços, um pequeno problema que se coloca é o da data da vigência deles. Tornou-se praxe entre nós dizer que começam a vigorar a partir de zero hora do dia tal ou qual. Mas afinal de contas que hora é essa? Existe?

Postas de lado abstrações mais profundas, parece fora de dúvida que o dia, aquilo que o senso comum entende como conjunto do dia e da noite, termina às 24 horas, ou meia-noite. A fração de segundos seguinte já é um outro dia. É difícil encaixar aí uma zero hora, ou seja, uma hora inexistente, vazia – a não ser, evidentemente, como mera força de expressão, para indicar o ponto de partida para um novo dia.

Acontece entretanto que esse ponto de partida é efetivamente o dia anterior (meia-noite em ponto), ou é, já, o novo dia. Observe-se a diferença: em instrumentos de medição, o zero é em geral, e de fato, o ponto inicial; com horas ou dias, tal não sucede – na prática, pelo menos.

Por que, pois, o uso generalizado de zero hora? Provavelmente por uma razão de ordem prática. Se algo começa a vigorar a partir do dia 15, digamos, como anunciá-lo com precisão, no dia 14? Uma fórmula: a gasolina aumenta hoje à meia-noite; outra: a gasolina aumenta amanhã a zero hora. Na prática, a diferença é nenhuma, mas há uma sutil diferença de natureza psicológica. O aumento que vigorará “amanhã” parece menos penoso do que aquele que começa já “hoje”. É por isso que, quando se quer dar a entender que a carestia se aguça aceleradamente, os aumentos de preços vigoram a partir da meia-noite de “hoje”; se se quer dar impressão oposta, eles vigoram de zero hora de “amanhã” em diante. Sutil, talvez mas verdadeiro.

Talvez valha à pena chamar a atenção para um engano mais ou menos frequente: pode-se entender, como ficou dito, zero hora como o ponto de partida de um novo dia, mas não como o ponto final do dia anterior. Assim, zero hora do dia 15 são os primeiros segundos do dia 15 e não os últimos do dia 14. No dia 14, só se poderá anunciar algum aumento para a zero hora de amanhã (se o aumento começar efetivamente no dia 15) e não para a zero hora de hoje, como às vezes se lê.

Entre mim

O governador Paulo Egídio desmentiu outro dia divergências “entre eu e o Laudo Natel, entre eu e os ex-governadores Abreu Sodré, Carvalho Pinto e Lucas Nogueira Garcez, entre eu e qualquer companheiro de nosso partido”. Assim, pelo menos, os jornais já registraram o pronunciamento. Aquele **entre eu**, várias vezes repetido, merece reparos.

Embora seja inegavelmente a construção mais corrente no Brasil, **entre eu** não é bom português. **Entre mim** é a regência correta. Acontece que todas as preposições essenciais (ou seja, aquelas que funcionam exclusivamente como preposições) regem sempre pronomes tônicos. Essas preposições são: a, ante, até, com, contra, de, desde, em, **entre**, para, perante, por, sem, sob, sobre, trás. Observe-se: ninguém diz **ele deu a eu** (e sim **a mim**) **decidiu contra eu** (e sim **contra mim**), **falou de eu** (e sim **de mim**), **trouxe para eu** (e sim **para mim**), **fez por eu** (e sim **por mim**), **caiu sobre eu** (e sim **sobre mim**). Logo, **entre mim**, pois entre é preposição, exatamente como a, contra, de, para, por, sobre e as demais citadas.

Preposição essencial, como se disse, exige sempre pronome tônico. Resta lembrar que os pronomes tônicos (isto é, pronunciados fortemente) são: sing. – 1.a. pessoa, mim, comigo;

2.a. pessoa, ti, contigo; 3.a. pessoa, ele, ela, você (este, também chamado da 2.a. pessoa indireta); plural – 1.a. pessoa, nós, conosco; 2.a. pessoa, vós, convosco; 3.a. pessoa eles, elas, vocês.

Só esses pronomes, repita-se podem vir regidos por preposição. Atenção especial merece **tu**, que, como **eu** não pode ser usado com **entre**. **Entre mim e ti, entre ti e mim, entre mim e você, entre ti e ele, entre ele e ti** – são as construções corretas. Repare-se que não importa, no caso, a distinção pronomes do caso reto/do caso oblíquo. O que interessa, para efeito de regência de preposição, é serem os pronomes tônicos e átonos. Na prática, convém ter em mente que **eu** e **tu** são os únicos pronomes do caso reto que nunca podem vir regidos por preposição, pois funcionam sempre como sujeito e sujeito não pode ser preposicionado.

Ainda a propósito do assunto, recorde-se que a preposição **com** aparece sempre sob forma de contração com o pronome (comigo, contigo, consigo, conosco, convosco). Desde, porém, que seguidas de palavras de reforço, são admissíveis as formas **com nós** e **com vós**: com nós mesmos, com vós todos.

Ponto de exclamação

Segundo publicou este jornal, um jornalista de Piracicaba está sendo processado por causa de um ponto de exclamação. Ele fizera denúncia a respeito dos bens do prefeito e, quando foi divulgado o resultado da sindicância feita pela Câmara sobre o assunto, seu jornal publicou-o com a frase: “Não houve enriquecimento ilícito!” O promotor da comarca entendeu que no ponto de exclamação havia “sarcástica inconformação e, obviamente, implícita acusação” ao prefeito – daí indiciar o jornalista como incurso na Lei de Imprensa.

Eis uma acusação que qualquer advogado recém-formado, assessorado por um razoável professor de Português, tira de letra. Pelo que consta, a Justiça julga fatos objetivos. E o fato objetivo é que o ponto de exclamação, ou de admiração, exprime, ou pode exprimir, uma gama praticamente infinita de sentimentos. Em “não houve enriquecimento ilícito!”, tecnicamente, pode haver ironia ou sarcasmo, é verdade, mas também pode haver surpresa, admiração, entusiasmo, espanto, alívio, alegria, incredulidade, dúvida, etc.

A linguagem escrita, como se sabe, é muito mais pobre do que a falada. Certas nuances desta só precariamente conseguem ser reproduzidas por aquela. Sinais como o ponto de exclamação, o de interrogação e as reticências são recursos de que lança mão quem escreve para tentar reproduzir o ritmo ou a melodia da linguagem falada. Também são usados, especialmente o ponto de exclamação e as reticências, para exprimir emoções.

De qualquer forma, porém, só a entoação oral, acompanhada muitas vezes da mimica expressiva, é que transmite com fidelidade o sentimento de quem fala. “Você!”, assim escrito é uma frase impossível de ser analisada. Em termos de seu real significado, falada, sua carga emotiva pode facilmente ser identificada. É claro que o contexto ajuda a compreender o sentido de um ponto de exclamação; como isso é muito subjetivo, entretanto, num debate de natureza jurídica as controvérsias se prolongariam indefinidamente.

Vale recordar, à margem, que esses recursos para indicar emoções (ponto de exclamação e reticências) devem ser usados com a maior parcimônia. Quem sabe escrever – escreve; quem sabe transmitir emoções – transmite-as. Quem não sabe é que se sente obrigado a recorrer a artifícios. O texto recheado de pontos de exclamação ou reticências indica incapacidade de expressão. Os sinais no fim de uma frase, digamos, assim – “Oh! Como sofri!!!...” equivalem a uma advertência do tipo “neste momento todo mundo deve ficar emocionado”. Quem sabe emocionar todo mundo não precisa disso.

Natal

A palavra **natal** pode ser substantivo ou adjetivo; como substantivo, significa nascimento, ou dia de nascimento. Modernamente, tende a fixar-se como o dia de nascimento de Jesus Cristo. O Natal de Jesus Cristo, ou simplesmente o Natal, é como se sabe a principal festa dos cristãos. Nesse sentido, a palavra deve ser escrita com maiúscula, em obediência à norma do nosso Formulário Ortográfico que manda escrever com letra grande a inicial dos “nomes que designar altos conceitos religiosos, políticos ou nacionalistas”. Um sinônimo de Natal nesse sentido religioso, é Natividade, que embora significando nascimento, é em geral empregado apenas em relação ao nascimento de Jesus.

Como adjetivo, natal quer dizer relativo ao nascimento. **Terra Natal, torrão natal, cidade natal**, são expressões correntes.

De natal, formam-se muitos derivados. Natalício, por exemplo, substantivo ou adjetivo, é nascimento ou aniversário; o natalício de alguém, a data natalícia. **Natalino**, no Brasil, é relativo ao Natal de Jesus Cristo: festejos natalinos, comemorações natalinas. **Natal, Natalino, Natália** são usados entre nós como nomes de gente.

Natal, por sua vez, é palavra ligada ao verbo nascere latim, particípio **natus, nata, natum**. Desse particípio temos a forma portuguesa **nado** (nascido), praticamente restrita hoje à expressão sol nado ou seja, sol nascido, já aparecido no horizonte. Curioso é que o nosso pronome indefinido nada tem a mesma origem. Vem da expressão latina **nulla resnata**, que

significa algo como nenhuma coisa nascida. O português ficou com a última palavra, **nata** (nada), para indicar o sentido de toda a expressão latina.

Em francês, Natal é **Noël**, com trema no e. Noël, le Noël, la fête de Noël – são as formas de indicar a comemoração do nascimento de Jesus Cristo. Segundo antiga tradição, um velhinho – conhecido como Père Noël, ou Bonhomme Noel distribui presentes às crianças a 25 de Dezembro. Importamos isso, como todo mundo sabe, até o nome do velhinho: Papai Noel. Os portugueses, menos imitadores, usam uma fórmula mais lógica: Pai Natal; pelo menos traduzem o nome francês.

1977

Pacote

Foi na área do “economês” que se originou a palavra **pacote**, agora incluída no vocabulário político. Não se fala mais em um conjunto de medidas, projetos ou leis: agora, é um **pacote** disso ou daquilo.

Mas a verdade é que, não obstante o sabor de novidade (que para muita gente é o mais importante), não parece ser das mais felizes a insistência no uso do velho substantivo, agora revitalizado. É que **pacote**, além de seu sentido normal – maço, pequeno maço, embrulho – tem um outro, figurado, de relativamente largo emprego. Qualquer dicionário ensina que **pacote** é também sinônimo de “logro, embuste, engano”. O Novo Aurélio registra a expressão “**ir no pacote**”, gíria brasileira, com o sentido de “ser enganado, deixar-se lograr”.

Na gíria policial, é corrente o nome **paco**, provavelmente forma reduzida de **pacote**, presente numa das mais conhecidas formas de conto-do-vigário: é aquele maço de papéis velhos, que simulam notas verdadeiras, e que os vigaristas tentam impingir aos incautos. **Pacotilha**, outra palavra da mesma família, tem vários sentidos, entre eles o de “artigo mal acabado, grosseiro; fancaria” e no Rio Grande do Sul (ainda segundo o Novo Aurélio), o de “quadrilha da bandidos”.

Como se vê, não são das mais nobres as acepções atribuíveis a **pacote**. Mesmo o seu correspondente mais comum – **embrulho** – tem na linguagem corrente significados menos agradáveis. Ir no **embrulho**, ser embrulhado, embrulhar alguém não envolvem propriamente ações recomendáveis ou desejáveis.

1981

Alugam-se moças

Mais uma pornochanchada nacional está sendo exibida em nossos cinemas, e o que a difere das outras é o título, anunciado em grandes letras: “Aluga-se moças”. Toneladas de papel e rios de tinta já se gastaram em discussões sobre essa concordância. Nas primeiras lições escolares surgem os exemplos clássicos – alugam-se casas, vendem-se laranjas. E os professores ensinam: nesse tipo de frases o verbo está na voz passiva, o que quer dizer que o sujeito recebe a ação. Casas e laranjas são os sujeitos. Como estão no plural, o verbo também deve pluralizar-se, em obediência a uma regra elementar de concordância. A passividade e o plural ficam evidentes se se mudar a construção, com o uso da voz passiva analítica: casas são alugadas, laranjas são vendidas. Como as moças do filme não é alugadas (e sim são alugadas), segue-se que o título só poder ser “Alugam-se moças”.

Essa é a velha e boa lição, que envolve um dos empregos do se. O se tem múltiplas funções em português e uma delas – a do caso – é a de pronome ou partícula apassivadora. Indica, como diz o nome, que a grasse está na voz passiva, o sujeito recebe a ação; a maneira prática de ver isso é fazer a mudança para a voz passiva analítica (com o verbo ser e o particípio do outro verbo). Juntem-se as provas (as provas sejam juntadas), escolham-se os melhores (os melhores sejam escolhidos), vêem-se daqui muitas árvores (árvores são vistas), etc.

Apesar de consagrada essa construção, vez por outra, no passado e mesmo em nossos dias, alguns autores defendem o verbo no singular em semelhantes situações. O argumento mais usado é que o se funciona como sujeito (indeterminado, como o francês on). A análise ficaria assim: sujeito, se (alguém, uma pessoa qualquer), predicado aluga, objeto direto moças. É forçar demasiadamente a mão: na língua culta portuguesa, é de rigor a concordância do padrão “alugam-se casas”.

Igualmente falso o argumento de que o uso do se como sujeito representa forte tendência popular. O que se vê, na realidade, com muita frequência, são simplesmente erros, produzidos por pessoas incultas, e que não podem ser tomados como exemplo. Se de fato não faltam por toda parte tabuletas garatujadas com escritos como “engraxa-se sapatos”, “aluga-se quartos”, “aceita-se ofertas” – tomar isso como concordância suficientemente justificada é evidente exagero.

1982

Tróleibus

A reinauguração de uma linha de ônibus elétricos em São Paulo repôs também em circulação o termo inglês que designa esses veículos, trolleybús, aportuguesado pelos jornais ora em tróleibus, ora em trólebus. Embora esta última grafia goze das boas graças oficiais (é a registrada na maioria dos dicionários), a primeira parece corresponder mais fielmente à pronúncia corrente, pelo menos em São Paulo.

O primeiro elemento do composto, trólei, é palavra familiar a quem viveu no interior – nome dado a uma carruagem rústica, puxada a cavalo, muito comum antes da era do automóvel, algo parecida com a charrete ou a aranha.

É bem verdade que o trólei (ou trole, como querem outros) não passa, a rigor, do nome da haste ou alavanca que capta dos fios a corrente elétrica e a transmite ao mecanismo dos veículos; com o tempo, trólei passou a sinônimo de veículos que adotam esse sistema, como o velho bonde elétrico e outros; depois, no Brasil, começou a ser mais usado como designativo da tal carruagem rústica a que nos referimos, embora não haja nesta interferência alguma de energia elétrica.

Seja como for, em qualquer dos seus sentidos, a pronúncia brasileira daquela palavra inglesa tende sempre a ditongar a sílaba final (trólei), independentemente do que nos digam os dicionários. Essa tendência mantém-se no composto tróleibus. De passagem, recorde-se que bus é apenas a última sílaba da palavra latina omnibus (para todos), que a língua inglesa usa para designar o universalmente conhecido tipo de veículo. O português ficou com a forma latina integral, apenas simplificada graficamente – ônibus.

Semelhantemente a trolleybus, há um aportuguesamento absolutamente irreal do termo esportivo inglês volleyball. O Vocabulário oficial manda que se grafie volibol, mas a pronúncia consagrada entre nós, irrecusavelmente, é voleibol. Essa pronúncia é confirmada na forma reduzida vôlei. Em resumo, a forma “certa”, oficial, vai sendo cada vez mais descartada, em favor daquela que corresponde à realidade da pronúncia brasileira. O mesmo acontece com tróleibus, em relação a trólebus.

S ou Z

Uma seita religiosa está sendo acusada, em Campinas, de ter submetido a lavagem cerebral uma jovem, supostamente transformada em sacerdotisa contra a vontade da família. Os jornais têm-se ocupado do assunto, mas, para variar, hesitam na grafia de sacerdotisa – que ora aparece com s, ora com z, mais com z do que com s.

A dúvida s/z é das que acompanham muita gente até o fim da vida. Quem conhece latim está mais aparelhado para resolvê-la. É só lembrar que o c latino, seguido de e ou i, dá z em português, e que s, rs, ns passam a s, e meio caminho estará andado. Fácil. O difícil é saber latim.

Mas há regrinhas práticas que ajudam a eliminar algumas dúvidas. Por exemplo – e a propósito de sacerdotisa –, são sempre grafados com s os femininos isa, esa (além de essa), que indicam títulos nobiliárquicos ou religiosos, funções ou cargos assemelhados: sacerdotisa, diaconisa, papisa (também poetisa), priorisa, marquesa, duquesa, princesa, condessa, abadessa e outros. Também com s os adjetivos e substantivos pátrios: português, portuguesa, chinês, chinesa, escocês, escocesa, etc.

Por outro lado, temos as terminações ez/eza (portanto sempre com z), formadoras de substantivos que indicam estado, condição, situação. Derivam de adjetivos e são em grande número na língua: escassez (estado, condição ou situação do que é escasso), viuvez (estado, condição ou situação de quem é viúvo), gravidez, embriaguez, estupidez, palidez; pobreza, riqueza, moleza, nobreza, estranheza, esperteza, franqueza...

O sufixo verbal izar, de origem grega, é amplamente usado na formação de derivados de substantivos e adjetivos: organizar, civilizar, amenizar, simbolizar, nacionalizar, democratizar. Um cuidado que se impõe é com verbos que já têm s no radical e aos quais se acrescenta simplesmente a terminação ar: analisar, catalisar etc.

Guaianases e goitacases, nomes familiares aos paulistanos, escrevem-se assim, com s e não com z. Aconteceu com essas palavras um fato curioso: a forma original é guaianá e goitacá, nomes de tribos indígenas que, no plural, passaram normalmente a guaianás e goitacás; posteriormente, esqueceu-se de que essas palavras já estavam no plural e fez-se um novo plural, mediante o acréscimo de es. Na forma atual, portanto, aquele s intermediário é a simples indicação do plural, nada justificando, portanto, sua substituição por z.

Futebolísticas

O Corinthians voltou a seus dias de glória, parece, o que lhe vale manchetes nos jornais. Leitores mais atentos perceberão que o nome do clube ora aparece grafada assim, como o fizemos na abertura deste parágrafo, ora com h nomeio e sem acento no primeiro I. Corinthians. É uma velha e cansativa discussão.

A grafia de nomes próprios, como mais de uma vez recordamos aqui, está disciplinada no Formulário Ortográfico brasileiro. Aí se diz que “os nomes próprios personativos, locativos

e de qualquer natureza, sendo portugueses ou aportuguesados, estão sujeitos às mesmas regras estabelecidas para os nomes comuns”. Como em nomes comuns não se usa o h no interior dos vocábulos (a não ser nos grupos ch, lh e nh) não deve aparecer essa letra no nome próprio, aportuguesado, Corinthians; o acento no I é mera decorrência das normas de acentuação.

O que complica a questão dos nomes próprios (como também já observamos) são as exceções à regra geral. No que agora nos interessa, estabelece o Formulário que “poderá ser mantida a grafia original de quaisquer firmas, sociedades, títulos e marcas que se ache inscritos em registro público”. Ou seja, o nome com o qual o clube está registrado pode manter o h exótico; em documentos do próprio clube, supõe-se, deve aparecer Sport Club Corinthians Paulista. Ninguém, entretanto, está obrigado a essa grafia anglicizada. Sobretudo por se ratar de um time de profundo enraizamento popular em São Paulo, a grafia simplificada é a que se impõe. Só a força da inércia, o conservadorismo ou a ignorância é que explicam a preferência, em alguns círculos, pela forma antiquada.

Na área futebolística, aliás, não faltam exemplos de um curioso anacronismo, nesses casos de grafia de nomes de clubes. O inglês sport há muito está aportuguesado em esporte, e é assim que esse vocábulo aparece normalmente escrito. Mas quando se trata de escrever o nome de um time de Recife que disputa a Taça de Ouro, os volantes da Loteria Esportiva e muitos órgãos de divulgação referem-se ao Sport. *Por que não o Esporte?* E por que se haverá de grafar Micto, clube de Maio Grosso, quando nenhuma criança mais ignora que é misto que se escreve? E por que Curitiba, clube do Paraná, se a própria capital desse Estado já modernizou seu nome há tempos?

É assim que estão registrados... Se formos pelo registro, ressuscitaremos muitos Athleticos Clubs e voltaremos aos tempos do football.

Há muito tempo atrás

Leitor da “Folha” escreve para elogiar “o novo visual” de um anúncio em cores publicado no jornal, mas reprova o “erro crasso” nele contido – a expressão “há muito tempo atrás”. Em nota da redação, o jornal reconhece que “o leitor tem razão em suas observações”.

Na verdade, porém, não há “erro crasso” algum. Há apenas uma expressão redundante, uma fórmula pleonástica, recurso estilístico para reforçar a idéia que se quer transmitir. Formalmente, não há dúvidas: há muito tempo envolve idéia de passado, dispensando o atrás; também se poderia dizer muito tempo atrás, com exclusão da forma verbal há.

Isso, num texto comum, em que não haja preocupações com ênfase ou empenho de obter qualquer tipo de impacto. Há ocasiões, no entanto, em que tais preocupações se justificam. Um apelo publicitário pode ser uma dessas ocasiões. O redator sente necessidade, digamos assim, de carregas nas tintas, para atingir seu objetivo. “Há muito tempo” ou “muito tempo atrás” inegavelmente têm menos força do que a fórmula pleonástica “há muito tempo atrás”. Soam menos convincentemente.

O pleonasmo (repetição de idéias ou palavras com o mesmo sentido) é recurso largamente usado, tanto na linguagem erudita quanto na popular. Grandes escritores ou pessoas incultas não raro negam veementemente com um “nunca jamais” que ninguém pode classificar de “erro crasso”. A fórmula “de livre e espontânea vontade” é pleonástica (sponte, latim, quer dizer vontade) mas é a consagrada na linguagem jurídica e até no ritual do casamento católico. Além de já padronizada, tem sem dúvida muito mais expressividade do que “de livre vontade”, “voluntariamente” ou “espontaneamente”.

Assim como esses, muitos exemplos poderiam ser arrolados. Não há razão, pois, para malsinar “há meses atrás”, “há dois dias atrás”, “há muito tempo atrás”, desde, como foi dito, que no seu emprego haja evidente intenção de reforçar uma mensagem, mediante um recurso estilístico dos mais comuns.

Colorida

Muito bem. Aprendemos que o adjetivo “colorida”, da expressão “amizade colorida”, título de uma série de programas da TV Globo, significa uma espécie de relacionamento sexual ou sentimental fora dos padrões convencionais. Isto é, relacionamento mais “livre”, o que daria mais “cor” à convivência entre pessoas – como o que não parece ter concordado a censura, que obrigou o programa a sair do ar.

Agora o adjetivo “colorida” começa a aparecer em outros contextos, absolutamente irreconhecíveis. Assim é que um alimento infantil anuncia conter “energia colorida”. Como se trata de um achocolatado (Ovomaltine) para crianças, é difícil imaginar insinuações sexuais na promoção. E já um supermercado anuncia também sua “liquidação colorida”, sem que se saiba exatamente o que quer dizer isso a não ser que não passe de um barato apelo ao consumismo.

O que parece evidente é o esvaziamento de sentido das palavras. Os adjetivos, em especial, foram barateados e hoje há um esforço para revigorá-los nem que seja à custa de extravagâncias. Com “colorida” – criação erudita e artificial – deverá acontecer um fenômeno

natural: cairá de moda e ninguém mais se lembrará de usá-la fora do seu valor normal: cheia de cor, vivaz. Nada mais será preciso, aliás, para que continue em voga essa bela palavra.

Ditado do Hospital Sírio-libanês.